

GEOUSP

ESPAÇO E TEMPO

14

2003 - Departamento de Geografia

ISSN - 1414-7416

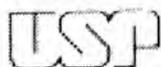
GEOUSP

ESPAÇO E TEMPO

Revista de pós-graduação em Geografia

132 - 20

Revista Semestral Publicada pelo Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo



© Copyright 1997 dos autores. Os direitos de publicação desta edição são da Universidade de São Paulo, FFLCH/USP
- outubro/2003

Revista indexada pela GEODADOS

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi
Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sedi Hirano
Vice-Diretor: Profa. Dra. Eni de Samara Mesquita

Departamento de Geografia

Chefe de Departamento: Profa. Dra. Amália Inés Geraiges Lemos
Suplente de Chefe: Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa

Departamento de Geografia – Coordenação da Pós-Graduação (Geografia Humana)

Coordenador: Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos
Vice-Coordenadora: Profa. Dra. Amélia Luisa Damiani

Departamento de Geografia – Coordenação da Pós-Graduação (Geografia Física)

Coordenador: Prof. Dr. Ailton Luchiari
Vice-Coordenador: Prof. Dr. Emerson Galvani

**Coordenadores da GEOUSP – Revista da Pós-Graduação
do Departamento de Geografia da FFLCH da USP**

Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos Prof. Dr. Jurandyr Luciano S. Ross

Comissão Redatorial

Amélia Luisa Damiani Glória da Anunciação Alves
Alfredo Pereira de Queiroz Neto Rita de Cássia Ariza da Cruz

Comissão Científica

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP) Carles Carreras (Univ. de Barcelona)
José Bueno Conti (USP) Cristina Helena Rocha Augustin (UFMG)
Nídia Nacib Pontuschka (USP) Eliseu Sposito (UNESP/Presidente Prudente)
Silvana Maria Pintaudi (UNESP – Rio Claro) Dirce Maria Antunes Suertegaray (UFRGS)
Pablo Ciccollela (Universidade de Buenos Aires) Maria Tereza da Nóbrega (UEM)
Rogério Haesbaert da Costa (UFF) Tereze Barata Salgueiros (Univ. de Lisboa)
Sílvio Carlos Rodrigues (UFU) Tereza Gosllatti Florenzano (INPE)
Antonio Carlos Vitte (UNICAMP) Helena Calai (UNIJUI)

Capa e Projeto Gráfico

Eduardo Yázigi

Projeto Editorial

Ana Fani Alessandri Carlos

Secretária Geral

Rita de Cássia Ariza da Cruz

Revisão

Glória da Anunciação Alves

Diagramação/Editoração

Camila Salles de Faria

Monitores

Camila S. Faria/ Sávio A. Miele

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

GEOUSP, Espaço e Tempo: Revista de Pós-Graduação/ Departamento de Geografia, Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo - nº14 (2003) São Paulo: FFLCH/USP, 2003.

Sub-título alterado a partir do v. 05, 1999

Título até o v. 4, 1998. GEOUSP: Revista de Pós-Graduação em Geografia

Semestral

Sumário Inglês- Português

ISSN 1414-7416

1. Geografia 2. Geografia Humana 3. Geografia Física I Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas. Departamento de Geografia

SUMÁRIO/CONTENTS

Editorial

Glória da Anunciação Alves

Artigos/Articles

- Marta Celina Linhares Sales **9** Evolução dos Estudos de Desertificação no Nordeste Brasileiro
Evolution of the studies about desertification in the Brazilian Northeast
- Geraldo L. Toledo, Álvaro C. Pollero e Humberto Gallo Jr. **21** Gestão do Turismo no Contexto do Planejamento Estratégico. Estudo de Casos Latino-americanos
Tourism management in the strategical regional planning contest. A study of Latin-American cases.
- Ireleno Porto Benevides **31** A Política de Turismo no Ceará e a Capacitação Profissional
Tourism politics in Ceará and professional training
- Maurício Waldman **45** Imaginário, Espaço e Discriminação Racial
Imaginary, space and racial discrimination
- Rosa Ester Rossini **65** Os Dekasseguis do Brasil foram para o Japão e lá estão criando raízes
The "dekasseguis" of Brazil went to Japan and there they are creating roots
- Simone Scifoni **77** Patrimônio Mundial: do Ideal Humanista à utopia de uma nova civilização
World's patrimony: from humanist ideal to new civilization utopia
- Carlos Henrique Costa da Silva **89** As Grandes Superfícies Comerciais: Os Hipermercados Carrefour no Brasil
The great commercial surfaces: the Carrefour supermarkets in Brazil
- Larissa Mies Bombardi **107** O Papel da Geografia Agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar
The role of agrarian Geography in the theoretical debate about the concepts of capesinato and familiar agriculture
- Eduardo Schiavone Cardoso **119** Da Apropriação da Natureza à Construção de Territórios Pesqueiros
From appropriation of nature to the construction of fishing territories

Notas de Pesquisa de Campo/Notes on Fieldwork

- Tarik R. Azevedo, Alexandre H. da Silva, **129** Perfil Sócio-Econômico Básico da População do Acampamento Carlos Lamarca-Osasco (SP)
Isabel Ultimura, Rogério R. Alves, *Basic social-economical profile of the population of the Carlos Lamarca tent cities - Osasco (SP)*
Bruno R. Prado, Isorlanda Caracristi,
Daniele Albino e Sérgio Serafini Jr.

Resenhas/Review

- Sebastião Vargas **145** A Rebelião Zapatista
The Zapatista Rebellion
Marco Antonio Mitidiero Junior **147** A Semente Zapatista
The Zapatista hope

Notícias de Encontros/Notices About Congresses

- Perla Zusman e Mónica Arroyo **151** Duas Cidades...Duas Universidades...Um (re) Encontro
Two cities... two universities... a (re) meeting
Alejandro M. Buenrostro y Arellano **153** EZLN A Voz dos que Estão lá Embaixo
EZLN Zapatista Army for National Liberation - the voices of those who are down there
Glória A. Alves, Sônia Castelar, A.P.Gomes, **155** Semana da Geografia
A.F.M. Catarucci, D.G. Perreira, E.A. Neres, *Geography Week*
E.C. Ferreira, E.P. Pimenta, F. Contessoto,
J.S.B. Vicentini, J. Tavares e P.G. Leonardo

Intercâmbio/Interchange

- Claúdia E. Natenzon **159** La información periodística y la investigación del riesgo ambiental
A informação jornalística e a investigação do risco ambiental
Manuel G. Mendes de Araújo **165** Os Espaços Urbanos em Moçambique
The urban spaces in Mozambique

Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado Defendidas/Defented Theses

187 Teses de Doutorado

191 Dissertações de Mestrado

EDITORIAL

Num mundo em que o desenvolvimento das nações parece estar ligado à inserção das economias nacionais no mercado internacional reunimos, neste número da GEOUSP 14, um conjunto de artigos que procuram discutir questões ligadas à globalização da sociedade em que, até mesmo as discussões que aparentemente se apresentam como particulares, mais ligadas às discussões, às ações locais, estão intimamente relacionadas e só podem ser entendidas sob a ótica mundial.

Apresentam-se, assim, análises sobre elaborações e incorporações de conceitos que são divulgados pelos organismos internacionais e que servem como balizadores na redefinição e articulação dos Estados-Nações, principalmente em relação à apropriação e uso do chamado "*patrimônio natural*", bem como as definições, no caso já aceitas internacionalmente, que se incorporam aos organismos de gestão ambiental de cada nação.

Do mesmo modo que os conceitos, as legitimações de ocupações de espaços, principalmente daqueles cuja aprovação é dada pelos organismos internacionais, como por exemplo a ONU, promovem não só conflitos pela posse de um território como também a manifestação e crescimento do racismo e da discriminação racial. Essa é a grande contradição: neste mundo dito globalizado há um fortalecimento de dinâmicas espaciais excludentes, que historicamente acompanharam a nossa civilização.

Faz parte ainda do processo de globalização, a entrada, consolidação e, posteriormente, expansão de mercados, de grandes empresas multinacionais que, em sua estratégia de consolidação de uma rede internacional, reproduzem nos mais diferentes espaços nacionais formas semelhantes de atuação. No caso brasileiro, um dos artigos apresentados neste número discute a estratégia de uma empresa (o Carrefour), que escolheu as metrópoles e grandes cidades para a localização de seus hipermercados,

todos muito semelhantes entre si, com um mesmo *modus operandis*, ainda que levando em conta as particularidades da clientela brasileira.

Mas pertencer e fazer parte da globalização capitalista pode implicar na perda dos referenciais locais e na incorporação do que se coloca como mundial. O estudo sobre os *dekasseguis* apresenta uma nova dimensão sobre a questão: ainda que possuam referenciais culturais do país para onde migram, no caso, o Japão, recriam espaços e serviços que recuperam um outro lugar: o Brasil.

Partindo para um outro aspecto da globalização, em que o turismo se apresenta como uma outra possibilidade econômica, temos a análise da tríade MATE -Meio Ambiente (MA), o Trabalho (T) como indicador do meio social, e a Economia (E), como elemento fundamental para o entendimento das políticas regionais de desenvolvimento turístico que, apesar de aparentemente ligadas a um Estado nacional específico, são articuladas e gerenciadas de modo similar em Estados-nações diferentes, demonstrando a tendência à homogeneização do pensar o espaço como internacionalizado economicamente.

São apresentados ainda, textos que tratam de processos instaurados em lugares particulares em que podemos perceber análises que se reportam para as articulações entre o local e o global. Até mesmo estudos ligados a processos de desertificação do Nordeste brasileiro incluem, como não poderia deixar de acontecer, a discussão sobre a difícil relação homem-sociedade/sociedade-natureza localizada espacialmente nos sertões nordestinos, fortemente marcada pela ocupação desse espaço ao longo da constituição do território brasileiro, só entendida pela articulação com o espaço mundial.

No conjunto, o rol de títulos deste número tem em comum a discussão em que o global e o local se articulam em um processo de reprodução espacial que, mesmo sob a égide mundial, encontra resistências, quase sempre locais.



EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS DE DESERTIFICAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO

Marta Celina Linhares Sales *

RESUMO:

Partindo de uma breve caracterização geoambiental da região nordeste e contextualizando a inserção do tema da desertificação nos estudos regionais, foi possível selecionar os principais trabalhos realizados em escala regional, os quais foram aqui apresentados em detalhe. O objetivo é mostrar os resultados até agora encontrados, comparar as metodologias empregadas e sugerir possíveis caminhos a serem tomados nos estudos da desertificação no Nordeste brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE:

Desertificação, metodologias, nordeste brasileiro

ABSTRACT:

Starting from a brief environmental characterization of the northeast area and inserting the theme of the desertification in the regional studies, it was possible to select the main works accomplished in regional scale, which were here presented in detail. The objective is to show the results found up to now, to compare the employed methodologies and to suggest possible roads to be taken in the studies of the desertification in the Brazilian Northeast.

KEY WORDS:

Desertification, methodologies, Brazilian northeast

Introdução

A região Nordeste do Brasil compreende uma área de 1.556 mil km² e caracteriza-se, do ponto de vista geoambiental, pela diversidade de suas paisagens tendo como elemento marcante no quadro natural da região a condição de semi-aridez de caráterazonal que atinge grande parte do seu território e a alta variabilidade pluviométrica espacial e temporal inerente a esse tipo climático.

A ocupação dessa região ocorreu sempre em uma perspectiva de exploração excessiva levando inclusive à exaustão de parte dos recursos naturais. Deve-se considerar ainda que aliada a

esta exploração predatória estabeleceu-se uma estrutura social concentradora de renda e de poder, responsável pela relativa estagnação e baixos índices sócio-econômicos registrados na região.

A disponibilidade dos recursos naturais reflete diretamente as condições geoambientais diversas que constituem a região. Nas áreas do embasamento cristalino sob extensas superfícies rebaixadas interplanálticas, concentra-se uma rede de drenagem com grande frequência de cursos d'água intermitentes e sazonais com baixo potencial de águas subterrâneas. É também nestas áreas que ocorrem solos de elevada fertilidade

* Professora Assistente do Departamento de Geografia e História da Universidade Federal do Piauí e Pesquisadora do

natural, porém salinos e carbonáticos, sob os quais estão assentados os variados padrões fisionômicos e florísticos da caatinga.

As atividades econômicas desenvolvidas no sertão giraram por muito tempo em torno do binômio gado-algodão e da agricultura de subsistência desenvolvida em solos aluviais. As limitações naturais nessas áreas ficam por conta, principalmente, da instabilidade climática, gerando problemas de disponibilidade hídrica que compromete todo o sistema produtivo.

As áreas sedimentares da região Nordeste compreendem extensas chapadas e cuevas, onde a pequena frequência dos rios (dada a alta permeabilidade dos solos) é compensada pelo elevado potencial das águas subterrâneas. Os solos apresentam baixa fertilidade natural, sendo recobertos por caatingas, cerrados e "carrascos". Os terrenos sedimentares ocorrem tanto no semi-árido como nas áreas de transições com precipitações mais elevadas e com atividades agrícolas voltadas para rizicultura nas planícies fluviais e baixões. Recentemente desenvolvem-se as culturas de arroz e soja no topo das chapadas.

Há ainda os relevos com topografias mais elevadas regionalmente denominadas de "serras" e "brejos" que graças a ocorrência de chuvas orográficas apresentam maiores índices pluviométricos e distribuição mais regular. Predomina nestas áreas a policultura desenvolvida em minifúndios, responsável pelo abastecimento de produtos hortifrutícolas em muitas cidades de porte médio do Nordeste.

Quanto à organização social, destaca-se uma importante peculiaridade do Nordeste que é a alta densidade demográfica da região, especialmente na mancha semi-árida passa a ser uma das mais altas do mundo para este tipo de ambiente (AB'SABER, 1985, p.44). Associado a isto, há o problema da existência de uma estrutura fundiária extremamente rígida onde se desenvolvem atividades agropecuárias de baixo nível tecnológico, que inevitavelmente leva a práticas agrícolas predatórias e, conseqüentemente, à degradação ambiental.

Assim, a pressão da população sobre os recursos naturais, já naturalmente frágeis, leva a deterioração ambiental gerando um ciclo de

pobreza e miséria, tornando a região cada vez mais vulnerável. A vulnerabilidade neste caso é resultado da fragilidade ambiental, econômica e social, constituindo-se em um imbricado processo de retroalimentação. Em uma análise mais acurada sobre essas relações no Nordeste, especialmente no semi-árido, AB'SABER (op.cit.p.49) faz a seguinte observação:

"A especificidade dos problemas humanos e sociais do Nordeste seco está diretamente relacionado ao balanço entre o quantum de humanidade que a região precisa alimentar e manter e as potencialidades efetivas do meio físico rural, dentro dos padrões culturais de sua população e dos limites impostos pelas relações dominantes de produção" (grifo nosso)

Nosso objetivo aqui, longe de ser uma avaliação aprofundada sobre a complexa situação do Nordeste, é apresentar um panorama que permita situar as questões ligadas à desertificação na região.

Evolução dos Estudos da Desertificação no Nordeste Brasileiro

São antigos os estudos e registros sobre secas, empobrecimento ambiental e suas conseqüências na organização sócio-econômica do Nordeste brasileiro. Muitas vezes esses problemas são evocados como os responsáveis pelo subdesenvolvimento da região. Os documentos mais antigos fazem referência principalmente às secas. Segundo KHAW & CAMPOS (1992), as primeiras referências às estiagens foram feitas por Fernão Cardim em 1587, porém, foi a partir da grande seca de 1877, que o governo passou a considerá-las como um problema nacional. Naquele momento, a estiagem que havia se instalado no Nordeste, resultou na morte de milhares de nordestinos e marcaram as primeiras iniciativas oficiais de combate aos efeitos da seca. Sobre esse episódio, ROBOCK (1992), ao discutir as políticas de combate às secas, faz a seguinte observação:

“Movido por essa grande tragédia, o imperador D. Pedro II criou uma Comissão de Inquérito cuja recomendação principal era de melhoria dos meios de transporte e a construção de uma série de açudes. Um dos três açudes recomendados era o do Cedro, no município de Quixadá, cuja obra foi iniciada em 1884 e concluída em 1902, 22 anos depois, tendo sido interrompida muitas vezes. Para muitos brasileiros, o açude tornou-se um símbolo da ineficiência e do desperdício na luta contra a seca.” (p.160)

Há portanto, desde os tempos do Império, uma enorme produção tanto literária quanto científica acerca dos problemas causados pelas estiagens que freqüentemente atingem a região. Na literatura, obras clássicas como “O Quinze” de Raquel de Queiroz e “Vidas Secas” de Graciliano Ramos desvelam a contradição entre a miséria econômica e a grandeza espiritual do sertanejo. Alguns desses trabalhos são clássicos, indispensáveis na análise e compreensão da forte relação do homem com a rusticidade do ambiente, incluindo-se “Os Sertões” de Euclides da Cunha, que analisa a influência do ambiente nas condições de vida do homem do sertão, constituindo-se em um dos mais ricos documentos que trata das relações entre ambiente e cultura no semi-árido brasileiro. É considerável também a obra de DUQUE (1973, 1982), que com vasta experiência no semi-árido nordestino, estudou e disseminou as bases para uma agricultura ecológica no nordeste.

Assim, a produção acadêmica sobre o tema compreende os mais variados aspectos, analisados sob diferentes perspectivas. CONTI (1995) apresenta uma extensa revisão bibliográfica dos principais trabalhos para o Nordeste Brasileiro. Entretanto, os primeiros trabalhos nos quais aparecem o conceito de desertificação como a degradação das terras produtivas no semi-árido, foram conduzidos na região Nordeste, pelo Prof. José Vasconcelos Sobrinho da Universidade Federal de Pernambuco. Sem dúvida alguma deve-se a este pesquisador o mérito do pioneirismo nos estudos de desertificação no Brasil.

Ainda em 1974, quando se iniciavam as campanhas de ajuda humanitária à região Saheliana na África que sofria em virtude da seca e da fome, ao mesmo tempo em que o fenômeno da desertificação entrava em pauta na comunidade acadêmica internacional, Vasconcelos Sobrinho publicava o artigo “O deserto brasileiro” indicando as áreas do Nordeste já comprometidas pela degradação, as quais foram denominadas de “núcleos de desertificação”. Durante toda a década de 1970 o referido pesquisador publicou diversos outros trabalhos sobre desertificação contribuindo para a divulgação e compreensão do fenômeno e da sua importância na organização espacial no Nordeste.

A partir daí outros trabalhos foram apresentados sobre o tema no Brasil, visando especialmente o Nordeste. A propósito de uma breve análise sobre esses estudos, agrupou-se os realizados em escala regional separando-os de escala local. A opção em analisar esses estudos considerando as escalas de abrangências é a tentativa de comparar as metodologias empregadas e os resultados alcançados. Os trabalhos aqui discutidos VASCONCELOS SOBRINHO (1974, 1978, 1978b, s/d), AB’SABER (1977), NIMER (1980, 1988), RODRIGUES (1992, revisado por FERREIRA, 1994) e CONTI (1995) foram selecionados em função da boa divulgação e repercussão junto aos estudiosos do tema, são portanto, o que se considera como os principais estudos de âmbito regional.

A produção e abordagem feita pelo Prof. Vasconcelos Sobrinho é baseada principalmente na metodologia dos indicadores da desertificação, seguindo a orientação geral da Conferência das Nações Unidas sobre Desertificação (1977). Nos seus trabalhos o autor discute o que considera ser a vocação pré-desértica do polígono das secas condicionada por “*um equilíbrio ecológico instável decorrente do regime pluviométrico de baixo índice de precipitações e extrema irregularidade, dos solos rasos com limitada capacidade de retenção de água, amplo fotoperiodismo e ventos secos e quentes com forte poder de desidratação*”

Define os núcleos de *desertificação* como *áreas onde a degradação da cobertura vegetal e do solo alcançou uma condição de irreversi-*

bilidade, apresentando-se como pequenos desertos já definitivamente implantados dentro do ecossistema primitivo. Indica os núcleos já existentes do nordeste: Gilbués no Piauí, Inhamuns no Ceará, Seridó no Rio Grande do Norte, Cariris Velho na Paraíba, Sertão Central de Pernambuco e Sertão do São Francisco na Bahia. Relaciona os indicadores a serem considerados na desertificação (físicos, biológicos-agrícolas, sociais-uso da terra, parâmetros biológicos-humanos, processos sociais, tipos de assentamentos). Estabelece ainda o conceito de áreas-parâmetro como recobertas de vegetação primitiva contíguas às que sofrem desertificação áreas-piloto, permitindo comparar a evolução do fenômeno. E em uma das últimas publicações (1983) sugere formas para a contenção do processo.

No mesmo ano que se realizava a Conferência das Nações Unidas sobre Desertificação em Nairobi, Quênia, o geógrafo Aziz Ab'Saber publicou importante trabalho intitulado "*Problemática da desertificação e da savanização no Brasil intertropical*" (AB'SABER, 1977), no qual define como "*processos parciais de desertificação, todos aqueles fatos pontuais ou areolares, suficientemente radicais para criar degradações irreversíveis da paisagem e dos tecidos ecológicos naturais*". Mesmo reconhecendo que as áreas úmidas e faixas de transição sofreram mais degradação ambiental, "é no Nordeste seco que aparecem feições de degradação pontuais facilmente reconhecíveis".

Assim, partindo da base conceitual preconizada nos estudos de Geografia Física Global, o autor descreve as áreas susceptíveis aos processos de desertificação considerando sua predisposição geo-ecológica, quase sempre acentuadas por ações antrópicas diretas ou indiretas. Destaca assim, nove geótopos áridos no Nordeste, como as áreas mais atingidas. São eles:

Altos Pelados – correspondem aos interflúvios desnudos das colinas rasas nos quais mais de 80% da cobertura vegetal foram retirados favorecendo a remoção da camada superficial do solo e o aparecimento de fragmentos de quartzo. Ocorrem na região do Alto Jaguaribe, na fronteira do Ceará com a Paraíba e no Vale do rio Vaza Barris (norte

da Bahia).

Salões – planícies aluviais dos baixos vales costeiros com solos salinizados onde predomina a presença da vegetação rasteira halófila. Ocorrem principalmente nas várzeas do Baixo Mossoró e Baixo Apodi no Rio Grande do Norte.

Vales e Encostas Secas – ocorrem em setores localizados de caatingas abertas em vales secos ou encostas de escarpas e/ou serras situadas a sotavento, ocorrem também em áreas de relevos de cuevas com chão pedregoso e baixo nível de alteração de rochas e nos enclaves de caatingas em áreas de cerrados. Localizam-se principalmente na região centro-sul do Piauí, no sudeste da escarpa da Ibiapaba e na cuesta do Apodí.

Lajedos-Mares de Pedra – inselbergs e campos de inselbergs, que se caracterizam pela aridez rochosa definida, ressaltada por degradação antrópica do entorno. Ocorrem nos sertões de Paulo Afonso - BA, Milagres - BA, Quixadá - CE, Patos - PB e Arcoverde - PE.

Áreas de Paleo-Dunas Quaternárias – este geótopo refere-se especificamente ao Campo de dunas de Xique-Xique na Bahia. São paleo-dunas quaternárias facilmente remobilizadas pelas atividades antrópicas.

Áreas de Topografias Ruiniformes e Cornijas Rochosas Desnudas, com Aridez Rochosa Característica – topografias ruiniformes situadas à frente ou na base de morros testemunhos e escarpas estruturais, com pouca ou nenhuma interferência antrópica. A melhor representação dessas áreas fica por conta de Sete Cidades em Piracuruca no Piauí.

Áreas de Revolvimento Anômalo da Estrutura Superficial da Paisagem – colinas superficialmente degradadas com a remoção parcial dos solos rasos, por erosão antrópica formando um tipo regional de "bad-lands". Aparece nos arredores de Sertânia em Pernambuco.

Malhadas ou Chão Pedregosos – diferentes tipos de chão pedregosos, oriundos da liberação de fragmentos de quartzo proveniente de cabeços de dique e veios ou da desagregação de antigos cascalheiros. Ocorrem numerosos casos de

malhadas na Bahia, Ceará, Pernambuco e Paraíba.

Áreas Degradadas por Raspagem ou Empréstimos de Terra – faixas de terra degradadas à margem de caminhos e estradas relacionadas com a raspagem de solos e empréstimo de terra para construção de aterros e barragens.

Neste artigo AB'SABER (1997) analisa também a degradação nas áreas de cerrados ressaltando alguns pontos de desertificação e savanização e discute os ravinamentos no domínio dos mares de morros decorrentes da atividade cafeeira desenvolvida desde o século XIX.

Para o autor, os processos de desertificação no nordeste seco resultam da predisposição da estrutura geo-ecológica determinada, principalmente pelas deficiências hídricas sazonais, que em alguns setores associam-se às atividades humanas levando ao surgimento de "*pontos ou agrupamento de pontos filiados a processos locais de desertificação*". Considera o potencial natural das terras aos processos de degradação e a ação antrópica como desencadeadora desses. O mérito do trabalho é o de reconhecer a fragilidade ambiental do semi-árido como condição "*sine qua non*" para instalação dos processos de desertificação. Portanto, mesmo os setores pouco ocupados, exigiriam cuidado no uso e manejo. Por outro lado, é difícil reconhecer uma tipologia que permita extrapolar para outros setores do sertão seco, já que as áreas citadas tem gêneses diferenciadas e foram identificadas mais pela acuidade, sensibilidade e experiência do observador do que por critérios aplicáveis a outras áreas.

Edmon Nimer publicou em 1980 o artigo "*Subsídio ao Plano de Ação Mundial Para Combater a Desertificação – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)*", no qual discute o conceito de deserto a partir da etimologia da palavra, apresenta as características bio-ecológicas desse ecossistema e o diferencia de desertificação, que para o autor, esta última pode ser determinada por dois fatores: mudanças climáticas expressas principalmente numa crescente deficiência de chuvas e a ação do homem. Apresenta ainda para o Brasil as áreas já comprometidas com o processo em conse-

quência, principalmente dos desmatamentos e erosão. A partir de critérios climatológicos (regime pluviométrico, duração da estação biologicamente seca e variabilidade pluviométrica ano a ano) mapeou para o Brasil as áreas mais predispostas a desertificação. Elaborou uma carta na escala de 1:5.000.000 denominada de "*Zoneamento Sistemático de Áreas mais Predispostas à Desertificação*". Apesar da pouca divulgação, constitui-se num importante documento para orientar quais os setores do território brasileiro, que estariam potencialmente sujeitas aos processos de desertificação, considerando os indicadores climáticos.

Oito anos depois o mesmo autor publica o trabalho "*Desertificação: Realidade ou Mito?*" (1988), no qual apresenta as bases teóricas para os estudos de desertificação, que segundo ele deveriam ser orientadas para a compreensão da dinâmica dos sistemas, discute os aspectos sócio-econômicos mundiais e suas repercussões no fenômeno da desertificação, apresentando um panorama dos países africanos atingidos. Finaliza propondo uma metodologia calcada em três eixos: climatológico, geomorfológico e pedológico, para estudo do que chamou de "*Potencialidade natural de semidesertificação no território semi-árido do Brasil*". O resultado seria a elaboração de cartas temáticas que superpostas permitiriam conhecer os diferentes níveis de riscos à desertificação.

O trabalho apresentado por RODRIGUES et al. (1992) por ocasião da ICID – Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-Áridas, tratou da "*Avaliação do Quadro da Desertificação no Nordeste do Brasil: Diagnóstico e Perspectiva*". Este foi atualizado e reapresentado por FERREIRA et al. (1995) na CONSLD – Conferência Nacional e Seminário Latino-Americano da Desertificação. O estudo inicialmente apresenta uma caracterização breve da região, destacando alguns aspectos ligados à desertificação (seca, irrigação, etc.) e partindo de uma metodologia baseada em indicadores sócio-econômicos e susceptibilidade climática, esta última determinada pelo índice de aridez (razão entre a precipitação e a evapotranspiração) proposto pelo PNUMA (1991), indica as áreas do Nordeste já afetadas.

Assim, de acordo com a "*Carta de Susceptibilidade à Desertificação no Nordeste do Brasil*" (1992), foram selecionadas as áreas que apresentam índice de aridez (PNUMA) de até 0,65 correspondente aos climas sub-úmidos secos. A partir daí, foi elaborada uma matriz na qual foram cruzados os indicadores sócio-econômicos (considerando a presença ou ausência) com as microrregiões homogêneas que se encontram total ou parcialmente nas áreas selecionadas. Os indicadores sócio-econômicos relacionados e pesquisados através de referências bibliográficas foram: densidade demográfica, sistema fundiário, tempo de ocupação, mineração, erosão, perda de fertilidade, pecuarização, estagnação econômica, mecanização, salinização, evolução da população, bovinocultura, caprinocultura, ovinocultura, área de preservação, susceptibilidade climática, uso de defensivos agrícolas, qualidade da água e área agrícola. As áreas consideradas muito grave registraram a presença de no mínimo 15 dos 19 indicadores acima referidos. As áreas graves apresentaram de 11 a 14 indicadores, as áreas moderadas de 6 a 10 e, menos de 6 indicadores, por microrregião, significando ausência da desertificação. Os resultados mostram quais as microrregiões afetadas em cada Estado e os números da desertificação para todo o Nordeste. O trabalho inova ao introduzir dados sócio-econômicos nos estudos de desertificação, porém o uso de microrregiões homogêneas como unidade de alocação dos dados, gera distorções significativas no sentido de um superdimensionamento das áreas atingidas.

CONTI, da Universidade de São Paulo apresenta sua primeira contribuição sobre o tema em 1984, intitulada "*A respeito da desertificação*". A partir deste artigo diversos outros foram escritos (1985, 1986, 1989a, 1989b, 1991, 1993, 1994a, 1994b) culminando com a elaboração da Tese de Livre Docência "*Desertificação nos Trópicos - Proposta de Metodologia de Estudo aplicada ao Nordeste Brasileiro*" na qual o autor apresenta o que se considera como a mais completa e importante revisão bibliográfica sobre o tema, propõe ainda a metodologia estatística de estudos das séries temporais aplicada aos dados de precipitação pluviométrica com o objetivo de encontrar tendências, ciclicidades e indicadores da

variabilidade interanual.

A área de abrangência do estudo foi o semi-árido brasileiro demarcado pela isoietta de 800 mm/ano. Os surpreendentes resultados encontrados constituem-se em uma importante contribuição aos estudos da desertificação no Nordeste Brasileiro. Do total de 237 postos com séries de dados pluviométricos de 70 anos foram encontrados 118 postos (49,7%) com tendência linear crescente, 85 postos que representam 35,8% do total com tendência linear estável e somente 34 postos (14,3%) com tendência linear decrescente. Esses resultados encontrados permitem uma discussão mais próxima da realidade sobre o regime das chuvas no semi-árido. É comum na região o uso de argumentos baseados nas observações empíricas dos moradores a respeito da diminuição das chuvas, idéias estas, muitas vezes veiculados pela imprensa e constante até mesmo no "*discurso acadêmico*". Na verdade os resultados encontrados demonstram que quase metade dos postos analisados apresentam tendências de aumento das precipitações locais e 35,8% mantêm os níveis de precipitação estáveis e somente 14,3% realmente tenderiam a diminuição, o que a "piori" descartaria a idéia de mudança no regime de chuvas da região, pelo menos nas últimas décadas. Por outro lado, não se pode descartar a possibilidade de alterações microclimáticas no sentido do ressecamento dos ecossistemas, vinculadas aos impactos ambientais locais que se iniciam com o desmatamento, alteração do escoamento superficial, aumento do albedo etc.

Outro parâmetro analisado foi a variabilidade interanual das chuvas através do coeficiente de variação, os números encontrados para as localidades com tendência decrescente variam de 88,6% em Barra - BA, a 26,3% em Brejo da Madre de Deus - PE, portanto são superiores aos 25% que caracterizam as regiões secas. A alta variabilidade climática encontrada na região indica uma forte instabilidade climática, esta sim, pode ser considerada a responsável pela vulnerabilidade ambiental da região.

Nos estudos de ciclicidade realizados, o autor analisou 237 séries, nas quais apenas 43 (18,1%) apresentaram ciclos, ressalta assim que "*a expectativa de um perfil bem caracterizado de*

ciclicidade pluviométrica em todo o domínio do semi-árido não pôde ser confirmada" (op.cit. p.173). Entretanto chama atenção que estes resultados podem decorrer das limitações metodológicas ou da insuficiência das séries, que dada a alta variabilidade, mascara ciclos menores.

Como resultado final indica as áreas do semi-árido nas quais é possível reconhecer o "*agravamento da seca*", ou seja, diminuição das chuvas. Essas áreas seriam: o setor rebaixado do sertão dos Inhamuns (Ceará), no baixo São Francisco (Bahia, Sergipe e Alagoas), na vertente a sotavento da chapada Diamantina (Bahia) e alguns exemplos pontuais em outros Estados. O autor constatou também uma "*sobreposição*" das áreas já indicadas na literatura como degradadas, com as retas de tendência negativa.

Quanto aos valores dos coeficientes de variação interanual encontrados, estes comprovam, segundo o autor, o caráter transicional da região, estando esta com perfil semelhante ao de outras áreas secas do mundo. A revelação, dada a pesquisa com séries temporais, de áreas com registro de diminuição das precipitações torna-se o ponto de partida para outros estudos setoriais que possam oferecer maior contribuição para a compreensão do fenômeno.

O QUADRO 1 (no final deste artigo) apresenta um resumo dos trabalhos acima analisados observando a área de abrangência de cada um, as metodologias empregadas e os resultados encontrados. Esses resultados diferem em resposta às diferenças metodológicas, entretanto ao superpô-los é possível identificar áreas já comprometidas com o processo de desertificação. As regiões dos Inhamuns no Ceará e do Sertão do Baixo São Francisco, na Bahia, são áreas indicadas em todos os trabalhos como aquelas afetadas pela desertificação.

Há também uma considerável produção de trabalhos em escala local CARVALHO & LOMBARDO (1979), FRANCO (1985), NERI (1988), REIS (1988), MONTEIRO (1988), FILGUEIRAS (1991) FUNCEME (1993), SILVA et al. (1994), GALVÃO (1994), VERAS (1994), SALES (1998), SOUZA (1999). Aqui discutiremos brevemente aqueles que mais contribuíram na análise dos processos de desertificação no semi-

árido brasileiro, considerando sobretudo as metodologias.

Em 1979, CARVALHO & LOMBARDO publicam "*Análise Preliminar das potencialidades das Imagens LANDSAT para Estudo de Desertificação*" O trabalho desenvolvido no Baixo-Médio São Francisco, na região de Xique-Xique cobriu um extensão de aproximadamente 1.300 km². Com base em interpretação visual e digital de imagens de satélite, os autores apre-sentam mapas temáticos (geológico, morfológico, pedológico e da cobertura vegetal), que subsidiaram a análise do ambiente na qual definem 11 unidades ambientais e seu grau de risco à desertificação. Foi o primeiro trabalho proposto baseado em interpretação de imagens de satélite e integração dos dados geo-ecológicos.

MONTEIRO (1988) publica os resultados de uma pesquisa realizada no semi-árido. A área selecionada corresponde a um dos geotopos áridos (Altos Pelados) propostos por Ab'Saber situada na região do Alto Jaguaribe. Entre outros, um dos objetivos do trabalho foi experimentar a abordagem sistêmica como tratamento geográfico ao problema da desertificação. Como resultado, além da caracterização geo-ecológica, o autor elabora de forma muito original um panorama das imbricadas relações sócio-econômicas, com todas as implicações políticas envolvidas na questão da desertificação. Em última instância trata-se de uma descrição da difícil relação homem-sociedade/sociedade-natureza localizada espacialmente nos sertões nordestinos.

O trabalho realizado pela FUNCEME (1992) apresentado por ocasião da ICID, "*Áreas Degradadas Susceptíveis aos Processos de Desertificação no Estado do Ceará - Brasil*", trata do mapeamento das áreas susceptíveis aos processos de desertificação tendo como critério a aplicação do Índice de Aridez do PNUMA com ocorrência simultânea da degradação dos fatores físicos e biológicos detectadas através do uso de técnicas de sensoriamento remoto e de Sistema de Informação Geografia - SIG. As áreas mais afetadas situam-se na região de Irauçuba, Inhamuns e Médio Jaguaribe. A propósito destes resultados, CONTI (1995) registra a coincidência com os resultados alcançados no seu trabalho. E aí reside um fato expressivo nos estudos da

desertificação no semi-árido, porque, mais do que coincidência, são resultados concretos com a indicação das áreas no estado do Ceará já em processo de desertificação.

SALES (1998) faz uma reavaliação do "núcleo de desertificação" de Gilbués no Piauí e considera a área do ponto de vista climático fora das zonas susceptíveis ao fenômeno. Como contribuição pragmática elabora o mapeamento das unidades de paisagem representativas das diferentes "fácies" da degradação ambiental local.

SOUZA (1999) apresenta, através do estudo da desertificação da bacia do rio Taperoá - PB uma contribuição metodológica importante para o estudo de áreas desertificadas, sobretudo quando relaciona dados de tendências de precipitação com o nível de degradação de vegetação nativa e o ritmo de recuperação da mesma.

É importante registrar também o surgimento mais recentemente de uma nova tendência nos estudos de desertificação no nordeste, trata-se do desenvolvimento de índices, coeficientes e "similares" de desertificação. LEMOS (1997) e RODRIGUES & VIANA (1997) apresentam para o Nordeste e Ceará, respectivamente, estudos no qual elegem algumas variáveis envolvidas no processo de degradação, compondo indicadores que posteriormente submetidos a modelos estatísticos de análise fatorial indicam os municípios afetados em diferentes intensidades pelos processos de desertificação.

Há também a iniciativa por parte do Ministério do Meio Ambiente (MMA), através da Coordenação do Plano Nacional de Combate à Desertificação e Efeitos da Seca, de orientar e financiar a elaboração dos Planos Estaduais de Combate à Desertificação. Nestes, cada estado trabalharia no diagnóstico das áreas desertificadas e no encaminhamento de soluções para a recuperação das áreas já afetadas.

Conclusão

A consolidação do conceito de desertificação como a degradação da terra nas regiões áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas resultantes de vários fatores, entre eles as variações climáticas e as atividades humanas, permite que se trate os problemas de degradação

ambiental do sertão nordestino na perspectiva da desertificação. Ao longo das duas últimas décadas diversos pesquisadores contribuíram na formação de um importante acervo sobre os processos de desertificação no nordeste e as conseqüências da degradação no desenvolvimento da região e conseqüentemente na vida da população.

Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, as áreas afetadas pela desertificação na Região Nordeste abrangem cerca de 181.000 km² e as perdas econômicas podem chegar a 100 milhões de dólares anuais. São dados preocupantes, sobretudo quando se considera a fragilidade econômica e ambiental da região.

Quanto às metodologias empregadas nos estudos de desertificação para o Nordeste observa-se, como em todo o mundo, muitas divergências. A dificuldade de compreensão e de uma melhor abordagem do problema, parece estar relacionada à inadequação existente entre as escalas de trabalho e as metodologias propostas. Aos trabalhos realizados para grandes áreas, em âmbito regional, a análise climatológica, como por exemplo tendências, ciclicidade, variabilidade, índices de aridez e técnicas ligadas ao uso de sensoriamento remoto, tais como medidas de reflectividade, índice de vegetação, umidade do solo, entre outras, parecem ser os que oferecem resultados mais próximos à realidade e compatíveis com a escala proposta.

Já os trabalhos desenvolvidos em escala local, poderiam ser orientados para a realização de estudos microclimáticos, de degradação de solos, dinâmica de vegetação, produção de biomassa, uso da terra, estrutura fundiária, densidade de população, produtividade agropecuária, etc. Esses são apenas alguns exemplos, o importante é que, reconhecida a especificidade de cada área atingida, sejam produzidos diagnósticos mais precisos.

Os trabalhos realizados até agora em escala regional, mesmo considerando suas diferentes metodologias indicam quais as áreas já atingidas pela desertificação nas quais deveriam ser realizados estudos de detalhe.

Finalmente, é importante lembrar que no Nordeste Brasileiro a diversidade dos ambientes naturais e dos arranjos sócio-econômicos

existentes, requerem para as áreas afetadas pelos processos de desertificação, estudos individualizados e soluções também diferenciadas.

QUADRO 1 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS ESTUDOS SOBRE DESERTIFICAÇÃO APRESENTADOS PARA O NORDESTE DO BRASIL.

AUTOR/ANO	TÍTULO	ESCALA DE ABRANGÊNCIA	METODOLOGIA	RESULTADOS
VASCONCELOS SOBRINHO Durante toda a década de 70	Entre outros, "O Deserto Brasileiro"	Regional/Nordeste	Bio-Indicadores, variação dos Elementos do Clima e condições sócio econômicas	Identificou "Núcleos de Desertificação"
AZIZ AB'SABER (1977)	"Problemática da Desertificação e da Savanização no Brasil Intertropical"	Escala Nacional	Base Conceitual Relacionada aos Geossistemas	Identificou 9 Geotopos Áridos
EDMON NIMER (1980)	"Zoneamento Sistemático de Áreas mais Predispostas a Desertificação"	Escala Nacional	Caracterização Climática através do Regime Pluviométrico, Duração da Estação Biologicamente Seca e Variabilidade Pluviométrica Ano a Ano	Demarcou as Áreas de Estação de Clima Sub-Biologicamente Seca e Variáveis Úmidos e Semi-Áridos no Brasil
VALDEMAR RODRIGUES E col. (1992, revisado por FERREIRA e col., 1994)	"A Desertificação no Nordeste do Brasil: Diagnóstico e Perspectiva"	Escala Regional	Índice de Aridez da UNEP e Indicadores Sócio-Econômicos	Carta da Susceptibilidade a Desertificação e Mapa de Ocorrência da desertificação no Nordeste / Brasil
JOSÉ BUENO CONTI (1995)	"Desertificação nos Trópicos Proposta Metodológica de Estudo Aplicada ao Nordeste Brasileiro"	Escala Regional : Semi-árido delimitado pela isoietas de 800 mm/ano.	Análise de Séries Temporais da Pluviosidade, Variabilidade Interanual e Clicas	237 Postos Analisados: 118 com Tendência Linear Crescente, 85 com Tendência Linear Estável e 34 com Tendência Linear Decrescente

Organizado por SALES, M.C.L

Bibliografia

AB'SABER, A.N. Os sertões: a originalidade da terra. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, vol. 3, n.18, mai./Jun. 1985.

AB'SABER, A.N. Problemática da desertificação e da savanização no Brasil intertropical. São Paulo: Instituto de Geografia da USP, 1977 (Geomorfologia, 53).

CARVALHO, V.; LOMBARDO, M.A. Análise preliminar das potencialidades das imagens Landsat para estudo de desertificação. São José dos Campos: INPE, 1979. (INPE - 1540 - RPE/065).

CONTI, J.B. "A desertificação como problema ambiental" In: ANAIS DO III SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. Nova Friburgo - RJ. v.1, pp.189-194. mai./Jun. 1989.

- CONTI, J.B. A respeito da desertificação. Sergipe. Geonordeste, vol.1, n.2, pp.90-2, 1984.
- CONTI, J.B. Desertificação como tema de estudo da geografia física. São Paulo: Boletim Paulista de Geografia - AGB, n.63, pp.13-21, 1986.
- CONTI, J.B. Desertificação em áreas tropicais. In: III ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DA AMERICA LATINA. Toluca; México. Universidad Autonoma del Estado de Mexico. Anais, v.2. pp.365-376, 1991.
- CONTI, J.B. Desertificação nos trópicos - proposta de metodologia de estudo aplicada ao Nordeste Brasileiro. São Paulo, USP, FFLCH Departamento de Geografia, 1995. Tese de Livre Docência.
- CONTI, J.B. Desertificação. São Paulo. Instituto de Geografia - USP, Orientação, n.6, pp.110-12. nov. 1985.
- CONTI, J.B. Estudo de desertificação com base em análise de séries temporais. In: IV ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA. Instituto de Geografia. Universidad de Los Andes, Mérida, Venezuela. v.1 (Ecodinamica Ambiental y Riesgos Naturales), pp.335-44, 1993.
- CONTI, J.B. O conceito de desertificação. In: 5º ENCONTRO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. AGB. Curitiba. Anais, vol.1, pp.366-70, 1994.
- CONTI, J.B. O meio ambiente tropical. Rio Claro. Rev. Brasileira de Geografia, v.14, n.28, pp.69-79, out. 1989. (Associação de Geografia Teorética).
- DUQUE, J.G. Perspectivas Nordestinas. Fortaleza. BNB-ETENE, 1982. (Obra Póstuma).
- DUQUE, J.G. Solo e água no polígono das secas. Fortaleza. DNOCS, Publicação n.º 154, Série I-A. 4ª edição, 1973.
- FERREIRA et al. A desertificação no Nordeste do Brasil: diagnóstico e perspectivas. Fortaleza Ceará. CONFERÊNCIA NACIONAL E SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DA DESERTIFICAÇÃO, 1994.
- FILGUEIRAS, T.S. Desertificação em Gilbués, Piauí; uma análise agrostológica. Rio de Janeiro. Caderno de Geociências, n.7. pp.23-7, 1991.
- FRANCO, E. Desertização do Nordeste. Sergipe. Geonordeste. vol.2, n.2, ago. 1985.
- FUNCEME. Áreas degradadas susceptíveis aos processos de desertificação no estado do Ceará Brasil. Fortaleza. ICID. 1992.
- GALVÃO, A.L.C. de O. Caracterização geoambiental em região submetida aos processos de desertificação - Gilbués - PI; estudo de caso. Fortaleza, CE. CONFERÊNCIA NACIONAL E SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DA DESERTIFICAÇÃO. 1994.
- KHAN, A. & CAMPOS, R. T. Efeitos das secas no setor agrícola do Nordeste. In: GOMES, G. M. e Col. (Org.) Desenvolvimento sustentável no Nordeste. Brasília, IPEA, 1995.
- LE MOS, J.J.S. Desertificação no semi-árido brasileiro. São Luis. Revista Pesquisa em Foco, São Luís, vol.5, n.5., jan./jun. 1997
- MONTEIRO, C.A.F. On the desertification in the northeast Brazil and man's role in the process. Latin American Studies. Ibaraki nº9, The University of Tsukuba, Japan, 1988.
- NERI, M.S.A. Processo de desertificação: o caso de São José do Seridó. Natal. UFRN, 1982.
- NIMER. E. Desertificação: realidade ou mito? Rio de Janeiro. Rev. Brasileira de Geografia. IBGE, v.50, n.1, pp.7-39, 1988.
- NIMER. E. Subsídio ao plano de ação mundial para combater a desertificação - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA. Rio de Janeiro. Rev. Brasileira de Geografia IBGE, v.42, n.2/3, pp.612-37. 1980.
- NIMER. E. Zoneamento sistemático da potencialidade de desertificação. In: ANAIS DO 3º ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFOS. AGB/UFCE. Fortaleza. pp.105-8. 1978.
- REIS, J.G. Desertificação no Nordeste. Recife: SUDENE/DPG/PRN, 1988.
- RHODES, S.L. Repensando a desertificação: o que sabemos e o que temos aprendido? Fortaleza. ICID, 1992.
- ROBOCK, S.H. Algumas reflexões históricas sobre o desenvolvimento de uma importante região semi-árida: o Nordeste do Brasil. Fortaleza: ICID - Discursos e Exposições Especiais, 1992.
- RODRIGUES, M.I.V. & VIANA, M.O. de L. Desertificação e construção de um coeficiente interdisciplinar para o estado do Ceará. Anais do II Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 66-95, 1997

RODRIGUES, V. et al. Avaliação do quadro da desertificação no Nordeste: diagnóstico e perspectivas. Fortaleza. ICID, 1992.

SALES, M.C.L. Estudo da degradação ambiental em Gilbués - PI: reavaliando o "núcleo de desertificação". São Paulo, USP/FFLCH/Departamento de Geografia. Dissertação de Mestrado, 1998.

SILVA FILHO, J.P. e col. Avaliação do consumo de energéticos florestais no Município de Gilbués - Piauí - Brasil. Fortaleza, CE. CONFERÊNCIA NACIONAL DA DESERTIFICAÇÃO E SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DA DESERTIFICAÇÃO. 1994.

SOUTO, J.J.P. Deserto, uma ameaça? Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. 1985.

SOUZA, B.I. Contribuição ao estudo da desertificação na Bacia do Taperoá - PB. João Pessoa. UFPB/PRODEMA. Dissertação de Mestrado. 1999.

VASCONCELOS SOBRINHO, J. Desertificação no Nordeste brasileiro. Recife. Universidade Federal Rural de Pernambuco. s/d.

VASCONCELOS SOBRINHO, J. Identificação de processos de desertificação no Polígono das Secas do Nordeste Brasileiro. Recife. SUDENE. 1978a.

VASCONCELOS SOBRINHO, J. Metodologia para identificação de Processos de Desertificação: manual de indicadores. SUDENE. Recife. 1978b.

VASCONCELOS SOBRINHO, J. O deserto brasileiro. Recife. Universidade Federal Rural de Pernambuco. 1974.

VERAS, E.L. Identificação de técnicas de processamento digital de dados orbitais do sensor "Thematic Mapper" - Landsat 5, que favorecem o estudo de feições em áreas submetidas ao processo de desertificação - Gilbués - PI. Fortaleza, CE. Conferência Nacional da Desertificação e Seminário Latino Americano da Desertificação. 1994.

Texto aceito em março de 2003.



GESTÃO DO TURISMO NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO REGIONAL. ESTUDO DE CASOS LATINO-AMERICANOS

Geraldo Luciano Toledo*; Álvaro Castroman Pollero**;
Humberto Gallo Junior***

RESUMO:

Este trabalho objetiva argumentar que, para uma gestão bem sucedida do turismo regional, devem-se articular iniciativas de todas as entidades envolvidas, ou seja, organizações públicas, privadas e não-governamentais (ONG). A partir dessa articulação, devem ser posicionados, em um mesmo plano de gerenciamento, os objetivos das diferentes áreas de conhecimento. Assim, abordagens interdisciplinares podem ser planejadas, executadas, coordenadas e avaliadas eficientemente no âmbito do Planejamento Estratégico (PE) turístico regional. A metodologia adotada foi de Estudo de Caso e os casos analisados referem-se ao Planejamento Estratégico de três países: Costa Rica, México e Brasil. Os resultados revelam como são articuladas as iniciativas e objetivos do PE turístico e seu envolvimento com o desenvolvimento sustentável (DS) regional.

PALAVRAS-CHAVE:

Gestão regional, planejamento estratégico, turismo

ABSTRACT:

This paper discusses the thesis that the most successful regional companies in tourism must articulate public, private and non-governmental organizations (ONG). The articulation of these elements must fulfill in the same level of management the goals of the different areas of knowledge. In that sense, the interdisciplinary objectives can be researched, executed, controlled and evaluated efficiently in the Strategic Planning for regional tourism (PE). The methodological tool selected was the case study, and the three cases of Strategic Planning were analyzed: Costa Rica, Mexico and Brazil. The final results examined how the initiative and objectives of a PE belonging to the field of tourism were articulated and their involvement with the regional sustainable development (DS).

desertification in the Brazilian Northeast.

KEY WORDS:

Regional management, strategic planning, tourism.

I- INTRODUÇÃO

O Instituto Espanhol de Turismo (IET, 1999) define a atividade turística como um fenômeno sociológico de grande amplitude, que pode ser estudada e analisada sob várias perspectivas, integrando diferentes disciplinas ou áreas de conhecimento, como Economia, Ciência Política, Geografia, Ecologia, Antropologia, Gestão. Podem-se obter, desta forma, definições de conceitos de turismo, segundo a ótica própria de cada uma dessas disciplinas, configurando-se, assim, uma abordagem multidisciplinar. Nesse contexto, qualquer definição tende a revelar uma visão parcial do fato turístico. No entanto, algumas características da atividade turística apontam para sua complexidade e para sua natureza interdisciplinar e sistêmica. Tais características dizem respeito aos seguintes fatores presentes nas atividades turísticas: intangibilidade, perecibilidade, simultaneidade do binômio produção-consumo e demanda flutuante.

Yázigi (2001) nota duas características intrínsecas ao turismo, a primeira corresponde ao que ele define como a "arte de agradar", e a segunda remete ao pressuposto de que a atividade turística pode autodestruir-se com sua própria execução. Essas propriedades da atividade turística servem de alerta para a complexidade e o cuidado que se deve ter ao se planejar e desenvolver o sistema turístico.

Para analisar a questão do Planejamento Estratégico, normalmente se divide o sistema turístico em três sub-sistemas: o Meio Ambiente (MA), o Trabalho (T) como indicador do meio social, e a Economia (E), configurando-se, assim, a tríade MATE. A alta inter-relação desses elementos da tríade MATE, junto com a complexidade e explosão do setor turístico na América Latina, resulta no fato de que os empresários, governantes, ONG's e academia não possuem uma posição devidamente questionadora e analítica sobre o fenômeno turismo. Alguns manifestam uma atitude apologética, e outros assumem um posicionamento mais crítico, argumentando que a "indústria" do turismo "transforma tudo o que toca em artificial"

Em face dessa realidade antagônica,

presente na sociedade latino-americana, o presente trabalho se propõe analisar situações indicativas das inter-relações que envolvem o turismo, e realçar seus impactos regionais na tríade MATE. Especificamente, os seguintes objetivos são perseguidos:

apresentar evidências práticas de como, a partir de um PE consistente, o fenômeno turístico pode contribuir como elemento de articulação do Desenvolvimento Sustentável (DS) regional;

sugerir algumas atividades práticas do planejamento regional da tríade MATE para a obtenção do DS.

Do ponto de vista metodológico, o estudo apresenta-se como de caráter exploratório-descritivo, com o recurso do base a determinação dos sistemas do processo de "produção-circulação-distribuição-consumo" e suas combinações particulares, na problemática complexa e temporal de cada região geográfica específica. Procurou-se estudar especificamente o PE de três regiões turísticas: México, Costa Rica e o Nordeste brasileiro. Para a coleta de dados, foram utilizadas entrevistas com questões semi-estruturadas e não disfarçadas, as quais foram sendo ajustadas segundo as especificidades do pólo turístico estudado.

Com base na bibliografia e na opinião de técnicos responsáveis e integrantes de ONG's regionais, avalia-se como é tratada, aprimorada e articulada a idéia de desenvolvimento sustentável a partir da atividade turística, no âmbito das regiões geográficas latino-americanas. Teve-se especial cuidado, no marco teórico desse estudo, na utilização de conceitos presentes nos relatórios das mega-conferências mundiais como a CMMAD (1987) e ECO 92.

II- Desenvolvimento sustentável no âmbito institucional.

A Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1987) apresentou o Relatório "Nosso Futuro Comum", permitindo difundir mundialmente o conceito de desenvolvimento sustentável, utilizado com o fim de integrar conceitos aparentemente discrepantes: o desenvolvimento social como ponto de equilíbrio

entre Ecologia e Economia. O propósito era integrar os objetivos da tríade MATE em um único plano, mediante a utilização de indicadores precisos e relacionados entre si.

Segundo Santos (1997), pode abordar o espaço como um sistema de sistemas ou como um sistema de estruturas. Nesse sistema não existem apenas relações bilaterais, uma a uma, mas relações generalizadas. Assim, o sistema é comandado pelo modo de produção dominante nas suas manifestações à escala do espaço em questão. Isso coloca de imediato o problema histórico, ao que Santos (1997) alerta sobre as limitações práticas que dificultam o estudo científico do espaço. Em especial o "espaço turístico" contém especificidades e complexidades detalhadas por Figuerola (1978), Pearce (1993), Lozato-Giotart (1996), Yázigi (2001) e na atualidade, uma das falhas normalmente apontadas com relação ao planejamento da produção do espaço turístico, é a falta de enfoque holístico de sua complexidade e multicasualidade. Assim, a economia utiliza-se de indicadores econômicos, a área social de parâmetros sociais e os profissionais ligados a questões de meio ambiente de termos físico-químico-biológicos. Os objetivos apresentados, segundo a perspectiva de cada um dos profissionais, situação em uma dimensão diferente da dos demais, sendo, portanto, problemático o estabelecimento de indicadores quantitativos universais, além de não se dispor de parâmetros comparáveis. O DS depende desta articulação de objetivos no âmbito do marco institucional.

Pode-se aproximar uma representação do DS por uma função g , que otimize e controle os objetivos comuns da tríade MATE em um mesmo plano ou dimensão:

$$DS = g_{\text{de objetivos comuns}} \text{ (Meio Ambiente, Trabalho, Economia)}$$

Certamente, a equação não é tão trivial. Como analisa Sen (1996), para um DS de um país ou região, os três componentes da tríade são influenciados por múltiplos fatores, principalmente pela capacidade de ação conjunta e coordenada entre o governo e a iniciativa privada, baseada numa cidadania participativa. Essa coordenação é encabeçada por processos relacionados com educação, inovação tecnológica e formação de recursos impactos.

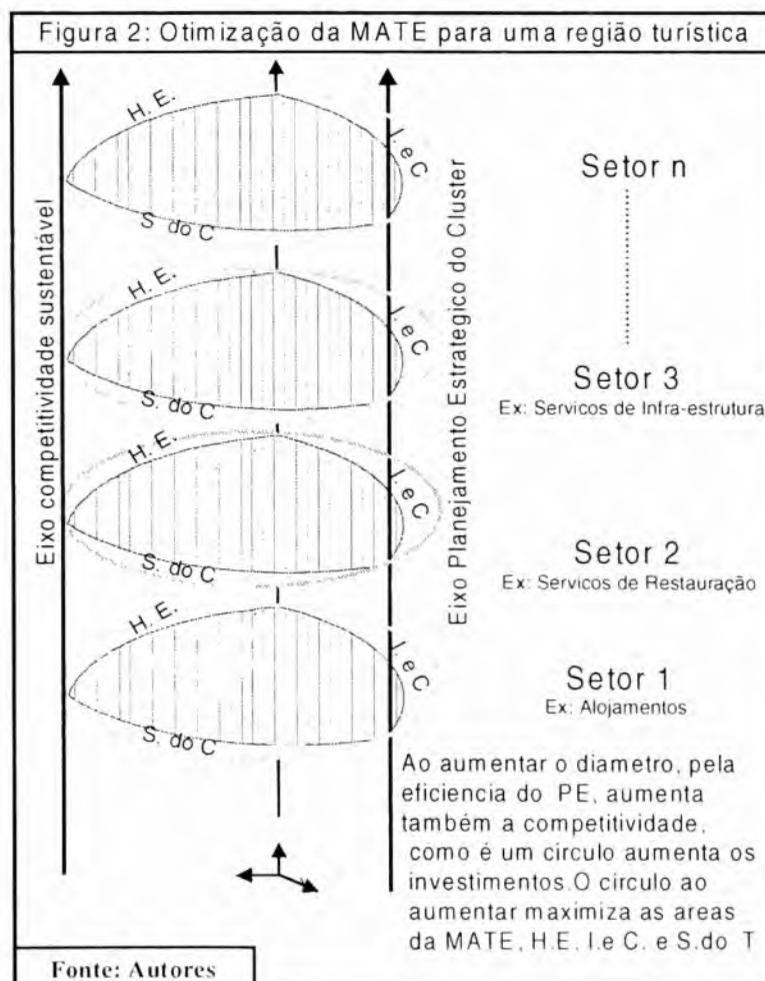
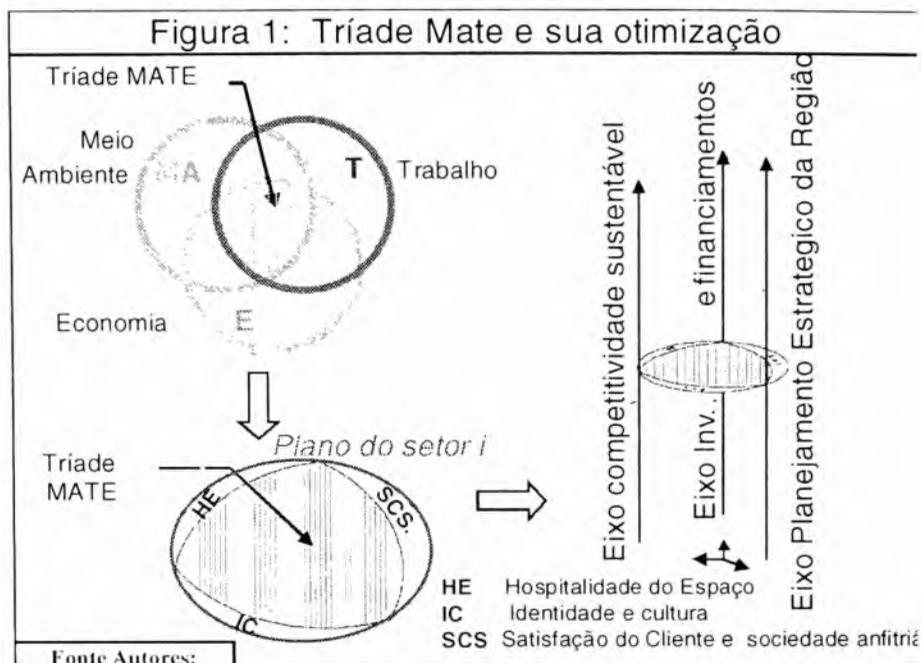
Toledo et al. (2001) interpretam o porquê da preocupação do turismo com o desenvolvimento sustentável, principalmente porque na América Latina, entre outros aspectos, o turismo exige uma série de transformações no local original, gerando, na maioria das vezes, um impacto irreparável no meio ambiente e na sociedade anfitriã. Tais impactos fizeram Krippendorf (1977) considerar os turistas como "devoradores de paisagens", e Yázigi (2001) a chamá-los de "novos vândalos", devido às más práticas e à falta de consciência sobre os desequilíbrios que seu comportamento consumista causa ao meio ambiente e à sociedade anfitriã. Sachs (1993) salienta a utilidade e capacidade do turismo de poder colocar o social no centro do desenvolvimento, isto é, de reafirmar a finalidade social do desenvolvimento.

Como potencializador econômico regional, tanto a Embratur (2000), como a SECTUR (2000) são contundentes, ao apontarem a quantidade de sub-setores econômicos que o turismo dinamiza. A cifra relativa a esses sub-setores ultrapassa cinquenta.

Conforme proposto no presente trabalho, considera-se a otimização da tríade MATE para o DS como a área superposta hachurada (Figura 1).

Nessa área, situados em um mesmo plano, encontram-se os objetivos propostos no PE da MATE e delineados para cada Setor Econômico i . O PE, desenvolvido de forma interdisciplinar e integrada, permite a otimização dos resultados, do ponto de vista do DS. Figurativamente, esse fato revela-se no aumento da área tracejada. Como consequência, ocorrerá um aumento nos resultados, em termos das variáveis setoriais do DS, representadas pelas áreas em branco do círculo inferior da figura 1: Hospitalidade do Espaço (HE), Identidade e Cultura (IC) e Satisfação do Cliente e Sociedade anfitriã (SCS.).

A maximização dessa área é o resultado da posição ocupada por três pontos, os quais aparecem na figura como as extremidades das três calotas relativas às citadas áreas em branco. Por esses três pontos passam os eixos referentes às diretrizes regionais: 1- investimentos e financiamentos da região turística; 2- estratégia competitiva sustentável; 3- planejamento estratégico da região turística.



Como na Figura 2, os três eixos referidos acima também coordenam os outros setores da atividade turística. O alinhamento e crescimento (tanto horizontal vertical) dos setores se darão conjunta e simultaneamente. É importante notar que, ao aumentar a área da tríade MATE, geometricamente representada pelo aumento da distância entre os eixos Planejamento, Competitividade e Financiamento, aumenta simultaneamente o DS regional.

Em sua estada, o turista vai utilizar e circular dentro da rede de fluxos coordenados por esses setores, os quais estarão integrados, geridos e orientados para a satisfação diferenciada do mesmo.

O modelo proposto permite trabalhar melhor o valor a ser agregado à marca do pólo turístico, possibilitado pela sinergia de cada um dos setores econômicos, os quais contribuem para o ciclo turístico, para a comunidade anfitriã e, conseqüentemente, para o DS.

III. Estudo de Casos

A metodologia seguirá uma análise da estrutura espacial, a qual Santos (1997) define como uma combinação localizada de uma estrutura específica, de uma estrutura de renda específica, de uma estrutura de classes específica e de um

arranjo específico de técnicas produtivas e organizativas utilizadas por aquelas estruturas que definem as relações entre os recursos presentes.

Como esta pesquisa não é um estudo comparativo, a linha de análise seguirá o argumento de que cada lugar tem, a cada momento, um papel próprio no processo produtivo (produção, circulação, distribuição e consumo). A presença de combinações particulares de capital e de trabalho são uma forma de distribuição da sociedade global no espaço, que atribui a cada unidade técnica um valor particular em cada lugar geográfico (Santos 1997).

Nesse estudo, foram analisadas as políticas de desenvolvimento e de planejamento turístico, avaliando-se a tríade MATE em regiões latino-americanas. As cifras permitem considerar a atividade em sua dimensão real o contexto sócio-econômico dos países considerados, como mostra a Tabela 1.

III.1 Caso México.

O país possui o plano "Política e Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Turístico Sustentável", que é o resultado da atuação da Secretaria de Turismo (SECTUR, 2000) e do esforço de várias instituições dos setores público,

TABELA 1: DESTINOS TURÍSTICOS DO MUNDO (PERSPECTIVA PARA O ANO 2001)

Turismo	Mundial	A. Latina	México	Costa Rica	Brasil
1- faturamento ^{††} (% do PIB)	4500 (4,0 ^o a)	145 (3,5 ^o a)	71 (8,2 ^o a)	3,2 (7,9 ^o a)	58,2 (7,5 ^o a)
2- impostos ^{††} (% do total)	792,4 (4,2 ^o a)	(—) (—)	(—) (—)	(—) (—)	(—) (—)
3- empregos gerados [†] (% do total)	207 (9,0 ^o a)	12,7 (8,5 ^o a)	2,7 (8,3 ^o a)	0,235 (16 ^o a)	5,382 (7,5 ^o a)
4- chegadas de turistas [†] (% do total)	656,9 (—)	40 (6,1 ^o a)	20 (3,1 ^o a)	2,3 (0,4 ^o a)	5,1 (0,8 ^o a)
5- ingresso de divisas ^{††} (% do total)	1063 (12,8 ^o a)	30 (12,3 ^o a)	19,5 (14 ^o a)	1,4 (18 ^o a)	8,0 (10 ^o a)
6 Investimentos ^{††} (% do total)	656 (9 ^o a)	22 (7,8 ^o a)	16,1 (12 ^o a)	0,580 (20 ^o a)	8,5 (6,2 ^o a)

† milhões †† bilhões de US\$

Fonte: World Travel and Tourism Council – WTTC (2000)

social e acadêmico para definir as diretrizes, políticas e uma estratégia específica, de modo a criar bases para transformar a estrutura de desenvolvimento do setor e permitir o trânsito até a sustentabilidade.

Para conseguir atingir os resultados, a SECTUR (2000) considerou um modelo participativo de planejamento, que permitiu que os atores sociais do turismo realizassem contribuições importantes tanto em nível teórico quanto prático.

A SECTUR (2000) elaborou suas metas de acordo com a Declaração do Rio 92 e as considerações da Agenda XXI para Viagens e Turismo da OMT. Após a avaliação do PE realizado pela SECTUR, no período de 1995-2000, desenvolveu-se o Plano Nacional do Desenvolvimento 2000-2005, que começa com uma introdução, antecedentes e, posteriormente, apresenta as fases a serem seguidas por esse, conforme pode ser observado na Figura 3.

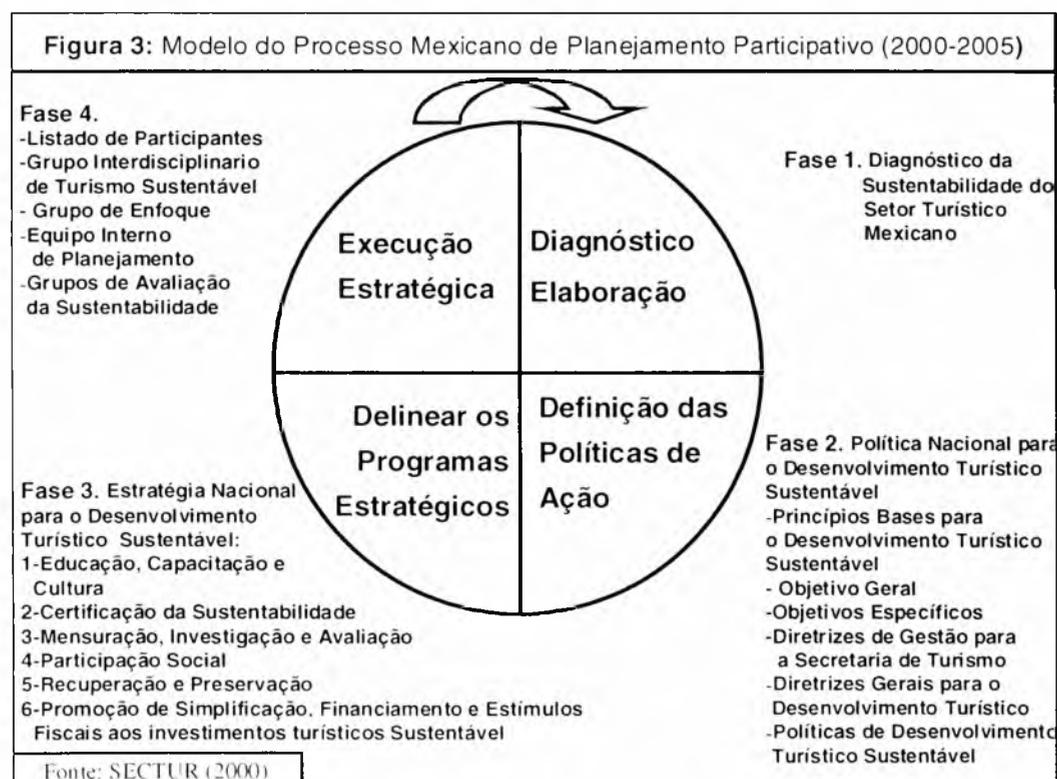
III.2- Caso Costa Rica.

As diretrizes políticas da Costa Rica estruturam-se como um aglomerado turístico que abarca todo o seu espaço nacional. Para Segura,

Inman (1998), a Costa Rica encontra-se na etapa de desenvolvimento e com a experiência de vários planejamentos, execuções, mensurações e avaliações de planos anteriores, que permitem uma retroalimentação positiva dos novos planos. Em sua experiência prática, essa região tem conseguido resolver situações de risco para sua sobrevivência.

O Departamento de Recursos Naturais do Instituto Costarricense de Turismo (ICT, 2000) tem elaborado o programa "Certificação da Sustentabilidade Turística" (CST), como estratégia para sócio-histórico-culturais. Incentiva-se a participação ativa das comunidades locais nas redes de conhecimento turístico do setor público-privado.

Com o turismo, as províncias menos ricas da Costa Rica, como Puntarenas e Guanacaste têm encontrado um motor de desenvolvimento sócio-econômico. O ICT (2000) destaca que a inclusão dos elementos sócio-ecológicos no PE beneficia mais de 700 mil pessoas, que, direta ou indiretamente, dependem dele. Isso significa 20% do total da população do país.



III.3- Caso do Nordeste brasileiro.

O governo Federal do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estão apoiando a execução do projeto "Iniciativa pelo Nordeste", o qual visa a promover uma nova cultura para o desenvolvimento da região, a partir da formação de clusters turísticos. Nasce, assim, o

PRODETUR/NE, um programa que reúne um conjunto de aproximadamente 450 projetos, mobilizando recursos da ordem de US\$ 800 milhões, dos quais US\$ 400 milhões são financiados pelo Banco do Nordeste, com repasse do BID. E espera-se que sejam alcançadas as seguintes metas:

Descrição (% USD do total gasto)	Unid.	Globais	Realizados	%.
Empregos diretos	unid.	1.687.000	1.119.215	66,3
Empregos indiretos	unid.	2.183.000	1.448.277	66,3
Saneamento, água potável(26,2%)	mil hab	809,1	647,0	80,0
Melhoria rede viária (17,7 %)	km	647,4	642,1	99,2
Patrimônio histórico (7,3%)	m2	287.792,7	287.492,7	99,9
Meio ambiente (3,1 %)	ha	47.679	44.024,4	92,3
08 aeroportos (25%)	unid.	08	07	87,5
Desenvolvimento Institucional (3,7 %)	projeto	172,0	74,0	43,0

Fonte: The Pro-Northeast Initiative (1999)

Na concepção do projeto, o setor privado é instado a mobilizar sinergias a partir de vantagens comparativas locais, para alavancar a competitividade dinâmica regional. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2000), cada US\$ 7 mil deixados no país repercutem na manutenção de um emprego. Enquanto que na indústria automobilística são necessários R\$ 170 mil para gerar um emprego, no turismo apenas R\$ 40 mil possibilitam um emprego direto num hotel; R\$ 10 mil empregam uma pessoa num restaurante e R\$ 50 podem garantir matéria-prima e emprego a um artesão.

Interpretação dos dados das três regiões. Na análise das evidências práticas, pelo método das "proposições teóricas" (Yin, 2001) desenvolvidas no marco referencial para os casos desse trabalho, verifica-se que, na atual fase da implementação das teorias do DS, existe uma combinação entre arte e ciência. Isso é devido à falta de metodologias ou indicadores comuns para áreas como Ecologia, Sociologia, Antropologia e Economia.

É um bom exemplo para outros setores, a consciência do PE turístico do México e da Costa

Rica, que tem começado a incorporar a dimensão ambiental, cultural e identidade do lugar na tomada de decisões de seus processos de planejamento e fixação de objetivo. Maior des-taque merece, ainda, o fato de que ambos têm obtido um retorno no crescimento econômico-turístico a médio e curto prazo.

Outro aspecto a favor da otimização da tríade MATE, praticada pelas três regiões no PE, consiste em possibilitar identificar os problemas, atores e métodos para resolver objetivos em comum, sejam público-privado, nacionais ou internacionais.

Além da já conhecida densidade de equipamentos, serviços, infra-estrutura, imagem e turistas necessários para a execução do turismo, os técnicos e acadêmicos dessas regiões turísticas evidenciam, nos PE, a necessidade de articular as atividades da tríade MATE para o desenvolvimento, como pode ser observado no Quadro 1.

A seguir são tecidos alguns comentários sobre os países analisados, segundo as fases em que se encontram no ciclo de vida do turismo.

QUADRO 1: ATIVIDADES DA TRIÁDE MATE MENCIONADAS DENTRO DOS PLANOS TURÍSTICOS.

Atividade/País	México	Costa Rica	Brasil
Imagem turística	Diferenciada	Diferenciada	Pouco Diferenciada
Imagem turística relacionada com a identidade e cultura regional	Altamente Diferenciada	Pouco Diferenciada	Altamente Diferenciada
Imagem turística relacionada com o meio ambiente regional	Altamente Diferenciada	Altamente Diferenciada	Pouco Diferenciada
Planejamento participativo e capacitado	Alto	Alto	Baixo
Sinergia da Iniciativa Pública-Privada	Médio	Alto	Médio
Ênfase intersetorial, a longo prazo	Alto	Alto	Médio
Incentivar e facilitar os investimentos sustentáveis	Definidos	Definidos	Pouco definidos
Ênfase na competitividade global	Alta	Alta	Alta
Informações e capacitação de sustentabilidade aos turistas, agentes de viagens, hotéis, restaurantes entre outros. Etiqueta ecológica	Alta	Alta	Baixa
Sistema de gestão articulado e intersetorial	Alta	Alta	Baixa
Tratamento científico, literatura especializada, escolas de turismo	Alto	Médio	Baixo
Capacitação de recursos humanos	Alta	Alta	Inicial
Indicadores de Sustentabilidade	Alto	Médio	Baixo
Ênfase no consumo sustentável	Media	Alta	Baixa
Limites da capacidade máxima turística	Definidos	Definidos	Não definidos
Mensuração, investigação controle, avaliação dentro do planejamento	Definidos	Definidos	Pouco definidos
Indicadores e manejo ecológico	Alto	Alto	Baixo
Certificação ecológica	Média	Alta	Baixa
Recuperação e preservação ecológica	Inicial	Alta	Baixa

México (Fase de Sustentabilidade)

Com referência ao planejamento turístico desse país, salientam-se os seguintes aspectos:

1. planejamento e gestão do turismo de forma sustentável, procurando otimizar as áreas da tríade MATE, levando em conta objetivos e alguns indicadores comuns;
2. inclusão, nos planos, da filosofia dos relatórios da CMMAD (1987) e da ECO'92;

3. alta capacidade de articular o turismo com os demais setores;

4. uso de métodos de desenvolvimento que apontam para uma distribuição mais equitativa de seus resultados econômicos;

5. inclusão da identidade e cultura regionais para aumentar a competitividade do turismo nessa fase de turismo globalizado.

Costa Rica. (Fase de Desenvolvimento)

A proposta original da Costa Rica apresenta as seguintes características:

1. turismo ecológico sustentável, que utiliza, de forma competitiva, seus recursos naturais turísticos (viabilidade prática do binômio competitividade-sustentabilidade), alimentado pela inovação no manejo ambiental;
2. considera métodos e indicadores com objetivos comuns à tríade MATE, como a certificação da sustentabilidade turística, possuindo etiquetas ecológicas;
3. evidencia um alto grau de comprometimento e planejamento, a longo prazo, do poder público em sinergia com a iniciativa privada e outros integrantes do cluster.

Os resultados da Costa Rica são um excelente exemplo para mostrar que a maior parte da responsabilidade pela degradação do turismo é devida a um inexistente ou ineficaz planejamento/ execução, com a participação real e capacitada das sociedades anfitriãs.

Nordeste do Brasil (Fase de Iniciação)

Dada a situação sócio-econômica do nordeste brasileiro, a PRODETUR/NE está sendo importante em virtude dos seguintes elementos:

1. ser um programa de desenvolvimento por meio de projetos;
2. determinar a situação-problema, atores envolvidos, objetivos e modelo de gestão para articular o DS;
3. facilitar os financiamentos e vias de investimentos nacionais e internacionais, por meio de uma articulação do poder político com a iniciativa privada.

Quanto maior for a inclusão de atividades como IC, HE, SCS (objetivos da MATE em um mesmo plano, pelo planejamento intersetorial), maior será o fase de desenvolvimento alcançado. Quatro enfoques podem ser considerados:

1. mesmo com planejamento, o turismo pode ser um agente de degradação. Mas, nos casos de planejamento bem desenvolvido, uma solução de sucesso pode ser alcançada. Isso porque que a atividade turística deve estar continuamente submetida a um processo de mensuração, controle e avaliação, o qual possibilita, nos casos que seja

detectada a degradação, uma imediata intervenção, mediante ações corretivas, permitindo a construção da sustentabilidade da atividade turística;

2. as cifras são contundentes em relação à real importância do turismo na economia nacional, nos casos estudados. Apresentam-se dados:

capacidade de proporcionar a geração empregos diretos (aproximadamente do 8% a 10%);

gerar divisas (aproximadamente 8% a 15% da balança nacional);

contribuir para o PIB (entre um 5% a um 9% do PIB nacional), numa real articulação do turismo com inúmeros setores econômicos e sociais das regiões onde se realiza (no Brasil foram diagnosticados em 52 setores).

3. a real capacidade de ser condutor de um DS, pela alta capacitação técnica dos responsáveis pelo planejamento. Eles possuem um enfoque sistêmico para poder articular a tríade MATE com as variáveis IC, SCS, HE, que, em outros setores, é difícil de se encontrar;

4. os processos espaciais decorrentes de um planejamento "teórico", a partir de experiências anteriores, a filosofia e terminologia dos conceitos presentes em relatórios como o do CMMAD (1987) e da ECO 92 são explicitamente mencionados nos planos, embora tenham como primeiro objetivo o binômio competitividade e sustentabilidade

IV- Considerações finais.

Os resultados indicam que, para uma melhor convivência do setor turístico com a dinâmica espacial da região, deve-se estabelecer PE's eficazes e promover uma gestão participativa que otimize as inter-relações concernentes à tríade MATE, processo que deve ser concebido a partir de uma afirmação positiva da identidade e cultura regionais.

Deve-se realizar um estudo científico de caráter interdisciplinar e participativo, a partir da cultura e identidade local, cujo resultado confirme a viabilidade econômica, sociocultural e ambiental da execução desta atividade em uma determinada região. Ao mesmo tempo, é necessários encontrar formas de distribuir, de maneira mais equitativa, os benefícios do turismo e de seu próprio desenvolvimento, para elevar a qualidade de vida

da população local, especialmente dos mais carentes. Dessa forma, o turismo passa a ocupar uma posição responsável, em que o setor possa

articular e proporcionar o desenvolvimento sustentável regional.

Bibliografia

CMMAD. *Nosso Futuro Comum*. RJ: Fundação Getulio Vargas, 1991.

EMBRATUR. *Turismo, estruturação e legislação*. RJ: EMBRATUR, 2000.

Figuerola, M. *Análisis del Turismo*. Madri: UCM, 1978.

IET. Instituto Español de Turismo. *Empleo y Turismo*. Madri: IET, 1999.

Krippendorf J. *Les Devorateurs de Paysages. Heures, Lausanne, 1977*.

Lozato-Giotart, J. *Géographie du tourisme*. Masson, Paris, 1990.

OMT. *Compendio de Estadísticas del Turismo*. Madrid: OMT, 2000.

Paloucci, L. *Competitividade sustentável em turismo*. ECA-USP, Dissertação de Mestrado, SP, 2000.

Pearce, D. *Géographie du tourisme*. Paris: Nathan, 1993.

Sachs, I. *Estratégias de transição para o Século XXI*. Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

Santos, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1997

SECTUR. *Secretaria de Turismo de México. La Política y Estrategia Nacional para el Desarrollo Turístico Sustentable*. México: SECTUR, 2000.

Segura, G.; Inman C. *Turismo en Costa Rica*. Costa Rica: CLACDS, 1998.

Sen, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 1996

The Pro-Northeast Initiative. *Relatório Técnico*. Bahia: Bahiatour, 1999.

Toledo et al. *Planificación estratégica de empresas turísticas*. Buenos Aires: Propuesta de un modelo. Estudios y Perspectivas, 2001

WTTC. *Tourism Satellite Accounting Research*. Canadá, WTTC, 2000.

Yázigi, E. *A alma do lugar*. São Paulo: Contexto, 2001.

Yin, R. *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Trabalho aceito em junho de 2003



A POLÍTICA DE TURISMO NO CEARÁ E A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Ireleno Porto Benevides*

RESUMO:

O desenvolvimento e a diversificação do turismo no Ceará assumem a feição de uma política pública, devido razões que socialmente justificam a ação governamental numa perspectiva estratégica e estruturante para criar condições de produção de territórios turísticos, apoiando-se em ações destinadas à segmentação econômica e à desconcentração espacial de seus produtos turísticos. O PRODETUR-CE e o PAT, caudatários das orientações do PRODETURIS, constituem dois programas operadores do planejamento de longo prazo da SETUR-CE, calcado numa concepção da produção social da atratividade turística. Tendo em vista que aqueles territórios impactados constituem frentes pioneiras da parcial modernização econômica e cultural, e considerando as especificidades sócio-culturais da população cearense, os padrões de qualidade exigidos pelos serviços turísticos sofrem constrangimentos, daí que esse trabalho produziu um quadro de referências visando subsidiar a compreensão de problemas, que devido àquelas especificidades, dificultam uma adequada qualificação das pessoas, necessária, contudo, aos níveis de excelência, requeridos para a consolidação do turismo no Ceará.

PALAVRAS-CHAVE:

Capacitação; hospitalidade; planejamento; política pública; turistificação

ABSTRACT:

The development and the diversification of tourism in the state of Ceará assume the feature of a public policy, due to reasons that justify, socially, a government action in a strategic and structuring perspective to create conditions to produce the touristic territories, ideally, considering the sustainability and depending on actions designated to the economic segmentation and to the spatial desconcentration of its touristic products. Prodetur-CE and several PATs, based on PRODETURIS' orientations are programs that operate the planning of long term in SETUR-CE, based on a conception of a social production of touristic attraction. Taking in consideration that those territories impactated are pioneer fronts of a partial economic and cultural modernization and considering the social and cultural specificities of the population of Ceará State, the patterns of quality required by touristic services suffer constraints; that's why this text produced a scene of references with the purpose of supporting the comprehension of problems that, due to those specificities, makes difficult an appropriate qualification of people, necessary to the levels of excellence required by the consolidation of tourism in Ceará State

KEY WORDS:

Capacitating; hospitality; planning; public policy; touristification.

* Poeta e professor da Universidade Federal do Ceará.

Doutorando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo. E-mail: paulogon@globol.com.

1. Introdução

A viabilização do turismo no Ceará insere-se no contexto de políticas de desenvolvimento regional para o Nordeste. Este processo pode ser caracterizado por uma espécie de redescobrimto desta região como um dos locais privilegiados para a implantação de investimentos em turismo e hotelaria, bem como tem-se orientado pelas tendências decorrentes da globalização, que apontam para o crescimento do "setor de turismo"¹ na economia mundial e para a maior participação de áreas tropicais do planeta neste mercado, cuja segmentação crescente é alimentada pelas peculiaridades encontradas nessas áreas, em virtude de motivações e valores que alimentam a demanda turística, tais como o multiculturalismo e o ambientalismo.

Nesse processo, políticas públicas vêm assumindo decisiva participação, no papel tanto estratégico de planejamento a longo prazo, através de ações que orientem a organização e o desenvolvimento da atividade, bem como estruturante de investimentos diretos, principalmente em infraestrutura física, destinados à valorização de territórios considerados potencialmente turísticos. Isso leva a que no Nordeste o Estado tenha papel relevante na produção e na gestão de um padrão regional de turistificação, decorrente, em parte, da concepção do PRODETUR-NE (Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo na Região Nordeste).

Essa significativa participação na viabilização de atividades privadas, socialmente não essenciais, se justificaria pelas seguintes razões:

- o papel que o turismo tem como setor significativo e como vetor estruturante de refuncionalização da região litorânea, ou seja como fator de desenvolvimento regional;
- suas possibilidades de geração de emprego e renda, bem como seus chamados efeitos em cadeia, hipoteticamente estimuladores e dinamizadores do correlatas;
- as possibilidades de elevação de algumas condições materiais de vida das populações residentes nesses referidos territórios, em virtude da infraestrutura urbana, do saneamento e do sistema viário aí fixados, destinados a criar um ambiência favorável aos fluxos turísticos;

- as necessidades de administrar conflitos e resolver tensões entre espaço herdado e espaço projetado (SOJA, 1983), de modo a compatibilizar a manutenção da atratividade originária com os requisitos demandados para sua valorização de fato, ou seja, a produção de territórios turísticos, daí os princípios da sustentabilidade e da participação social, idealmente envolvendo as políticas públicas de turismo.

No Ceará, por uma ótica de política de desenvolvimento regional, o turismo tem assumido, nos vários planos de ação dos quatro últimos governos estaduais (1986-2002), a condição de um dos setores prioritários, pela sua atribuição como relevante para o desenvolvimento do Estado para a diversificação de sua base produtiva, bem como pela parcial modernização de algumas localidades do território cearense. Por conseguinte, nas diretrizes estratégicas de educação profissional do Estado do Ceará, definidas no Plano Estadual de Qualificação (PEQ/CE) – fundamentado na concepção do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) – conduzidas e coordenadas pela então Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social (SETAS-CE), o turismo tem-se constituído também como um dos setores alvo deste plano.

Ademais, diante das características da oferta de mão-de-obra local, a capacitação profissional – além da infraestrutura hoteleira e turística, do seu espaço complementar (SANCHEZ, 1991), referente à infra-estrutura física e aos serviços, e do marketing turístico – constitui o quarto requisito para o desenvolvimento e a consolidação do turismo, que, no Ceará, tem passado por significativos marcos de mudança em seu planejamento e gestão, conforme está panoramicamente apresentado neste trabalho no segmento 2, no qual procuramos elaborar um esboço de síntese interpretativa de que têm sido a política governamental de turismo no Ceará.

Como um programa público de qualificação profissional para o Ceará deve levar em conta as características qualitativas da população alvo, este trabalho apresenta no segmento 3 um quadro de referência que forneça elementos para preocupações mais amplas do que um mero aprendizado de tarefas. Uma maior acuidade sobre a natureza

dos serviços e das relações entre seus consumidores e seus produtores, em geral e turísticos em particular, em sociedades como a cearense, deve ser traduzida em orientações a respeito de conteúdos e formas de treinamento, voltados para superar profundos entraves e responder desafios, permeando o processo de qualificação. Esses desafios decorrem da consideração de que, muitas vezes, mais de que uma proposta de profissionalização, estas orientações devem se revestir de componentes para uma ampla mudança comportamental dos treinandos, como requisitos a uma profissionalização voltada para ambientes e culturas de trabalho, que, geralmente, não fazem parte do modo habitual de suas vidas.

A elaboração desse quadro de referência contou também com reflexões por nós desenvolvidas, como consultor, nos anos de 2000 e 2001, junto ao PEQ-CE. Visando contribuir para discutir problemas que decorrem de aspectos apontados no referido quadro, no final desse trabalho estão pontuadas orientações gerais voltadas para a gestão de projetos de capacitação profissional para o setor turístico, que devem perspassar seus conteúdos programáticos.

2. Uma Interpretação da Política Pública de Turismo no Ceará

O padrão regional de turistificação do Nordeste litorâneo tem produzido diferentes desempenhos intrarregionais, demonstrando, assim, o predomínio específico do planejamento governamental e da iniciativa privada estaduais sobre as condições naturais, hipoteticamente favoráveis em quase toda a região.

Como exemplo disso a elaboração do PRODETURIS (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral Cearense), em 1989, constitui, juntamente com o PRODETUR-CE (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Ceará), um marco significativo do novo patamar qualitativo dessas políticas no Ceará, pois aquele forneceu paradigmas conceituais constantes neste, refletindo assim sua antecipada consonância com a concepção e as orientações do PRODETUR-NE, elaborado em 1992. O PRODETURIS constitui um documento resultante de viagens e estudos de campo, voltados para o mapeamento e a regionalização dos recursos

naturais, paisagísticos e culturais de todo o litoral cearense, como diagnóstico subsidiador do planejamento turístico. Esses programas constituem marcos referenciais para o planejamento estratégico da SETUR-CE, responsável pela configuração de um novo patamar qualitativo na trajetória das políticas governamentais e privadas voltadas para a promoção e o desenvolvimento do turismo.

Aquele patamar é demarcado pela passagem da antiga concepção naturalizante de recursos turísticos para as orientações estratégicas com a produção social, com a sustentabilidade e com a viabilização material, todas referentes à promoção da atratividade de um lugar turístico.

Um cotejo entre dados de uma pesquisa realizada em 1980, pela FGV-USP / EMBRATUR, sobre o potencial turístico nos vários estados do Nordeste, e o recente desempenho desse setor no Ceará corroboram isso, pois, enquanto ele obteve classificação secundária nesse ranking, seu desempenho efetivo o consolida como destino não só nordestino de excelência, atraindo diferentes demandas de todo o Brasil (BENEVIDES, 1998b).

Uma série de diretrizes espaciais, políticas e econômicas que balizam, segundo a SETUR-CE (1998), as ações territorial, institucional e de fomento, submetidas aos princípios da descentralização e do reordenamento espaciais, da agora, sobretudo, para a capacitação profissional e desenvolvimento institucional. O que singulariza, portanto, esse programa é uma série de ações destinadas a estruturar e articular programas setoriais não ligados imediatamente à construção de uma infra-estrutura de equipamentos de hoteleira e de lazer.

A significação que o turismo assume nas políticas governamentais do Ceará está associada à importância crescente que ele vem tendo contemporaneamente na produção e na "valorização do espaço" (COSTA e MORAES, 1993), principalmente em regiões não centrais do capitalismo atual¹, e mais especificamente em lugares economicamente deprimidos ou estagnados pela perda de dinamismo de suas tradicionais atividades produtivas, mas que, provavelmente por isso mesmo, preserva condições para serem revitalizados pelo turismo.

A redescoberta desses lugares, como, por exemplo, está ocorrendo numa região de serra úmida no Ceará (o maciço de Baturité) guarda semelhança como o que URRY chama do processo de criação da "indústria de tradição" pelo olhar turístico (1996, 143), em consonância com o marketing do lugar, (GARCIA, 1997) voltado para captar e recriar algumas de suas "imagens depuradas pelo turismo" (BENEVIDES e GARCIA, 1997).

No Ceará estas possibilidades começam a ser contempladas pela Secretaria de Turismo (SETUR-CE), mediante a elaboração de PATs voltados para o levantamento de potencialidades de 22 municípios, todos fora da região litorânea contemplada na primeira fase do PRODETUR-CE, para posterior planejamento de seu desenvolvimento turístico. Todavia, as orientações que norteiam esses planos são caudatárias das concepções do PRODETUR-CE, além de estabelecerem sintonias com tendências de segmentação do mercado de produtos turísticos.

O PRODETUR-CE e os PATs têm em comum o fato de que dizem respeito à criação de uma ampla e diversificada ambiência favorável ao desenvolvimento da atividade turística nesses municípios, baseada em vários projetos voltados para o aproveitamento turístico de tradicionais potencialidades produtivas, arquitetônicas, paisagísticas, naturais e culturais desses lugares, que hierarquizadas em pequenas comunidades tradicionais, em virtude de a remanescente razão patrimonialista aí ser mais vigorosa. A tradução econômica desse novo conteúdo social deve partir, então, da orientação de projetos turísticos que contemplem tanto reduzidas escalas de operações dos equipamentos de hotelaria, lazer e restauração, criando oportunidades para empreendedores locais, bem como utilização, ao máximo possível, de insumos endogenamente produzidos ou aí existentes, principalmente o fator trabalho. Este constitui, contudo, um problemático desafio, pois as formas predominantes, pelas quais o turismo vem se desenvolvendo no Ceará, dificultam a propalada empregabilidade das populações tradicionais³

Quanto aos aspectos da matriz institucional, responsável pela coordenação de ações setoriais

de promoção do turismo, há que se ressaltar que é justamente essa matriz que articula tais ações numa verdadeira política pública de turismo. Por conseguinte, são as múltiplas faces componentes e produtoras do turismo que ensejam parecerias entre ações da SETUR-CE com outras secretarias estaduais, em virtude do papel articulador e integrador das atividades específicas e complementares à promoção do turismo cuja eficácia requer a coordenação governamental. Daí a noção de "*competitividade espacial sistêmica*" – haurido a partir de SANCHEZ (1991) – entre os lugares turístico, influenciando nas decisões de viagens em razão de repertórios de atrativos e condições que levam a eleição de um destino.

Essa noção de destino aliada à de competitividade espacial é muito importante operacionalmente para estratégias de desenvolvimento do setor, porquanto ações desarticuladas entre seus produtores e promotores individuais podem ter reduzido peso na elevação sistêmica dos padrões de qualidade e de competitividade de um lugar turístico. Daí a necessidade da coordenação dessas ações.

As referências municipais do PAT podem contudo extrapolar para uma escala microrregional. Poucos municípios cearenses têm isoladamente grande alavancagem turística, daí a preocupação com um planejamento integrando aqueles que abrigam corredores e roteiros turísticos temáticos. Tudo isso requer parcerias entre as esferas governamentais, bem como entre essas e o setor privado, para a consolidação de bases institucionais, espaciais e econômicas da promoção do turismo⁴ Existem assim maiores possibilidades econômicas e políticas na referida escala, tendo em vista que só elevados padrões de excelência de atrativos, encontrados pontualmente, ensejariam o aproveitamento de potencialidades locais, em uma escala produtiva minimamente "rentável", que justifique sua desvinculação com outras potencialidades existentes em municípios vizinhos, o que é raro.

Em regiões como o Ceará, principalmente naquelas frentes pioneiras, o turismo não decorre de um desenvolvimento anterior mais amplo, porém contrariamente passa a ter atribuição de promotor do desenvolvimento, o que requer entre

outras coisas, planejamento e profissionalização quanto às ações relativas a instalação da infraestrutura física, aos agressivos aparatos promocionais, bem como aos programas de capacitação profissional, em virtude das cadeias internacionais que estão progressivamente instalando-se no Ceará. Essas operam, por um homogêneo padrão de funcionamento em dimensões mundiais, suas unidades situadas, em diversas regiões com diferentes estágios de desenvolvimento tecnológico e organizacional, refletindo assim a globalização no setor hoteleiro. Esse padrão condiciona o perfil de sua demanda por mão-de-obra e, por conseguinte, os requisitos para a qualificação das pessoas a serem empregadas.

Face às características de grande parte da população local, verifica-se aqui uma inversão do que ocorre na estrutura ocupacional das redes hoteleiras em países centrais. Nestes, têm-se os níveis de cúpula e mesmo intermediários ocupados por funcionários de origem local e os níveis mais operacionais por imigrantes (URRY, 1996). No Nordeste, em geral, o contrário tende a predominar. Essa inversão, contudo, não pode levar a que se infira que a mão-de-obra local seja inerentemente incapaz de responder positivamente à inerentes a ela que respondem por isso, mas o contexto sócio-cultural em que ela está inserida.

Tendo em vista que de fato ocorrem semelhanças entre os destinos turísticos das capitais do Nordeste, as estratégias mercadológicas podem constituir instrumentos para condicionar as vantagens competitivas, o que pode levar a inserir nisso o importante papel da capacitação profissional. Seminários realizados para avaliar o PRODETUR-NE I consideram como um dos problemas-chave para a consolidação do setor turístico no Nordeste a questão da capacitação de mão-de-obra, ainda deficiente e insatisfatória, o que tem levado a que as propostas do PRODETUR-NE II se concentrem nessa área.

A sustentabilidade no turismo, considerada pela sua dimensão social – contudo tantas vezes relegada pelo viés ambientalista –, deve ter como um de seus pressupostos categóricos a efetiva capacitação das pessoas aí alocadas, como forma de elevar a qualidade dos serviços oferecidos. Isso requer que se instaure e se consolide uma estrutura

de hospitalidade profissionalizada, superadora da ideologia do povo hospitaleiro, bom e acolhedor.

3. Referências sobre especificidades da capacitação profissional para o turismo no Ceará

As condições e as características inerentes à produção de serviços respondem por uma série de requisitos compatíveis com o processo de capacitação da sua mão-de-obra. Quanto aos turísticos, algumas de suas características singularizam ainda mais estes requisitos. A impossibilidade de armazenar serviços, em virtude de sua intangibilidade, contingencia a contigüidade espacial e a simultaneidade temporal entre os atos de consumir e de produzir, inviabilizando, com isso, práticas de experimentos de amostras de seus produtos, bem como das especulações dos mesmos, mas, no máximo, de seus preços, o que é típico de um consumo sazonal, como o turístico em algumas localidades.

Essa sazonalidade é assim responsável por aquilo que os economistas chamam de flutuação no ritmo de atividade econômica, com consequências diretas sobre as condições de emprego. Assim, subjacente ao discurso administrativo pós-moderno da flexibilização, o que, de fato, se verifica é que muitas ocupações no turismo, na verdade, estão estruturalmente submetidas às condições de instabilidade e de precarização, levando assim a OURIQUES denominá-lo de "*indústria do desemprego*" (1998, 91). Daí que programas de capacitação profissional para essas atividades devem encarar, por outra ótica, essa flexibilização, ou seja, pelas possibilidades de reais alternativas de trabalho, nos momentos de grande redução daquele ritmo, como se verifica, por exemplo, no litoral catarinense.

Outra característica refere-se à "*fixidez espacial*" (URRY, 1996) de sua oferta, associando assim o ato de consumir ao ato de viajar. Considerando que os modos de operação dos equipamentos de hotelaria do Nordeste, no "*espelho da globalização*" (CAVALCANTE, 1997), tendem a obedecer padrões globais hegemônicos, ou seja, "*a unicidade técnica*" (SANTOS, 1996) em escala mundial. Tal fixidez provoca o transplante de processos organizacionais e tecnológicos, que

são alheios às características da dotação relativa dos fatores locais principalmente nas já referidas frentes. Isso fica expresso no fato de que as peculiaridades da mão-de-obra nativa constituam critério irrelevante nas decisões locacionais dos investimentos turísticos, embora não nos discursos da sua "empregabilidade". Contudo, é muitas vezes por conta dessas características que se torna problemática a consecução das condições de excelência destes produtos.

Uma terceira característica diz respeito ao fato de que o turismo compõe um conjunto de atividades econômicas referenciadas pela espacialidade, o que significa que o consumo de serviços e produtos turísticos não possa desacoplar-se dos ambientes em que eles são gerados. Além disso, o espaço é um componente significativo e o suporte básico na produção da atratividade turística, pelo fato de que ele é a *"única prática social que elementarmente consome espaço"* (CRUZ, 2001).

Considerando o espaço não somente em sua dimensão física e material, mas também simbólica, é que características da população local muitas vezes tendem a ser representadas como integrantes do elenco de fatores ensejadores da atratividade, conforme é tão bem reverberado na ideologia da hospitalidade cearense e mesmo reelaborado em alguns discursos acadêmicos, que a apontam como "potencial maior" (CRUZ, 1996)⁵ Todavia, essa hospitalidade, quando transposta como integrando inerentemente a qualidade dos recursos turísticos, desconsidera principalmente o quanto ela pode, ao contrário, atuar negativamente. Destarte, foram justamente essa ideologia e a concepção naturalizante de atratividade turística que estiveram no cerne das iniciais concepções de promoções do turismo no Ceará (BENEVIDES, 1998), o que remanesce em algumas mentalidades amadoras e românticas.

Além disso, há que elementarmente se considerar que a hospitalidade, enquanto condição favorável para as motivações de viagens, presta-se mais aos casos de práticas turísticas que têm como meios de hospedagem residências de amigos e parentes. Isto se torna diferente, quando esses meios se baseiam em hotéis e pousadas, para os quais a "hospitalidade profissional" (LIMA,

2002) de suas estruturas de atendimento é imprescindível, pois viaja-se, obvia e principalmente, para não se sentir em casa.

A qualidade dos serviços, principalmente pessoais que estão presentes no turismo – mormente face as tendências crescentes da segmentação de seu mercado (ANSARAH, 1999) e dos chamados pós-turismos (URRY, 1996, 131) – depende, por conseguinte, da qualidade da interação estabelecida entre seus consumidores e produtores, a qual participa do processo de valorização dos serviços adquiridos. Na oferta desses serviços vêm sempre embutidos os atributos comportamentais e pessoais, assim como a experiência social dos trabalhadores aí alocados, em virtude do grau de envolvimento destes com os consumidores. Contudo, em regiões com baixos níveis de desenvolvimento econômico e com diferenças culturais significativas entre consumidores e prestadores de serviços, ambos turísticos, a qualidade dessa interação é muito problemática, justamente por conta das diferentes experiências sociais destes dois sujeitos.

Quanto à qualidade dessa referida interação, tomemos as considerações de MOELLER (1992), para quem o grau de valorização que um consumidor confere aos serviços adquiridos é influenciado pela sua qualidade subjetiva e objetiva, sendo esta última relativa às condições técnicas e aos dispositivos organizacionais e ambientais em que o trabalho de prestação de serviços é realizado, o que pode ser racionalizado e reproduzido mecanicamente. Contudo, capacitar pessoas nesse "setor" requer muito mais que procedimentos racionais, objetivos e manuais. Requer principalmente o desenvolvimento daquelas qualidades e de atitudes pessoais, tais como envolvimento, posturas, flexibilidade, comprometimento com a satisfação do cliente, compreensão de suas características e percepção de suas expectativas. Por conseguinte, o prestador de serviços deve ter sensibilidade e discernimento para lidar com as variáveis comportamentais que podem interferir naquela interação (ROCHA, 2000), o que aliás é arduamente bem feito no mercado do turismo sexual (BENEVIDES, 2002).

Esses requisitos são praticamente desprezíveis no caso da produção de mercadorias corpóreas, em virtude de sua não "fixidez espacial", ao contrário do que se verifica nos serviços. Assim, parafraseando NIGRI, pode-se dizer que o valor da mercadoria-serviço leva em conta sobretudo as capacidades relacionais, pois um "serviço é também uma composição de fatores sociais pertencentes ao seu produtor" (ROCHA, 2000). Para NIGRI, aquelas qualidades objetivas e aquelas variáveis comportamentais correspondem a uma tendência de "feminização do trabalho" (1998)⁶

Em última instância essa feminização seria então uma extensão, para o mundo da produção social, dos atributos tradicionalmente conferidos e desenvolvidos pelas mulheres nos espaços domésticos de realização de suas tarefas. Não mais inscrita nos quadros de dominação tradicional, patriarcal, e muitas vezes exacerbada nas estruturas patrimonialistas – ambas tomadas aqui como categorias weberianas (WEBER, 1991) – contemporaneamente essa feminização não pode ser confundida com serviçalismo, como de fato tende a acontecer em muitos contextos do turismo em regiões do terceiro mundo. Para tanto, duas referências desenvolvem um argumento crítico a essa tendência.

Recorrendo a CRICK (1988,46), principalmente em suas alusões tácitas ao turismo sexual, URRY argumenta que *...boa parte da mão-de-obra exigida pelos serviços relacionados com o turismo é relativamente mal preparada e poderá muito bem reproduzir o caráter servil do anterior regime colonial, aquilo que um crítico denomina uma formação especializada em bajular*" (1996, 94). Por seu turno, apoiando-se em HALL (1994), CASTRO argumenta que, *...em muitos países em desenvolvimento, o turismo assume a forma de uma situação colonial, ou seja, o imperialismo do lazer e representante na atualidade da face hedonística do neo-colonialismo*" (1998, 25).

Essas duas referências interpretativas se orientam para apoiar nosso argumento crítico à ideologia de hospitalidade cearense aplicada às representações sociais da receptividade ao turista – mesmo porque suas raízes históricas remontam à formação colonialista do Ceará (GIRÃO, 1971) – como relativa atualização desse serviçalismo

colonial, que acaba por secundarizar o peso da profissionalização em turismo. Além disso, essa hospitalidade tem sua demarcação histórico-espacial que remonta às formas tradicionais de acolhida, envolvendo, de um lado, populações rurais nativas e, de outro, viajantes e forasteiros, que passavam por estes ermos territórios ao encontro de um rancho passageiro, um pernoite e um repouso para logo depois seguir viagem⁷

Contrariamente então, são as tendências e os requisitos contemporâneos que devem orientar a capacitação de pessoas para o turismo, mesmo por que suas práticas são significativamente diferentes dessas antigas viagens. A intolerância para com incômodos e improvisações e o desfrute, sem vicissitudes, do lazer ensejam a que a hospitalidade amadora e romântica seja submetida à capacitação profissionalizada, que tem que ser estratégica para a qualidade dos serviços turísticos.

Face a esse espectro, essa capacitação não pode restringir-se à adequação do trabalhador ao mero aprendizado de uma tarefa. Deve perpassa, portanto, no treinamento, a necessidade de que seja contemplada a assimilação de padrões de sociabilidade compatíveis com o universo dos consumidores, o que se torna fundamental para que aquelas referidas capacidades relacionais se sustentarem satisfatoriamente.

Isto posto, em um programa de recursos humanos para o turismo há de se considerar que o treinamento deve ir além da habilitação taylorista para o desempenho satisfatório de tarefas pois elas não se circunscrevem à engenharia dos ambientes fordistas de trabalho. Isso porque a ambiência em que se desenvolve muito dos serviços turísticos é caracterizada por *...sistemas de alto contato, no qual existe considerável envolvimento do cliente com o serviço. Como resultado, torna-se difícil racionalizar o sistema, em parte porque o cliente poderá provocar uma mudança no sistema de operação*" (URRY, 1996).

Tendo em vista, portanto, aquelas razões dos consumidores, ainda mais flexíveis para os turistas, principalmente quando se leva em conta a diversidade cultural entre eles⁸, o aprendizado deve também flexibilizar-se, buscando compatibilizar a tarefa padrão, tayloristicamente conotada, com os "desvios" dos clientes. Por conseguinte, o

envolvimento referido torna-se difícil, quando códigos rigidamente prescritivos de procedimentos invariáveis orientam o comportamento profissional dos trabalhadores em serviços. Contrariamente, deve ser adaptado a diferentes tipos de clientes. Exemplificando-se, a elaboração de um cardápio, seguindo uma tipologia de preparação, não significa que esta não possa sofrer alguma alteração, principalmente em guarnições complementares, para satisfazer gostos e preferências especiais. É essa satisfação aquilo que pode tornar-se tão importante para a fidelização da clientela. Tal exemplo pode assim corroborar a consideração de que *"...alguns serviços exigem um envolvimento emocional por parte de seus produtores. Nestes, o trabalho de encantamento do cliente se apoia num atendimento cada vez mais personalizado e autêntico"* (ROCHA, 2000). Em síntese, aí as relações entre produtores e consumidores são perspassadas por um alto grau de flexibilização.

Um programa de capacitação – inscrito num contexto de preocupações mais amplas para com o desenvolvimento de uma cultura da excelência do trabalho em ambientes turísticos - deve buscar mecanismos e procedimentos para "introduzir" os treinandos no universo dos consumidores de turismo. Isso requer uma pedagogia flexível e mais ampla que a mera profissionalização, voltando-se, portanto, para o mundo das relações e dos modos de comportamento presentes nas práticas turísticas, ou seja para o universo cultural, ou até mesmo para o imaginário do turista. Tal pretensão tende a perpassar, em alguns casos, uma parcial ressocialização desses prestadores de serviços.

Indícios dessas preocupações orientam as prescrições do PEQ-CE, voltadas para contemplar uma capacitação não restrita à profissionalização, apreendida através da aquisição de habilidades específicas a uma ocupação. Por isso são consideradas também as chamadas habilidades básicas e de gestão, voltadas para situar os trabalhadores, tanto no contexto em que se inserem sua ocupação e sua condução no mercado, geral, e no ambiente, particular, de trabalho, bem como na sua participação na sociedade inclusiva.

A tradução dessas preocupações em conteúdos programáticos, embora de difícil

operacionalização, precisa levar em conta sua adequação aos serviços turísticos vigentes. Isso faz com que a demanda de mão-de-obra nas empresas do trade forneça as referências predominantes para elaboração desses conteúdos, pois as características sócio-culturais dos treinandos circunscritas no universo da cultura patrimonialista constituem variáveis secundárias. Inobstante, muitas vezes é esse universo que continua orientando condutas de patrões e de empregados no mundo das organizações.

Exemplificando alguns dos traços dessa cultura, poder-se-ia falar nos direitos do consumidor e no que isso se rebate sobre as exigências de qualidade. Contudo, dentro do universo patrimonialista, os serviços tendem a ser representados por seus prestadores como uma espécie de favor, o que leva a atitudes muitas vezes de não-presteza e de não-reconsideração, quando sua qualidade é reclamada pelos consumidores a estes prestadores, para as quais também concorre a falta de treinamento. Essa cultura patrimonialista tem também se refletido numa certa "lógica dilapidatória"⁹ na condução de negócios e num certo empirismo, imediatismo e improvisação com que são tocadas as atividades, principalmente de prestação de serviços.

Esse quadro não se compatibiliza com os requisitos básicos para a gestão de negócios turísticos – atividades mais afeitas às exigências de excelência e alta qualidade (TRIGO, 1998). Portanto, essa incompatibilidade reflete também o fosso, em geral, que separa exigentes consumidores e trabalhadores potenciais e efetivos, submetidos estes a hábitos e posturas simplórios, relações informais e níveis irrisórios de consumo. Além disso, poder-se-ia dizer – em termos weberianos – que no Ceará persistem traços patrimonialistas nas relações de trabalho, que dificultam a plena constituição de uma cultura empre-sarial objetiva e racionalmente capitalista, não só nos serviços, o que leva a produzir efeitos negativos sobre a capacitação profissionalizante.

Se por um lado as características sócio-culturais dos treinandos constituem variáveis dependentes, por outro considerem-se observações do OMT (1997), que, dentre as três dimensões componentes de uma ação de capacitação profissional para o turismo, salienta

aquela referente à dimensão da variedade cultural e institucional do espaço turístico, que pode diferentemente influir no processo de aprendizagem, bem como na interação entre populações hospedeiras e visitantes. Assim, os hábitos e comportamentos locais podem interferir negativamente neste processo, principalmente quando a vivência pessoal do prestador de serviços seja muito diferente daquela encontrada no ambiente originário do turista.

Quanto a isso, uma qualificação profissional para o turismo deve concreta e operacionalmente enfrentar duas situações que desafiam sua exequibilidade. A primeira refere-se a inerentes limitações que um programa de capacitação – por mais bem intencionado e eficiente possível – tem. Isso porque muitos obstáculos e déficits que aparecem ao longo de ações de capacitação não podem ser respectivamente superados ou supridos plenamente, porquanto extrapolam ao âmbito e à competência das ações do trade turístico. Esses problemas setorializados são assim sintomas de estrangimentos estruturais mais amplos referentes ao contexto geral de subdesenvolvimento.

Desse modo, as dificuldades daquela introdução ressocializadora não dizem respeito somente a soluções competentes por técnicas e processos de aprendizagem profissional. Isso porque é o processo social mais amplo que enseja mecanismos de estratificação e de restrita circulação sociais, que objetivamente constroem e às vezes impediam que pessoas recrutadas como trabalhadoras para o turismo participassem do universo de seus consumidores, antes de se inserirem aí como produtores¹⁰

Concretamente, o grau de pobreza e os baixos níveis de escolaridade da maioria da população cearense respondem pelo fato de que só residualmente ela possa participar dos valores, das formas de consumo e dos padrões de sociabilidade, todos compatíveis com a modernidade. O extremo oposto a isso está nos turistas, cujas referências comportamentais e culturais se sintonizam mais com a chamada pós-modernidade.

Especificando isso em termos de preocupações orientadoras de ações de treinamento, considere-se o desenvolvimento de serviços de governança, voltados para arrumação

e limpeza de camas, quartos e banheiros. Aí devem ser levados em conta conteúdos programáticos que sensibilizem os treinandos, a fim de que as péssimas condições de habitação e de saneamento básico em que muitos vivem, por exemplo, não os descurem da necessidade de higiene pessoal e de ordem e limpeza domésticas, como requisito para compatibilizar a qualidade de suas vidas e de seus serviços, ou em outras palavras, sua postura pessoal e profissional diante da sua existência e da sua ocupação. Mas isso é plenamente possível? É possível o treinamento deletar esses problemas de raiz?

Um programa dessa natureza, por conseguinte, deve enfrentar o desafio de propor uma compatibilização eficaz - como de resto é toda educação, que vislumbra ampliar habilidades e possibilidades relacionais entre prestação de serviços para consumidores circunscritos aos quadros de referência da pós-modernidade e características dos recursos humanos aí empregados, compatíveis com horizontes culturais e materiais ainda marginalmente ligados à modernidade. Em síntese, o desafio de compactar tempos históricos e espaços sociais tão díspares num mesmo ambiente de produção e de consumo.

Voltando assim a um outro exercício de exemplificação, pode-se argumentar que não se torna tão problemático treinar uma pessoa para serviços de bar e restaurante, nas tarefas de garçom. Mas o contrário pode vir a ocorrer, no que se refere à aquisição de uma postura e de uma compostura relativas ao exercício e ao ambiente de sua função profissional. Isso porque aquela difícil compactação pode se traduzir numa confusão entre profissionalismo e polidez distante no atendimento com serviçalismo amador, levando a indiscrição e a proximidade “inconvenientes”, como tacitamente parece resvalar muitas vezes das tentativas de indevida contemporização do mito da hospitalidade cearense, enquanto recurso turístico intangível.

Por fim, a outra situação refere-se ao argumento de que contrariamente a muitas outras formas de serviços que podem encobrir, com o véu monetário, as desigualdades sociais e, com a rotina comum, as diferenças reais – os serviços turísticos põem mais a nu e diretamente esses paradoxos. Isso porque agudizam,

no âmbito da percepção imediata, as diversas evidências quotidianas entre aqueles que trabalham e suam num mesmo ambiente em que outros ociosa e tranqüilamente despendem seu tempo e seu dinheiro em descanso, ócio, contemplações e lazer.

No nível fenomênico, enquanto a rotina do turista é marcada pelo "extraordinário", pelo prazer, pela liberdade, a dos produtores de serviços turísticos é conformada pelo "ordinário"¹¹ pelo trabalho e pelo imperativo da necessidade de sobrevivência, através do desempenho de tarefas geralmente pouco enriquecidas e quase nunca enriquecedoras, portanto, de baixa motivação (HAMPTON, 1992, cap 2).

Essa aparente oposição ideológica entre mundo do trabalho e do turismo / lazer (LUCIARI, 1998) requer acuidade para que sejam tecnicamente contemplados alguns requisitos, tais como "leveza", simpatia, discrição, prestimosidade, atenção, formalidade e "bons modos", muitas vezes de difícil conjugação na prestação de um serviço. Portanto, em vez de características pessoais, de formas espontâneas de comportamento, esses requisitos devem ser considerados e internalizados num programa de capacitação, como atributos objetivamente adquiridos em um processo posto que são necessários para que se desenvolvam satisfatórias capacidades relacionais nos serviços, contribuindo, deste modo, para a elevação de sua qualidade, através da hospitalidade profissionalizada.

4. Considerações Finais

A inserção de um programa de capacitação de pessoas para o trabalho no "setor de turismo" no Ceará, no contexto de políticas públicas, decorre de:

a) o papel coordenador e articulador que as instâncias governamentais devem ter, por conta de condições institucionais propícias ao estabelecimento de uma visão sistêmica, o que no caso em questão significa uma mais ampla compreensão e relativa interdependência contraposta às ações isoladas de integrantes do trade turístico;

b) a compreensão da promoção da capacitação profissional de uma população -

principalmente de seus segmentos mais carentes - como um instrumento de políticas sociais, que exigem responsabilidades governamentais;

c) a significação que o turismo vem crescentemente assumindo na economia e na cultura do Estado do Ceará.

Muitas das considerações tecidas no segmento 3 são de difícil tradução operacional. Visavam precipuamente situar o contexto problemático que situa os alcances e os limites, tanto de políticas públicas que privilegiam setores elegíveis como promotores do desenvolvimento, assim também de específicos esforços de treinamento, cuja plena eficácia extrapola uma bem concebida elaboração técnica de seus conteúdos programáticos. Nesse sentido, elas buscaram estabelecer nexos compreensivos sobre esse contexto e particularmente considerar criticamente a ideologia da hospitalidade cearense.

Todavia, numa perspectiva operacional, todos esses cursos devem ter em sua execução os seguintes requisitos comuns:

a) integração entre as habilidades, em consonância com as recomendações de uma nova educação para o trabalho, conforme proposta do PLANFOR;

b) adaptação dos conteúdos às formas de linguagem e às técnicas de transmissão, que os tornem mais acessíveis aos treinandos;

c) compatibilização das cargas horárias entre aulas práticas e teóricas, preocupando-se principalmente com a operacionalidade dos cursos;

d) disponibilização de instalações, equipamentos, utensílios e recursos materiais, bem como instrucionais e didáticos, a fim de fornecer suportes e de viabilizar as aulas práticas;

e) associar aulas práticas com posteriores estágios em unidades do "trade";

f) introduzir, em cursos que estão ligados às tarefas da chamada linha de frente, noções de sensibilização turística, voltadas para a compreensão da ambiência e do contexto relacional em que o trabalho do treinando se realizará.

Além disso, há que se discutir também como contemplar conteúdos programáticos que façam face as possibilidades de conhecimentos e

informações que extrapolem os meros requisitos para eficientes aprendizado e desempenho profissionais. Em outras palavras, há de se enfrentar o desafio de habilitar treinandos a enfrentar, interpretar e flexibilizar-se, diante de situações de mudança e de instabilidade hoje vividas no “novo capitalismo”, o que tende a produzir conseqüências sobre o comportamento das pessoas nos ambientes de trabalho, tais como dificuldades de laços profundos e duradouros de solidariedade (SENNETT, 2001), identidades mutantes (BAUMAN, 1998), e ansiedades (PAHL, 1997).

Por seu turno, algumas considerações tecidas no segmento 3 desta proposta podem ser traduzidas em diretrizes que orientem ações voltadas para o desenvolvimento e gestão de pessoas. Essas orientações são expressas dos seguintes modos:

a) concretizar algumas dessas considerações em tópicos integrantes de conteúdos programáticos destinados a responder a algumas especificidades dos serviços turísticos, principalmente levando em conta as características de grande parcela da população demandante de qualificação;

b) sensibilizar os empresários do “trade” para os problemas de adequação dos treinandos aos ambientes e às rotinas de trabalho, por conta do já referido fosso social e cultural entre consumidores e produtores destes serviços;

c) estabelecer pressupostos gerais que difusamente orientem a postura dos instrutores ao longo da realização dos vários cursos;

d) compor um capítulo de um programa de ações que orientem a supervisão, o acompanhamento e a avaliação da gestão de pessoas em turismo.

Extrapolando essas orientações restritas a preocupações quanto à adequação de conteúdos programáticos que objetivem contemplar esses pressupostos, a eficácia de ações de capacitação profissional para o turismo passa pela superação de traços de uma cultura patrimonialista perspassando muitas práticas na condução de negócios em geral, bem como turísticos. A recorrência a algumas exemplificações, principalmente ao mito da hospitalidade cearense, foi tomada como recurso para realçar o quanto as exigências de profissionalização não são devidamente consideradas e comungadas por todas as empresas de hotelaria e hospedagem (ROCHA, 2001), ressaltando assim a permanência de traços de uma cultura organizacional (VALE, 1995), problemáticos para o desenvolvimento dos serviços turísticos. Daí a necessidade de mudanças, para as quais as considerações contidas no segmento 3 objetivam contribuir para que se produza um quadro de referências sobre as especificidades da capacitação de pessoas e das relações de trabalho no turismo cearense, de modo a orientar eficazmente um plano de qualificação para o trabalho no “setor de turismo”

Notas

¹ Estamos aqui simplificadaamente chamando de setor de turismo, como setor econômico, o que na verdade deve ser entendido como um prática socio-espacial, que articula diversas atividades econômicas, que tem nos turistas os seus consumidores predominantes porem não exclusivos posto que turismo, enquanto atividade econômica, a rigor, não é visto na realidade empírica.

² Citando Christaller, EUFRÁSIO menciona isso, como uma tendência de “busca da periferia capitalista pela atividade turística” (1996,192)

³ Constitui uma aplicação do conceito de seletividade espacial, para designar uma das modalidades das

práticas espaciais decorrentes “da consciência que o Homem tem da diferenciação espacial”, resultando assim na forma seletiva através da qual os homens e as mulheres agem no espaço, considerando as “localizações seletivas” (CORREA, 1995, 35-36) dos recursos e potencialidades desigualmente distribuídos num território, numa superfície. Esse conceito ao nosso juízo busca compatibilizar as idéias de invenção cultural da atratividade com imanes localizações seletivas.

⁴ Em Jericoacoara, parcelas significativas e provavelmente majoritárias da mão-de-obra empregada nas atividades turísticas não são nativas, o que tam-

bém ocorre em Canoa Quebrada.

⁵ Um programa de capacitação profissional deve também abranger, em alguns casos, uma escala para-municipal, como uma unidade receptora de treinamento, tendo em vista que algumas situações locais podem fornecer condições desfavoráveis a uma escala mínima, que viabilize os custos e os benefícios de ações localizadas para a referida capacitação.

⁶ Se a noção de potencialidade é problemática na análise do turismo e de hospitalidade tradicional ainda é bem mais.

⁷ Os modos pós-fordistas de organização do trabalho em geral e principalmente nos serviços – destacando-se ainda mais aqueles **face to face** – têm levado a que sejam conferidos grandes papel e relevância a **ânima feminina**, daí URRY aludir a isso como “trabalho emocional” (1996, 100). Este fenômeno se expressa também quantitativamente pelo incremento da participação de mulheres na força de trabalho total empregada, bem como e principalmente, em suas dimensões subjetivas, no aumento de requisitos e atributos comportamentais tradicionalmente representados como mais afeitos às mulheres, daí a alusão de NIGRI, para o mundo do trabalho, do “tornar-se mulher”, formulado por GUATTARI (1984).

⁸ A contrapartida era que estes forasteiros traziam para esses mundos remotos os ares do mundo da Europa e da corte do Rio de Janeiro; eram mensageiros das novidades.

⁹ Refirimo-nos às mais diferentes nacionalidades que podem conviver num mesmo lugar turístico.

¹⁰ Refere-se a uma formulação teórica elaborada por Fontenelle (1982) para designar a organização das estruturas produtivas de matriz colonial,

nas quais a ação espoliativa se fazia pela extração máxima e a curto prazo da riqueza sem se preocupar com a reconstituição / recomposição dos elementos/ fatores submetidos a essa ação. A dialipitação, que disso resulta, consiste, assim, a longo prazo, nas possibilidades de exaurir as potencialidades produtivas desses elementos/fatores. A lógica patrimonial-empresarial dessa ação se expressa numa forma de gestão que tem por fim uma lucratividade orientada predominantemente pela não elevação da produtividade, pela não sintonia com as expectativas do consumidor e pela não melhoria da capacitação profissional. O monopólio, a reposição de braços através do tráfico, e as vastas reservas de terras virgens, proporcionadas pelo latifúndio, conferiram a esta ação espoliativa uma certa lógica, uma racionalidade econômica. É possível então essa lógica remanescer em algumas práticas turísticas, considerando seus horizontes e o perfil de seus consumidores?

¹¹ Fica interessante, a partir dessa passagem do texto, ressaltar que nas práticas de turismo sexual, por nós denominadas de artesanais em contraposição as fordistas na Europa (BENEVIDES e GONDIN, 1998), as “nativas” as vêm como possibilidade de ingressarem no universo do consumo dos turistas, ou seja é em torno dessas possibilidades de concretização que se concretizam também estes intercursos sexuais e afetivos. No bojo disso, essas nativas oferecem outros pequenos “serviços” não típicos das práticas tradicionais da prostituição fordista.

¹² Esses termos foram tomados de empréstimos a Urry segundo o qual “o turismo resulta de uma dimensão binária básica entre ordinário/quotidiano e o extraordinário” (1996, 28)

Bibliografia

ANSARAH, Maria Gomes dos Reis (org.). *Turismo: segmentação de mercado*. São Paulo : Furtura, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro. Zahar, 1998.

BENEVIDES I. P e GARCIA, Fernanda. E. S. “Imagens urbanas depuradas pelo turismo: Curitiba e Fortaleza” In: RODRIGUES, A (org.) *Turismo,*

Globalização e Modernidade. São Paulo Hucitec 1977

BENEVIDES, Ireleno Porto. *Turismo e Prodetur: dimensões e olhares em parceria*. Fortaleza: UFC, 1998a.

_____ “Planejamento governamental do turismo, meio ambiente construído e desenvolvido no Nordeste” IN: LIMA, Luís Cruz (Org.) *Da cidade*

ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza : FUNECE, 1998b.

_____. *Turismo sexual. Imaginário ocidental e generosidade tropical.* Fortaleza: UFC, 2002 (mimeo).

CASTRO, Iná Elias de. "Turismo e ética" IN: CORTOLANO, Luzia Neide Meneses T (org.) *Turismo com ética.* Fortaleza : UECE, 1998.

CAVALCANTE, Keyla Brandão et alli. *Hotelaria no Nordeste: no espelho da globalização.* Rev. Econ. do Nordeste. Fortaleza, v. 28, m. 1. jan-mai, 1997.

CORREA, Roberto. "Espaço: um conceito-chave em geografia" IN: Correa, R, Gomes, Paulo C. da C. e CASTRO, Ina (orgs). *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

COSTA, Wanderley Messias da e MORAES, Antônio Carlos Robert. *A valorização do espaço.* São Paulo : Hucitec, 1993, 3 ed.

CRICK, M. *Sun, sex, sights, savings and servility Criticism, Heresy and Interpretation.* Social Analysis 1:37-76, 1988.

CRUZ, Rita de Cássia A. da C. "Hospitalidade turística e fenômeno urbano no Brasil: considerações gerais" In: DIAS, Célia. *Hospitalidade: reflexões e perspectivas.* São Paulo: manole, 2002 (mimeo)

EUFRASIO, Mário A. "O turismo nos lugares centrais e o turismo ambiental na obra de Christaller" In: LEMOS, Amália I.G. de (org). *Turismo: impactos socioambientais.* São Paulo. Hucitec, 1996.

FONTENELLE, L. F Raposo. *Um mundo dominado: as matrizes coloniais da submissão na identidade social do povo brasileiro.* Fortaleza, UFC, 1982

GARCIA, Fernandes Ester Sanchez. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city - marketing.* Curitiba : Palavra, 1997

GIRÃO, Raimundo. *Pequena história do Ceará.* Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971, 3ed.

GORMESEN. E. El turismo internacional como nuevo "frento prioneiro" en los países tropicales. IN: HIERNAUX, Nicolas Daniel (comp.). *Teoria e*

praxis del espacio turístico. México. Univ. Auton. Metropolitana, 1989.

GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsões políticas do desejo.* Brasiliense. São Paulo, 1984.

GUERRIER, Yvonne. *Comportamento Organizacional em Hotéis e Restaurantes: Uma perspectiva internacional.* São Paulo: Futura, 2000

HALL, Colin Michael. *Tourism and politcs.* Nova York: Wiley, 1994.

HAMPTON, David. *Administração Contemporânea.* São Paulo. McGraw-Hill. 1992. 3 ed.

LIMA, Luís Cruz. "O planejamento regional ajuda o turismo?" IN YAZIGI, E., CARLOS, Ana F. A. e CRUZ, Rita de C. A. da. *Turismo: espaço, paisagem e cultura.* São Paulo, Hucitec, 1998.

LUCHIARI, Maria Tereza. "Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo" IN: LIMA, Luís Cruz (org.) *De cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico.* Fortaleza : UECE, 1998.

MOLLER, C. *O lado humano da qualidade: maximizando a qualidade do produto e serviços através do desenvolvimento de pessoas* São Paulo: Pioneira 1992.

NIGRI, Antônio. *A feminização do trabalho.* Folha de São Paulo. Caderno MAIS!. 14/06/1998

OMT (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DEL TURISMO). *El capital humano in la industria turística del siglo XXI.* OMT, 1997

OURIQUES, Helton Ricardo. *Turismo em Florianópolis: uma crítica à indústria pós-moderna.* Florianópolis : EDUFSC, 1998.

PALH, Ray. *Depois do sucesso: ansiedade e identidade fin-de-siecle.* São Paulo : UNESP, 1997

ROCHA, Elayne Cristina S. *A expansão e o desenvolvimento do turismo em Fortaleza, e seus reflexos na capacitação de mão-de-obra* (Monografia de bacharelado em administração-UFC) Fortaleza. UFC.2000 (mimeo)

SANCHEZ, J. Eugeni. *Espacio, economia y sociedad.* Madri: Siglo Vinteuno, 1991

- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro : Record, 2001.
- SETAS-CE. Plano Estadual de Qualificação Profissional. PEQ-CE 2000. *Capacitando a População para o Desenvolvimento Sustentável no Ceará*. Fortaleza, 2000.
- SETUR. *O Turismo: Uma Política Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável no Ceará. – 1995 a 2020*. Fortaleza, SETUR, 1998
- SOJA, Edward W. *A interpretação materialista da espacialidade*. Rio de Janeiro : UFRJ / CCMN, 1983.
- TRIGO, Luís G. de G. *A Sociedade pós-industrial e o profissional em Turismo*. Campinas:Papirus 1998.
- URRY, John. *O olhar do turista. : lazer e viagem nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Nobel-SESC, 1996.
- VALE, Camila Abreu. *A emergência e o desenvolvimento do turismo no Ceará e seus reflexos na cultura organizacional das empresas hoteleiras em Fortaleza*. (Monografia de bacharelado em Administração – UFC) Fortaleza, UFC. 1995. (mimeo).
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília : UnB, 1991.

Texto aceito em março de 2003.



IMAGINÁRIO, ESPAÇO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Maurício Waldman *

RESUMO:

O texto assinala os vínculos existentes entre o espaço, tanto nas suas dimensões concretas quanto nas imaginárias, com a questão da discriminação racial, articulando ambas temáticas por sua vez com a relação mantida entre as sociedades e a natureza. Para além da localização do racismo exclusivamente em nível da concretude social, o ensaio busca evidenciar, pois uma *cartografia* e a uma *geografia imaginária*, entendida como matriz para a revivificação e/ou ressemantização de dinamismos espaciais excludentes. Neste contexto, a eclosão de uma interpretação linear e progressiva do tempo social, *firmada na supressão do espaço pelo tempo*, uma inferência entendida neste material como específica à modernidade, é vista como básica para a origem de formas genuinamente racistas de discriminação. Por conseguinte, o racismo seria pertinente exclusivamente ao padrão civilizatório ocidental e a nenhum outro. A discriminação racial seria resultante de uma civilização que suprimiu o espaço em função do tempo, processo este articulado com a negação do outro e das pulsões da natureza. Por fim, o texto busca esclarecer a respeito das conseqüências da discriminação e sobre a reconstrução das diferenças, tais como estas se especificam no contexto da Globalização.

PALAVRAS-CHAVE:

Imaginário, Arquétipo Espacial, territorialidade, tempo-espaço. Ocidente, discriminação racial, racismo, concepções não-capitalistas de tempo-espaço, etnocentrismo, dinamismo tempôro-espacial, tempo linear e progressivo, espaço artificial, supressão do espaço, mitologia ocidental, semiologia, cartografia do imaginário, psicologia, espaço simbólico, exclusão espacial, excluídos, geografia imaginária.

ABSTRACT:

This text assigns the relations of space, even in concrete dimensions as if in his imaginary one, with racial discrimination, and also articulates both themes within the relations among societies and environment. More than localize the racism exclusively in a concrete social level, this essay seeks to evidence *cartography* and *imaginary geography*, understood as a matrix to revivification and/or re-conception of excluding spatial dynamism. In this context, the emerging of linear and progressive interpretation of social time, *based on suppression of space by time*, an inference understood in this material as a modern specificity, is comprehended as the base to origin genuine racist forms. Therefore, the racism would be pertinent exclusively for the western civilized pattern and no other. The racial discrimination would result of a civilization that took of the space for time, articulated with other negation process and nature rhythm. Eventually, this text seeks clarify the consequences of racial prejudice and the reconstruction of differences, as these specificities in a Globalization context.

KEY WORDS:

Imaginary, spatial archetype, territoriality, time-space. Western, racial prejudice, racism, time-space non-capitalist conceptions, ethnocentrism, temporal-spatial dynamism, linear and progressive time, artificial space, spaces suppressions, western mythology, semiology, imaginary cartography, psychology, symbolic space, spatial exclusion, derelicts, imaginary geography.

Este ensaio é dedicado ao shtetl de Lagow, na Polônia, que durante séculos foi o espaço de vida dos meus ancestrais paternos. Juntamente com seus moradores, ele foi eliminado na voragem da Segunda Grande Guerra. Desde então, seus estilhaços sobrevivem apenas na memória dos tempos-espaços idos. Mas mesmo assim, compartilhando de outros tempos e de outros espaços, estes fragmentos são uma advertência eterna de que os ausentes, quando significativos, estão sempre presentes (1993/5753).

Introdução

A dimensão espacial tem conquistado uma série de significados que extravasam largamente seus sentidos originais, derivados de paradigmas físicos e matemáticos, assim como daqueles trabalhados no âmbito das ciências sociais. Em especial, caberia uma menção obrigatória para as acepções trabalhadas no âmbito da Geografia ao longo das três últimas décadas do Século XX, que trouxeram para os estudos espaciais um notável leque de novas contribuições, perspectivas e possibilidades de análise.

Para além destas acepções é possível elencar vários outros sentidos emprestados ao termo. Os antropólogos, por exemplo, referem-se crescentemente ao *espaço simbólico*. A imprensa refere-se ao *espaço político*. Existem também menções ao *espaço virtual*. Mais ainda, outros significados, de presença marcante no nosso vocabulário cotidiano, perpassam pela palavra espaço. Usualmente, *falamos em ganhar, conquistar ou assegurar um dado espaço*. Em sentido contrário, *também nos referimos a espaços que são perdidos ou que nos foram tomados*.

Tal elenco de terminologias, que poderiam compor uma relação bem mais exaustiva, demonstra não só o vínculo existente entre o poder e o espaço, como também é expressão de

referências internalizadas em nível da consciência social mais ampla, apreendendo *não só os aspectos concretos e/ou visíveis da dimensão espacial, como igualmente os imaginários e/ou invisíveis*. É em função de uma articulação muito complexa, conjugando diversas formas de apreender o espaço, que indivíduos, grupos ou instituições deliberam suas políticas e procedimentos, estabelecendo metas e decisões.

No caso da discriminação racial, tais conotações referentes ao espaço são muito antigas. Elas surgem, por exemplo, nas expressões pelas quais índios, negros, judeus e ciganos, entre outros, *deveriam conhecer o seu devido lugar*. Este lugar, para além de sua concretude física propriamente dita, é referendado a partir de outras inferências, *invisíveis*, pertinente a um inconsciente social, que por sua vez, não pode ser pensado como um mero resultado mecânico de uma base material. Discutir os significados espaciais que perpassam pelas relações raciais incorpora uma interconexão fenomenológica de grande complexidade, que nem sempre dispõe de um instrumental teórico adequado e eficaz em traduzi-las.

Detalhando melhor este ponto, isto ocorre porque perscrutar a espacialidade da discriminação envolve problemáticas não necessariamente explicitadas no espaço concreto. Embora modelos conceituais como das formações espaciais (ou sócio-espaciais) incorporem grande importância para a evidenciar os aspectos propriamente territoriais do racismo (caso dos guetos judaicos, das senzalas, dos bairros étnicos da Europa Ocidental e dos EUA contemporâneos, dos *homelands* ou *bantustans* da antiga África do Sul e dos territórios tribais desigualmente integrados nos espaços nacionais), o conceito mantém-se distante do esgotamento da problemática da discriminação, até porque esta não é redutível exclusivamente às suas manifestações espacialmente concretas.

Na questão da discriminação, existe ponderável influência de prefigurações invisíveis,

que localizadas no imaginário social, são muitas vezes determinantes para os arranjos que localizamos em meio às formações espaciais. Deste modo, a materialização do racismo na escala, dentre outras, do geográfico, do arquitetônico e na que FOUCAULT (1979), denominou de *micro-física do poder*, reporta frequentemente a uma dimensão não-material, a qual estaremos doravante nos referindo como *Arquétipo Espacial*.

Enquanto ferramenta conceitual, o Arquétipo Espacial, tal como o mesmo será utilizado ao longo deste texto, não se confunde com a formulação jungiana, mas sim, inspira-se na terminologia presente em trabalho de Carlos Amadeu B. BYINGTON (1992). Neste ensaio, o conceito é apresentado englobando a consciência individual e coletiva, buscando romper o reducionismo tanto da objetividade quanto da subjetividade, assim como a dissociação entre ambas.

Em se tratando de uma terminologia vinculada às especulações elaboradas em âmbito da psicologia, o Arquétipo Espacial associa-se intimamente a um substrato emocional, com notáveis desdobramentos junto ao psiquismo individual e coletivo. Neste particular, a expressão apreende de modo mais decidido dinâmicas que não estão, a priori, pautadas na conceituação relativa ao chamado imaginário do espaço ou imaginário espacial, particularmente na sua acepção mais orgânica, na qual este expressa um mecanismo de manutenção e reprodução de um dado sistema, mas não necessariamente referindo-se à sua impactação afetiva ou emocional.

Vale lembrar, a elaboração da relação com o *outro* obedece a modelos que também são inconscientes, reportando em muitos momentos a uma *herança arcaica*, nele estando presentes representações oníricas e fabulosas (FREUD, 1974:118). Deste modo, a conceituação relacionada com os Arquétipos Espaciais inscreveria-se, no rol das preocupações em construir uma ciência verdadeiramente holística e em particular, decifrar o significado mais profundo das relações raciais, vale dizer, no que Carlos BYINGTON denomina de *Arquétipo da Alteridade* (1992:140 e outras).

Nesta ordem de considerações, ao Arquétipo Espacial, remeteríamos o estabelecimento das formas culturalmente válidas e aceitas quanto à organização da territorialidade, induzindo a adoção de padrões proxêmicos quanto ao espaço visual, auditivo e olfativo, nisto incluindo evidentemente o espaço do próprio corpo. Implicando numa domesticação da sensibilidade, ao Arquétipo Espacial se associariam as configurações culturais quanto à forma como o espaço é percebido e vivenciado pelos mais diferentes grupos. Dentre os possíveis desdobramentos deste conceito, poderíamos, por exemplo, inserir a questão da modelagem da territorialidade enquanto espaço sensível dos indivíduos e dos grupos etno-culturais (conforme HALL, 1981 e LOWENTHAL, 1985).

Por conseguinte, em todas as escalas ou estratos existentes da espacialidade, o Arquétipo Espacial interviria como um pólo organizador das estratégias de exclusão e de interdição espacial. Nas suas acepções mais amplas e abrangentes, o Arquétipo Espacial identifica-se com aquelas representações coletivas do espaço engendradas pelos mais diversos padrões civilizatórios ao longo da história humana. No caso em particular do padrão civilizatório ocidental, cuja hegemonia no mundo de hoje é indiscutível, seu rebatimento espacial possui clara repercussão para a discussão do espaço e do racismo.

Naturalmente, tais injunções do imaginário não se desvinculam de uma base material. É em decorrência de demandas históricas, sociais, políticas, econômicas e das diversas interpretações formuladas social e culturalmente quanto ao tempo-espaço, que são suscitadas as prefigurações que reportam, concreta e ideologicamente, a *exclusão do outro*. Outrossim, a questão do Arquétipo Espacial não é de molde a sugerir-lo como uma superestrutura refletindo mecanicamente uma infraestrutura sócio-econômica.

Por outro lado, é possível perceber, no caso dos Arquétipos Espaciais, *uma forte tendência inercial*, pela qual as imagens e expectativas quanto ao espaço sobrevivem aos processos que as originaram. Tal inércia é notada toda vez que consagrado um estigma de exclusão com relação a um grupo (cuja definição é via de regra, determinada algo aleatoriamente pelos segmentos

hegemônicos), esta exclusão termina objeto de constante reatualização, implicando na ressemantização de situações anteriores de interdição espacial (caso, por exemplo, dos judeus durante a Idade Média e Moderna e o período nazista).

Entretanto, a sobrevivência das imagens provenientes do passado, pode, num sentido exatamente oposto, constituir uma forma de resistir a uma dominação. Isto porque a persistência de um imaginário não constitui prerrogativa exclusiva de qualquer grupo social, tampouco dos dominantes. O fenômeno, ao estar largamente identificado junto às mais diversas dinâmicas sociais, faz com que grupos de excluídos e estigmatizados, mantendo a memória de um espaço desaparecido, que lhes foi subtraído ou então, passando a propor uma construção idealizada, com escassa ou mesmo nula inserção histórica concreta, terminem por engendrar ou manter seu próprio Arquétipo Espacial.

É através destas construções imaginárias que se estabelecem estratégias de enfrentamento ou de resistência à discriminação. Estas manifestações inserem-se, por exemplo, nas lutas das comunidades tradicionais no meio rural e urbano, que embalam "a prática efetiva de cada cidadão, mesmo que ele não se dê conta disso" (RIBEIRO, 1991).

Neste sentido, salientamos o imaginário do espaço como matriz de paradigmas, formulações e orientações, incluindo nestas, para recordar outra soberba contribuição da Geografia, os assim considerados fluxos espaciais. É no plano do imaginário que estas inferências são gestadas, antecedendo sua própria materialização. O Arquétipo Espacial transpõe assim como uma fonte de prefigurações e de processos de significação que poderão (ou não) estar mais tarde materializados no espaço concreto.

Isto posto, ao menos da forma como ontologicamente tem sido discutida a dimensão espacial, cabe alertar para a dificuldade identificar formulações espaciais (ou espacializantes) unicamente a partir das necessidades objetivas de uma formação espacial. Isto em razão de que as relações sociais, embora não se objetivem sem uma espacialização, não apontam, a priori, para um conteúdo concreto.

O espaço deve ser entendido como um conceito cujo significado mais profundo, *extrapola largamente a definição costumeira de espaço construído*. Na realidade, o espaço incorpora vários dinamismos. Procurar compreendê-los exclusivamente a partir do modelo das formações espaciais, especialmente nas suas acepções mais ortodoxas, pode ser impeditivo da descoberta de outros caminhos, cenários ou alternativas¹

É nesta perspectiva que a discussão sobre o racismo não é esgotada pela simples identificação da segregação no espaço concreto. A discriminação racial não se especifica somente numa geografia concreta. Ela pode hibernar e de fato isto é muito freqüente - numa *geografia imaginária*, passível das atenções de uma *cartografia do inconsciente social*. Fundamentalmente, o racismo se defronta com problemáticas colocadas em nível da ideologia ou, ao gosto das expressões utilizadas neste texto, *do imaginário*, que mesmo demarcando interfaces espaciais (no sentido concreto da palavra), não é nesta perspectiva que o tema pode ser decifrado.

Assim sendo, uma preocupação paralela deste texto seria a de contribuir para a rediscussão do que poderíamos entender como espaço, questão que, aliás, já vem sendo implicitamente colocada pelos movimentos sociais (o ecológico, por exemplo) e pelos cientistas sociais (dentre estes, pelos antropólogos, geógrafos e sociólogos).

Sobremaneira, esta discussão interessa ao conjunto de excluídos e discriminados, *os outros*. Isto porque *a liberdade possui uma geografia*, residindo em um espaço indevassável, que pulsa nos recônditos da mente. A partir deste espaço, que o poder constituído nunca consegue controlar eficientemente, é que pode se tornar possível conceber um novo espaço de vida para milhões de homens e mulheres.

Ocidente, Espaço e Discriminação Racial

Discutir a questão racial e seus desdobramentos espaciais é inseparável das constatações quanto ao *caráter exclusivamente ocidental do racismo*. É apenas com o capitalismo, sistema surgido a partir do padrão civilizatório ocidental e que durante dois séculos confundiu-se com o industrialismo, que se torna possível localizar a eclosão de concepções de tempo e de

espaço racialmente excludentes.

Embora seja possível assinalar similaridades entre diversas formas de discriminação tidas por "raciais" ao longo da história, existem especificidades quanto ao seu surgimento no Ocidente que tornam difícil tal equiparação (Ver entre outros, FONTETTE, 1976). Existem inconvenientes graves em creditar uma continuidade histórica para o racismo. Premeditadamente ou não, as análises que generalizam o racismo ao longo da história terminam, na maioria das vezes, por abrirem caminho para interpretações indutoras de sua legitimação²

Certamente, é possível notar sinais evidentes de rejeição *do outro* nas populações tribais. A antropologia política esclarece que estas sociedades, malgrado uma aura de igualitarismo que as permeia e de uma leitura romântica que as tornam alvo de um ativo consumo simbólico, elas são marcadas por contradições e antagonismos, diferentes dos que surgiram com as sociedades de castas, de status ou de classes sociais, mas nem por isso inexistentes (Vide BALANDIER, 1969).

Em tempos remotos, assinala Levy-STRAUSS, o etnocentrismo gerava manifestações de franca hostilidade de um grupo humano para com outro. Na infância do Homem, "a humanidade cessa nas fronteiras da tribo, do grupo lingüístico, às vezes mesmo da aldeia; a tal ponto, que grande número de populações denominadas primitivas se designam por um nome que significa *os homens*, ou às vezes, diremos com mais discrição, *os bons*, *os excelentes*, *os completos*, implicando assim que as outras tribos, grupos ou aldeias, não participam das virtudes ou mesmo da natureza humana, mas são, quando muito, compostas de *maus*, de *malvados*, de *símios da terra* ou de *ovos de piolho*. Chegam muitas vezes a privar o estrangeiro deste último degrau de humanidade, convertendo-o num *fantasma*, ou numa *aparição*" (1970: 223).

Referências não menos excludentes surgem em meio aos antigos Impérios Orientais baseados no Modo de Produção Asiático ou Tributário. Estas estão consignadas, por exemplo, na Estela erguida pelo Faraó Sesóstris III (Século XIX a.C.), no Sul do Egito (Núbia), cujo teor era explícito em destacar que a travessia da fronteira estava interdita, por terra ou por água, *a todos*

os negros, com exceção dos que pretendessem atravessá-la para comprar ou vender nalgum mercado (in FONTETTE, 1976: 25).

Não só no antigo Egito, mas também na China, nos Estados da Mesopotâmia, na Índia, no Sudeste Asiático, assim como nos impérios pré-colombianos como o Inca, Maia e Asteca, os habitantes dos territórios que não os compreendidos pelo próprio Estado, eram estigmatizados com epítetos denunciadores de forte rejeição ou de exclusão ao estrangeiro. Quanto a Antiguidade Clássica, é bastante conhecida a definição de *bárbaros*, aplicada a todos os povos que não se expressavam em grego ou em latim. O mundo greco-romano postulava uma auto-imagem de refinamento cultural não extensível a nenhum outro grupo, considerados por definição como culturalmente inferiores.

Porém, em nenhum destes exemplos de discriminação, verificava-se a agressividade gratuita e ofensiva, concatenada a uma pretensa superioridade racial enquanto expressão de uma ideologia racista. *As políticas de exclusão próprias das sociedades não-capitalistas foram antes rompantes etnocêntricos do que manifestações de racismo*. A discriminação propriamente racial surgiu exclusivamente a partir da expansão capitalista e em nenhum outro momento histórico. Nas formações sociais não-modernas, *o outro* poderia ser excluído a partir de argumentos ou critérios lingüísticos, religiosos ou culturais, *mas não em função de uma concepção de raça superior*.

Nenhuma das leituras *do outro* pelas populações tribais, no mundo oriental ou do universo greco-romano (neste último caso, no interior do que seria considerado posteriormente como Ocidente), materializou-se uma incorporação desigual de outros grupos humanos no sistema de poder com base em diferenciações étnicas ou raciais. A submissão dos povos estrangeiros corria por conta das demandas por tributos dos Impérios Orientais ou de escravos, no tocante a Grécia ou Roma, mas jamais sugerindo um projeto político de dominação racial.

É importante salientar, os Impérios Asiáticos corporificavam-se em entidades sem nenhum fundo étnico claro. Suas fronteiras, apresentavam um aspecto muito movediço,

flutuando ao sabor dos jogos dinásticos, das disputas pelos excedentes, das guerras pelo controle das rotas de comércio ou pela taxaço das regiões tributárias. *Os Estados da Antiguidade Oriental eram eminentemente territoriais* (apud CARDOSO, 1990: 20).

As antigas civilizações do mundo oriental, fundamentavam-se pela apreensão de Compartimentos Territoriais, tais como a calha dos grandes rios, sistemas lacustres, ecossistemas montanhosos, trilhas naturais pontilhadas de oásis, etc, originando um caráter estanque para o espaço destes velhos Estados. Os habitantes das demais terras eram desprezados não pela "raça", mas sim como excluídos de um arranjo celestial, que no plano do imaginário, presidia a espacialidade concreta.

Os Estados Orientais, juntamente com seus deuses, seus códigos político-religiosos, sua iconologia e de resto, sua topofilia (TUAN, 1980), era indiscernível de um arranjo cósmico, *prefiguração mítica que remontaria ao princípio dos tempos*. Os antigos egípcios, por exemplo, e assim como diversos outros povos arcaicos entendiam que a criação do universo e da monarquia teria sido o início do estabelecimento de uma ordem imutável, ao mesmo tempo cósmica e social. Acreditavam que o Estado Faraônico surgira concomitantemente com o ato de criação do universo, e duraria tanto quanto o próprio cosmo (apud CARDOSO, 1990: 48).

Com relação ao mundo greco-romano, a exclusão do estrangeiro, *do outro*, dava-se por conta de critérios político-culturais que estavam muito distantes de uma atitude racista. O bárbaro, desde que suscetível aos padrões propostos pela cidade-estado, era assimilado por ela. A colonização grega da Bacia do Mediterrâneo é exemplo disto. Ela se desenrolou através da fundação de inúmeras cidades-estado em regiões densamente não-gregas, como a Cirenaica, a Tripolitânia, o Ponto Euxino, Sicília, Delta do Nilo, vales do Cáucaso, etc, acompanhada pela integração de grande proporção de autóctones ao modelo da *polis*.

Posteriormente, o mesmo ocorreu na península itálica no desenrolar da expansão romana. Populações italiotas como os etruscos, úmbrios, venetos, samnitas e lucanos, assim

como os etruscos e os gregos da Magna Grécia foram assimilados por Roma em prazo relativamente curto. Para estes grupos, também não foram colocadas objeções de fundo racial. Se lembrarmos que a história antiga era a história das cidades (MARX, 1975: 74), os critérios de diferenciação (e por conseqüência, de exclusão) davam-se em razão da participação orgânica no interior deste modelo, que uma vez contemplada, materializava-se na absorção do estrangeiro.

Na medida em que, nos dois casos (o grego e o romano) o status social definia-se pela propriedade da terra, o estrangeiro poderia, ao menos em princípio, alçar-se à posição de cidadão-livre. Inversamente, o grego ou o romano "de sangue" estava sujeito à escravização, por dívidas contraídas, pela captura por uma cidade-estado rival, etc. A *polis* e a *urbs* romana, admitiam a inclusão de elementos de outras origens raciais e no caso das categorias socialmente hegemônicas, esta incorporação, normalmente secundada pela latinização ou helenização no plano da cultura, estava facultada a qualquer indivíduo.

Era uma nota comum a todas as formações sociais não-capitalistas, uma concepção de humanidade consignada em um plano espacial. Esta leitura espacial-simbólica da Humanidade já era ensaiada nos mitos e nas práticas sociais das sociedades sem Estado (BALANDIER, 1969). Mais tarde, a encontramos incorporada à ideologia oficial dos impérios. Nesta perspectiva, *todas as categorias de excluídos, fossem eles bárbaros, enfeitizados, não-homens, ovos de piolho ou fantasmas, habitavam invariavelmente um espaço diferente, e não, uma época diversa*³

Neste particular, é importante ressaltar que todos os Estados Orientais estavam fundamentados em um *Sistema de Engenharia* (conforme SANTOS, 1988), altamente dependente de uma rigorosa administração de recursos escassos, desigualmente distribuídos por vastos territórios. Conseqüentemente, existia uma estratégia de dominação que mesmo implicando em subalternidade ou em desqualificação do alienígena, esta não estava centrada em argumentos raciais, mas sim territoriais e/ou regionais.

Não por acaso, esta postura do Estado Oriental era similar a que é em geral constatada

nas sociedades clânicas e de linhagens. Estas, quando articulando uma economia agrícola, passam a entender a aldeia como um universo que confina com seus escassos limites, para além do qual reinam apenas o caos e a desordem⁴

Assim sendo, a tendência em desqualificar os povos não-incorporados ao sistema de dominação é, portanto melhor compreendida na vertente de uma *apologética espacial*, pela qual as sociedades asiáticas declinavam das possíveis perturbações em seus frágeis ciclos de vida e de apreensão da natureza através de uma oposição radical a tudo que dissesse respeito ao contato com os estranhos.

Com ajuizados de outra ordem, o mesmo sucedia, em linhas gerais, com a antiga cidade-estado. Os bárbaros eram aqueles que habitavam os espaços que se estendiam exteriormente aos limites da urbe, cedo identificados com o máximo alcance da terra cultivada. O Império Romano, estrutura resultante da multiplicação da *urbs romana* na escala do universo mediterrânico, a *oikoumene*, também tinha este referencial para discriminar negativamente as populações não-gregas e não-latinas que perigosamente acoassavam suas fronteiras.

O fato do bárbaro, do enfeitado, do semimonstro ser diferenciado ou segregado em função de critérios lingüísticos, culturais ou religiosos, noções estas que no passado, obediam a caracterizações com um viés espacial, nada mais constituíam que um reconhecimento implícito da impossibilidade das antigas formações sociais se alastrarem pela totalidade do espaço geográfico. Mesmo os grandes impérios da antiguidade, como a China, o Egito Faraônico, o Império Persa Aquemênida, o Império Inca ou o Império Romano, articulavam internamente células espaciais com reduzido grau de interação orgânica entre si.

Externamente, estes Estados detiveram-se frente a marcas naturais de enorme envergadura (dentre estas os desertos, as cadeias montanhosas, o curso dos grandes rios, extensões lacustres, oceanos e mares) que as antigas estruturas estatais não se propunham, inclusive na acepção civilizatória da palavra, em ultrapassar. A "pulção" das espacialidades não-capitalistas estava em larga medida identificada com particula-

rismos ou inferências sócio-ambientais de diferente textura, mas similares quanto à dependência dos fatores naturais (WALDMAN, 1992).

Jogava igualmente um importante papel nesta compreensão espacializante *do outro*, o fato das antigas espacialidades estarem acopladas a concepções do tempo social não calcadas nos atributos da progressividade, pretensão esta típica somente do capitalismo. Tais concepções associavam-se a uma linha de perdurabilidade que era reflexo direto de um espaço geográfico articulado em parceria com os ciclos de matéria e de energia presentes no meio natural.

As sociedades do passado estabeleceram um metabolismo com a natureza que era de molde a criar "nichos ecológicos" relativamente fechados e estanques, *cada um deles um centro do universo, um omphalos*, ciosamente guardado pelo grupo que o havia modelado. O alienígena, ao pertencer a um espaço diferente, estava associado a Arquétipos Espaciais em incongruência social, política, econômica e ideológica com os demais espaços e respectivos arquétipos. *Por esta razão, podemos falar de múltiplas geografias e de múltiplas histórias para os tempos pré-capitalistas*⁵

O dinamismo tempôro-espacial das sociedades do passado, marcadas por conteúdos sociais e por ciclos naturais que transcorriam, comparativamente com as formas modernas de apropriação da natureza, relativamente em paralelo, era impeditivo de um juízo propriamente racial quanto ao *outro*.

Apenas o Ocidente, ao preterir uma perspectiva espacial de entendimento *do outro* em favor de concepções que passaram a diferenciá-lo em função de critérios temporais - unicamente compreensíveis enquanto emanação de um processo de espacialização que unificou desigualmente o conjunto da humanidade sob o controle de um único ritmo temporal - é que pode dar vazão a uma interpretação racial da desigualdade.

Este novo paradigma da discriminação resultou de uma forma de conceber a regulação do tempo social e de organizar o espaço geográfico que foi implantada paralelamente à expansão do sistema capitalista. Foi em função desta nova

articulação tempôro-espacial que a Europa terminou por subjugar o planeta inteiro a sua dominação. É difícil ver como, sem ela, teria se tornado possível legitimar uma escala tão vasta de segregação, atingindo a totalidade dos não-brancos, não-ocidentais e não-burgueses.

ESPAÇO, PROGRESSIVIDADE E RACISMO

A aparição de formas autenticamente racistas de discriminação, já foi destacado, entrelaça-se com concepções de tempo-espço peculiares ao ocidente enquanto padrão civilizatório. É observando esta relação, imperceptível para muitos, que podemos assinalar o racismo não só como um resultado da expansão capitalista, mas mais ainda, como seu *subproduto necessário*.

O racismo emerge num bojo de epifenômenos que traduzem ansiedades profundas do modo de ser do mundo ocidental. Até por esta razão, passa a ser inteligível o fato de existir o chamado "ressurgimento" da discriminação racial em um período em que se fala de um processo de Globalização e inclusive, de uma Pós-Modernidade.

Fundamentalmente, a concepção de tempo-espço que surge na Europa Ocidental, caracterizou-se pela ruptura de todo um leque de vínculos sensíveis que imemorialmente associaram a consciência social dos mais diferentes grupos e civilizações aos circuitos presentes na Natureza. Esta postura implicou no que muitos cientistas sociais e filósofos denominaram de *supressão do espço pelo tempo*.

Tal supressão especificou-se não só pela negação de todos os ciclos e fluxos presentes no entorno natural como também, daqueles que se manifestam no corpo e no inconsciente das pessoas. A partir do momento em que foi instaurado o dinamismo tempôro-espacial identificado com o que Karl Marx e Friedrich Engels definiram como *generalização do processo de intercâmbio*, não existiu nenhum obstáculo natural ou social capacitado a deter o processo de expansão do Capitalismo. *O grande vetor desta nova organização sócio-espacial foi uma regulação do tempo social na qual a noção de progressividade era sua nota característica*⁶

Esta ponderação, não significa que se esteja negando o papel do espço nos sentidos teórico e concreto da palavra quanto à questão da discriminação racial ou de qualquer outro tema. O tempo social do Capitalismo associou-se, assim como qualquer outra regulação social do tempo, a uma espacialidade. No entanto, é indiscutível que o processo de expansão capitalista lhe impôs uma radical redefinição.

Ao contrário do que até então tinha sido característico de qualquer sociedade não-capitalista, o novo tempo social e, portanto a sua espacialidade, diferenciou-se por uma irrefreável propensão em privilegiar o artificial em detrimento do natural, em favorecer a hegemonia das dinâmicas mundiais sobre as meramente locais e por garantir a supremacia do interesse particular (ou privado) sobre o coletivo.

Estas características, que ganham tonalidade tanto mais forte quanto mais nos aproximamos de uma *Modernidade radicalizada* (GIDDENS, 1990), assinalam a irupção de um arranjo espacial absolutamente diverso dos anteriores, com base em premissas antiecológicas indissociáveis de uma concepção específica do tempo social.

É neste exato sentido que se procedeu a chamada supressão do espço pelo tempo. O capitalismo marca uma ruptura profunda com todos os padrões civilizatórios anteriores a ele, identificado com um padrão temporal bastante peculiar, inserindo uma noção de progressividade que como veremos, possui relação direta com a questão da discriminação racial.

Nesta ordem de preocupações, é cabível advertir quanto ao próprio caráter "fantasmagórico" de que se reveste a construção da noção de Ocidente. É preciso ter claro que o mundo ocidental é fruto de uma elaboração esboçada a partir do Renascimento que alinhavou, no interior de uma nova leitura do passado europeu, os mais díspares elementos culturais do passado. *O Ocidente configura uma Mitologia* constituída por uma composição intercalando acervos relativos a povos, culturas e concepções muito diferentes, pouco ou nada tendo em comum com o que posteriormente foi definido como Civilização Ocidental.

Não se trata, evidentemente, de negar a existência de contribuições das quais a Europa Ocidental foi depositária e sequer de fatos objetivos como a transição - exclusivamente europeia - de uma formação social feudal na direção de uma economia de mercado. Trata-se antes de assinalar a precariedade de uma linha de continuidade que une, por exemplo, Atenas à Democracia Liberal, ou então, a concepção judaico-cristã de mundo à forma ocidental de entendimento da temporalidade.

Nas re-interpretações dos "antecessores históricos" do Ocidente, foram expurgadas todas as nuances que porventura não coadunassem ao modelo ocidental previamente proposto. O padrão temporal imposto pelo capitalismo marca uma ruptura generalizada com o passado histórico da humanidade. Desta forma, muito do que é pautado como matriz ou pertencente ao passado da Civilização Ocidental está carregado com o viés da ideologia e da mistificação.

É por esta razão que as formas manifestamente racistas de discriminação, mesmo que centradas em um padrão civilizatório definido como Ocidental, localizam-se mais precisamente, a partir de um desdobramento historicamente recente, ou seja, o sistema capitalista. É também por esta razão, que no caso das interfaces das concepções de tempo e de espaço com a questão racial, os descompassos existentes entre os chamados precursores históricos do mundo ocidental e o mundo inaugurado pela economia de mercado são tão evidentes.

Já foi observado, o mundo da Antiguidade Clássica, inspirador de expectativas internalizadas pelo imaginário ocidental, não foi marcado pelo racismo. Várias análises mostram decisivamente que o passado greco-romano não compartilhava com a Modernidade a forma de conceber a regulação do tempo social. Neste particular, o mundo antigo estaria marcado inclusive por uma oposição profunda com relação ao mundo moderno, face ao fato do *tempo vetorial, isto é, linear, ocupar um papel secundário como padrão temporal para estas sociedades.*

Entre os antigos gregos, acentua GOUREVITCH, "as percepções da temporalidade

estavam muito fortemente influenciadas por uma interpretação mítica da realidade" (1975: 268/269). Por outro lado, também foi sublinhado que o arranjo espacial da cidade-estado suscitava uma exclusão *do outro* através de pressupostos político-culturais marcadamente territoriais. O *bárbaro, ao ser um elemento externo à área de influência da polis ou da urbs, era fundamentalmente um habitante de um outro espaço.*

Diferenças cruciais podem ser igualmente estabelecidas com relação a outras matrizes consideradas fundamentais para a formação do pensamento ocidental, como é o caso da concepção judaico-cristã de mundo. Apesar do indiscutível destaque do Judaísmo e do Cristianismo enquanto contribuição para a formação do pensamento ocidental, nada pode, a priori, associá-los com uma visão de progressividade do tempo social, conotação esta que é apanágio exclusivo do Capitalismo.

Em primeiro lugar, a concepção judaico-cristã de mundo, mesmo postulando a linearidade como eixo cognitivo da apreensão do tempo (ver neste sentido, NEHER e PATTARO, 1975), não se confundia com as acepções modernas que ganharam corpo na Europa Ocidental a partir da Baixa Idade Média. A linearidade do tempo, tal como foi concebida pelos antigos hebreus, os *hapiru*, e mais tarde assimilada também pelo Cristianismo, *em momento algum se desdobrou em um entendimento progressivo do tempo social.* Pelo contrário, esta interpretação estava substantivada com conteúdos de perdurabilidade e não de progressividade.

Esta diferença dava-lhe um nexo sociológico que contrastava claramente com as conotações emprestadas ao tempo linear a partir do capitalismo, entre elas o desencaixe do tempo com relação ao espaço (Vide GIDDENS, 1991: 25/29). No Ocidente a clivagem do tempo com relação ao espaço determinou uma *relação de exterioridade* para com os dinamismos sócio-ambientais cabíveis exclusivamente a partir de uma conotação progressiva emprestada ao tempo social. Aliás, nada sugere uma identidade entre linearidade e progressividade, termos que são normalmente confundidos como sinônimos. *Progressividade pressupõe uma disposição hierárquica de eventos, portanto ordinal, que é*

alheia à concepção judaico-cristã do tempo, esta última de caráter cardinal?

Em segundo lugar, e como decorrência do ponto anterior, a concepção judaico-cristã de mundo jamais ensejou a supressão do espaço pelo tempo. Com efeito, esta concepção conviveu em diferentes cenários pré-capitalistas com práticas não excludentes do espaço. Ela nunca significou a hegemonia de um ritmo temporal em contradição com os ciclos da Natureza, pelo que de resto, entende-la como "matriz ideológica" da degradação ambiental (fórmula costumeira em algumas avaliações) é uma afirmação precipitada e imprudente. Contrariamente à Modernidade, a concepção judaico-cristã de mundo esteve presente em articulações tempo-espaciais de diferente densidade e substância social, mas que em comum compartilhavam uma parceria, maior ou menor, com os ritmos presentes no entorno natural.

Em terceiro lugar, há que ser ressaltada uma gênese absolutamente diferente da *linearidade cardinal* que surge no Judaísmo original (ou Javismo) com relação à interpretação progressiva que ocorreu dezenas de séculos após na Europa Ocidental. A *ordenação linear e cardinal do tempo* surge em meio a um cenário dominado por vastos impérios territoriais que preconizavam uma concepção cíclica do tempo estreitamente vinculada às necessidades de manutenção do poder do Estado Despótico, ajustado a um metabolismo com o meio natural no qual a tributação era o eixo do sistema de engenharia (Ver WALDMAN, 1992).

A concepção de tempo linear proposta pelo Javismo é indissociável de um rol de proposições inscrevendo-o como uma contra-cosmogonia em oposição aos impérios do Crescente Fértil (WALDMAN, 1993) e conjuminava-se com uma perspectiva monoteísta que despersonificava a Natureza, questionando o papel do Estado como intermediário entre o espaço terrestre e um arquétipo celestial que o legitimava (Ver também neste sentido ELIADE, 1978: 20/26).

Assim sendo, o tempo linear javista, era muito mais um vetor de contestação política ao tributarismo que um pressuposto de uma "visão instrumental" da Natureza que alguns textos terminam por situar, abstrata e trans-historica-

mente, no Iº Milênio a.C. Por estas razões, esta forma linear de apreensão do tempo social conviveu com a heterogeneidade das paisagens naturais constituintes da antiga Canaã. Elas terminaram modeladas em nichos ecológicos de diferente taxonomia, formando um espaço ladrilhado disposto em consonância com um relevo caótico, sulcado por vales, desfiladeiros e altas montanhas.

Não por outra razão, as referências com relação *ao outro*, entre os hebreus, continuaram marcadamente espaciais. Malgrado uma visão unitária de humanidade que se deve ao monoteísmo (Vide VENDRAME, 1981:206/210), o pagão era sumamente, um adorador de outros deuses, *apreciação esta marcadamente territorial pelo simples fato destes deuses serem detentores de um território*. Coerentemente, a própria Palestina tinha uma referência simbólica espacializante. Contrastando com os territórios nos quais ídolos eram adorados, ela era acima de tudo a *Terra do Senhor*, qualificação que se encontra demarcada em outra expressão bastante conhecida: a *Terra Santa*.

Este convívio de uma concepção linear do tempo com diferentes dinâmicas sócio-ambientais também pode ser constatada em outro cenário no qual a concepção judaico-cristã de mundo marcou sua presença: a Europa Feudal. O Feudalismo, como as formações sociais não-capitalistas em geral, formatava uma espacialidade na qual conviviam várias histórias e várias geografias. Isto é patente nas clivagens sociais, nas diferenciações geográfico-culturais, na intercalação de povos e religiões.

Exemplificando, em regiões como a Curlândia e a Livônia, no Báltico Oriental, a Ordem dos Cavalheiros Teutônicos, uma classe senhorial de ascendência germânica, polarizava com uma massa camponesa de origem estoniana ou letuana. Na Rutênia, os latifundiários, denominados localmente de *pans*, eram poloneses e não ucranianos. Em muitas partes da Grã-Bretanha, os daneses, um antigo grupo viking que havia migrado da Escandinávia e se instalado em posições fortificadas na "nova pátria", exerciam seu poder sobre um campesinato de origem celta ou anglo-saxônica. Por toda a Europa, as cidades,

quando de caráter mercantil, reuniam fervilhantes colônias de alógenos, particularmente de judeus.

Lingüisticamente, o continente estava retalhado numa imensa Babel, aglutinando uma miríade de idiomas por sua vez fracionados em um número incontável de dialetos. Na Europa Medieval, a possível influência unificadora do papado não conseguiu consolidar-se frente à fragmentação objetiva do poder. Mesmo a liturgia da Igreja, vertida em latim, era um falar estrangeiro para a maioria da população. O Feudalismo reforçava e se nutria de relações de cunho local/patrimonial que eram sua essência indiscutível. O espaço europeu estava decomposto em unidades autárquicas e auto-suficientes, cuja fragmentação era reforçada por uma dependência para com o meio natural.

Este conjunto de fatores induzia formulações espacialmente excludentes *do outro*. Isto é patente no *outro medieval que era, por excelência, o judeu*. Centrada na imagem do *Ahasverus, o judeu errante*, a exclusão tinha por sustentação uma argumentação de fundo teológico-religioso voltada contra uma minoria, a judaica, que face aos critérios feudais constituía um grupo desterritorializado. Tal estigma espacial de exclusão era reflexo objetivo do fato dos judeus estarem, na sociedade feudal, espacialmente difusos, *incrustados em seus poros* (Karl Marx).

Este tipo de inserção estava articulado com a atividade que lhes fora reservada pelo sistema: a de responsáveis pela restrita circulação monetária admissível em uma economia natural. O *Ahasverus, respondia por um imaginário espacial no qual o judeu era integrado pela rejeição, engendrado como marginal e diferenciado para que não deixasse de existir* (PINSKY, 1981:11). A discriminação anti-semita na Idade Média justificava-se pelo fato do judeu constituir, neste período, um elemento que poderia potencialmente polarizar com uma espacialidade avessa a qualquer tipo de intercâmbio mais orgânico entre seus fragmentos.

Neste sentido, a concepção de tempo linear, própria do universo de valores judaico-cristão, não determinou nenhuma supressão do espaço pelo tempo. Tal hipótese, apenas poderia estar configurada se em nível das aspirações sociais e das demandas concretas de reprodução

social dos atores históricos do mundo judaico-cristão se fizesse presente uma apreensão linear do tempo conjugada com uma ótica de progressividade, contexto que em nenhum momento materializou-se no passado pré-capitalista.

O compromisso com os dinamismos sócio-ambientais naquelas sociedades mais tarde definidas como antecessoras do Ocidente (antigos hebreus, cristandade europeia, etc), era incompatível com a perspectiva da progressividade. Também podemos asseverar, *mesmo este tempo linear "arcaico" encontrou poderosa resistência para ser assimilado*. No antigo Oriente, esta resistência foi exacerbada pelo fato dos hebreus viverem junto a povos que, em sua totalidade, se pautavam por intermédio de ordenações cíclicas e não lineares do tempo social.

Na Europa Feudal, o tempo linear era objetivamente ignorado pela população camponesa. O campesinato medieval estava em larga medida apegado a noções mágicas derivadas de um estilo de vida regrado pela sazonalidade das estações e dos ciclos agrícolas. Durante a Idade Média, acrescenta GOUREVITCH, o Cristianismo "não conseguiu superar o apego característico da consciência arcaica do arquétipo mítico, a atitude ritual e mágica diante da realidade e em particular, do fluir do tempo" (1975:275).

Ademais, a questão deste tempo social "arcaico", não-progressivo, cardinal e não ordinal, auxilia a compreender alguns interessantes fenômenos históricos. Dentre estes, o fato da concepção judaico-cristã de mundo, movendo uma guerra sem quartel contra o paganismo, ter conseguido impor-se somente ao custo de enormes esforços.

Isto porque a linearidade do tempo constituía uma prefiguração de difícil compreensão para o homem do povo e especialmente para o camponês. A sazonalidade e as pulsões da natureza encontravam nos arquétipos pagãos uma explicação indiscutivelmente mais atraente para o meio rural, que desde os albores da história, sempre esteve imerso numa relação sensível com o entorno natural.

De difícil interiorização, este tempo linear esteve sob ameaça permanente de ser submerso por um universo mítico que o acossava sem descanso. Por isso mesmo, os interlocutores e/ou proponentes deste imaginário elaboraram respostas defensivas de caráter altamente abstrato, que na maior parte dos casos, apenas realimentaram a incompreensão por parte das populações que pretendiam incorporar ou assimilar.

Finalmente, tal interpretação do espaço-tempo, ao se fundamentar numa linha de perdurabilidade e, portanto, não se descolar dos dinamismos cíclicos da Natureza, diferenciava-se muito precariamente das concepções míticas que se propunha combater. Conforme assinalamos, o tempo linear corporificado no Javismo surge enquanto uma contra-cosmogonia em oposição ao domínio despótico dos antigos impérios orientais.

No antigo Crescente Fértil diversos grupos pertencentes a diferentes origens étnicas, que foram colocados ou colocaram-se à margem dos processos sociais, políticos e econômicos então em curso, originaram enormes e incontroláveis concentrações de *hapiru* ("hebreus", conforme SCHWANTES, 1984: 67/68 e 1989). Mesmo antagonizando os impérios, os *hapiru* não se distinguiram inteiramente das práticas sócio-ambientais típicas do mundo oriental. Exemplificando, os estabelecimentos hebraicos da Palestina não foram discrepantes da vigorosa economia camponesa que durante milênios caracterizou a chamada *Velha Ásia* (WALDMAN, 1992 e 1993).

Nesta linha de raciocínio, apenas o capitalismo rompeu com as interpretações não-progressivas do tempo social, aí incluídas as lineares cardinais que caracterizaram tanto o Judaísmo quanto o Cristianismo. Estas interpretações são típicas da totalidade dos padrões civilizatórios pré-capitalistas e primaram - de uma forma ou de outra - por pautarem uma parceria com os ciclos de matéria e energia presentes no espaço geográfico.

A singularidade da concepção *linear e progressiva* do tempo social prende-se a transformações históricas que foram apanágio exclusivo da inculturação européia e de nenhuma outra. A noção de progressividade era absoluta-

mente estranha ao conjunto das populações não-ocidentais. Peculiar ao capitalismo, ela demarca uma ruptura radical, uma inflexão profunda para com todas as demais regulações sociais do tempo anteriormente em curso.

Sua grande marca, ausente nas sociedades do passado, foi seu antagonismo com relação aos dinamismos presentes na dimensão espacial tal como esta é entendida em seu *strictu sensu*. Por isso mesmo, e em contraste com as épocas precedentes, a Modernidade inaugura uma era na qual os desequilíbrios sociais entrelaçam-se explosivamente com a deterioração generalizada do meio ambiente.

Todas estas razões ajudam a inscrever a discriminação a partir de um paradigma temporal, e não mais espacial como dantes. Em resumo, é possível elencar várias implicações pertinentes ao entrelaçamento da noção de progressividade com o racismo, configurando uma matriz ontológica e epistemológica fundamentalmente em razão de:

1. A concepção de tempo linear e progressivo opõe-se explicitamente ao particularismo e por extensão, à heterogeneidade, manifestada na presença simultânea de diferentes regulações sociais do tempo-espaço. *Ontologicamente, este tempo social arroga-se a uma universalidade.* Ao contrário das acepções perduráveis dos antigos tempos sociais, a concepção que surge na Europa Ocidental não é espacialmente circunscrita, e sua propensão é o domínio do horizonte, "Às caravelas e a imprensa, junta-se a pólvora, atrás de cujo poder de morte, a noção de obstáculo desaparece" (BETTANINI, 1982: 24).

Neste sentido, este tempo social não se sente constrangido ou prisioneiro do espaço. Inversamente, ele materializa-se pela negação dos dinamismos sociais e/ou naturais que porventura venham a se constituir em obstáculo à sua espacialização. Esta nova interpretação do tempo social privilegia o artificial, sua emanação direta, pois em si mesma, a progressividade somente pode ser apreendida através da negação da naturalidade. Não por outra razão, ao desqualificar ou destruir todos os dinamismos sócio-ambientais tidos como empecilhos para seu avanço e reprodução material, termina



A REAPARIÇÃO DOS ALIENÍGENAS "ANTIGOS" EM TERRITÓRIOS "NOVOS"

A crença de que os espaços estranhos ao conhecido são ocupados por alienígenas carecendo de traços consagrados de humanidade é antiga e aparece em várias civilizações pré-modernas. Nas duas primeiras ilustrações, estão alguns dos *semimonstros* idealizados por Gaius Julius Solinus, autor romano do século III d.C., que tiveram curso corrente em toda a Idade Média. Mais tarde, eis que estas estranhas criaturas reaparecem nas representações cartográficas do Brasil-Colônia (comparar a primeira figura com a do homem no canto esquerdo do mapa, logo abaixo da linha do Equador). Não somente neste caso, como em vários outros contextos históricos, apela-se para a ressemantização da exclusão com base em arquétipos anteriores, que são reatualizados em novas situações (Reproduzido de OLIVEIRA, 1983:62).

explicitamente por criar estreito vínculo entre degradação ambiental, artificialidade e o racismo.

2. Como conseqüência do enunciado anterior, o caráter universal do desenvolvimento das forças produtivas (Marx), terminou por anular o espaço. Em outras palavras, o tempo linear e progressivo excluiu a parceria maior ou menor com os fluxos da natureza, postura que foi característica das formações sociais antigas. A mundialização do tempo social capitalista foi veículo primordial para a integração desigual de todos os demais povos ao domínio euro-ocidental.

Nesta marcha irrefreável rumo a artificialização integral do espaço, expandindo o chamado *meio ambiente construído*, o Capitalismo, tendo por suporte uma organização mundializada da produção secundada por um único ritmo temporal, impôs a uniformidade como meta máxima. Em nome desta referência, o outro passou a ser objeto de uma manipulação simbólica pela qual a *diferença e desigualdade foram sinomizados*, e por extensão, tornando-o passível de eliminação e de extermínio.

O espaço artificial que vai sendo lentamente articulado com a irupção da economia de mercado, ao ser antagônico com os fluxos que perpassam pela natureza, entrou em contradição com a totalidade dos equilíbrios sócio-ambientais do mundo tradicional, implicando, pois em um reenquadramento de vastos setores da própria população rural européia, cujo campesinato era regrado por ordenações do tempo estranhas e adversas ao novo ritmo temporal.

Com vistas a assegurar a nova fruição do intercâmbio, foram estabelecidas estratégias específicas de interdição espacial, em alguns casos pela ressemantização de situações anteriores de exclusão. Esta foi em particular, a situação vivenciada pelos judeus, que com a implantação dos *ghetos*, são novamente desterritorializados, desta vez no sentido "moderno" da palavra¹

3. No plano epistemológico, a mundialização da formação social capitalista foi legitimada por enfoques que traduziam as injunções do novo ritmo temporal. O Ocidente passa a ser apresentado como o único a possuir história efetiva, eivada de significados progressivos,

desenvolvimentistas e eurocêtricos. Os demais povos, *os ditos atrasados* (expressão esta de nítida conotação temporal), passam a ocupar posições cronologicamente subalternas ou então, deixam simplesmente de possuir história. O atrasado é inapelavelmente um inferior, alguém que não se ajusta ou optou por não se ajustar ao que é considerado avançado. Na nova Linha do Tempo elaborada com base num sentido progressivo da história, é postulada uma seqüência na qual os primitivos (do latim *primi*, ou seja "primeiros") e os aborígenes (isto é "originários"), são deslocados para um remoto princípio da história, uma noite dos tempos habitada por todos aqueles que não foram agraciados pela reelaboração do tempo-espaço promovida pela Europa.

O surgimento (ou ressemantização) dos "semimonstros" é uma conseqüência inevitável deste processo. Eles estão encarnados, por exemplo, nas imagens do leproso, do judeu, da bruxa e do muçulmano. Às vezes estes alógenos e excluídos formam uma única articulação imaginária que os funde em um denominador comum, um imaginário inquisitorial com muitos paralelos com o Século XX, dentre eles, "a noção de quinta-coluna, de pessoas agindo de acordo com ordens vindas de fora" (cf. GINZBURG, 1989: 27).

As categorias sociais ou étnicas que foram excluídas ou consideradas empecilhos concretos, ou aparentes à reprodução deste novo sistema de engenharia, passam a ser negativamente incorporadas à natureza, um pressuposto para a naturalização da desigualdade e paralelamente, para as formulações relativas a uma hierarquia racial. Mais uma vez, é claro o sincronismo que encadeia uma relação contraditória com o meio natural (enraizada no tempo linear e progressivo) com a questão da discriminação racial²

4. Com base nestas premissas, a nova regulação do tempo social levou ao enrijecimento do espaço, *acompanhado da expulsão, exclusão ou eliminação do outro, tido como temporalmente inadequado e espacialmente incompatível*. Todo este modo de espacialização redundou em eventos invariavelmente excludentes *do outro* do espaço a ser incorporado, sempre como eixo em um ritmo temporal que em suas últimas conseqüências, empurrou para fora do tempo os seus bárbaros,

seus pagãos, seus semimonstros e suas aparições. É neste sentido que *o outro*, no Ocidente, *mais que um espaço diverso, habita uma época diferente*.

A implantação do capitalismo veio formatar um arranjo espacial, secundado por um Arquétipo Espacial, altamente impactante no plano étnico-racial. Ele se consolida paralelamente ao tempo social que se materializa nos enormes relógios que passaram a ornamentar as torres das magistraturas municipais da Europa Moderna. Em uma luta feroz contra o tempo do Feudalismo -

sua primeira vítima - o novo tempo social impõe sucessivos recuos ao tempo adversário.

Ele esgarçou uma espacialidade que primava pelo isolamento e pelos ritmos quase circadianos do seu sistema de engenharia. Derrotado, o tempo dos feudos e das baronias sobreviveu nos velhos carrilhões dos templos e das catedrais, seu último reduto. Os sinos, socialmente desvitalizados, foram reduzidos a uma mera reminiscência de um tempo desaparecido, o primeiro a ser esmagado pela marcha implacável da artificialidade.

Notas

¹ A concepção das Formações Espaciais torna-se tributária da teoria dos Modos de Produção a partir do momento em que formação espacial seria "a própria formação econômico-social, espacializada" (MOREIRA, 1982:61). Conseqüentemente, enquanto modelo teórico as formações espaciais incorporam uma série de dificuldades, decorrentes do próprio conceito de Modo de Produção. Dentre estas, o fato da teorização das formações sociais soldar, em um único argumento epistemológico, as noções de progresso e de desenvolvimento histórico (Vide WALDMAN, 1992). No tocante ao tema que estamos discutindo, as dificuldades se acentuam. A questão de fundo reside em que a compreensão da dimensão espacial através das Formações Espaciais não dá conta de problemáticas que extrapolam o conceito de espaço enquanto "substantivação" das relações sociais. As Formações Espaciais não necessariamente explicitam os conteúdos sociais que dão sentido ao próprio espaço e o fato de não materializá-los pode gerar equívocos de toda ordem. Exemplificando, existem poucas diferenças *quanto à forma*, entre objetos espaciais tão diferentes quanto um campo de concentração e determinadas organizações industriais. Neste, e em outros casos, as diferenciações são resgatadas pelo sentido social, ideológico ou cultural (neste caso o chamado aporte simbólico) dado às formas, que não obrigatoriamente estão explicitados no espaço geográfico. Também de modo análogo à teoria das Formações Sociais, especialmente nas suas acepções ortodoxas, as Formações Espaciais não contemplam os direcionamentos relativos à

contingência da história. A história não obrigatoriamente se traduz como um processo que aponta como inevitável ou imprescindível um avanço da artificialidade e muito menos, que esta se confunda como *um progresso*. Numa acepção mais maleável do devir, notamos que contingência significa simultaneamente, *que a dialética da história pode enterrar-se ou desviar-se em aventuras, sem resolver os problemas que pôs a nu* (MERLEAU-PONTY, 1980: 23). Por fim, chamando a atenção para uma assertiva marxista para a qual os próprios marxistas não parecem ter dado a devida atenção, *as idéias, também podem se constituir em uma força material*.

² Certas tendências de avaliação da discriminação, fazendo o uso de um prisma trans-histórico, terminam naturalizando o repúdio e a exclusão *do outro*. No geral, tais análises constroem uma seqüência que iguala diversas formas de discriminação como discriminação racial. Por conseguinte transformam, por exemplo, o etnocentrismo arcaico, o preconceito greco-romano contra os bárbaros, a opressão dos negros e a teoria racial do nazi-fascismo como fenômenos correlatos entre si. Esta descon-textualização de situações específicas de discriminação nega, assim, os diferentes papéis relacionados a diversas situações de exclusão e, ao desestoricizarem o racismo, induz leituras politicamente muito perigosas, geralmente manipulando matrizes teóricas da biologia ou mais precisamente, da etologia. Seria este o caso do *Social-darwinismo*, que transpõe para a história humana as colocações

relativas à “sobrevivência dos mais fortes”, implicando em uma “competição de raça contra raça” e conseqüentemente, na sobrevivência daquela “mais bem sucedida”. Na atualidade, a *Sociobiologia*, versão atualizada do paradigma anterior, repõe sob novas roupagens, estes mesmos argumentos. Defendida especialmente por Edward O. Wilson (in *Sociobiologia: A Nova Síntese*, de 1975), propõe a *tese do gene egoísta*, naturalizando a questão da concorrência, da desigualdade, da pobreza e da propriedade privada (Vide BOOKCHIN, 1989).

³ Para os antigos chineses, esta noção estava inscrita em uma visão de *evolução espacial* que se processaria através de zonas concêntricas: “No centro, estavam as Nove Províncias (Tiuzou) da China, habitadas pelos homens perfeitos. Em torno das Nove Províncias, congregavam-se os bárbaros, etnias ou grupos como os Di, Rong, Man e Yi, humanos ainda, mas já inferiores quanto à civilização. Além, havia uma zona desértica, seguida dos Quatro Mares (Sihai), que separavam os seres humanos dos semimonstros. Tais zonas concêntricas representariam um percurso espacial em direção à humanização” (JOPPERT, 1978: 26).

⁴ No que seria exemplo emblemático desta colocação, na língua russa a palavra *Mir* significa simultaneamente *Aldeia, Paz e Mundo*.

⁵ “Quantos grupos humanos existiam, na aurora do tempo social, sobre a face da Terra e tantas eram as formas de comandar o Tempo e a Natureza, isto é, tantas geografias particulares existiam. Haviam milhares de geografias quando dos começos da história” (SANTOS, 1978: 164).

⁶ O tempo social é referencia imprescindível para a compreensão de qualquer espaço geográfico, pois este, sempre resulta da materialização de determinado processo histórico. O espaço resulta de uma acumulação desigual de tempos (SANTOS, 1978). Por esta razão, a dimensão espacial de qualquer fenômeno social necessariamente reporta à análise de concepções de tempo historicamente localizadas. *Por conseguinte, disciplinas consagradas ao estudo do espaço, como no caso da Geografia, devem debater a questão do tempo. Nenhum espaço geográfico pode ser compreendido sem seu correspondente tempo social* (Ver a respeito: SANTOS, 1978 e 1988, OLIVEIRA, 1981 e RIBEIRO, 1988).

⁷ Numa análise, a absolutização de um caráter geral relacionado com as interpretações sociais do tempo, a linearidade ou circularidade, por exemplo, pode conduzir a diversos equívocos. Não é possível equiparar visões de mundo apenas a partir deste caráter geral. As sociedades da Velha Ásia e os povos considerados “sem Estado” compartilhavam de uma perspectiva cíclica do tempo social, o que não significa que seus desígnios sociais fossem os mesmos. Importam sobremaneira as nuances e detalhamentos que contribuem para melhor identificar o *sentido dado ao tempo*. No caso da perspectiva linear, é possível diferenciar a concepção judaico-cristã daquela propriamente ocidental pelo fato da primeira ordenar cardinalmente os eventos (*um, dois, três, quatro, cinco, etc*) enquanto que a segunda os organiza ordinalmente (*primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, etc*). Diferentemente da regulação ocidental (capitalista) do tempo, nas acepções judaico-cristãs, a sucessão dos eventos não está disposta de forma a exprimir uma hierarquia ou posição do elemento com relação ao todo.

⁸ Ao contrário do que é apregoado por certo senso-comum histórico, os guetos surgiram exclusivamente no contexto da centralização política configurada no surgimento das monarquias nacionais européias e do avanço do capitalismo e *não na Idade Média*. Eventuais concentrações de judeus no antigo tecido urbano medieval decorriam da vida comunitária e da especificidade da inserção da minoria judaica no contexto da sociedade feudal, mas em nenhuma hipótese em razão de uma legislação determinando a moradia em bairros específicos.

⁹ O geógrafo Carlos Walter PORTO CONÇALVES arrola alguns sugestivos exemplos deste sincronismo. “Na sociedade ocidental, veremos que subjacentemente às relações sociais instituídas em meio a tensões, conflitos e lutas, elabora-se um conceito determinado de natureza que fundamentalmente, dela desloca o homem. E aí se torna fácil perceber por que o imaginário ocidental costumeiramente associa à natureza os segmentos ou classes sociais oprimidas e exploradas, naturalizando essas condições: *Um*: As mulheres, *por natureza*, são frágeis e emotivas e, assim, devem ser mantidas em lugares protegidos, como o lar; *Dois*: Os povos

indígenas são selvagens, e sendo da selva, *da natureza*, também são passíveis de dominação e discriminação; *Três*: Os negros são, *por natureza*, inferiores, portanto, incapazes de pensar racionalmente (leia-se cartesianamente); *Quatro*:

Os operários, *por natureza*, são incapazes de planejar, projetar, em fim de pensar, e por isso, devem ficar restritos às operações manuais, ao fazer" (1990: 126).

Bibliografia

- BALANDIER, Georges 1969, *Antropologia Política*, São Paulo: co-edição Difel/Edusp;
- BETTANINI, Tonino, 1982, *Espaço e Ciências Humanas*, Rio de Janeiro: Editora Paz a Terra;
- BOOKCHIN, Murray, 1989, *Sociobiologia ou Ecologia Social?* Lisboa: Editora Sementeira, Portugal;
- BLIKSTEIN, Izidoro, 1987, *Semiologia de Dachau*, in Revista Encontro, nº12, S.Paulo, SP;
- BYINGTON, Carlos Amadeu B, 1992, *A Democracia e o Arquétipo da Alteridade*, in *Democracia e Diversidade Humana: Desafio Contemporâneo*, Juana Elbein dos Santos (org.), Salvador, Bahia;
- CARDOSO, Ciro Flamarion, 1990, *Antiguidade oriental Política a Religião*, São Paulo: Editora Contexto;
- CHEBABI, Wilson de Lyra, 1992, *Medo da Diferença: Discriminação, Identidade e Tradição* in *Democracia e Diversidade Humana: Desafio Contemporâneo*, Juana Elbein dos Santos (org.), Salvador, Bahia;
- DIÓGENES, Glória Maria dos Santos, 1992, *Pós-Modernidade: Mito e Natureza*, Fortaleza: NEPS/UFC;
- ELIADE, Mircea, 1978, *O Mito do Eterno Retorno*, Lisboa, Coleção Perspectivas do Homem, Volume Cinco, Edições 70, Portugal;
- FONTETTE, François de, 1976, *O Racismo*, Lisboa: Livraria Bertrand, Portugal;
- FOUCAULT, Michel, 1979, *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Editora Graal;
- FREUD, Sigmund, 1974, *Esboço de Psicanálise*, Coleção Os Pensadores, Volume XXXIX, São Paulo: Editora Abril;
- GARCIA, Loreley, 1985, *Viagem pelo Labirinto do Mal*, in Revista Encontro, nº 8, São Paulo, SP;
- GIDDENS, Anthony, 1990, *As Conseqüências da Modernidade*, São Paulo: Editora da Unesp;
- GINZBURG, Carlo, 1989, *Bruxas, Judeus e a Redescoberta da história*, Revista Shalom, nº 276, páginas 25/31, São Paulo, SP;
- GOUREVITCH, A. Y. 1975, *O Tempo como Problema de História Cultural*, in *As Culturas e o Tempo*, São Paulo: co-edição Vozes/Edusp;
- HALL, Edward T. 1981, *A Dimensão Oculta*, Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 2ª edição;
- JAHODA, Marie et ACKERMAN, Nathan W., 1969, *Distúrbios Emocionais e Anti-Semitismo*, São Paulo: Editora Perspectiva;
- JOPPERT, Ricardo, 1978, *O Alicerce Cultural da China*, Rio de Janeiro: Editora Avenir;
- LEÃO, Emmanuel Carneiro, 1992, *Modernidade e Violência*, in *Democracia e Diversidade Humana: Desafio Contemporâneo*, Juana Elbein dos Santos (org.), Salvador, Bahia;
- LOWENTHAL, David, 1985, *Geografia, Experiência e Imaginação: Em direção a uma Epistemologia Geográfica*, in *Perspectivas da Geografia*, São Paulo: DIFEL;
- MARX, Karl 1975, *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ;
- MARX, Karl, 1975B, *O Capital*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 3ª edição;
- MC LUHAN, Marshall et FIORE, Quentin, 1971, *Guerra e Paz na Aldeia Global*, Rio de Janeiro: Editora Record;

- PONTY, Maurice, 1980, *Em torno do Marxismo in Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural;
- MERLEAU-PONTY, Maurice, 1980, *De Mauss a Claude Levy-Strauss in Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural;
- MORAES, Antonio Carlos Robert, 1988, *Foucault e a Geografia*, in Boletim Paulista de Geografia, n° 66, São Paulo: edição da Associação dos Geógrafos Brasileiros;
- MOREIRA, Ruy, 1982, *A Geografia serve para desvendar as máscaras sociais*, in *Geografia: Teoria e Crítica*, Petrópolis: Editora Vozes;
- MUNANGA, Kabengele, 1984, *Povos e Civilizações Africanos*, in *Introdução aos Estudos sobre a África Contemporânea*, co-edição Centro de Estudos Africanos da USP e Ministério das Relações Exteriores, São Paulo/Brasília, SP/DF;
- NEHER, André 1975, *Visão do Tempo e da Historia na Cultura Judaica*, in *As Culturas e o Tempo*, São Paulo, co-edição Vozes/Edusp;
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, 1981, *Espaço e Tempo: Compreensão Materialista e Dialética*, in *Novos Rumos da Geografia Brasileira*, Milton Santos (org), São Paulo: Editora Hucitec;
- PANKOW, Gisela, 1988, *O Homem e seu Espaço Vivido*, Campinas: Editora Papirus;
- PATTARO, Germano, 1975, *A Conceção Cristã de Tempo*, in *As Culturas e o Tempo*, São Paulo: co-edição Vozes/Edusp;
- PINSKY, Jaime, 1981, *Prefácio de Conceção Materialista da Questão Judaica*, de Abraham Leon, São Paulo: Editora Global;
- PORTO GONÇALVES, Carlos Walter, 1990, *Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente*, Editora Contexto, São Paulo, SP;
- PORTO GONÇALVES, Meio Ambiente, 1992, *Ética e Meio Ambiente*, texto mimeo, Rio de Janeiro, RJ;
- RIBEIRO, Wagner Costa, 1988, *Relação Espaço-Tempo: Considerações sobre a Materialidade e Dinâmica na História Humana*, Revista Terra Livre, n° 4, São Paulo: co-edição AGB/Marco Zero;
- RIBEIRO, Wagner Costa 1991, *Diversidade Territorial e Produção do Espaço*, in *Anais da Conferência: Questão Regional e os Movimentos Sociais no Terceiro Mundo*, Departamento de Geografia da FFLCH/USP, São Paulo, SP;
- SANTOS, Milton, 1978, *Por uma Geografia Nova*, São Paulo: co-edição Edusp/Hucitec;
- SANTOS, Milton, 1988, *Metamorfoses do Espaço Habitado*, São Paulo: Editora Hucitec;
- SCHWANTES, Milton, 1984, *História de Israel Local e Origens*, São Leopoldo, RS;
- SCHWANTES, Milton 1989, *O Estado Monárquico nas Montanhas, Palestinos no XIº Século a.C.*, texto mimeo, Guarulhos, SP;
- SERRANO, Carlos, 1983, *Os Senhores da Terra a os Homens do Mar: Antropologia Política de um Reino Africano*, São Paulo: FFLCH-USP;
- SEVCENKO, Nicolau, 1984, *O Renascimento*, São Paulo: co-edição Unicamp e Editora Atual;
- SILVA, Umberto, 1975, *Arte e Ideologia del Fascismo*, Valencia: Fernando Torres Editor, Espanha;
- SODRÉ, Muniz, 1992, *Espaço e Território no Brasil*, in *Democracia e Diversidade Humana: Desafio Contemporâneo*, Juana Elbein dos Santos (org.), Salvador, Bahia;
- STRAUSS, Claude Levy, 1970, *Raça e Historia*, Editora Perspectiva, São Paulo, SP;
- TUAN, Yi Fu, 1980, *Topofilia Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*, São Paulo: Difel;
- VENDRAME, Calisto, 1981, *A Escravidão na Bíblia*, Coleção Ensaio, n° 72, São Paulo: Ed. Ática;
- WALDMAN, Mauricio 1992, *Templos e Florestas Metamorfoses da Natureza e Naturalidades da Metamorfose no mundo oriental*, texto no prelo, FFLCH/USP, São Paulo, SP;
- WALDMAN, Maurício, 1992B, *A Ecologia do Tempo*, paper elaborado para a Eco-92, São Paulo e São Bernardo do Campo, SP;

WALDMAN, Maurício, 1993, *Bíblia e Ecologia*, artigo trilingue (português, inglês e castelhano), in *Bibliografia Bíblica Latino-Americana 1992*, Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, IMES, São Bernardo do Campo, SP. Versão integral deste texto está disponível *on-line* na seção Religião do site *Maurício Waldman – Textos, Cursos e Projetos*: www.mw.pro.br ;

WALDMAN, Maurício, 1995, *Bereshit: A Criação da Diversidade*, in Revista Tempo e Presença, número 279, exemplar de Janeiro/Fevereiro, páginas 40/42, CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Paulo, SP. Versão integral deste texto está disponível *on-line* na seção Religião do site *Maurício Waldman – Textos, Cursos e Projetos*: www.mw.pro.br ;

LITERATURA:

Borges, Jorge Luis, 1970, *Tlon, Uqbar, Orbis Tertius*, in *Ficções*, Porto Alegre: Editora Globo;

Kafka, Franz, 1971, *A Metamorfose*, Rio de Janeiro: Edições de Ouro, nº 1654.

FILMOGRAFIA:

Cronenberg, David, *Videodrome A Síndrome do Vídeo*.

Bergman, Ingmar, *O Ovo da Serpente*.

DOCUMENTOS:

World Media, Planeta em Movimento, 1991, edição da Folha de São Paulo, São Paulo, SP;

Tratado Contra o Racismo, 1992, Fórum Global, ECO-92, Rio de Janeiro, RJ;

O Socialismo dos Idiotas, 1993, in *Dossiê Véspera*, publicação da AGEN - Agencia Ecumênica de Serviços em co-edição com o MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos, Fevereiro de 1993, texto de Maurício Waldman para Seminário sobre Discriminação Racial promovido por entidades populares de São Paulo. Versão integral deste texto está disponível *on-line* na seção Religião do site *Maurício Waldman – Textos, Cursos e Projetos*: www.mw.pro.br

Texto entregue em março de 2003.



OS DEKASSEGUIS DO BRASIL FORAM PARA O JAPÃO E LÁ ESTÃO CRIANDO RAÍZES

Rosa Ester Rossini*

RESUMO:

Os dados atuais a respeito das migrações são muito fragmentados, discrepantes e de difícil aferição. Estima-se que estejam no Japão cerca de 250.000 nikkeis provenientes do Brasil. A partir do início dos anos 80 do século XX ficou evidente esta migração e, aproximadamente, após 20 anos de vida e trabalho no país do Sol Nascente a migração que, inicialmente, era temporária tende a ser definitiva. O novo enraizamento é evidente e pode ser constatado através do: número de escolas que ensinam português; das escolas de samba; da presença de churrascaria; do caminhão que vende alimentos do Brasil; de locadoras de filmes falados em português; da festa e dos casamentos com pessoas do Japão ou com migrantes do Brasil. Nascem, no Japão, cerca de 4.000 crianças por ano, filhos dos nikkeis do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE:

Nikkeis; Dekasseguis; Migração; Trabalho; Brasil/Japão.

ABSTRACT:

The current data toward migration are very fragmented, inconsistent and hard to be compared. About 250.000 Nikkeis from Brazil are calculated to be living in Japan. After the beginning of the 80^s of 20th century this migration became evident. And almost 20 years living and working in the so called Sunrise country, the migrants whose were temporary at the beginning tend to be definitive. The new roots are evident and can be seen through the number of schools teaching Portuguese; of samba schools; the presence of the barbecue restaurants; the truck selling Brazilian food; video rental stores with movies spoken in Portuguese; of party and marriage with people from Japan or migrants from Brazil. In Japan, about 4 thousand children are born by year, whose parents are Nikkeis from Brazil.

KEY-WORDS:

Nikkeis; Dekasseguis; migration; labor; Brazil/Japan.

Os brasileiros que migram à procura de melhores condições de vida, os deserdados do capitalismo, em sua maioria, não figuram nas estatísticas oficiais como migrantes, são *turistas*. O mesmo ocorre em relação àqueles que chegam ao Brasil. Os dados atuais a respeito das migrações

são muito fragmentados, discrepantes e de difícil aferição.

Os movimentos migratórios representam, de forma crescente, importante modalidade de transferência de divisas. Segundo relatório das Nações Unidas, a remessa anual de dinheiro de migrantes, em nível global, para seus países de

* Professora Titular em Geografia Humana. Departamento de Geografia FFLCH USP.

origem, constitui-se na segunda maior *indústria* do mundo, perdendo apenas para o petróleo (FNUAP, 1993).

Os imigrantes japoneses começaram a chegar ao Brasil em 1908. O maior volume de entrada ocorreu entre as duas grandes guerras mundiais. As entradas caíram significativamente a partir da década de 1960, quando o Brasil passou pelo período da ditadura militar. No conjunto, entraram cerca de 250.000 japoneses e o estado de São Paulo recebeu mais de 93% deste contingente.

Hoje são cerca de 1,5 milhão de *nikkeis* no Brasil, que englobam imigrantes japoneses e seus descendentes.

Nos últimos vinte anos, ficou evidente a saída de brasileiros para o Japão, em sua maioria, na faixa produtiva dos 20 aos 39 anos. Raramente migra a família inteira e excepcionalmente levam crianças na primeira partida para o exterior. Não representa exceção a migração de menores de 18 anos para o trabalho no Japão. Todo filho de *nikkei* nascido no Japão continua sendo brasileiro. A estimativa de nascimento por ano é de 4.000 crianças (Sasaki, 1999).

Brasileiros no Japão por faixa etária (números absolutos)

Faixa Etária	1994	1996	1998
Total	159.619	201.795	222.217
0 a 4 anos	5.666	9.226	14.380
5 a 9 anos	4.931	6.916	8.948
10 a 14 anos	3.726	5.963	8.619
15 a 19 anos	12.409	16.310	17.517
20 a 24 anos	30.362	34.304	35.162
25 a 29 anos	30.446	35.274	36.187
30 a 34 anos	22.787	28.432	30.045
35 a 39 anos	15.178	19.861	22.020
40 a 44 anos	11.651	15.337	16.543
45 a 49 anos	10.190	12.525	13.300
50 a 54 anos	7.261	10.476	10.565
55 a 59 anos	3.579	4.659	5.868
60 a 64 anos	1.154	1.961	2.363
65 a 69 anos	217	435	564
70 a 74 anos	45	89	92
75 a 79 anos	7	14	27
acima de 80 anos	10	13	17

Fonte: Ministério da Justiça do Japão (1995, 97 e 99), in: Sasaki, E.M., 1999.

O caminho de volta dos japoneses e seus descendentes radicados no Brasil para exercerem trabalho não-especializado e temporário no Japão tem uma forte dose tanto de procura das raízes quanto de desejo de melhoria da situação econômica individual ou familiar. São justificativas: dificuldades que o Brasil atravessa para engajamento da mão-de-obra em condições de desempenhar alguma atividade econômica com retorno *justo*; baixos salários, impossibilitando a

sobrevivência da família; retorno às origens; *enriquecimento rápido*; aventura; aprender a língua; fazer poupança para comprar imóvel, etc. (Sasaki, 2000; Ferreira, 2001).

O SONHO E A REALIDADE

Há menos de uma década, para completar o centenário da chegada oficial dos japoneses no Brasil, levas de migrantes de origem japonesa partem para o Japão à procura de trabalho, em

boa parte motivados por propaganda freqüentemente enganosa.

Até início de junho de 1990, antes da promulgação da lei que reformulou o controle da entrada de estrangeiros no Japão, os *dekasseguis* eram considerados, em sua maioria, trabalhadores ilegais. Eram, e são ainda, recrutados, em sua maioria, via *empresas de turismo* ou aliciados por intermediários. Devido a esta modalidade de *engajamento* os contratos de trabalho não eram

claros deixando as pessoas freqüentemente à margem de benefícios sociais e, mesmo em caso de acidente de trabalho, não tinham a quem recorrer.

No Japão é elevadíssimo o percentual de clandestinos oriundos das Filipinas, Tailândia, Bangladesh, Vietnã, Coréia, China, Brasil, Peru, dentre outros países. Os brasileiros constituem a terceira nacionalidade em número de estrangeiros, só superada pelos coreanos e chineses.

Estrangeiros registrados no Japão segundo nacionalidades de maior contingência (1994)

País	Número de pessoas	%
Total	1.354.011	100,0
Coréia	676.793	50,0
China	218.585	16,1
Brasil	159.619	11,8
Filipinas	85.968	6,4
EUA	43.320	3,2
Peru	35.382	2,6
Outros	134.344	9,9

Fonte: Ministério da Justiça do Japão (1995: 3), in: Sasaki, E.M., 1999. p.249

A presença brasileira no contexto dos estrangeiros no Japão é muito grande. Na América do Sul os brasileiros são o grupo mais numeroso seguido, de longe, pelos peruanos.

Em 1º de junho de 1990 foi aprovada nova lei de controle de entrada de estrangeiros. As empresas passaram a ter direito de contratar legalmente niseis e sanseis. Mesmo após a regulamentação da referida lei, nem sempre os contratos são legais, isto é, estão em contrato indireto pessoas enviadas aos locais de trabalho por agenciadores ou intermediários ou ainda representantes das empresas japonesas, quando os *nikkeis* ganharam a oportunidade de trabalhar legalmente. (Ninomya, 1999).

Embora a Lei Trabalhista japonesa proíba o envio de trabalhadores simples a outras empresas, fatos com a ausência de seguro contra acidente de trabalho e o não recolhimento de imposto continuam a existir em grande quantidade.

Ao mesmo tempo, na condição de trabalhadores enviados por intermediários, não recebem referência de uma pessoa de confiança da empresa e, em consequência, a chance de ascensão dentro da empresa é quase impossível.

Em função disso, percebe-se que o *trabalho ilegal* conduz a contratos de trabalho não muito claros. Os treinamentos ou capacitação técnica dos *dekasseguis*, em geral, são considerados pelas empresas como um desperdício, já que se trata de investimento em pessoas sem contrato.

É mais comum também conceder os trabalhos mais tranquilos aos funcionários da empresa, restando aos *dekasseguis* os trabalhos considerados mais simples, que qualquer um pode fazer, e duros, sujos e perigosos. Acrescente-se ainda o fato de que é bastante difícil a passagem do trabalho ilegal para o legal no Japão.

Estrangeiros no Japão provenientes da América do Sul (números absolutos)

País	1994	1996	1998	2000*
Total (América do Sul)	203.840	248.780	274.442	309.230
Argentina	2.796	3.079	2.962	3.072
Bolívia	2.917	2.913	3.461	3.915
Brasil	159.619	201.795	222.217	254.394
Chile	458	537	598	-
Colômbia	1.121	1.575	1.965	-
Equador	115	126	131	-
Guiana	9	8	6	-
Paraguai	1.129	1.301	1.441	1.658
Peru	35.382	37.099	41.317	46.171
Suriname	11	13	13	-
Uruguai	109	115	100	-
Venezuela	174	219	231	-

Fonte: Ministério da Justiça do Japão (1995, 97, e 99), in: Sasaki, E.M., 1999.

* Japan Immigration Association JIA - Heisei 13ere Yoshioka, R, 2002

OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A MIGRAÇÃO

Além da passagem, o passaporte é documento indispensável para quem viaja. É necessário distinguir o migrante nascido no Japão (issei) e o que tem dupla nacionalidade (nisei ou issei). Esses não precisam de visto emitido pelo Consulado do Japão. Os outros migrantes niseis, sanseis e de outras ascendências necessitam preparar vasta documentação.

Há dois tipos de visto de saída necessários a pessoas que pretendem viajar para qualquer país com o qual o Brasil não tem livre entrada: o de turista e o de permanência longa. Esta última o Japão denomina de visita aos parentes próximos.

O visto para turista tem validade de noventa dias e o outro a duração de um a três anos. Se for nisei a validade é de até três anos. Os sanseis e os brasileiros casados com descendentes japoneses conseguem visto de, no máximo, um ano. Em ambos os casos os vistos poder ser renovados. "Segundo as estatística do Consulado Geral do Japão em São Paulo, o volume de vistos por ele concedido corresponde a mais de 70% daqueles emitidos por todas as

representações do governo japonês no Brasil" (Yoshioka, 1994, p. 100).

"Não existe o visto de permanência por prazo prolongado para trabalhar, a não ser que a pessoa solicite naturalização, processo difícil, e raramente a permanência é concedida pelo Ministério da Justiça" (Yoshioka, 1994, p. 98).

Para trabalhar no Japão, é necessário, após o desembarque, preparar a documentação para o trabalhador.

O governo japonês através da

"Fundação Centro de Estabilização do Trabalho na Indústria, cria em agosto de 1991 o Centro de Assistência de Empregos para Nikkeis o Tokio Nikkeis. Este Centro localiza-se estrategicamente, próximo à estação de Yeno, em Tóquio, ponto de chegada do trem procedente de Narita. É um estabelecimento da Agência Pública de Apresentação de Emprego [...] O Tokio Nikkeis atende exclusivamente nikkeis e, portanto, fica à disposição com plantonistas que falam português, espanhol ou japonês" (Yoshioka, 1994, p. 103).

BRASILEIROS NO JAPAO SEGUNDO STATUS DE PERMANENCIA

Status de Permanência	1994	1996	1998
Total	159.619	201.795	222.217
Professores	14	20	16
Artistas	2	4	3
Atividades Religiosas	15	20	35
Imprensa	1	1	2
Investimentos e administração de empresa	15	20	14
Serviços jurídicos e contábeis	0	0	0
Serviços médicos e paramédicos	0	0	0
Pesquisadores	11	8	12
Educação	3	2	3
Engenheiros	27	15	24
Especialistas em conhecimento humanístico	33	27	45
Transferência interna de empresa	29	24	35
Promoções de entretenimento	304	184	199
Serviços técnicos especializados	65	71	61
Atividades culturais	20	19	14
VISITAS TEMPORÁRIAS			
Total	2.057	3.404	1.895
Turismo	1.970	3.274	1.857
Visitas e inspeções às fábricas	3	3	1
Atividade cultural e educacional	0	0	0
Visita de parentes	79	125	37
Outros	5	2	0
Estudantes universitários	346	372	356
Estudantes de curso médio	40	53	50
Estagiários	225	238	217
Permanência de dependentes	357	354	297
Atividades designadas (total)	11	53	28
Residentes em caráter permanente	373	931	2.644
Cônjuge e filhos de japoneses(as)	95.139	106.665	98.823
Cônjuge e filhos de japoneses permanentes	34	29	47
Residentes por longo período	59.280	87.164	115.536
Outros	1.187	2.017	1.861

Fonte: Ministério da Justiça do Japão (1995, 97, e 99), in: Sasaki, E.M., 1999.

As pessoas que procuram trabalho, ao se dirigirem para lá, preenchem formulários com seus dados pessoais e pretensões de engajamento. Consultam pastas contendo propostas, fazem opção e aguardam a entrevista. São entrevistadas no próprio centro ou recebem orientação do representante da empresa selecionada para se submeterem à seleção.

Nos últimos dez anos, segundo informações dos veículos de comunicação da Comunidade Nikkei do Brasil, mais de 300.000 pessoas (homens e mulheres) partiram à procura de trabalho temporário (*dekasseguis*).

Em geral desenvolvem atividades não muito aceitas pelos naturais da terra, os quais as

designam com 3K (condições): KITANAI (sujo), KITSUI (penoso) e KIKEN (perigoso) (Yamochi, 1991).

Embora sejam de ascendência japonesa, não são muito aceitos pela sociedade local por não terem os mesmos hábitos e por não falarem a língua (*Revista Tudo Bem*, ano 1, nº 1, 1991).

São considerados estrangeiros no Brasil por serem de ascendência nipônica e são também entendidos como estrangeiros no Japão por não terem nascido lá. No fundo são autênticos desenraizados.

Alguns *dekasseguis* que retornavam ao Brasil definitivamente, ou estavam visitando a família, minimizavam as dificuldades enfrentadas pelo fato de estarem com os *bolsos cheios*. O dinheiro poupado durante o período de estada no Japão era suficiente para adquirirem imóveis, comprar carros, iniciarem alguma nova forma de sobrevivência com o montante acumulado em pouco tempo. Não se esqueciam, na sua fala truncada, de chamar a atenção para o fato de que a adaptação é um processo difícil não só pela dificuldade de comunicação, como pelos hábitos dos japoneses do Japão. Destacavam ainda que a vida no exterior é muito agitada, sem descanso, pois tudo é cronometrado (Asari, 1992).

Continua sendo grande a migração apesar da revoada ter perdido a enorme intensidade com a qual se apresentava devido a problemas econômicos pelos quais o Japão atravessa. O maior contingente ocorreu de 1989 a 1992.

OS TIPOS DE TRABALHO E AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NO JAPÃO

Independente da atividade que será desempenhada pelo *dekassegui* do Brasil ou do porte da empresa, o espaço será sempre pequeno para sua instalação. São hospedados em alojamento ou apartamento tipo *kitchenette*. Alguns migrantes alugam apartamentos ou a própria empresa se encarrega desse assunto.

As refeições são fornecidas pela empresa e posteriormente descontadas do salário. Aquelas que não possuem refeitórios contratam serviços de restaurantes. No caso de o trabalhador estar fazendo hora extra, a refeição é fornecida gratuitamente pelo empregador.

O seguro de saúde que inclui tratamento dentário e o de acidente de trabalho são obrigatórios aos empregados contratados legalmente.

Os descontos no salário, que variam bastante de uma empresa para outra, incluem, portanto, aqueles atinentes aos seguros de saúde, previdenciário, refeição, alojamento, imposto de renda.

As despesas da viagem de ida são com frequência financiadas pela empresa e posteriormente descontadas em parcelas em um período de três a seis meses após a chegada do trabalhador. Para as pessoas que assumiram compromisso por dois anos (um ano + um ano) de trabalho, as empresas frequentemente, devolvem a passagem de ida. Para aquele funcionário que cumpriu o prazo combinado, teve boa frequência, a empresa pode pagar a despesa de volta como prêmio pelo serviço prestado.

Além do salário mensal, algumas empresas pagam bônus especiais. Ajuda de custo, ajuda de feriado prolongado, prêmio de aposentadoria, prêmio de serviço prestado.

Todas as empresas no Japão param durante quinze dias em agosto, cinco dias nas festas de fim de ano e ano novo e alguns dias durante o verão.

Pela lei trabalhista do Japão o prêmio de aposentadoria corresponde à indenização por doze meses de trabalho. O chamado prêmio de serviço prestado acrescido do prêmio de aposentadoria correspondem, na realidade, ao valor que o funcionário recebe ao ter a passagem de volta paga pela empresa.

Os trabalhadores que não são contratados diretamente pelas empresas mas por intermediários *broker*, ao receberem o salário mensal, além dos descontos habituais onde se incluem para os alojados também aquele referente a despesas de luz, ainda pagam um percentual à empresa que se encarrega do seu contrato.

Em geral são descontados de 15% a 30% do seu salário, como o fazem os empreiteiros no Brasil, e também não têm os direitos que deveriam ter por lei porque este desconto vai, com frequência, para o *bolso* das firmas agenciadoras de trabalhadores, pois a pessoa na realidade é um *autônomo* ou um *alugado*.

Demonstração de Prêmios de Vários Seguros no Japão (em %)

Prêmio	Empregador	Empregado
1. Kenko hoken (seguro saúde)	4,10	4,10
2. Koosei nenkin hoken (aposentadoria)	7,23	7,25(homem)
3. Koyoo hoken (seguro desemprego)	0,55	0,55
4. Jidoo-teate (auxílio família)	0,12	-
Subtotal (1+2+3+4)	12,12	11,90
5. Tokubetso-hokenryoo (prêmio especial)	0,50	0,30
6. Roosai-hoken (seguro acidente de trabalho)	3,20	

Além desse percentual o trabalhador sofrerá o desconto de aproximadamente 4,75% referente ao imposto de renda na fonte

Fonte: Boletim do J.P. Center, nº 33, 13/nov/1992, apud Yoshioka, 1994, p. 109

Sendo autônomo deve efetuar o pagamento do seguro saúde junto à prefeitura municipal. No caso de ter algum problema de saúde receberá assistência médica mas terá que assumir 30% das despesas com o tratamento e não tem direito ao recebimento dos dias parados.

Sendo assalariado pagará 10% pela assistência médica e tratamento de saúde. Pelos dias parados, a partir do quinto dia receberá 60% da diária normal de contribuição. Quando atingir a idade de sessenta anos poderá receber aposentadoria proporcional e, se tiver contribuído por mais de sete meses, passará a ter direito ao abono desemprego (Yoshioka, 1994).

É comum a sonegação da contribuição previdenciária por parte do *empregador*. O argumento mais comum diz respeito ao fato de que dificilmente o trabalhador poderá usufruir da aposentadoria e será um desperdício pagar por um *benefício desnecessário*. Quando ocorre um acidente ou doença o trabalhador fica a descoberto. A saída é *arrumar as malas* e partir rumo ao Brasil. São inúmeros os casos desse tipo.

Devido ao trabalho exaustivo, fatigante e mesmo rotineiro são muito freqüentes os desequilíbrios emocionais e não são raros os suicídios.

O governo japonês hoje está ressarcindo os trabalhadores estrangeiros do pagamento efetuado para a Previdência. Para muitos é o resultado de enorme luta. Na realidade, ele quer evitar, no futuro, ter que assumir a aposentadoria proporcional a que os trabalhadores teriam direito, como o fazem alguns países, a exemplo da França.

O NOVO ENRAIZAMENTO

Os *dekasseguis* do Brasil têm sido contratados e/ou agenciados para as mais variadas atividades, não importando seu grau de instrução.

Os trabalhos mais comuns são aqueles ligados à construção civil, a firmas de limpeza, à hotelaria, a indústrias de peças de carro, alimentícias, de peças elétricas e eletrônicas, etc. Outras vezes são guardas de segurança ou acompanhantes de idosos. É atividade quase que exclusivamente feminina o trabalho de carrega-

doras em campo de golfe (Caddy). As mulheres brasileiras têm se adaptado bastante a esta atividade. O transporte de tacos e outros apetrechos é feito em pequenos veículos

motorizados. Trabalham em qualquer período do dia, mesmo com chuva e vento. As gorjetas são maiores se conhecerem o jogo e souberem sugerir boas *tacadas*.

Brasileiros no Japão por ocupação (total)

Ocupação	1994	1996	1998
Total	159.619	201.795	222.217
Médico e agentes de saúde	247	240	209
Técnicos especializados	516	428	366
Professor	59	68	86
Artista	168	156	147
Escritor literário	16	20	17
Jornalista	17	33	46
Pesquisador científico	18	13	12
Religioso	33	44	72
Outros técnicos especializados	251	361	373
Administrador	100	152	179
Escritório	11.180	12.050	11.010
Comércio	11	15	22
Venda	644	797	994
Agrícola	399	417	421
Pesca	65	55	33
Pedras preciosas	29	28	23
Transporte e correspondência	255	328	318
Produção manufatureira	93.248	117.099	127.498
Trabalhador operário	4.140	4.072	3.585
Setor de serviços	6.160	5.190	4.313
Sem ocupação	41.925	60.002	72.121
Não sabe	130	277	372

Fonte: Ministério da Justiça do Japão (1995, 97, e 99), in: Sasaki, E.M., 1999.

Brasileiros no Japão no setor manufatureiro por sexo

Ano	nº total	%	Homens	%	Mulheres	%
1994	97.388	100,0	63.681	65,39	33.707	34,61
1996	121.171	100,0	78.176	64,52	42.995	35,48
1998	131.083	100,0	82.463	62,91	48.620	37,09

Fonte: Ministério da Justiça do Japão (1995, 97, e 99), in: Sasaki, E.M., 1999.

Brasileiro no Japão no setor de serviço por sexo

Ano	nº total	%	Homens	%	Mulheres	%
1994	6.160	100,0	1.553	25,21	4.607	74,79
1996	5.190	100,0	1.425	27,46	3.765	72,54
1998	4.313	100,0	1.393	32,30	2.920	67,70

Fonte: Ministério da Justiça do Japão (1995, 97, e 99), in: Sasaki, E.M., 1999.

Brasileiros no Japão sem ocupação por sexo

Ano	nº total	%	Homens	%	Mulheres	%
1994	41.925	100,0	18.224	43,47	23.701	56,53
1996	60.002	100,0	25.803	43,00	34.199	57,00
1998	72.121	100,0	29.806	41,33	42.315	58,67

Fonte: Ministério da Justiça do Japão (1995, 97, e 99), in: Sasaki, E.M., 1999.

Não é incomum a apreensão do passaporte do trabalhador.

O governo japonês tem combatido os agenciadores de pessoas para trabalho, levando à prisão os dirigentes de empresas e/ou os aliciadores. Esse recrutamento ilegal conduz também as mulheres a se submeterem a atividades que podem ser claramente consideradas como prostituição.

Recebem por mês líquido de 1.200 a 2.000 ou mais dólares. Chegam a poupar de 500 a 1.000 ou mais dólares por mês. Isso é possível a custo de um máximo de economia acompanhado de grande sacrifício e absoluta austeridade. Uma verdadeira *vida franciscana*. A economia é obtida através de árduas horas extras de trabalho (até quatro diárias, bem superior ao número permitido por lei). Acrescente-se ainda que as empresas que guardam os 3K são as que melhor remunerarem pelo tipo de trabalho e por estarem à margem da legislação.

Em São Paulo o Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior (Ciate), sociedade civil, tendo como membros constitutivos a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, a Federação das Associações das Províncias do Japão e a Beneficência Nipo-Brasileira, tem orientado e dado assistência aos trabalhadores que o procuram. Através de pesquisa realizada por Reimei Yoshioka junto ao Ciate, estima-se que aqueles migrantes mais determinados conseguem economizar de quinze a trinta mil dólares anuais.

Não há informações mais concretas sobre os valores referidos anteriormente, mas o jornal *Folha de S. Paulo* (26/jan./1994, pp. 3-4) traz como título de reportagem 'Brasileiros faturam US\$ 2 bi no Japão' (Yoshioka, 1994, pp. 168-9).

Os casos de discriminação em geral são freqüentes, como o de mulheres receberem 20% a 25% menos que os homens. Quanto menos

conhece a língua japonesa a pessoa recebe trabalho mais difícil, sujo e penoso.

Mesmo hoje, não são raros os falsos casamentos por parte daqueles que pretendem trabalhar no Japão e não têm nenhuma ascendência japonesa. Após a regulamentação da lei, são aceitos para trabalho aqueles que não têm ascendência japonesa mas são casados com descendentes há cinco anos.

Merece destaque o fato de que os migrantes temporários, por não conhecerem bem a legislação trabalhista japonesa e por terem como único objetivo o de trabalhar, estão começando a criar problemas para os naturais da terra. Aceitam qualquer tipo de atividade sem questionar muito o valor da remuneração. Em muitos casos, a preferência para engajamento, por estes dois motivos, acaba sendo dada aos *dekasseguis* em detrimento dos naturais da terra. Destaque-se entretanto que hoje os *dekasseguis* são os maiores concorrentes entre si no mercado de trabalho.

Poderíamos ainda destacar que, apesar das dificuldades, da discriminação que os *dekasseguis* sofrem no Japão, a procura de *brasileiros* por esta modalidade de trabalho continua, como já foi dito anteriormente, sendo grande.

Reimei relata que,

"As indústrias automobilísticas, eletro-eletrônica, sobretudo, passam a exibir, nos seus balanços, redução nos lucros, o que implica também diminuição da produção e, como resultado imediato, a redução de horas extras, o número de turnos e a demissão de trabalhadores temporários, ou seja, dos *dekasseguis*. Estes, demitidos, passam a alimentar pouco a pouco o exército industrial de reserva, aceitando salários mais baixos no comércio ou em prestação de serviços" (Yoshioka, 1994, p. 132).

"O BRASIL NO JAPÃO" O Estabelecimento Das Redes E As Estratégias De (Sobre) Vivência

As saudades são muito grandes. Como os migrantes estão contornando esta situação? Através de relatos e de viagem exploratória de pesquisa as constatações são evidentes.

Nas províncias do Japão são muitas as cidades que apresentam número significativo de migrantes do Brasil.

Nas cidades de Hamamatsu, Kobe e Tenri, por exemplo, existem escolas, mantidas pela prefeitura, nas quais as professoras são brasileiras e nelas são recebidos os filhos dos *dekasseguis*. Nestas cidades há, principalmente para os migrantes, programas de rádio com músicas brasileiras e falados em português (Ueda, 1993). Há empresas educacionais como a Pentagono que tem escolas no Japão com a finalidade de ensinar portugueses para os filhos dos brasileiros: são 5.000 estudantes.

As empresas "oferecem" materiais didáticos em português. Já há associações de escolas brasileiras no Japão.

As professoras também tem encontrado seu mercado de trabalho ensinando português às crianças cujos pais pretendem voltar ao Brasil, o que nem sempre acontecerá, pois a vontade é grande mas as possibilidades que o Brasil oferece nem sempre possibilitarão a concretização deste sonho. A violência dos estudantes japoneses nas escolas, contra os *dekasseguis*, em geral, é muito grande.

Em todas as cidades onde há grande contingente de *nikkeis* brasileiros a saudade da comida e do tempero brasileiro é suprida através do abastecimento fornecido por "caminhões de alimentação" que passam em dia pré-determinado vendendo arroz, feijão, charque, goiabada, bananada, etc. Pode-se freqüentar a preços bastante elevados, churrascaria com churrasco "gaúcho" ou mesmo um rodízio de carne como se estivesse em São Paulo ou Porto Alegre. Através dos meios modernos de comunicação pode-se assistir as novelas através de vídeo ou de televisão a cabo. Bancas de Jornal e revista estão presentes também nas cidades de maior afluência.

O principal meio de comunicação internacional entre os migrantes é de longe o telefone em mais de 80%. A EMBRATEL, em determinadas horas do dia e da noite e nos fins de semana e feriados oferece facilidades altamente motivadoras. Seguem-se para as comunicações as cartas, em torno de 10%. A internet é ainda pouco utilizada (2%). A comunicação via "correio sem selo", através dos amigos que viajam também é bastante utilizada. Alguns não se comunicam.

O ponto alto das festas ocorre na época de carnaval. Há escolas de samba com foliões fantasiados que explodem a sua alegria dançando e cantando.

As empresas de entretenimento de "brasileiros" oferecem seus serviços: discoteca, karaokê, bar, dançarinos/as, modelos, cantores, desfile de modas, vestuários para festas e adornos.

A TV Globo detém o controle do mercado brasileiro de TV por assinatura no Japão. Assiste-se concomitantemente às novelas ou aluga-se um vídeo das mesmas.

Há vários jornais voltados para os brasileiros no Japão: International Press, Jornal Tudo Bem, Nova Visão, Folha Mundial. As revistas são também um veículo de comunicação muito utilizado para leitura e informação: Os Dekasseguis, Missô com Farinha, Brasil Shimbund, Made in Japão, Arigatô, Braz New.

As redes de relações de amizade e parentesco se intensificam. Agora você tem uma referência no Japão como têm os nordestinos que migram para São Paulo ou mineiros de Governador Valadares que migram para os Estados Unidos.

Assim é que o caráter temporário tende a se tornar definitivo. O número de casamentos e de nascimentos cresce a cada ano. A família é reconstituída, ou pela ida da esposa ou marido e pelos filhos ou por uma nova união e muitas vezes há o "prejuízo" daquelas pessoas que ficaram no Brasil e que viram as remessas mensais sendo diminuídos paulatinamente, a correspondência sendo cada vez mais esparsa até a devolução por "mudança de endereço" e o desaparecimento do companheiro/companheira.

Os novos arranjos familiares tendem a se intensificar e os casamentos, no Japão, com *dekasseguis* ou japoneses, aumentam, apesar de

mais de 50% dos migrantes - homens e mulheres - já serem casados ao partirem.

O trabalho exaustivo, as saudades, as violências sofridas são pouco relatados. Fica entretanto a imagem do sucesso transmitido por aquele que partiu àqueles que estão no Brasil.

Alguns migrantes já se estabeleceram "garantindo" a sua sobrevivência como pequenos empresários, comerciantes, pequenos industriais, etc.

Há serviços prestados pelos dekasseguis já estabelecidos no Japão que facilitam a vida dos que á estão no país ou que pretendem migrara como: prestadores de serviços profissionais, culturais e artísticos, técnicos de informática, advogados, jornalistas e até representantes religiosos.

As oportunidades criadas pelos primeiros que chegaram no Japão possibilita também a criação de serviços de recrutamento, informação e assistência para a regularização da documentação.

O mercado imobiliário das cidades com grande número de migrantes (Assai, Urai, Suzano, Mogi das Cruzes, Londrina, Maringá, etc.) dinamizou-se, e mesmo está sofrendo processo inflacionário, pois, no retorno, quase todos

procuram imóveis para comprar.

Através do Serviço Brasileiro de Apoio às Empresas (Sebrae), o Brasil está tentando através da publicidade, no Brasil e no Japão, orientar os retornados ou aqueles que pretendem voltar a se estabelecer, implantando pequenos negócios. Dessa forma tenta-se garantir a permanência no Brasil e aplicação do dinheiro, duramente poupado, através do trabalho realizado no Japão pelos *dekasseguis* do Brasil.

Acrescente-se ainda que as remessas de dinheiro feitas por aqueles que partiram para o Japão têm colaborado para garantir a sobrevivência, em condições dignas, daqueles que aqui permanecem. Os homens percentualmente fazem maior remessas que as mulheres e os parentes aqui no Brasil administram o dinheiro remetido.

É voz geral que apesar de terem conseguido economizar bastante no Japão, o Brasil é o lugar para viver e o Japão é o lugar para sobreviver.

Apesar do sonho de retornar a migração tende a ser definida como pode ser constatado que o novo enraizamento é efetivamente uma realidade.

Bibliografia

ASARI, Alice Yatyó. *...E Eu só Queria Voltar ao Japão: Colonos Japoneses em Assai*. Tese de doutorado em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1992.

FERREIRA, Ricardo Hirata. *O confronto dos lugares no migrante dekasseguis*. UNESP-Rio Claro. Instituto de Geociências e Ciências Exatas (Dissertação de Mestrado).

FNUAP (Fundo das Nações Unidas para a População). "O Indivíduo e o Mundo: População, Migração e Desenvolvimento na Década de 1990" in *A Situação da População Mundial*. Nova York, 1993.

KAUAMURA, Lili K. *Trabalhadores brasileiros no*

Japão: estratégias de formação cultural. Campinas. Teses de Livre-Docência. UNICAMP. 1997

_____. *Para onde vão os brasileiros? Imigrantes brasileiros no Japão*. Campinas. Ed. da UNICAMP. 1999.

NINOMIYA, Masato (org.). *Dekassegui*. São Paulo, Sociedade de Cultura Japonesa, 1992.

_____. Uma visão sobre o direito do trabalho no Japão. *Revista da Faculdade de Direito*, vol. 24, 1999. pp. 163-179.

PATARRA, N. L. (coord.) *Emigração e Imigrações Internacionais no Brasil contemporâneo*. 2ª Edição. Campinas: FUNUAP, 1995.

REVISTA PATRÍCIOS GOING.

REVISTA TUDO BEM. São Paulo, Patrimônio & Editora Informática.

ROSSINI, Rosa Ester. "O retorno às origens ou luta pela cidadania, in Revista USP. Dossiê Brasil-Japão, nº 27 USP, São Paulo, 1994. p. 24-31

SASAKI, E.M. Movimento Dekassegui. A experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão, in SALES, T. e outros (organizadores) Cenas do Brasil Migrante. São Paulo: Editorial Boitempo, 1999. p. 243-273

_____. Dekasseguis. Trabalhadores migrantes Nipo-Brasileiros no Japão. in: Textos NEPO, n. 39. Campinas. NEPO, UNICAMP. 2000.

SHINDO, T. Brasil e Japão. Os 100 anos de Tratado de Amizade, São Paulo: Associação Cultural Recreativa Akita Kengin do Brasil, 1999.

UEDA, Wanda. Relatório de Pesquisa, 1993 (mimeo.).

YAMOCHI, Ioshikazu. Imigração Japonesa Ontem e Hoje: o Exemplo dos Japoneses da Comunidade Nikkei de Urai, PR/Brasil. Dissertação de mestrado em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana, Universidade de São Paulo, 1991.

YOSHIOKA, Reimei. Por que Migramos "do" e "para" o Japão: os Exemplos das Alianças e dos Atuais Dekasseguis. Tese de doutorado em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

_____. Questões Relacionadas à Educação de Filhos de Dekasseguis. (Trabalho mimeografado 28.01.2002).

Texto entregue em março de 2003.



PATRIMÔNIO MUNDIAL: DO IDEAL HUMANISTA À UTOPIA DE UMA NOVA CIVILIZAÇÃO

Simone Scifoni*

RESUMO:

Este artigo procura analisar a trajetória de criação e consolidação do conceito de patrimônio mundial pela Unesco, com destaque para as questões relativas ao patrimônio natural. Discute os critérios de identificação do valor universal dos bens, apresentando um diagnóstico da distribuição dos bens tombados pelo mundo e analisa o patrimônio mundial como um dos instrumentos que definem o quadro das relações internacionais na esfera ambiental.

PALAVRAS-CHAVE:

Patrimônio mundial, patrimônio natural, gestão ambiental, Unesco, preservação ambiental.

ABSTRACT:

This article seeks for analysing the trajectory of the creation and concept consolidation of world heritage by Unesco, highlighting the relative questions to the natural heritage. It discusses the criteria of universal value properties showing a registered properties distribution diagnosis all through the world and it analyses the world heritage with one of the instruments that defines the international relationship table in the environmental sphere.

KEY WORDS:

World heritage, natural heritage, environmental management, Unesco, environment preservation.

1 - Introdução

A proteção do patrimônio cultural constitui hoje um dos temas importantes na discussão do espaço urbano.

De um lado, a dificuldade do poder público de gerir os problemas das cidades tem levado, entre outras conseqüências, à pressão sobre o patrimônio. Assim, assistimos com preocupação a possibilidade de Ouro Preto, nosso primeiro patrimônio mundial tombado pela Unesco, perder o título em função de processos contínuos de deterioração de seu espaço urbano.

De outro lado, verifica-se hoje, que os processos de revitalização de áreas centrais degradadas envolvem restauração do patrimônio e incorporação à dinâmica urbana com novos usos voltados preferencialmente às atividades culturais. Testemunhamos, nos últimos anos da década de 1990, no centro velho de São Paulo, as reformas na Estação Júlio Prestes, no prédio do antigo Dops e atualmente na Estação da Luz.

Segundo CHOAY (2001:212), esta valorização do patrimônio se dá no mundo sob um combate desigual onde uma forte tendência se confirma: a de transformar o patrimônio num

* Doutoranda em Geografia Humana pelo Depto de Geografia da FFLCH/USP.

produto econômico, consumível por platéias cada vez maiores. As conseqüências destas práticas resumem-se, muitas vezes, em exclusão da população local, uma vez que é necessário fornecer ao produto, tanto uma embalagem, como um conteúdo apropriado para a venda. Esta exclusão também se relaciona à valorização do espaço geográfico que tende a criar uma pressão do mercado imobiliário sobre esta população.

Assim, o debate sobre o futuro do patrimônio não se desvincula da discussão sobre a produção do espaço geográfico. Entendendo a importância deste tema para a Geografia pretendemos examinar a trajetória da idéia de patrimônio mundial, da sua gênese a sua consolidação internacional e, no interior desta trajetória, as particularidades relativas ao patrimônio natural, objeto de nosso interesse específico.

Abordaremos, também, a proteção do patrimônio mundial, de um lado como um dos instrumentos que concorrem para configurar uma *ordem ambiental internacional* (RIBEIRO, 2002) e, de outro, como uma possibilidade de contribuir para a gestão de um novo projeto de civilização.

2 - A invenção do patrimônio mundial

A Unesco¹, criada em 1946 como o organismo da ONU encarregado de gerir as questões relativas à educação e cultura no mundo, patrocinou em 1972 a realização de uma conferência em Paris da qual nasceu a idéia de patrimônio mundial. A *Convenção do Patrimônio Mundial*, nome com o qual o documento resultado desta conferência ficou conhecido, estabeleceu os princípios para atuação nesta área.

Mas a preocupação com a temática não surge na década de 1970. Em 1956 a Unesco já havia criado o Iccrom (Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais), uma organização inter-governamental para a pesquisa sobre o assunto.

Que motivos levaram, então, a realização em 1972 desta conferência e a emergência deste tema no cenário das relações internacionais?

Para responder essa questão é preciso investigar as raízes da discussão do patrimônio cultural, que surge pontualmente em alguns países da Europa, sob o conceito de monumento histórico.

Para CHOAY (2001, p.51) o nascimento do monumento histórico deu-se em Roma, por volta de 1420, período que se convencionou denominar de Renascimento e que foi marcado pela generalização de ideais humanistas. Entre eles, o da valorização do homem e da natureza em contraposição ao divino e ao sobrenatural e o grande interesse, um verdadeiro fascínio, pelas obras da Antiguidade Clássica, consideradas como uma "lição de construção"

Foram principalmente os escritores e artistas humanistas que ressaltaram a importância dos monumentos da civilização greco-romana como representativos de um passado antigo e, portanto, portadores de informações históricas e de qualidade artística.

No entanto, segundo a autora, foi somente no século XIX, na França, que nasceu a proteção institucional do patrimônio cultural nacional através da criação de um órgão responsável pelo *classement* (1837), equivalente ao que se conhece no Brasil como tombamento, e edição da primeira lei de proteção de monumentos históricos (1887).

Foram as condições criadas pela Revolução Francesa que estimularam a necessidade desta proteção legal. Segundo MAYUME (1999:25), como conseqüência da revolução, os bens confiscados da igreja, da coroa e da aristocracia passaram ao domínio do Estado. A conservação destes bens tornou-se um problema nacional, necessitando da colaboração de toda a sociedade, o que foi feito criando-se a idéia de um valor de nacionalidade, o *patrimônio coletivo*, interesse de todos e expressão de uma história coletiva.

Nas décadas que sucederam ao nascimento institucional desta idéia, os debates concentraram-se nas concepções de restauro e conservação deste patrimônio. Isto porque as grandes transformações no espaço geográfico, resultantes da Revolução Industrial, ajudaram a constituir uma visão nostálgica do passado.

Ao término da Primeira Guerra Mundial esta preocupação estendeu suas fronteiras para os demais países europeus, num primeiro esforço internacional, ainda que restrito a este continente. Os países europeus, arrasados fisicamente pelo confronto e preocupados em como restaurar seu patrimônio, organizaram em 1931 uma conferência que resultou na Carta de Atenas. Esta foi o primeiro

documento internacional relativo a políticas de preservação do patrimônio tornando-se, por vários anos, uma referência para a restauração de bens.

A Carta de Atenas de 1931 também acenava, ainda que de forma incipiente, para a inclusão de um patrimônio natural. Estabelecia que para a valorização dos monumentos era necessário o estudo das “plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos” (IPHAN, 1995:16).

Dentro deste contexto é preciso investigar como teria surgido a concepção de elementos da natureza como componentes do patrimônio cultural.

2.1 – A invenção do patrimônio natural

Encontramos referências desta questão na legislação de alguns países europeus na década de 1930, nas quais percebe-se a preocupação, de um lado com a história natural e, de outro, com o aspecto paisagístico, a beleza cênica. Segundo MACHADO (1986: 53), a lei francesa de 02 de maio de 1930, estabelecia como de interesse público a proteção de monumentos naturais e sítios de caráter científico (*habitat de fauna rara, uma jazida mineral, uma estrutura geológica relevante, uma fisionomia particular da terra*). No mesmo sentido encontra-se a legislação italiana (Lei 1.497 de 29/06/1939), apontando como de interesse público os sítios de beleza natural ou de singularidade geológica e, até mesmo, uma vista panorâmica, bem como o lugar de onde se possa avista-la, como um *belveder*.

O Brasil também é pioneiro neste campo. O decreto-lei 25 de 1937, que institui a proteção ao patrimônio nacional através do instrumento do *tombamento*, estabelece que os monumentos naturais, sítios ou paisagens de feição notável, por força da natureza ou da técnica humana, também devem ser considerados como passíveis de preservação.

Há autores que criticam este entendimento. ANDRADE (1984:41), por exemplo, lembra que na proposta original do decreto, elaborada por Mário de Andrade², o quadro natural foi destacado apenas como suporte de atividades humanas, portanto sua importância relacionava-se apenas aos casos em que paisagens naturais estivessem em íntima

relação com grupos humanos como no caso de cidades lacustres, grutas trabalhadas, aldeamentos.

No entanto, segundo MAYUME (*op. cit.* p. 95), o anteprojeto de Mario de Andrade foi considerado inviável e inadequado à situação, sendo pouco aproveitado para a redação final do decreto, feita por Rodrigo Melo Franco. Como a redação do artigo não estabelece esse caráter complementar do quadro natural, pode-se pensar que deve ter havido, por parte do autor, um desejo de ampliar essa visão original de Mário de Andrade, dotando-se o patrimônio natural de uma maior importância, incorporando, assim, experiências de outros países europeus.

Ainda que no Brasil, na década de 1930, tenha sido tímida a incursão nesta área do patrimônio natural, esta idéia resultou no tombamento, em 1938, de alguns morros na cidade do Rio de Janeiro, em função da ameaça de construção, no topo do Pão de Açúcar, de um restaurante e uma nova estação de bondes (FONSECA, 1996:59).

Na França, berço do conceito de patrimônio cultural, desde o final do século XIX, pouco a pouco, a noção de patrimônio foi evoluindo, passando da idéia de monumento, para a preocupação com o tecido urbano, o centro histórico da cidade, surgindo, assim, o conceito de patrimônio urbano.

No início esta preocupação prendia-se à idéia de cidade-museu, objeto ameaçado de desaparecimento e que deveria ser congelado. Os modernistas opuseram-se a isso enfatizando que não se podia, em nome do documento histórico, ignorar mudanças, sobretudo as relacionadas à melhoria de condições de salubridade, que eram necessárias à cidade.

Mas é a partir da década de 1960, já no século XX, que, segundo CHOAY (*op. cit.*), ocorre uma grande transformação na prática e nos conceitos patrimoniais. De acordo com a autora, o refinamento das discussões no âmbito das ciências humanas possibilitou uma ampliação de bens de domínio patrimonial.

De um lado, o reconhecimento de obras de um passado recente, possibilitou o que ela chamou de *ampliação cronológica do patrimônio*,

incluindo-se, assim, os bens representativos da modernidade. De outro, o alargamento de visões possibilitou o reconhecimento de novas categorias de bens considerados como de valor cultural: habitações operárias, instalações industriais, o que implicou numa *ampliação tipológica* deste patrimônio. Faz parte desta ampliação tipológica o reconhecimento, em definitivo, da importância do patrimônio natural.

O primeiro documento internacional que trata deste assunto foi a *Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios*, fruto da conferência da Unesco realizada em dezembro de 1962 em Paris (IPHAN, *op.cit.*, p.97).

Este documento preconizou como medidas para a proteção das paisagens naturais e das transformadas pelo homem, sua inclusão no planejamento urbano e regional e a criação de parques e reservas naturais. Além disso, sugeriu outras alternativas como a proteção legal *por zonas e proteção de sítios isolados*, medidas essas que muito se aproximavam do instrumento legal do tombamento e de outras unidades de conservação surgidas *a posteriori* (caso das Áreas de Proteção Ambiental- APAs), uma vez que estas não implicavam na desapropriação de terras.

Nos argumentos iniciais do documento, os quais justificavam a realização da conferência, havia a constatação de que a modernização da sociedade estaria produzindo grandes transformações, quer nas paisagens, quer no próprio patrimônio cultural das cidades. Havia a preocupação com possíveis perdas: de vida selvagem, em função de sua importância científica; de áreas necessárias à vida do homem (como elemento regenerador físico e espiritual); de potencial econômico (recursos); e preocupações com salubridade.

Esta perda estava relacionada à expansão da industrialização e da urbanização, à modernização da agricultura, à ampliação de fronteiras agrícolas e à necessária implantação das infra-estruturas como rede de estradas e represas que implicavam em pressão sobre o patrimônio. Foi esta conjuntura que estimulou mais tarde a realização da Convenção do Patrimônio Mundial, em 1972 em Paris.

Nas palavras da coordenadora da área de cultura e patrimônio da Unesco no Brasil, arquiteta Jurema Machado³, a constatação dos rumos desta modernização e de que os governos locais eram incapazes de conservar este patrimônio foi um dos grandes motivadores da criação da convenção em 1972. Um caso particular incentivou a discussão: a construção da represa de Assuã, no Egito, que iria inundar os monumentos de Abu Simbel⁴

Para CHOAY (*op.cit.*, p. 240) o ritmo acelerado da sociedade industrial impôs mudanças profundas de valores e produziu um sentimento de incertezas, uma crise de identidade, pois as constantes modernizações não permitem mais que o sujeito se reconheça no lugar onde vive. Para a autora, a perturbação cultural que emergiu nos anos 60 teve, na idéia de patrimônio, a busca pelo resgate da identidade humana, um espelho no qual a sociedade poderia contemplar a sua imagem.

Mas é evidente, também, que o nascimento da idéia de patrimônio universal teve relação com o processo de mundialização de valores ocidentais, caracterizado no período pós-segunda guerra. A Convenção do Patrimônio foi um dos principais veículos que generalizou as práticas preservacionistas.

3. A consolidação da idéia de patrimônio mundial

A convenção de 1972 estabeleceu como definição de patrimônio mundial - tanto no caso do patrimônio cultural como do natural - objetos e lugares de valor excepcional ou monumental. Apesar de fundamentado em práticas, principalmente européias, nas quais a monumentalidade já era uma característica essencial para o tombamento, os critérios presentes no documento eram ainda bastante vagos. A grande questão era como definir a condição de excepcionalidade e monumentalidade.

Somente em 1977 é que a Unesco elabora um documento, intitulado *Diretrizes operacionais para a implementação do patrimônio mundial*, contendo definições e critérios mais precisos para a identificação do valor universal dos bens e, portanto, para sua inclusão na Lista do Patrimônio

Mundial.

Para o caso do patrimônio natural⁵, objeto mais específico de nossa investigação, a área a ser reconhecida como de valor universal deve corresponder a pelo menos um dos seguintes critérios:

- § Estético: paisagens notáveis e de excepcional beleza e condição de paisagem de exceção. Exemplo: Jardim Botânico de Pádua, na Itália.
- § Ecológico: sítios correspondendo a habitat de espécies em risco ou que detenham processos ecológicos e biológicos importantes. Exemplo: remanescentes da Mata Atlântica.
- § Científico: áreas que contenham formações ou fenômenos naturais relevantes para o conhecimento científico da história natural do planeta. Exemplo: um vulcão, geleiras.

Outra condição essencial para o seu reconhecimento é o estado de *integridade* dos bens.

Pelo *critério estético* uma área guarda condições de integridade se a preservação for pensada em termos de processo, conservando a sua existência e não só a do atributo. Por exemplo, no caso de quedas d'água a integridade do bem pede a preservação da bacia que a alimenta.

Pelo *critério ecológico*, a área apresenta condições de integridade se incluir toda a gama de processos essenciais ao ecossistema. Assim, um fragmento de Mata Atlântica deve conter certa quantidade de variação topográfica, pedológica, hidrográfica e de estágios sucessionais.

A garantia de integridade, para o *critério científico*, pede que a área contenha a totalidade ou maior parte de elementos interdependentes em suas relações naturais. Sítios vulcânicos devem conter toda a série de tipos de erupção e de rochas associadas. Para o caso das geleiras, devem incluir desde o campo de neve, o glaciar, as formas de erosão glacial e as áreas de depósito e colonização vegetal.

Dois aspectos destas exigências merecem ser destacados: de um lado as condições rígidas para o reconhecimento deste patrimônio natural não levam em conta o grau de degradação do

planeta, que é diferenciado, e que pode tornar uma área remanescente num verdadeiro fragmento de exceção, mesmo que este não inclua toda a variedade de elementos e processos solicitados nas diretrizes.

Além disso, o grau de integridade exigido pede que se pense em escalas territoriais de grande amplitude. Não deveria haver uma associação necessária entre valor universal e áreas de grande extensão, uma vez que se deixa de atentar para a importância de pequenas áreas, tais como mini-enclaves ecológicos, testemunhos de processos naturais antigos ou de paleoclimas ou até mesmo representativos de determinados endemismos, como destaca AB'SABER (1977:6).

Na verdade todo o processo de reconhecimento de um bem e sua conseqüente inclusão na Lista do Patrimônio Mundial é um processo complexo e rigoroso.

Em primeiro lugar, é o país parte da convenção que deve pedir a inclusão na lista e, para tal, deve encaminhar toda a documentação de apoio à análise. Além de comprovar o valor universal e as condições de integridade, o proponente deve apresentar um plano de gestão para a área e os sítios devem contar, previamente, com uma proteção jurídica adequada.

Tal pedido passa por várias instâncias até a deliberação final: o *Centro do Patrimônio Mundial* verifica se a proposição está completa, o *Icomos* (Conselho Internacional de Monumento e Sítios) e a *UICN* (União Internacional para a Conservação da Natureza e de seus Recursos) avaliam tecnicamente o valor universal do bem, o *escritório do patrimônio mundial*, estuda as opiniões dos pareceristas e, finalmente, o *Comitê do Patrimônio Mundial*, composto por 21 representantes dos países-parte, tem a atribuição de deliberar pela inclusão ou não na Lista.

Talvez o grau de exigência deste processo explique, em parte, o fato de que a maior parte dos bens tombados pela Unesco na década de 1970 estava concentrada num só país: os EUA (13% do total). É interessante notar, também, que, levando-se em conta a distribuição destes bens tombados pelos continentes, a Europa aparece em primeiro lugar com 40% do total.

A corrida para a inscrição na Lista do

Patrimônio Mundial tem uma explicação: estar na lista significa contar com *status* internacional, prestígio e reconhecimento que é fundamental para o marketing do turismo.

Assim, segundo CHOAY (*op. cit.*, p. 211), o patrimônio adquiriu a partir da década de 1960, na era da indústria cultural e da expansão da sociedade do lazer, um duplo sentido: de um lado obras e lugares que propiciam saber e, de outro, produtos culturais, fabricados e empacotados para serem consumidos por cada vez mais e mais levas de turistas. Quanto mais bens um determinado país tiver inscritos na Lista do Patrimônio, maior é o potencial turístico posto à venda no mundo.

MOREL lembra que há uma relação grande do turismo com o patrimônio. Mas não acredita que a exploração turística estava entre as razões que levaram a Unesco à concepção de patrimônio mundial, conforme percebemos nesta citação:

“En los planteamientos de la Convención de 1972 no se plantea de ninguna manera el que un bien de la humanidad pueda ser objeto fundamental de atracción turística, no se plantea de ninguna manera que un bien de la humanidad se convierta, sea per se un recurso turístico”. (MOREL, 1996:83)

No entanto, ele admite que o interesse dos países pela inclusão na Lista estava relacionado ao aproveitamento deste título para o *marketing* turístico, como abaixo transcrevemos:

“... es indudable y más o menos evidente de todo lo anterior, que en casi todos los casos, practicamente en todos, los grupos interesados que promovieron la declaración han sido movidos, al menos en parte, precisamente por esos intereses turísticos”. (MOREL, *op.cit.*, p.84)

Teria sido a expansão do turismo ou o reconhecimento da importância do patrimônio no mundo que levaram a ampliação significativa dos tombamentos da Unesco nos anos 1980? O certo é que o número de bens tombados quintuplica, passando de 61, para 282 no final da década.

Apesar dos EUA continuar inscrevendo seus bens com êxito (mais 11 áreas tombadas), a surpresa fica por conta da atuação de países que, apesar de pobres, constituíram berços de civilizações antigas, como são os casos da Índia, primeiro país em número de bens tombados neste período (19 no total), México, sétimo em número (com

8 bens), Turquia em nono lugar com 7 bens e China, décimo país (com 6 bens tombados).

Apesar da novidade, ainda permaneceu grande a vantagem dos países europeus: dentre aqueles (do primeiro ao décimo lugar) que mais bens tombados tiveram no período, a Europa correspondia a um total de 59 bens, equivalentes a 20% do total.

Quanto ao Brasil, somente em 1977 torna-se signatário da convenção e em 1980 começa a ter seus patrimônios reconhecidos com o tombamento da cidade de Ouro Preto. Em 1986 tem seu primeiro patrimônio natural inscrito na Lista: o Parque Nacional de Iguçu.

Nesta década, do ponto de vista do patrimônio natural, áreas conhecidas internacionalmente foram tombadas, tais como: Los Glaciares (Argentina), Rochosas (Canadá) Parque Yosemite (EUA) vulcões no Havai (EUA) e Parque Nacional do Kilimandjaro (Tanzânia).

Os anos de 1990 o crescimento do número de bens inscritos na lista estabilizou-se. A novidade no cenário é a Itália, país que fica em primeiro lugar no número de bens tombados (25), seguida da China em segundo lugar (17), da Alemanha (14), em terceiro, e a Rússia, em quarto (13). A Austrália aponta como o país que possui maior número de bens naturais tombados (13), representando a totalidade de seu patrimônio da Lista.

Algumas áreas naturais importantes no mundo são reconhecidas neste período entre elas: Parque Nacional do Rapa Nui (Chile), Lago Baikal, Montanhas do Cáucaso e Altai (Rússia) os Montes Pirineus (França/Espanha) e o delta do Rio Danúbio (Romênia). No Brasil há reconhecimento de três patrimônios naturais: Serra da Capivara, Costa do Descobrimento e as Reservas da Mata Atlântica do Sudeste.

Em 1999, do total de 630 bens inscritos na lista, constata-se uma forte predominância de bens culturais, com 76% do total, em relação aos bens naturais, com 20%, sendo estes últimos em sua grande parte relativos à Parques Nacionais. Os 4% restantes constituem os chamados bens mistos, de caráter natural e cultural.

3. O patrimônio mundial na Ordem Ambiental Internacional

RIBEIRO (2001), analisando a trajetória dos vários acordos e negociações internacionais na esfera ambiental conclui que estamos diante de tentativas de estabelecimento de formas de gestão planetária dos recursos e da natureza, o que ele chamou de "ordem ambiental internacional". Trata-se, nas palavras do autor, de um sub-sistema da *ordem internacional* e que, portanto, guarda as características particulares desta.

Optando por uma análise política do sistema internacional, o autor identifica a Guerra Fria como o principal recorte histórico para elaborar a sua periodização da Ordem Ambiental Internacional. Deste modo, em sua leitura, as condições políticas de cada período definem a forma como se dão alianças e confrontos, sob efeito dos quais constituem-se os mecanismos internos da ordem ambiental.

Antes da Guerra Fria, o autor analisa que as poucas relações internacionais nesta esfera ambiental refletiam a supremacia política, no mundo, dos países imperialistas europeus. Assim foi com a *Convenção para a preservação de animais, pássaros e peixes da África*, estabelecida em 1900 com o objetivo de reduzir a caça e pesca desenfreada, visando manter os estoques para atividades futuras.

Levando em conta que o objetivo desta convenção era, na verdade, o de preservar a caça e pesca como atividades, sendo os animais vistos apenas como condições essenciais a estas, poderíamos relativizar o papel deste documento como um dos precursores da ordem ambiental internacional.

No que diz respeito ao patrimônio, poderíamos incluir a Carta de Atenas de 1931 como instrumento da ordem ambiental internacional? A Carta inclui, timidamente, a preocupação com os ambientes naturais, já que eram entendidos como complementos para o patrimônio cultural. Mas constituiu-se num documento internacional, o primeiro sobre a questão patrimonial, e que, assim como a Convenção de 1900, teve uma amplitude exclusivamente européia inscrevendo-se, portanto, na mesma lógica deste período inicial da ordem ambiental.

Num segundo momento analisado pelo autor, relativo à Guerra Fria, os tratados e acordos refletiam as condições de domínio político-militar das duas superpotências, sendo o Tratado Antártico o melhor exemplo. No entanto, RIBEIRO (*op.cit*, p. 56) nos mostra que o tratado, assinado em 1959 estipulando condições para a instalação de bases científicas no continente, foi motivado pela disputa geopolítica em torno da posse do território, o que ficou dissimulado na forma de preocupação com medidas preservacionistas.

Podemos afirmar que o primeiro documento internacional que efetivamente refletiu a preocupação com a preservação ambiental é aquele editado pela Unesco, em 1962, intitulado *Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios*.

Pela primeira vez, o estímulo à criação de áreas protegidas e a inclusão desta preocupação nos sistemas de planejamento territorial é o princípio norteador de políticas públicas. Neste sentido este é um documento importantíssimo para a análise da ordem ambiental internacional.

Apesar disso, ele teve caráter apenas normativo, refletindo a conjuntura da ordem ambiental, ou seja, expressando dificuldades de se estabelecer regras e exigências internacionais. Isso também se verificou antes, na realização da *Conferência das Nações Unidas para a Conservação e Utilização dos Recursos*, em 1949. De acordo com RIBEIRO (*op. cit.* p. 63) essa conferência constituiu-se na primeira ação de destaque para o temário ambiental na Unesco, mas resultou apenas em diagnósticos e não em recomendações e exigências para os estados-membros.

Como aponta o autor, a Unesco teve um papel fundamental na emergência e condução das discussões ambientais no âmbito das relações internacionais. Pode-se dizer que o debate ambiental, principalmente aquele que diz respeito às áreas protegidas, surgiu naquela organização articulado com a noção de patrimônio, como se expressa no documento *Recomendações*, de 1962.

Em 1972, a realização daquele que é considerado o grande marco do nascimento da preocupação ambiental – a *Conferência de Estocolmo*

- reafirma os princípios contidos neste documento pioneiro de 1962, como se observa nos seguintes trechos retirados da *Declaração de Estocolmo*:

"...Os recursos naturais da Terra... e especialmente, parcelas representativas dos ecossistemas naturais, devem ser preservados em benefício das gerações atuais e futuras..."

...O homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio representado pela flora e pela fauna silvestres, bem como o seu habitat..." (IPHAN, *op.cit.*, p.219)

A *Convenção do Patrimônio Mundial* de 1972 e seu principal desdobramento – as *Diretrizes operacionais para a implementação do patrimônio mundial* de 1977 – constituem outros documentos relevantes para o entendimento desta fase da ordem ambiental internacional. Como já demonstramos anteriormente, através de dados relativos aos bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, é flagrante a supremacia dos EUA na escolha dos patrimônios mundiais, principalmente na década de 1970.

Mas isso até 1984, quando os EUA decidem retirar-se da Unesco, em função de críticas à condução dos trabalhos por parte de seu diretor geral, o qual o país acusava de conduzir a organização com parcialidade, defendendo e apoiando iniciativas culturais anti-americanas, como as ligadas à OLP (Organização para a Libertação da Palestina).

A saída dos EUA da Unesco representou um corte nos recursos da organização, já que o país contribuía com 25% de seu orçamento.

E mostrou uma outra condução no processo de reconhecimento dos patrimônios mundiais, permitindo que outros países participassem como é o caso da Índia, que representou na década o primeiro lugar em número de bens tombados. O período conta também com a adesão à *Convenção do Patrimônio* de países até então fora da discussão, como é o caso da China, por exemplo, que a partir de 1987 conseguiu incluir diversos bens na Lista.

Para RIBEIRO (*op. cit.*, p.130), no pós guerra fria, a ordem ambiental internacional afirma-se como um quadro muito mais complexo. A configuração de um mundo multipolar do ponto de vista econômico, mesmo com a reafirmação

do poderio político-militar dos EUA, possibilita novas articulações entre países. De acordo com seus interesses internos os países se alinham em diversas composições, ora atuando em grupos, ora individualmente, ora compondo com novos parceiros, de certa forma rompendo com a hegemonia norte-americana na elaboração dos documentos, como ocorreu com a *Convenção da Diversidade Biológica* e o *Protocolo de Kyoto*.

A composição da *Lista do Patrimônio* nos anos de 1990 mostra isso. A dissolução da antiga URSS fato que levou a novas definições territoriais é acompanhada pela adesão da Rússia à *Convenção do Patrimônio* e, conseqüentemente, a inscrição de seus bens à lista. Nesta década o país ocupou o 4º lugar em número de bens tombados.

Outra expressão destas mudanças pós-guerra fria estão relacionadas ao papel representado pelo Japão na condução do processo de tombamento do patrimônio pela Unesco. Erigido à condição de potência econômica na década de 1980, o Japão somente aderiu à convenção em 1992, passando a ser o maior contribuinte para a Unesco, na ausência dos EUA. Mas, em contrapartida, enfrentou a partir de então problemas com relação ao reconhecimento mundial de seus patrimônios.

Isso porque, segundo MAYUME (*op. cit.*, 155), a forma específica como são construídos e conservados os monumentos japoneses contrastava com a visão ocidentalizada de patrimônio e com os critérios de autenticidade dos bens. Como são feitos de madeira, estes monumentos são vulneráveis ao ataque de fungos e insetos, à grande variação de temperatura e alto índice de umidade das Ilhas, além de ocorrência de terremotos. Todos estes fatores deterioram os monumentos e obrigam os japoneses a constantemente trocarem partes das construções refazendo-as em parte ou no todo. Para conservá-los, eles são obrigados a desmontar os monumentos para a restauração e substituição das bases dos pilares, inclusive as fundações de pedra a cada 300 anos.

Estas particularidades culturais levavam os técnicos da Unesco a rejeitar, como autênticos, os monumentos do Japão, alegando que sofreram mudanças constantes.

O peso político e econômico do país, no entanto, foi decisivo no processo de revisão dos critérios de autenticidade dos bens, que teve início na Unesco, a partir de década de 1990. De acordo com MAYUME (*op. cit.* p.176) em 1994 a Unesco realizou uma conferência, especialmente organizada pelo governo japonês, para divulgar o seu sistema de preservação aos especialistas da área, visando reorientar os critérios para seleção de bens à *Lista do Patrimônio*. O resultado foi a *Carta de Nara*, que nas palavras da autora:

"... pode ser considerado um marco na história do processo de ampliação do conceito de patrimônio ...reconhece a necessidade de ampliar o espectro do patrimônio para atender às novas necessidades da civilização contemporânea: reconhecendo a importância da manutenção da diversidade cultural num mundo que tende à globalização, apoia-se no conceito de autenticidade cultural para defender a heterogeneidade" MAYUME (*op.cit.*p.71)

Assim, os anos 1990 marcam uma mudança significativa nos conceitos e práticas patrimoniais da Unesco. Segundo a arquiteta Jurema Machado, em uma avaliação feita pelo organismo em 1992, constatou-se o que os dados anteriormente tentaram mostrar: a pouca representatividade mundial da Lista. Havia uma grande concentração de bens tombados na Europa, especialmente representativos da história clássica, constituindo mais de 50% do total, com mais de 30% somente na Espanha e Itália.

A atuação nesta esfera patrimonial internacional não poderia deixar de ser, assim como dos outros instrumento da ordem ambiental internacional produto de um jogo de interesses e pressões.

A respeito disso MOREL destaca:

"Naturalmente, que uno de los problemas fundamentales está aquí en la elección, en la decisión porque la riqueza, la variabilidad, la excepcionalidad, en último término, de la mayor parte dos bienes que han sido objeto de declaración oficial es impresionante y entonces los criterios generales no siempre son posibles y, en ocasiones, se manifiestan incapaces de resolver los problemas, lo que exige decisiones un tanto particulares que no siempre son bien acogidas por aquellos que se consideran parte de los bienes

que hay que salvar" MOREL (1996:81)

O autor admite que o processo de inclusão na Lista nem sempre satisfaz todas as necessidades de preservação e que certos interesses acabam orientando esta ação, o que colabora por gerar conflitos internos. Isto porque o reconhecimento de valores dos bens não poderia ser apenas um processo técnico, conforme nos alerta MENESES:

"Não se trata, pois, de uma atividade meramente especulativa, cognitiva, mas concreta, prática – política. É por isso que o núcleo de qualquer preocupação relativa ao patrimônio cultural (identificação, proteção, valorização) é político por natureza".MENESES (1992:189)

Mas a respeito deste papel político, MOREL (*op. cit.*, p.81), que é professor da Universidade de Madri, é pouco crítico afirmando a "extraordinária representatividade" da Lista do Patrimônio. Em contrapartida, reconhece que os bens tombados estão concentrados na Europa, e particularmente na Espanha. Mas, para o autor, isso tem sua lógica, já que o país apresenta uma história mais complexa.

A mesma argumentação poderíamos estender à partes do continente asiático ou africano, berços de civilizações milenares. No entanto, a Ásia apresenta a metade do número de bens tombados da Europa, utilizando os dados do próprio autor (76 contra 156 da Europa).

Há, sem dúvida, muitos interesses envolvidos na inclusão de bens na lista, o que levou a Unesco, nos anos de 1990, a limitar em trinta o número máximo de bens tombados anualmente, com a exigência, ainda, de priorizar países com poucos patrimônios reconhecidos.

Por fim é preciso destacar que, se os diversos instrumentos da ordem ambiental internacional são construídos de forma a preservar os interesses nacionais e a salvaguarda da soberania, conforme analisa RIBEIRO (*op. cit.*p.37), a institucionalização do patrimônio mundial pela Unesco não poderia ser diferente.

O artigo 6º da *Convenção do Patrimônio Mundial* assim declara:

"Com observância plena da soberania dos Estados em cujo território esteja situado o patrimônio cultural e natural ... e sem prejuízo dos direitos reais previstos pela legislação nacional

sobre eles, os Estados partes na presente convenção reconhecem que se trata de um patrimônio universal para cuja proteção a comunidade internacional inteira tem o dever de cooperar”

Já o artigo 11º, item 3, estabelece que: “A inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial não poderá ser feita sem o consentimento do Estado interessado” (IPHAN, *op.cit.*, p.182). Foi assim que o mundo testemunhou no ano de 2001, a destruição pelo governo taleban de monumentos budistas situados no Afeganistão, sem a intervenção da Unesco, a não ser manifestações pedindo o cancelamento do ato.

Para concluir, se o conceito de patrimônio mundial pode nos fazer pensar em solidariedade planetária ou pertença comum, como destaca CHOAY (*op. cit.* p.208), na medida em que “cabe a toda coletividade internacional colaborar com a proteção do patrimônio”, no entanto, a sua institucionalização mundial relativiza esta solidariedade, na medida em que elege a salvaguarda da soberania nacional como fator primordial.

4. Considerações finais: patrimônio, conflitos e a produção de um novo projeto de civilização.

Vimos que, mundialmente, a idéia de patrimônio é gestada e institucionalizada para não ferir a soberania nacional. O conflito que envolve esta idéia é, portanto, de outra ordem e se dá no plano dos interesses públicos versus os privados.

Para entender a raiz deste conflito é necessário retomar o conceito de patrimônio como o de bens representativos da memória social, que não é única mas plural, pois é sempre uma memória de diversos grupos sociais. Sua preservação se faz, assim, em nome da coletividade como um legado que se deixa para futuras gerações. Se faz, portanto, em nome de um interesse público.

Segundo LE PRESTRE (2002:64) interesse público é, antes de tudo, um conceito relativo, uma “construção política e ideológica temporária” Ele se define, em cada contexto, não como o que o governo estabelece, mas no debate político, como fruto do amadurecimento e da consciência política.

É assim que o patrimônio cultural e o ambiente tornaram-se parte do interesse público, constituindo-se nos chamados “direitos sociais amplos”, num processo que vem ocorrendo e se fortalecendo desde os anos 1980, a partir da inserção destas preocupações na ordem do dia.

No Brasil, o esforço conjunto de vários segmentos (ONGs, políticos, cientistas, meios de comunicação) conseguiu inserir na Constituição Federal de 1988 esta idéia, definindo o *meio ambiente ecologicamente equilibrado* como direito de todos e submetendo o direito individual de acesso à terra ao cumprimento de sua função social. O mesmo ocorreu com o patrimônio cultural que, diante destas novas lógicas legislativas, não pode ser agredido com a justificativa de que prevalece o direito à propriedade privada como superior aos interesses coletivos.

Mundialmente, retrata LEFF (2000:224), o direito ao ambiente somou-se aos princípios da Carta de Direitos Humanos, colocando um novo conjunto de direitos sociais, entre os quais o da conservação do patrimônio comum da humanidade.

Esta nova visão é fruto do peso político que a questão ambiental adquiriu no curso dos anos. De acordo com a análise que LE PRESTRE faz das políticas públicas (*op.cit.* p. 71), muitas são as demandas, mas a busca de soluções requer, antes, a sua inserção na agenda política reconhecendo-as como problema.

Mas, no que diz respeito ao patrimônio, muito antes disso, em 1931, a *Carta de Atenas* já apontava para esta idéia, conforme se observa no seguinte trecho: “... a conferência aprovou unanimemente a tendência geral que consagrou nessa matéria um certo direito da coletividade em relação à propriedade privada. (IPHAN, *op.cit.* p.15)

O conflito, então, vem do fato de que os avanços deste novo direito deram-se no interior de uma racionalidade social que tem seus fundamentos na formação da sociedade burguesa, alicerçada, portanto, na valorização do privado. Neste sentido, este novo direito apresenta princípios outros, mas que se contrastam com a racionalidade dominante, o que dificulta sua completa assimilação e aceitação. A superação do

conflito pede, desta forma, a consolidação de uma outra racionalidade.

Como aponta LEFF (2001:127), o conflito é positivo, pois é através de uma série de processos políticos, de confronto de interesses, que é possível acontecerem as mudanças necessárias em direção a um novo projeto de civilização, assentado numa outra racionalidade dominante: a *racionalidade ambiental*. Esta racionalidade tem princípios outros não fundamentados no cálculo econômico, pressupondo, portanto, um outro olhar sobre o patrimônio e sobre a natureza que não é o da valoração econômica.

A racionalidade ambiental, segundo o autor, é produzida na mudança de uma série de instâncias: de um lado na produção de novos valores, o que ele chamou de *racionalidade substantiva*, tais como a pluralidade, a gestão participativa, a distribuição da riqueza, a conservação de recursos, a qualidade de vida e a

perspectiva global. De outro lado, a necessidade de construção de um novo saber, de novas bases teóricas para fundamentar este novo projeto, o que ele denomina de *racionalidade teórica*. E por fim a *racionalidade instrumental*, que diz respeito aos novos instrumentos legais e técnicos que permitirão revolucionar esta sociedade.

A construção deste novo projeto, segundo o autor, se dá na articulação dialética entre práticas sociais e saber: a criação de novas práticas estimula a revolução do saber constituído e a produção de um novo saber, enquanto estes se tornam capazes de promover mudanças nas práticas sociais.

Entendemos que este novo projeto é construído num movimento histórico, contínuo e cotidiano de mudanças e conflitos, os quais certamente estamos testemunhando na forma de momentos de transição. Acreditamos que os novos direitos sociais apontam para isso e a idéia de patrimônio cultural e natural também.

Notas

¹ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

² Mario de Andrade, intelectual modernista, participou da formação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, em 1937. No ano anterior, à pedido do ministro Gustavo Capanema, elaborou o anteprojeto do decreto Lei 25, o qual instituiu o sistema de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, o qual permanece ainda em vigor.

³ Palestra realizada no Seminário Internacional de Preservação e Recuperação do Patrimônio Cultural, promovido pela Secretaria de Estado da Cultura e Arquivo do Estado em maio/2002.

⁴ E que foram salvos da inundação das águas da represa por uma operação internacional que os deslocou para setores mais elevados.

⁵ Ver: Critères relatifs à l'inscription de biens naturel sur la Liste du Patrimoine Mondial, art. 43, 44 e 45. Fonte: www.unesco.org/nwhc.fr/pages/doc/main.html, acessada em setembro de 2002.

Bibliografia

AB'SABER, Aziz N. "Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no Estado de São Paulo" *Geografia e Planejamento*, nº 30. Instituto de Geografia/USP, 1977. 26p.

ANDRADE, Antonio Luiz Dias "O tombamento da preservação de áreas naturais" *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, nº19, 1984. pp.41-44

CHOAY, Françoise *A alegoria do patrimônio*.

Tradução de Luciano V. Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Unesp, 2001. 282p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) *Cartas Patrimoniais*. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN, 1995. Caderno de Documentos nº3. 343p.

LEFF, Enrique *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Tradução de Jorge

Esteves da Silva. Blumenau: Ed. da FURB, 2000. pp.45-299

LEFF, Enrique *Epistemologia ambiental*. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001. 240p.

FONSECA, Maria Cecília Londres Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, nº 24, 1996. pp. 153-163

MACHADO, Paulo Affonso Leme *Ação civil pública (ambiente; consumidor; patrimônio cultural)*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais Ltda, 1986. pp.9-59

MAYUME, Lia *Monumento e autenticidade: a preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil e Japão*. São Paulo, USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1999. Dissertação de Mestrado. 314p.

MOREL, Joaquín Bosque Conferência: O patrimônio da humanidade. In: YAGIZI, Eduardo e outros (org) *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. pp. 77-87

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: São Paulo (cidade). Departamento de Patrimônio Histórico/ Secretaria Municipal de Cultura. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. pp.189-194.

LE PRESTRE, Philippe *Ecopolítica internacional*. Tradução de Jacob Gorender. São Paulo: Editora Senac, 2000. pp.21-95

RIBEIRO, Wagner Costa *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001. 176p.

TIRAPELO, Percival *Patrimônios da Humanidade no Brasil*. São Paulo: metalivros, 2001. 303p.

UNESCO/WORLD HERITAGE CONVENTIONS. *La Lista del Patrimonio Mundial*. Dez, 1999.

Trabalho entregue em março de 2003.



AS GRANDES SUPERFÍCIES COMERCIAIS: OS HIPERMERCADOS CARREFOUR NO BRASIL

Carlos Henrique Costa da Silva *

RESUMO:

O presente artigo faz referência ao papel que desempenham as grandes empresas multinacionais do setor varejista e as diferentes estratégias de atuação que realizam nos países em que operam. A empresa francesa Carrefour, presente em 25 países, mantém em funcionamento diferentes formatos de lojas, sendo o Hipermercado seu formato de maior difusão no mundo. O destaque especial dado ao Carrefour está relacionado as diferentes estratégias de entrada, consolidação e expansão nos mercados em que atua. No Brasil está presente desde 1975 e atualmente conta com 74 hipermercados distribuídos por 12 Estados, localizados primordialmente nas metrópoles, capitais e grandes cidades do interior.

PALAVRAS-CHAVE:

Comércio, Consumo, Cidade, Hipermercado, Supermercado.

ABSTRACT:

This article concerns about the role that the largest multinational Companies of the retail sector act and their different ways of acting in different places they work.

The french company Carrefour, that works in 25 contries, has kept functioning different kind of stores, being Hipermarket the most difuse all over the world. The special proeminence that has been given to Carrefour in this article relates to their different kind of opening, consolidation and expansion in the markets they have been actuating.

Carrefour Company has been in Brazil since 1975 and at this moment counts with 74 Hipermarkets distributed in 12 states of the country, mostly on the metropolis, capitals and interior biggest cities.

KEY WORDS:

Commerce, consumption, city, hipermarket, supermarket

1. Introdução

A história da cidade demonstra que vários processos sócio-espaciais contribuíram para sua produção e reprodução. Ao longo dos séculos, a cidade ganhou e perdeu funções conforme o modo de produção vigente e assim, até o início do século XIX as atividades do campo estavam impregnadas na cidade. Com a industrialização crescente ao

longo do século XIX e XX, as atividades da produção industrial apontavam inclusive como único meio para o desenvolvimento da sociedade, entretanto, presenciamos a partir do último quartel do século XX uma grande transformação nas atividades industriais e que muitos autores têm denominado de "desindustrialização da cidade", isto é, a indústria deixa as cidades, metrópoles e passa a localizar-se em direção a locais próximos, ligados

* Mestrado em Geografia, área de concentração em Organização do Espaço, UNESP/ Rio Claro, Integrante do NECC-

pelos grandes sistemas de transporte (rodoviários, aéreos, ferroviários, marítimos), construídos para dar maior fluidez ao espaço. As atividades comerciais e de serviços, embora passando também por inúmeras transformações ao longo do tempo, permanecem na cidade, pois claro, fazem parte da natureza da cidade, são constitutivas do modo de vida urbano. (PINTAUDI, 1999).

BRAUDEL (1982, p.351), afirma que "não existe cidade sem mercado e sem estradas: alimentam-se de movimentos", por esta afirmação percebe-se a importância das atividades comerciais para a natureza da cidade e não há como fazer uma distinção entre a natureza de ambas, pois sempre caminharam e caminham juntas. O comércio faz parte da razão de ser da cidade, viabiliza sua existência, explica parte de sua organização e justifica inúmeros movimentos que se desenvolvem em seu interior.

Analisar o comércio e suas formas possibilita assim, compreender o espaço urbano e suas complexidades, enxergar as mudanças na sociedade, na estrutura urbana e na evolução dos valores. Para a Geografia, o estudo das atividades comerciais possibilita ver a dinâmica da sociedade e o processo de (re)produção da cidade, pois a localização do comércio sempre demandou situações estratégicas, isto é, suas funções expressam e contêm centralidade. PINTAUDI (1999) afirma que para análise das formas comerciais é necessário também desvendar o tempo do cotidiano, pois é nele que as contradições da dinâmica da sociedade apresentam-se com sua maior potência.

O objetivo deste artigo é mostrar o processo de difusão de uma forma comercial e suas implicações ao longo do tempo e no espaço. Para tanto, apresentaremos um breve histórico destacando os elementos necessários para o surgimento da forma comercial em estudo – Hipermercado – e seus impactos no processo de reprodução da sociedade.

2. O Surgimento do auto-serviço

Na história da troca de produtos encontramos alguns lugares primordiais onde ela se realiza. Até início do século XX o mundo estava marcado pelo pequeno capital comercial, isto é, os lugares de comércio eram especializados e

distribuídos de forma dispersa pelo espaço urbano conforme o mercado consumidor. Esses tipos de estabelecimentos eram pequenos e dispunham de uma quantidade limitada de produtos entre alimentícios e não alimentícios. Deste modo, mercearias, padarias, frutarias, quitandas, peixarias e bazares eram os lugares principais da troca, com raio de atração de no máximo 1 km. São estabelecimentos de forma de venda tradicional com um intermediário no ato da compra, isto é, não existe contato direto entre mercadoria e consumidor¹

A partir dos primeiros anos do século XX inicia-se uma série de transformações nos sistemas industriais que passam a produzir em grande escala com novos sistemas de produção buscando diversificar os bens de consumo para alcançar cada vez mais novos mercados.²

Mudanças na sociedade também ocorreram, principalmente nos EUA e nos países europeus, que neste momento estão mais adiantados no processo de desenvolvimento industrial. Entre estas mudanças destacamos: o crescimento demográfico e a concentração de pessoas nas cidades; aumento relativo na qualidade de vida das pessoas ocasionado pelas novas descobertas no âmbito da medicina, biologia, química, proporcionando maior controle nas patologias e no aumento da expectativa de vida; novos sistemas e métodos na conservação e produção de alimentos; a crescente introdução de novos meios de divulgação dos produtos a partir da propaganda e marketing, propiciadas pelo surgimento do rádio, TV e maior penetração das revistas, jornais e cinema; além de crescente difusão do uso do automóvel.

Nos primeiros anos do século XX, Estados Unidos e Europa passam a investir em melhorias nos sistemas de transporte, principalmente na ampliação da rede metroviária nas grandes metrópoles e na construção de novas estradas em direção à periferia das cidades, onde se intensifica o processo de urbanização, a partir do surgimento de novos bairros residenciais. Nas áreas centrais, o espaço disponível para novas construções começa a ficar rarefeito, ao mesmo tempo, o preço dos aluguéis e terrenos passam a sofrer aumentos consideráveis.

Estes fatores contribuíram para o surgimento de novas formas comerciais, já que um novo modelo de sociedade se anunciava e conforme PINTAUDI (1999, p.145), "as formas comerciais são, antes de mais nada, formas sociais; são as relações sociais que produzem as formas que, aos mesmo tempo, ensejam relações sociais. Analisar as formas comerciais, que são formas espaciais históricas, permite-nos a verificação das diferenças presentes no conjunto urbano, o entendimento das distinções que se delineiam entre espaços sociais. Em suma, coletivamente, as formas sociais dão ensejo à análise das diferenças".

Neste contexto, já na década de 1920 surgem na periferia das grandes cidades norte-americanas os primeiros supermercados, introduzindo o conceito de vendas baseado no auto-serviço. Segundo BARATA SALGUEIRO (1995, p. 56) "o livre serviço ou auto-serviço é uma forma de venda caracterizada pelo livre acesso dos clientes às mercadorias, que pagam nas caixas colocadas perto da saída do estabelecimento. Requer embalagens padronizadas e obriga a uma arrumação diferente da loja, pois os artigos têm de ficar acessíveis ao cliente que caminha entre as prateleiras; deste modo, desaparece a divisão provocada pelo balcão entre o átrio, onde estão os clientes e o espaço, onde se empilha as mercadorias, permitindo maior aproveitamento do espaço, com a exposição de maior volume de artigos"

Entendemos por auto-serviço os estabelecimentos comerciais que têm como características fundamentais possuir *check-out*, ou seja, balcão na saída da loja com máquina registradora para conferir as compras; carrinhos e cestas para os consumidores depositarem suas compras; disposição de forma acessível das mercadorias permitindo aos consumidores se auto-servirem sem intermediários no ato da compra. O auto-serviço significou um grande avanço para o comércio varejista possibilitando rápida difusão deste modelo de venda em poucos anos. Os estabelecimentos fundamentados no auto-serviço foram os pioneiros e os principais agentes para a criação e difusão de novas formas de comércio durante todo o século XX.

O auto-serviço é um ótimo incentivo às compras, pois permite torná-las mais rápidas e

significou um aumento na área de vendas dos estabelecimentos, além de economia no pagamento de funcionários. Inicialmente o auto-serviço estava essencialmente ligado ao comércio de mercearias, mas depois se estendeu a outros ramos e hoje, para além dos estabelecimentos que trabalham com a venda de gêneros alimentícios.

Em 1934 os EUA contavam com 94 lojas de supermercados espalhados por 24 cidades e em 1936 este número sobe para 1200 lojas presentes em 85 cidades. (PINTAUDI, 1984). Este rápido sucesso dos supermercados no mercado norte-americano pode ser visto tanto por ganhos para os empresários como para os consumidores. Para o empresário, o supermercado significa concentração de capital com economia de gastos em mão-de-obra, redução de transporte para a distribuição das mercadorias e de venda de produtos congregada em um mesmo local, maior poder de compra e uma possível redução do preço final, já que a compra/venda é feita em maior escala do que no comércio tradicional. Para o consumidor os supermercados significaram facilidades para as compras, pois oferecem em um mesmo local, variada gama de produtos entre alimentícios e não alimentícios, não sendo necessário percorrer toda a cidade para realizar o abastecimento domiciliar em diversos estabelecimentos.

Inicialmente, os supermercados permanecem restritos aos EUA, sendo o Pós Segunda Guerra Mundial o marco de difusão pelo mundo desta forma comercial.

3. Do Supermercado ao Hipermercado

A partir da década de 1950 o mundo passa por novas transformações. Em realidade não são tão inovadoras assim, pois foram advindas de um crescente processo denominado Globalização. Conforme IANNI (1997), a globalização é a expressão de uma nova dimensão do ciclo de expansão do capitalismo como modo de produção de alcance global. A globalização envolve todas as instâncias da produção e também a realidade social e política. Mas é a partir de 1950 que as transformações em nível mundial intensificam-se. O capital passa a estar mais concentrado em mãos das grandes firmas e bancos, iniciando um rápido

processo de mundialização das empresas, isto é, elas passam a atuar além de suas fronteiras nacionais, buscando novos mercados a partir da introdução de técnicas inovadoras. No caso do comércio varejista, é o período de aparecimento das redes supermercadistas fora dos EUA. Países da América Latina e da Europa passam a adotar o auto-serviço como uma forma para ampliar o lucro e satisfazer cada vez mais as necessidades de consumo das pessoas.

Vale destacar que este é o período de consolidação da chamada "Sociedade de Consumo" isto é, exacerbação da produção em massa sendo também diferencial conforme as características particulares de cada mercado, utilizando incessantemente do jogo de imagens, signos, símbolos, hábitos pré-moldados, padrões e modos de vida controlados pelo poder do consumo. É a generalização e uniformização dos produtos e pessoas através da preponderância do valor de troca sobre o valor de uso. (BAUDRILLARD, 1995).

Conforme TOURAINE (1998, p.15), "a Sociedade de Consumo nos levou a um mundo de sinais, onde o arranjo entre estes invade nossas vidas, proporcionando uma satisfação imediata de nossas necessidades. Nunca se consome um objeto em si (no seu valor de uso), os objetos (no sentido lato), manipulam-se sempre como signos que distinguem o indivíduo, quer filiando-o no próprio grupo tornando-o como referência ideal quer demarcando-o do respectivo grupo, por referência a um grupo superior" Deste modo, o consumo aparece como elemento integrante da produção, pois a partir da manipulação de objetos, desejos e gostos, vai demandar uma determinada produção, para determinados grupos.

Neste quadro, surgem novas possibilidades de criar, cada vez mais, novas formas de comércio e é assim que surge o primeiro Hipermercado na década de 1960.

Se o supermercado é uma invenção norte-americana do início do século XX, o hipermercado é uma invenção francesa da segunda metade do século. O hipermercado é criado no momento de maior concentração do capital comercial e significa estratégias locacionais ainda mais complexas, necessitando de grande quantidade de investimentos, maior oferta de mercadorias e maior

número de pessoas atendidas, pois o raio de atração é superior ao dos supermercados.

A literatura existente trabalha com diferentes conceitos de supermercados e hipermercados. Para PINTAUDI (1981), "os supermercados são superfícies comerciais que concentram territorialmente e financeiramente o capital, possibilitando às pessoas encontrarem num mesmo local, um grande conjunto de mercadorias disponíveis para seu abastecimento, não sendo necessário ir a vários pontos da cidade para a compra de produtos" Antes dos supermercados, os consumidores se abasteciam através de um comércio pequeno, de vizinhança (quitanda, mercearia, padaria, frutaria, peixaria açougue, empório bazar e outros).

Segundo PELLEGRINI (2000, p. 54) "os supermercados são os pontos de venda de auto-serviço com especialização prevalente de produtos alimentares, com superfície física entre 400 e 2.500 m² "

Consideramos que estas duas definições são complementares já que a primeira diz respeito a natureza da forma e sua função e a segunda ressalta a estrutura.

Quanto ao Hipermercado, PELLEGRINI (2000, p. 53), define como "todos os estabelecimentos de auto-serviço com diversificação de produtos tanto de base alimentar como não alimentar em uma superfície maior de 2.500 m² podendo alcançar até 15.000 m² de área de venda".

Para BAUDRILLARD (1995, p. 13) "os hipermercados parecem-se com uma grande fábrica de montagem, de tal maneira que, em vez de estarem ligados à cadeia de trabalho por uma limitação racional contínua, os agentes, ou pacientes, móveis e descentrados, dão a impressão de passarem de uma parte a outra da cadeia, segundo circuitos aleatórios, contrariamente às práticas de trabalho, mas trata-se mesmo assim, de facto, de uma cadeia, de uma disciplina programática, cujas inserções se apagaram por detrás de um verniz de tolerância, de felicidade e de hiper-realidade. O hipermercado é já, para além da fábrica e das instituições tradicionais do capital, o modelo de toda a forma futura de socialização num espaço-tempo homogêneo de todas as funções dispersas do corpo e da vida social

(trabalho, tempos livres, alimentação, higiene, transportes, média, cultura): retransição de todos os fluxos contraditórios em termos de circuitos integrados; espaço-tempo de toda simulação operacional da vida social, de toda uma estrutura de habitat de tráfego”

METTON (1987, p. 473) acrescenta afirmando que os hipermercados “cumpram metodicamente a cobertura dos espaços periurbanos ainda mal servidos e se impõem como locomotivas (âncora) dos centros comerciais de novos loteamentos”.

Nestas definições percebe-se a grandiosidade desta forma comercial, tanto fisicamente (área de vendas), como de exacerbação e consolidação dos elementos da sociedade de consumo. Sua localização depende de grande quantidade de movimentação do capital, isto é, devem atender a uma grande clientela e por isso, localizam-se nos maiores eixos de circulação urbana e periurbana como em avenidas marginais e anéis viários das grandes metrópoles.

BARATA SALGUEIRO (1995, p. 63) acrescenta afirmando que “o hipermercado não é exactamente um supermercado em ponto grande, pois o aumento da dimensão corresponde também ao alargamento do sortido. Trata-se de estabelecimentos de sortidos vastos e profundos, pelo que estas unidades vendem muitos outros artigos para além dos de alimentação, limpeza e higiene”

Quando comparamos os supermercados aos hipermercados, surgem algumas semelhanças e diferenças.

A principal semelhança diz respeito à natureza da forma, isto é, o capital é comercial e significa a busca maximizada do lucro a partir da concentração territorial e financeira. Buscam atender aos consumidores de forma a oferecerem preços mais competitivos do que o comércio tradicional. Significam facilidades para o abastecimento urbano, pois oferecem sob um mesmo teto uma diversidade de produtos, economizando despesas de transporte para ambas às partes.

Quanto às diferenças, primeiramente encontramos as de ordem estrutural, isto é, possuem dimensões diversas. Os supermercados são menores concentrando suas vendas em

produtos alimentícios, higiene, limpeza, bazar e pequenos utensílios para o lar. Já os hipermercados oferecem grande quantidade de produtos não alimentícios como audio/vídeo, livraria, eletro-eletrônicos, produtos mais sofisticados para a decoração da casa como plantas, móveis, produtos para veículos como óleos, pneus, peças e por esta razão possuem área de vendas bem maiores. Os hipermercados têm interesse de vender toda a sorte de mercadorias, para todas as faixas etárias, classes sociais e preferências pessoais. Outra diferença é o número de *check-outs*. Enquanto os supermercados contam em média de 10 a 20 estações de pagamento, os hipermercados possuem de 40 a 60, além de uma área complementar de pequenas lojas, oferecendo principalmente restaurantes de *fast food*, agências de viagens, agências bancárias, chaveiros, bancas de jornais, etc.

A respeito da localização as diferenças são bem marcantes, pois os supermercados possuem raio de atuação inferior, e como são menores, sua difusão pelo espaço urbano é mais simplificada, podendo estar localizados tanto no centro histórico das grandes cidades como na periferia e bairros residenciais. Podem ser encontrados tanto em grandes avenidas como em pequenas ruas ou praças. Já os hipermercados, como possuem área de venda maior, necessitam de locais muito amplos para permitir a construção de estacionamento com no mínimo 700 vagas, já que o automóvel além de ter propiciado seu aparecimento é um dos elementos que garante a reprodução do capital, já que a localização fundamental desta forma comercial são os grandes eixos viários metropolitanos. Além disso, possuem depósitos maiores, pois comercializam até 10 vezes mais itens do que os supermercados.

O aumento da dimensão dos estabelecimentos insere-se numa estratégia de distribuição em massa baseada no princípio da rotação rápida do capital no intuito de conseguir baixos custos na gestão do estabelecimento. Os estoques devem ser constantemente renovados para garantir a reprodução do capital comercial. A este respeito PINTAUDI (1981, p.51) diz que os “supermercados, são estabelecimentos implantados justamente onde se espera uma renovação constante dos estoques, porque as mercadorias

aí se realizam rapidamente. E para tanto, a existência de um mercado consumidor é fundamental” Nos hipermercados a mesma lógica é aplicada só que em dimensões maiores, onde mercado consumidor e facilidades de acesso são os elementos fundamentais para o sucesso do estabelecimento.

Apresentadas as características que propiciaram o aparecimento do Hipermercado e suas diferenças dos supermercados, passemos agora ao estudo de uma grande rede mundial do setor, o Carrefour.

O Carrefour e sua presença no mundo

A escolha da rede varejista francesa Carrefour está no fato de ser a criadora do Hipermercado. Atualmente é a segunda maior rede varejista do planeta, presente em 25 países totalizando 9000 lojas entre supermercados, hipermercados, discounts, cash & carry e lojas de conveniência. Possui um faturamento anual superior a 55 bilhões de dólares ou mais de 65 bilhões de euros. Outro fator para escolha do Carrefour está no fato de estar, entre as 25 maiores redes do mundo, presente em maior número dos países, já que a Wal Mart, maior do mundo em faturamento, atua em apenas 10 países e seus investimentos centram-se principalmente no mercado norte-americano. É líder de vendas em seu país e no México. Já o Carrefour, é líder na França, Espanha, Brasil³, Argentina, Bélgica e Taiwan. A tabela 1 contém os dados das 10 maiores redes supermercadista do mundo.

Conforme a tabela 1, das dez maiores redes mundiais, quatro empresas são norte-americanas, três alemãs, uma francesa, uma holandesa e uma inglesa, representando concentração do setor nos países mais desenvolvidos da União Européia e nos Estados Unidos.

Das quatro empresas norte-americanas, apenas o Wal Mart tem forte atuação no mercado externo, pois tanto a Kroger Co. e a Albertson s, atuam apenas nos EUA e a Safeway atua também no Canadá. Mesmo restritas à América do Norte, figuram no terceiro, sexto e oitavo lugar, mostrando a grandeza e potência do setor supermercadista norte-americano. O Wal Mart

concentra seus investimentos nos mercados latino-americanos, na Coréia do Sul, China e na Europa (Alemanha e Reino Unido) e, se comparado com as maiores empresas européias do setor, iniciou tarde seu processo de internacionalização, pois sua primeira loja fora dos EUA foi aberta em 1991 no México, seguido de Porto Rico em 1992, Canadá em 1994, Brasil e Argentina em 1995, China em 1996 e Coréia do Sul em 1998. Abre as primeiras lojas na Alemanha em 1998 e no Reino Unido em 1999. No mercado europeu, diferentemente das outras praças de sua atuação, o Wal Mart comprou redes locais e não investiu em novas lojas.

Quanto às empresas européias atuam fortemente no mercado externo, principalmente em países da União Européia, da Europa do Leste e do Sudeste Asiático. A holandesa Ahold, está presente em 18 países tanto da América Latina como da Ásia. As alemãs Metro, Rewe Zentrale e Aldi, operam em 22, 12 e 11 países respectivamente, sobretudo no mercado europeu. Já a inglesa Tesco, presente em 9 países, concentra suas operações no leste europeu e no sudeste asiático. Esta presença internacional das cadeias européias mostra que o setor supermercadista busca ampliar seu lucro atuando em diversos mercados, contribuindo para a mundialização do comércio varejista através de grandes investimentos de capital realizados pelas maiores companhias do setor em todo o mundo.

A história do grupo Carrefour¹ é marcante no sistema de distribuição alimentícia da França. Dentre as cinco maiores redes supermercadistas francesas – Carrefour, Intermarchè Enterprises, Casino, Auchan e Leclerc – o Carrefour tem a história de crescimento internacional mais rápida e mais audaciosa, apesar de não ser a mais antiga, pois o Grupo Casino tem sua criação ainda no final do século XIX.

A Sociedade Carrefour surge em 1959 e em 1960 ocorre a abertura do primeiro supermercado da rede, em Paris. Durante os quatro primeiros anos de funcionamento, o Carrefour operava com supermercados e o marco principal da história do grupo se dá em 1963, quando inaugura o primeiro hipermercado do mundo na periferia de Paris (Sante Geneviève dês Bois), com

Tabela 1: As 10 maiores redes supermercadistas do mundo em 2001.

Companhia	País Sede	Nº De Lojas	Faturamento (bilhões de US\$)	Países em Operação
Wal Mart	EUA	4.190	195,27	EUA, Canadá, México, Reino Unido, Alemanha, Argentina, Brasil, China, Coréia do Sul, Porto Rico
Carrefour	França	9.000	55,3	França, Bélgica, Espanha, Portugal, Itália, Suíça, Eslováquia, Polônia, Rep. Tcheca, Grécia, Turquia, Chile, Brasil, Argentina, México, Taiwan, Colômbia, Malásia, Japão, Tailândia, Cingapura, China, Coréia do Sul, Indonésia, Mônaco
Kroger Co.	EUA	2.354	49	EUA
Ahold	Holanda	8.062	44,8	EUA, Holanda, Suécia, Noruega, Dinamarca, Letônia, Lituânia, Chile, Estônia, Portugal, Espanha, Rep. Tcheca, Polônia, Brasil, Argentina, Guatemala, Tailândia, Malásia
Metro	Alemanha	2.169	40,09	Alemanha, Austria, Bélgica, Suíça, Bulgária, China, Rep. Tcheca, Dinamarca, França, Reino Unido, Grécia, Hungria, Itália, Marrocos, Luxemburgo, Holanda, Polônia, Portugal, Romênia, Eslováquia, Espanha, Turquia
Albertson's	EUA	2.533	36,8	EUA
Tesco	Reino Unido	907	32,38	Reino Unido, Irlanda, Hungria, Polônia, Rep. Tcheca, Eslováquia, Tailândia, Coréia do Sul, Taiwan
Safeway	EUA	1.688	31,98	EUA, Canadá
Rewe Zentrale	Alemanha	11.788	31,88	Alemanha, Austria, Itália, França, Polônia, Hungria, Rep. Tcheca, Eslováquia, Croácia, Romênia, Ucrânia, Bulgária.
Aldi	Alemanha	4.388	26,48	Alemanha, França, EUA, Reino Unido, Irlanda, Bélgica, Austrália, Luxemburgo, Dinamarca, Holanda

Fonte: www.supermarketnews.com

2.500 m² de área de vendas e 400 vagas no estacionamento.

Durante os dez primeiros anos, os investimentos se concentram no território francês inaugurando várias lojas, entre supermercados e hipermercados, pelas principais cidades do país. Em 1969, ocorre a primeira inauguração na Bélgica, em 1970 na Suíça e em 1973 na Espanha com o nome PRYCA. Em 1972 o Carrefour abre lojas no Reino Unido, mas após alguns anos se retira por não ter havido o retorno esperado no mercado inglês. Já em 1970, lança ações na Bolsa de Paris. Em 1972 inaugura a rede de hipermercados CONTINENTE e passa também a atuar no setor de Lojas de Conveniência com as lojas SHOPI. Fora da Europa, o primeiro país em que investe na abertura de novas lojas foi o Brasil em 1975 e, segundo dados da própria empresa, o interesse em nosso país centrava-se no grande mercado consumidor potencial e a baixa concorrência entre as empresas nacionais do setor, principalmente nos mercados paulista e carioca.

Em 1976 inaugura sua linha de produtos próprios. Em 1979 inaugura a rede de lojas no formato *discount* DIA na Espanha e com o nome ED para os demais países. O ano que marca o início de divulgação do jornal Carrefour é 1980. Em 1981 inicia o funcionamento do cartão de compras próprio da rede e os supermercados de bandeira CHAMPION. Na Argentina, o Carrefour abre sua primeira loja em 1982 na periferia de Buenos Aires. A seguradora Carrefour é inaugurada em 1984 e em 1985 ocorre o lançamento dos produtos com a marca Carrefour. Os negócios da empresa se expandem até o mercado asiático com a abertura do primeiro hipermercado em Taiwan, em 1989. Em 1990 se dá o início das atividades no setor de distribuição e venda de combustíveis com a rede EXPRESS OIL e no ano seguinte, passa a atuar também no ramo de turismo com as agências VACANCES, ao mesmo tempo em que inaugura as primeiras lojas na Grécia e em Portugal. Em Mônaco abre a primeira loja em 1992 e, tanto na Itália como na Turquia, abre os primeiros hipermercados em 1993, também ano de início das atividades das lojas de serviços para automóveis. Em 1994 inaugura o serviço de venda automática de convites para espetáculos e eventos em toda a França, denominado SPETACLES. Em

1995, o Carrefour abre suas primeiras lojas na China e na Turquia e também inaugura a rede de óticas ÓPTIQUE CARREFOUR e as lojas de cosméticos e beleza FORME ET BEAUTÉ. Em 1996, abre os primeiros hipermercados na Tailândia, na Coreia do Sul e em Hong Kong. Quanto aos produtos de sua marca própria, lança em 1996 a linha "escapades gourmandes", especializada em mercadorias de mercearia de luxo e a linha biológica de vegetais e enlatados chamada Carrefour Bio. Em 1997, há a abertura das primeiras lojas na Polônia e em Cingapura. Em 1998 inaugura hipermercados no Chile, Colômbia, Rep. Tcheca e Indonésia. No ano 2000 inicia suas atividades na Eslováquia, passando assim, a estar presente em 25 países em três continentes.

Pelo histórico do grupo Carrefour percebe-se uma forte tendência em investir cada vez mais em novos mercados, principalmente aqueles em vias de desenvolvimento da Ásia e da América Latina. Na Europa, com a aquisição do Grupo Promodès em 1998, tornou-se a maior rede varejista de todo o continente com lojas nas principais cidades nos países em que atua.

Quanto à aquisição de redes menores de super e hipermercados, inicia-se na década de 1970 na França, mas é somente em 1988 que ocorre uma grande compra, que foram as 128 lojas da rede Primistères. Em 1990, ocorre a primeira grande aquisição no exterior da rede espanhola Codec, e em 1991 adquire a Euromarché e a Montlaur. Em 1998, após a união com a Promodès, adquire a rede belga GIB, as argentinas GB e NORTE e a italiana GS, tornando-se líder, tanto na Bélgica quanto na Argentina, e vice líder na Itália. Em 1998, compra também as redes Stoc, Marche Plus e Mammouth. Em 1999, adquire 85 lojas de diversas redes locais no Brasil, confirmando seu primeiro lugar no maior mercado varejista latino-americano. Em 2000, adquire as lojas da rede Marinopolus na Grécia e firma um acordo com a rede Suíça Maus.

Este retrospecto de aquisições mostra como a empresa investe em alguns mercados e como busca ser líder de vendas onde está presente. Em todos os países em que atua, o Carrefour abre primeiramente lojas próprias e após um período de estudos e adaptação ao mercado local, passa a investir maciçamente na aquisição de redes

menores e também na abertura de novas lojas, conforme a legislação de cada país. A Espanha e o Brasil são dois mercados de sua atuação que passaram por situações parecidas, só que no país europeu as aquisições foram realizadas já há algum tempo, e atualmente não há fortes concorrentes nacionais e nem internacionais. Diferente do Brasil, em que as aquisições são muito recentes (menos de cinco anos) e possui um forte concorrente nacional que é a Cia. Brasileira de Distribuição (administradora das bandeiras Pão de Açúcar, Extra e Barateiro).

Segundo a própria empresa, a globalização das atividades varejistas são uma realidade e estão em pleno processo de evolução principalmente no que diz respeito às inovações do setor frente aos novos hábitos da sociedade, principalmente relacionadas ao tempo disposto para as compras. Por esta razão, considera que o formato Hipermercado é uma referência no mundo do consumo, além de ser um conceito flexível que trata grandes volumes adaptando-se a diferentes planos econômicos de diversos países. Já os supermercados são um conceito de referência bem mais maduro com aprovisionamentos mais localizados posto que estão orientados para a mercearia e produtos frescos. Conforme a empresa "a cultura do Carrefour é, antes de mais nada, a cultura da inovação, da adaptação e do cliente. A inovação que se encontra em todos os países, nos produtos propostos, nas renovações dos conceitos, no agenciamento das lojas ou nos serviços propostos aos clientes. A inovação porque, em nossa profissão, o sucesso dura pouco, tudo é reproduzido muito rápido e, então, é preciso se renovar continuamente e permanecer sempre alerta. A adaptação, porque nossos modelos de organização devem, nos dias de hoje, se adaptar tanto na Tailândia como na Polônia... Além da adaptação às culturas asiática, latina, européia, o grupo se aplica em reunir seus colaboradores em torno de valores comuns"

As 9.000 lojas controladas pelo Grupo Carrefour concentram-se em cinco formatos distintos: Supermercados, Hipermercados, *Discount*, Lojas de Conveniência e *Cash & Carry*, distribuídos por países conforme a tabela 3.

Pelos dados da tabela 3 fica evidente a grande concentração de seus investimentos no

mercado europeu, principalmente nos países da União Européia e na Polônia, segundo maior mercado da Europa do Leste após a Ucrânia. Opera em todos os formatos de loja com diferentes bandeiras, conforme o país.

Já na Ásia, atua somente com Hipermercados de bandeira Carrefour. Mesmo recente na Ásia, tem estabelecido um bom ritmo de aberturas, prevendo novas inaugurações no Japão, Indonésia, Malásia e Tailândia.

A América Latina Brasil e Argentina em especial - tem assistido a grandes lutas concorrencias entre o Carrefour e redes locais para alcançarem a liderança nas vendas nestes países. Não possui lojas de conveniência nem *Cash & Carry*.

As principais insígnias em operação pelo grupo Carrefour são:

Hipermercados: Carrefour;
Supermercados: Champion, Norte, GB e GS;
Discount: : Dia, ED, 8 à Huit.
Lojas de Conveniência: Shopi;
Cash and Carry: Promocash

Pelas palavras da empresa, os países onde atua e os diferentes formatos e insígnias de loja que opera no mundo, percebe-se que o Carrefour se adapta às características do local onde está inserido. Por este motivo, percebemos diferentes padrões de localização das lojas na Europa, América Latina e Ásia.

Para melhor exemplificar a presença do Carrefour no mundo, apresentamos abaixo algumas considerações sobre as relações da empresa em quatro países – França, Espanha, Itália e Brasil. Selecionamos esses mercados, pois, em cada um ocorreram diferentes formas de consolidação e investimento, além disso, são os países com maior número de hipermercados controlados pela empresa.

Na França, os hipermercados estão concentrados na região metropolitana de Paris e em grandes cidades como Marselha, Lyon, Nice e Lille. Na maioria das cidades francesas, o Carrefour está localizado na periferia e ao longo das rodovias, atendendo não somente a população da cidade onde está instalado e sim de toda a região. O caso de Grenoble exemplifica bem, pois é uma cidade localizada nos Alpes franceses e muito próxima à divisa com a Suíça, uma região de grande fluxo de turistas principalmente nos períodos de inverno. O

Tabela 3: Presença Mundial do Grupo Carrefour segundo formato de loja.

País	1º Loja	Total	Hiper	Super	Discount	Lojas Conven.	Cash & Carry
França	1959	3362	214	1009	438	1543	158
Espanha	1973	2720	115	196	2381		28
Itália	1993	877	35	268		564	10
Bélgica	1998	495	59	352		84	
Grécia	1991	353	11	129	213		
Portugal	1991	317	5		312		
Turquia	1993	77	8	2	67		
Polônia	1997	55	8	47			
Suíça	2001	10	10				
Rep. Tcheca	1998	7	7				
Eslováquia	2000	3	3				
EUROPA	1959	8276	475	2003	3411	2191	196
China	1996	27	27				
Taiwan	1989	26	26				
Coréia do Sul	1996	20	20				
Tailândia	1996	14	14				
Indonésia	1998	7	7				
Malásia	1994	6	6				
Japão	2000	3	3				
Cingapura	1997	1	1				
ÁSIA	1989	104	104				
Argentina	1982	381	22	138	221		
Brasil	1975	213	74	130	9		
México	1994	19	19				
Colombia	1998	4	4				
Chile	1998	3	3				
AMÉRICA	1975	620	122	268	230		
MUNDO	1959	9000	701	2271	3641	2191	196

Fonte: www.carrefour.com

Carrefour mantém ali cinco hipermercados que atendem tanto aos franceses quanto aos suíços, aproveitando da proximidade da divisa. Além disso, muitos suíços e mesmo turistas preferem cruzar a fronteira e fazer suas compras em Grenoble por causa dos baixos preços praticados no Carrefour.

O segundo maior mercado em número de lojas do Carrefour é a Espanha, sendo as grandes cidades como Madrid, Barcelona, Valencia, Sevilha e Alicante, os centros com maior número de lojas da empresa. Presente desde 1973, o Carrefour passou lentamente a investir em diferentes

formatos de lojas e a comprar pequenas redes locais, utilizando nomes diferentes daqueles do resto do mundo, como PRYCA para hipermercados. Porém, a partir de 1998, passaram a ser convertidos todos em Carrefour. A concorrência se trava principalmente com outra empresa francesa, a Auchan, presente no país desde 1981, operando atualmente com 42 hipermercados e 107 supermercados. O destaque especial à Espanha está no ramo do Discount. É o país com maior número de lojas neste formato em todo o mundo da rede. Opera com a marca DIA, distribuída em

quase todas as cidades espanholas com mais de dez mil habitantes. Somente em Madrid, são mais de 100 estabelecimentos neste formato.

A Itália merece destaque especial porque possui uma história recente relacionada as grandes empresas do setor varejista. O Carrefour inaugurou seu primeiro hipermercado somente em 1993, devido a uma série de restrições por parte das leis italianas que controlavam a construção de grandes superfícies comerciais na periferia das cidades para não levar a falência o comércio tradicional, que é a base forte do comércio e do consumo italiano ainda hoje. Apenas nas grandes cidades do norte e nordeste do país como Milão, Turim, Veneza, foram abertos alguns hipermercados ao longo da década de 1980. O ano que marca o processo de ampliação da estrutura comercial italiana é 1998, quando se publica uma nova lei com novas normas sobre o comércio varejista, possibilitando a entrada de capital estrangeiro em grande quantidade. É nesse contexto que o Carrefour amplia suas operações no país através da aquisição da rede de supermercados GS, tornando-se vice-líder do setor na Itália, atrás da empresa COOP (Itália Distribuzione), que é uma cooperativa de pequenas lojas que foi se ampliando e atualmente é a maior rede italiana de supermercados, operando com todos os formatos de lojas. A terceira maior rede supermercadista italiana é uma parceria entre a francesa Auchan e a italiana Rinascente. Esta empresa trabalha principalmente no conceito de centros comerciais e lojas de departamento, além de uma ampla rede de supermercados da marca Sma. Conta com 35 hipermercados e 190 supermercados. Além destas empresas, há também as alemãs Metro e Rewe Zentrale que possuem lojas principalmente nos formatos *discount e cash & carry*. A Itália é atualmente o grande mercado em expansão para o setor na União Européia, pois sua rede de lojas ainda é incipiente se comparada à França e Reino Unido, países com o mesmo volume populacional e níveis de renda parecidos.

No Brasil, o Carrefour está presente desde 1975, mas é somente a partir da metade da década de 1990 que passa a ser a maior empresa varejista do país. Operava apenas com hipermercados até 1998, quando adquire alguns supermer-

cados das Lojas Americanas, convertendo a maioria em STOC¹ e alguns, com reformas de ampliação, em Carrefour. No ano de 2001 inauguram-se os primeiros *discounts* no país com a marca DIA, todos – nove unidades – na cidade de São Paulo, lugar também de abertura do primeiro hipermercado. O Brasil é o primeiro país fora da Europa em que o Carrefour investiu, fruto das adversidades que a Lei Royer de 1973 trouxe para as grandes empresas varejistas na França.

Entre 1963 e 1973, conforme METTON (1987), o número de hipermercados subiu de 1 para 207 - um crescimento muito rápido - o que fez o poder público tomar medidas de regulação no setor, principalmente a partir da pressão por parte dos comerciantes tradicionais do centro da cidade. Essa Lei teve como objetivo equilibrar as dissimilaridades entre o comércio da periferia, dominado pelas grandes superfícies comerciais, e do centro da cidade, caracterizado pelo pequeno comércio, pois a evasão da clientela rumo as grandes lojas começava levar a falência os pequenos comerciantes.

METTON (1987 p.471) analisa essas medidas da Lei Royer dizendo "era grande a cólera dos pequenos comerciantes diante da concorrência imprevista e insustentável, a inquietude diante dessa revolução periférica que se via, um pouco rápido, ameaçar de morte os centros das cidades; o caráter muito acentuado de gigantismo e de eficácia inumanos, vão levar os poderes públicos a manter o equilíbrio entre o pequeno e o grande comércio"

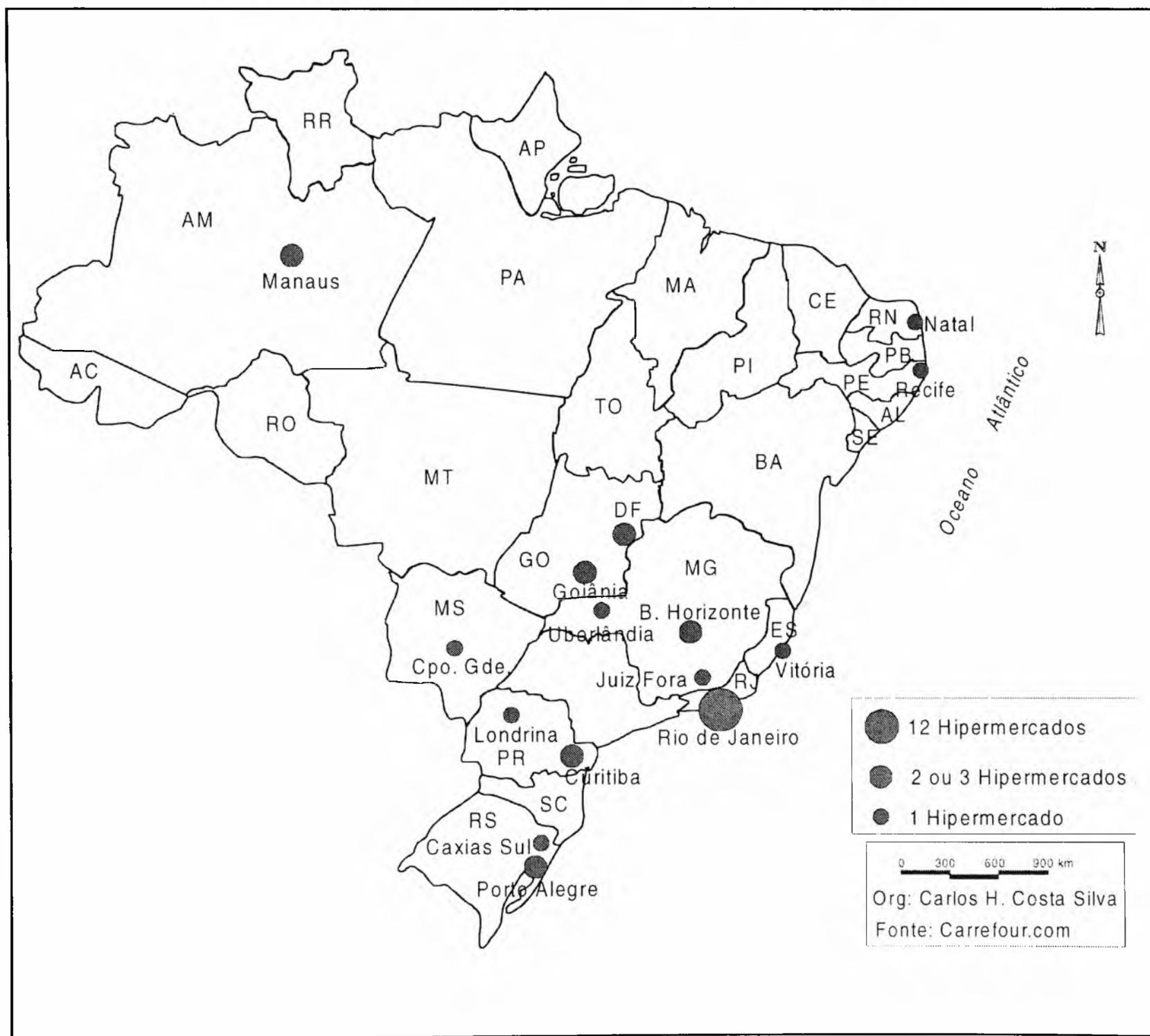
Além desta lei de 1973, que auxiliou na contenção do ritmo de expansão dos hipermercados na França, houve alta nos preços dos combustíveis, dificultando o grande afluxo de pessoas aos centros localizados na periferia das cidades, contribuindo para a expansão da empresa para novos mercados, e neste contexto, o Brasil foi um dos primeiros países a ser escolhido. Atualmente a distribuição dos hipermercados Carrefour no Brasil está concentrada nas grandes cidades, principalmente da região sudeste e sobretudo no Estado de São Paulo, conforme as figuras 1 e 2.

Na Europa, o padrão de localização adotado, como já dissemos, é periférico, isto é, localiza-se sobretudo nos grandes eixos de

circulação das cidades, mas nunca na área central. Isto ocorre pela própria estrutura das cidades, onde o centro histórico e as áreas mais próximas a este, estão completamente ocupadas tendo, o solo, um preço alto. Além disso, as leis de zoneamento em diversos países proíbem a implantação de

grandes estabelecimentos comerciais como Hipermercados e *Shopping Centers* nessas áreas, pois os transtornos e modificações que trazem para o centro são imensos.

Figura 1: Localização dos Hipermercados Carrefour no Brasil.



Madrid – com 3,5 milhões de habitantes – é a cidade da Espanha onde o Carrefour tem mais lojas e estão distribuídas por todas as regiões da cidade fora do centro histórico. No total, em toda a província de Madrid são 15 hipermercados. Dentre estes, oito são âncoras de centros comerciais com mais de 50 lojas e os outros possuem um número mais reduzido de lojas distribuídas pela área total do estabelecimento.

Em Paris – com 8,5 milhões de habitantes em sua área metropolitana – nenhuma loja está no centro histórico e todas se localizam fora do anel viário da cidade. São no total 30 hipermercados em toda a área metropolitana parisiense, é a cidade onde o Carrefour atua com maior número de hipermercados instalados no mundo.

Na América Latina existem algumas diferenças quanto à localização dos hipermercados. O exemplo que daremos é o da Região Metropolitana de São Paulo, conforme a figura 3.

No Estado de São Paulo são 38 Hipermercados Carrefour no total, sendo 23 na Grande São Paulo, o que a torna a cidade fora da Europa com maior número de hipermercados, e 15 nos municípios do interior. São Paulo possui lojas muito

próximas a seu centro, e no total, são quatro hipermercados localizados dentro do chamado centro expandido, sendo um destes na Marginal Pinheiros¹. Cinco hipermercados localizam-se ao longo das marginais Tietê e Pinheiros, oito nos municípios metropolitanos e sete distribuídos nas regiões leste e sul da cidade de São Paulo. Do total de lojas, seis são lojas âncoras em *Shopping Centers*.

O Carrefour abriu sua primeira loja em São Paulo em 1975 na Marginal Pinheiros, trazendo o novo conceito de Hipermercado ao país¹. Neste mesmo ano, abriu mais uma loja na cidade localizada na Marginal Tietê. Em Campinas, interior do Estado, a empresa abriu sua terceira loja em 1978 na Rodovia D. Pedro, mas bem próxima aos bairros de alta renda deste importante município paulista.

Na década de 1980, foram abertas mais sete lojas, sendo três âncoras de *Shopping Centers*². As outras unidades localizam-se, na saída para a Rodovia dos Imigrantes, na Via Anchieta, na Rodovia Raposo Tavares e a última na Av. Aricanduva, zona leste da capital. Percebe-se que durante os primeiros 15 anos no Brasil, a

Figura 2: Localização dos Hipermercados Carrefour no Estado de São Paulo.

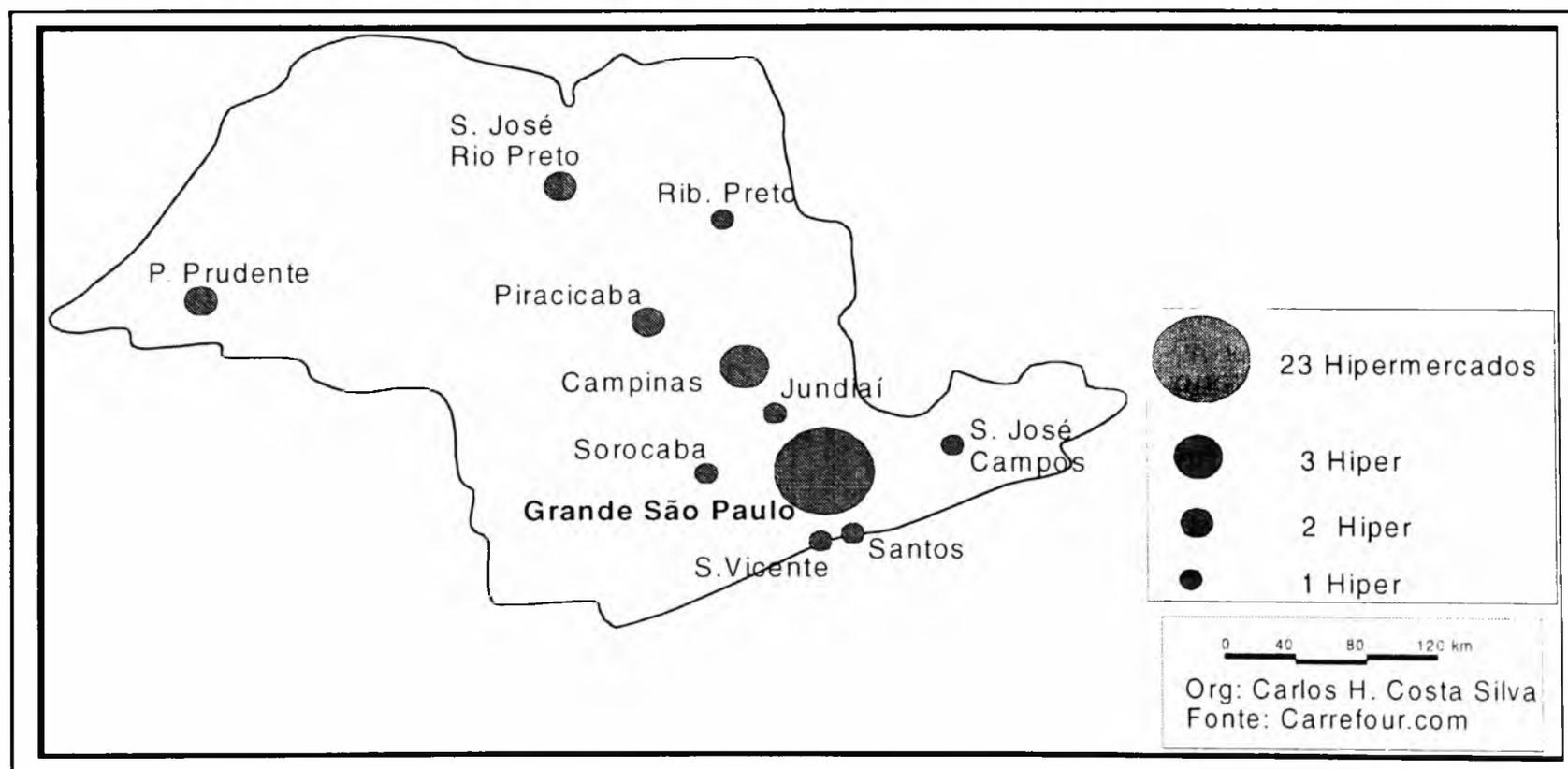
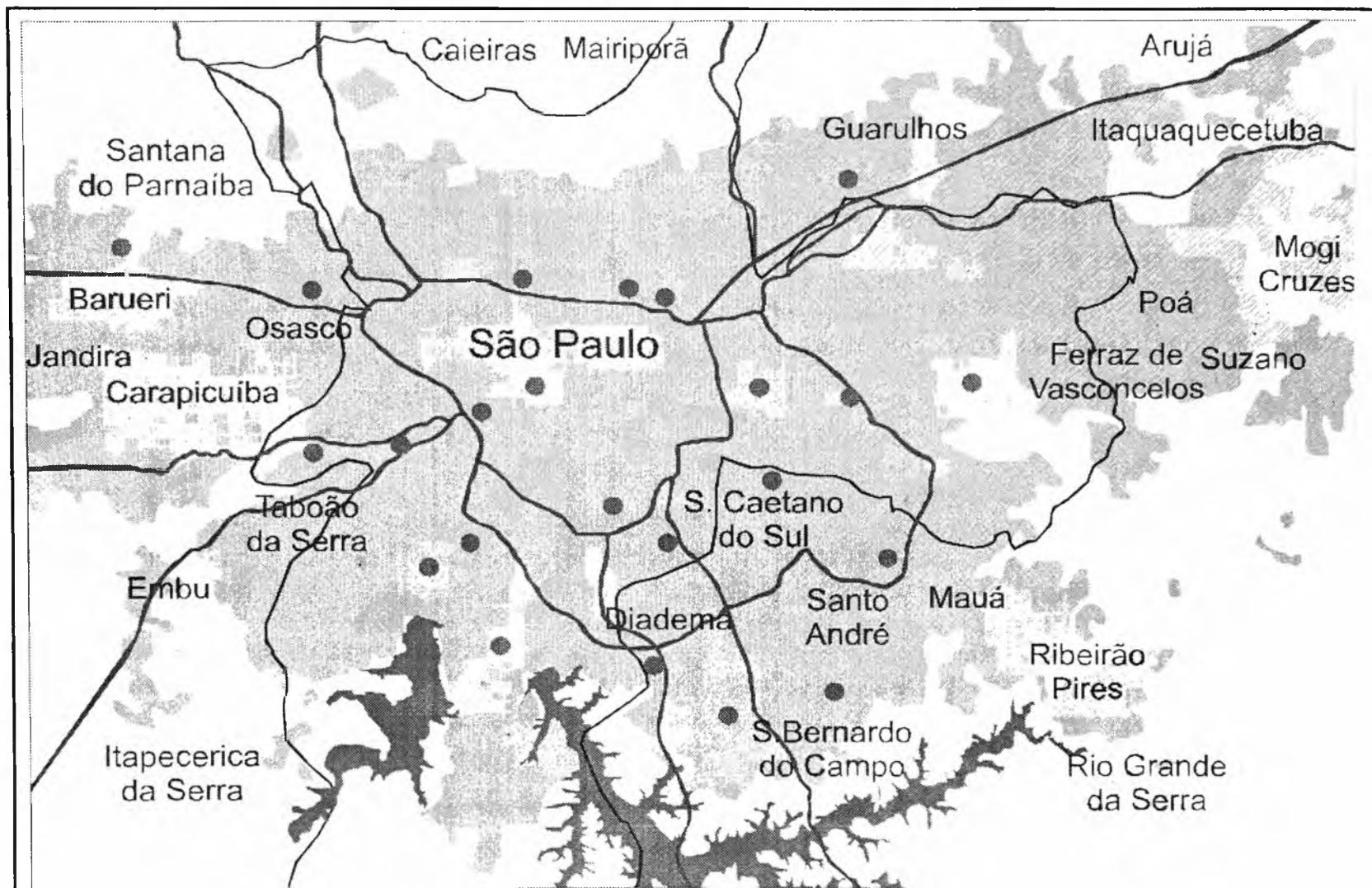
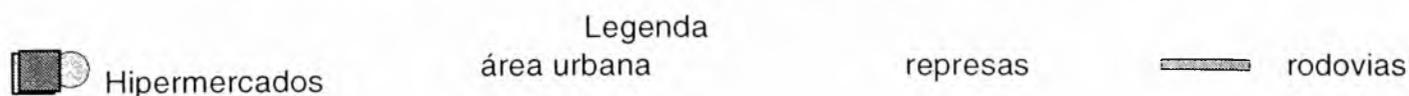


Figura 3: Localização dos Hipermercados Carrefour na Região Metropolitana de São Paulo.



Fonte: Geomapas e Carrefour - Escala Aproximada de 1: 220.000



empresa abriu suas lojas em locais de grande circulação de veículos, como às margens das rodovias, vias expressas e em *Shopping Centers* localizados na periferia da metrópole com grande volume populacional. No interior abriu suas lojas em importantes cidades do Estado com um volume populacional considerável e principalmente, como âncoras de *Shopping Centers*.

Na primeira metade da década de 1990, o Carrefour abre onze lojas, duas como âncora em *Shopping Center*³, sendo uma na cidade de São

Paulo e a outra em Barueri na Grande São Paulo, cinco nos municípios da região metropolitana e cinco em municípios do interior⁴. A unidade de Osasco merece ressalva, pois foi construída no mesmo período em que entrou no Brasil a rede norte-americana Wal-Mart. As duas empresas abrem suas lojas uma ao lado da outra no principal eixo de circulação deste município – Avenida dos Autonomistas, o que reflete a grande concorrência na metrópole paulista e a luta pelo

mercado consumidor.

Entre 1996 e 2001, o Carrefour teve seu período de maior expansão. Comprou várias redes locais em diversos Estados brasileiros, ampliando sua área de atuação no país. No Estado de São Paulo, inaugurou dezessete novas unidades, sendo sete construídas⁵ e dez adquiridas através da rede de Hipermercados Eldorado⁶ e das Lojas Americanas. Vale ressaltar que estes hipermercados adquiridos em 1998, através de outras redes eram lojas já consolidadas no mercado paulista com pelo menos dez anos de funcionamento, conforme as datas colocadas entre parêntesis na nota de rodapé.

Considerações Finais

Analisando a história do Grupo Carrefour, pudemos verificar como uma grande empresa do setor de comércio varejista está enfrentando o processo de globalização. O comércio, que inicialmente era uma atividade descolada da produção, se vê após a industrialização da sociedade com um novo papel o qual MARX (1973) alertou dizendo serem elementos de um mesmo momento, o da produção da sociedade, configurando uma totalidade.

Ao longo dos últimos cem anos o comércio criou variadas formas para a troca de produtos, sendo Supermercados, Hipermercados e *Shopping Centers* os que trouxeram as maiores implicações para a vida das pessoas, principalmente pelas dimensões e facilidades que produziram no abastecimento urbano. Claro que para capitalistas, intermediários do comércio na distribuição e parte dos consumidores foram facilidades, mas para comerciantes de pequeno capital, consumidores mais tradicionais, preocupados com o bom atendimento e a proximidade, foram na verdade distúrbios, pois em vários países, o pequeno comércio quase desapareceu permanecendo na maioria das vezes alguns estabelecimentos mais tradicionais e elitistas.

No caso europeu, a partir da década de 1970 alguns países tomaram medidas para conter a expansão dos estabelecimentos de grandes dimensões através de leis de zoneamento e de controle da concentração de capital no setor. Na

França, a Lei Royer de 1973 traçou as diretrizes para a expansão do varejo nacional para fora da área urbana central de suas cidades. Na Itália, a Lei 426 de 1971 foi tão rigorosa que somente na década de 1990 o país abriu suas portas às empresas multinacionais. Estes dois casos retratam bem a importância dada ao comércio tradicional nestes dois países, onde ainda hoje existem lojas com mais de 200 anos de existência onde o dono abastece de modo personalizado todos os seus clientes.⁷

Para as grandes empresas detentoras de capital, a mundialização do comércio varejista trouxe muitos benefícios, principalmente nos mercados em desenvolvimento como Ásia de Sudeste e América Latina⁸, e assim, investiram maciçamente nestas duas regiões.

Dentre as 25 maiores empresas do setor, 14 são européias, 3 japonesas, 1 canadense e 7 norte-americanas. Entre as européias, todas operam além de suas fronteiras em pelo menos mais 4 países, exceção feita à Inglesa Sainsbury que atua além do Reino Unido, nos EUA. Entre as norte americanas, apenas o Wal Mart tem grande presença mundial, ficando todas as outras restritas ao seu mercado interno. Vale ressaltar que o mercado norte-americano em dimensões de produção e consumo é maior que o da União Européia e por esta razão, muitas empresas não sentem a necessidade de buscar novos mercados no exterior, pois acreditam poder expandir-se em seu mercado nacional. Quanto as empresas japonesas, apenas uma tem forte presença no exterior, ficando quase que restrita ao espaço regional do sudeste asiático, além da Espanha e dos países Nórdicos.

Este processo de internacionalização do comércio varejista é um fenômeno que se inicia com mais intensidade a partir de meados da década de 1970, a cargo das empresas européias, que buscavam ampliar seus lucros em novos mercados, pois sabiam que em seus países, as dimensões populacionais e físicas restringiriam uma grande expansão. O Carrefour dentre estas, foi uma das pioneiras e a fundadora da forma Hipermercado, garantindo seu sucesso no exterior.

Em relação aos consumidores, vale ressaltar os ganhos e perdas, não somente em

relação a dimensão do capital, mas também em relação ao ritmo da vida. Conforme apontamos, as formas do comércio são formas sociais, pois foram produzidas ao longo da história através de relações sociais e adaptando-se aos diferentes modos de produção vigentes e aos padrões da sociedade. Além disso, contribuem para o desenvolvimento de novas relações sociais, apontando para o movimento de reprodução das relações de produção da sociedade. O hipermercado reflete bem este movimento, pois surge em um momento de crescimento e ampliação do capital comercial varejista a partir de uma nova estrutura da sociedade, baseada na vida urbana e nos ritmos da metrópole. Foi um avanço da forma supermercado para o hipermercado através da maior concentração financeira e territorial do capital comercial. Reflete uma adaptação às novas condições da sociedade, onde o tempo para o lazer e para as compras passa a ser fundamental e os hipermercados surgiram para as pessoas economizarem tempo, oferecendo sob um mesmo teto mercadorias de toda a sorte para diferentes necessidades.

Observando a estrutura operacional do Carrefour, percebe-se a diversidade de investimentos que as grandes empresas varejistas operam. Controlam desde Lojas de Conveniência a Hipermercados em variadas nações com diferentes lógicas, isto é, ou investem na abertura

de novas lojas, adquirindo terrenos e construindo ou compram lojas de redes nacionais já estabelecidas e com grande reconhecimento no mercado interno. No caso do Brasil, o Carrefour comprou um grande número de lojas da rede nacional Lojas Americanas e de algumas redes locais como Roncetão, Dallas, Rainha e Continente a partir de 1998, após 20 anos de investimento maciço na construção de novas lojas. Na Itália foram cinco anos investindo na abertura de novas lojas, principalmente nas cidades do norte do país como Milão, Veneza e Turim, onde o retorno era garantido, porém, de forma cautelosa nas outras regiões do país. Em 1998 um acordo com a empresa GS tornou o Carrefour uma das maiores redes italianas, atuando com vários formatos de lojas. São duas estratégias bem distintas que garantem a entrada e consolidação em novos mercados.

Para a Geografia, desvendar as estratégias das grandes empresas do setor varejista é fundamental, principalmente pelas mudanças que produzem no espaço urbano, auxiliando na produção de novas contradições sociais. Para o comércio, essas redes impuseram uma nova lógica na distribuição e venda de produtos. Para os consumidores uma nova dimensão para o consumo foi criada, baseada na exaltação máxima do ritmo da mercadoria com a produção de novos conteúdos sociais e por estas razões, o trabalho do geógrafo é importante para o entendimento do urbano.

Notas

¹ Desportes (1996) apresenta as funções e a localização das tradicionais formas de comércio na cidade medieval europeia e Certeau (1996) quando estuda as dimensões do cotidiano na sociedade francesa apresenta a problemática existente entre o comércio tradicional e os supermercados e hipermercados na França entre as décadas de 1970 e 1990, analisando a loja do comerciante Robert, na cidade de Lyon.

² O modelo de industrialização em massa surge com o desenvolvimento dos sistemas fordista e taylorista da produção que proporcionaram às empresas adotar uma padronização rigorosa no processo de trabalho, controlando todas as etapas de planejamento, concepção do produto

e execução da produção, conseguindo uma grande racionalização do processo produtivo logrando maior produtividade, provocando aumento na produção e redução de custos na fabricação, tornando o produto final mais competitivo.

³ A Abras considera a Cia. Brasileira de Distribuição a maior rede do setor supermercadista do país em 2000 e a Exame considera o Carrefour, o que nos faz constatar problemas metodológicos nas pesquisas. Considerando o faturamento bruto, o Carrefour é o líder e para o ano 2001 está desenvolvendo uma política de novas aberturas e diversificação de formas de vendas muito mais forte que a sua principal concorrente.

⁴ Os dados sobre a história do Carrefour e sua

presença no mundo foram coletados diretamente na presa e através do site www.carrefour.com. Dizem respeito ao Carrefour e a Promodès, conjuntamente.

⁵A marca STOC era de domínio da Promodès e por isso, os supermercados passaram a ter esses nomes, entretanto, a partir de 1999 e 2000 os supermercados sofreram uma remodelação e passaram a ser chamados de CHAMPION, marca mundial da empresa com forte presença na França e na Espanha.

⁶ Unidade Rebouças no *Shopping Center Eldorado*.

⁷ O primeiro hipermercado foi aberto pela rede Pão de Açúcar com o nome de Jumbo na cidade de Santo André em 1971, mas a diferença com a loja do Carrefour está relacionada principalmente ao tamanho da área de vendas, pois essa primeira unidade da empresa francesa era o dobro da concorrente nacional, o que foi tratado como a grande inovação para a época, além da maior diversidade e quantidade de produtos destinados a venda.

⁸ *Shopping Center Interlagos* (1988), Ribeirão *Shopping* em Ribeirão Preto (1987) e Praia *Shopping* em São Vicente (1989).

⁹ *Shopping Center Butantã* (1993), *Shopping Tamboré* em Barueri (1992)

¹⁰ Santo André (1991), São Caetano do Sul (1993), São Bernardo do Campo (1995), Osasco (1995), Campinas-Valinhos (1990), Sorocaba (1991), São José dos Campos (1992), São José do Rio Preto (1993), Jundiaí (1994).

¹¹ Unidades de Guarulhos e Limão (1996), Tatuapé e Giovani Gronchi (1997, Pêssego (1998), Piracicaba (1999) e Diadema (2000).

¹² Unidades: Rua Pamplona (1973), Santos (1974), *Shopping Center Eldorado* (1981), Center Norte (1984), São Bernardo (1988), Campinas (1989) e *Prudenshopping* (1990).

¹³ Michel de Certeau no volume II de a "Invenção do Cotidiano – morar e cozinhar" – analisa as relações entre os consumidores e o comércio tradicional e moderno na França.

¹⁴ Pois não criaram muitos entraves legais para a expansão das redes.

Bibliografia

BARATA SALGUEIRO, T. *Do comércio a distribuição: roteiro de uma mudança*. Lisboa:Ed. Celta, 1995, 268p.

BARATA SALGUEIRO, T. "Novas formas de comércio". *Revista Finnisterra*, Lisboa, n. 24, v. 48, 1989, 97p.

BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Eifos, Edições 70, 1995, 212p.

BAUDRILLARD, J. *O sistema de objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1973, 233p.

BRAUDEL, F. *O mediterrâneo na época de Felipe II*. São Paulo, 1982, 690p.

CARRERAS, C. "Los nuevos espacios de consumo en Barcelona". *Revista de Geografía*, Barcelona, vol. XXIX, 1995, nº 2, pp. 69-78.

CERTEAU, M. *A Invenção do cotidiano 2, morar e cozinhar*. São Paulo: Record, 1996.

CORREA, R. L. *Comércio e consumo: uma retrospectiva e algumas questões*. São Paulo, 2000, (mimeo)

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Petrópolis, 1997, 201p.

DESPORTES, F. "Os ofícios da alimentação". *História da Alimentação*. São Paulo, 1996, pp. 422-436.

GAETA, A. C. "Notas introdutórias sobre a comercialização de alimentos e concentração de capital". *Boletim Paulista de Geografia*, AGB, 1988, v.54, pp. 133-148.

IANNI, O. *A era do Globalismo*. 3ª ed. São Paulo, Civ. Brasileira, 1997. 253p.

LEFÈBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991,

LEFÈBVRE, H. *O Direito a Cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991, 145p.

LIPOVETSKY, G. *O império do efêmero a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, 294p.

MAGNOLI, D. M. "Comércio varejista: notas sobre o grupo pão-de-açúcar -1959/1986" *Boletim Paulista de Geografia*, AGB, 1988, v. 54, pp. 79-92.

MARX, K. *Introdução à crítica da economia política*. São Paulo: Abril, Col. Os pensadores, vol 35, 1974, pp 109-133.

METTON, A. "L'expansion du commerce périphérique in France" *Annales de Geographic*, Paris, nº 506, XCI, 1982, pp. 463-479.

MONCLÚS, J. (ed.) *La ciudad dispersa. Urbanismo, ciudad, historia (I)*. Barcelona: Centre de cultura contemporània de Barcelona. 1998, 220p.

PELLEGRINI, L. *Il commercio in Itália*. Bologna, Il mulino, 2000, 123p.

PELLEGRINI, L. *La distribuzione commerciale in Italia*. Bologna, Il Mulino, 1996, 343p.

PINTAUDI, S.M. *Os supermercados na Grande São Paulo: Contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles*. São Paulo: USP, 1981, 108p. Dissertação (mestrado em Geografia) – FFLCH – USP, 1981.

PINTAUDI, S.M. "O lugar do supermercado na cidade capitalista" *Geografia*, UNESP, 1984, v.9,

n.17-18, pp.37-54.

PINTAUDI, S.M. *A nova Geografia do Comércio*. Rio Claro, DEPLAN, 1992, (mimeo)

PINTAUDI, S.M. "A cidade e as formas do comércio" In: CARLOS, A F.A .(org). *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999, pp.137-153.

PROST, A *A História da Vida Privada*. São Paulo: Cia das Letras, vol. 5, 1992.

ROJO, F.J.G. *Os supermercados no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1998, 175p.

TOURAINÉ, A *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994, 423p.

Sites da internet:

www.abras.com.br

www.carrefour.com

www.carrefour.fr

www.gb.be

www.carrefour.es

www.markup.it

www.supermarketnews.com

Texto aceito em junho de 2003



O PAPEL DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NO DEBATE TEÓRICO SOBRE OS CONCEITOS DE CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR.

Larissa Mies Bombardi*

RESUMO:

O objetivo deste artigo é fazer uma discussão acerca do papel da geografia agrária no que diz respeito ao debate teórico acerca dos conceitos de campesinato e agricultura familiar.

O termo agricultura familiar tem sido introduzido - principalmente a partir da década de 90 - em oposição ao conceito de camponês, para designar o quão os agricultores estão inseridos no mercado. Está se tentando forjar um conceito por meio de uma classificação que toma em consideração o aspecto externo e mais visível do modo como os agricultores relacionam-se com a sociedade de mercado. A este tipo de visão queremos opor a nossa, e iniciar o debate tendo como ponto de partida a idéia de que ao procurarmos explicar e entender a sociedade é necessário adentrar a sua lógica e ir ao âmago dos processos sociais. O conceito de agricultura familiar tem servido de base para as políticas públicas no tocante à questão agrária e, neste sentido, torna-se indispensável uma reflexão sobre ciência e ideologia. Entendo que o debate sobre os conceitos de agricultura familiar e campesinato deve ser entendido neste âmbito.

PALAVRAS-CHAVE:

Campesinato, agricultura familiar e geografia agrária

ABSTRACT:

This text intends to discuss the position of agrarian geography dealing with the theoretical debate on the concept about peasant and familiar agriculture.

The so called "familiar agriculture" has been introduced specially in the nineties in opposition to the peasant concept designating how they are inserted in the market. They are trying to forge a concept which would classifying and take unto consideration the external aspect of how the farmers relate themselves with the market. We aim to confront this point of view starting a debate to prove an idea, explaining the understanding necessary to penetrate the logic and so going to the heart of social processes. The concept "familiar agriculture" was used as a platform to stand public politics interests dealing with the agrarian problems that is why a reflection is indispensable on the science and ideology.

I think that this kind of debate on agricultural familiar concepts concerning the peasants have to be understood through this perspective.

KEY WORDS:

Peasant, familiar agriculture, agrarian geography.

"De fato, a geografia, foi 'desde os seus começos' mais uma ideologia que uma filosofia e isso não se deu apenas na Alemanha mas um pouco pelo mundo inteiro...A ideologia engendrada pelo capitalismo quando da sua implantação tinha que ser adequada às suas necessidades de expansão nos países centrais e na periferia ... A geografia foi chamada a representar um papel importante nesta transformação...Uma das grandes metas conceituais da geografia foi justamente, de um lado, esconder o papel do Estado bem como o das classes, na organização da sociedade e do espaço. A justificativa da obra colonial foi um outro aspecto do mesmo programa...A utilização da geografia como instrumento de conquista colonial não foi uma orientação isolada, particular de um país. Em todos os países colonizadores, houve geógrafos empenhados nessa tarefa, readaptada segundo as condições e renovada sob novos artifícios cada vez que a marcha da História conhecia uma inflexão..."(Milton Santos em: Por uma Geografia Nova)

Escolhi a epígrafe acima, pois creio que ela dá o tom da discussão que quero fazer neste artigo.

Os conceitos com os quais trabalhamos não são de forma alguma neutros, temos sempre que ter em conta a responsabilidade social que nos cabe enquanto pesquisadores.

Neste sentido, penso que o debate teórico acerca dos conceitos de campesinato e (versus) agricultura familiar é mais complexo do que parece ser à primeira vista. Embora os termos soem como sinônimos, estão por trás dos mesmos conceitos teóricos que são diametralmente opostos.

O objetivo deste artigo é ir a fundo nesta questão numa reflexão que envolva o papel da geografia enquanto ciência e que procure, sobretudo como preocupação da geografia agrária especificamente, desvendar o que há por trás deste debate.

As ciências humanas (poderíamos dizer que de uma forma geral) e, muito especialmente a Geografia, têm sofrido de uma distorção em sua

maneira de enxergar a realidade em que ao invés de informarem o pensamento da sociedade são por ele informada, ou seja, estão por vezes tão imersas na ideologia (na acepção clássica da palavra, tal como proposta por Marx¹) – deliberadamente ou não - que não se dão conta de seu modo de enxergar, não se enxergam a si mesmas.

A Geografia, como nos mostrou Milton Santos (1990) teve desde seu princípio, e de maneira exacerbada, um papel fundamentalmente ideológico, o que mais tarde implicou na inevitável dificuldade de estabelecer-se enquanto ciência.

De acordo com ANDRADE (1985:9), no mesmo sentido que nos indica Milton: "*As sociedades de Geografia, contando com fundos fornecidos por governos dos países em expansão capitalista e por grandes empresas comerciais, estudavam os territórios desconhecidos, indicando os recursos existentes e as possibilidades de exploração dos mesmos...*"

Não só a geografia constituiu-se enquanto ciência como ideologia, como, e o que é mais perigoso, a própria história do pensamento geográfico, também ela, é construída ideologicamente ao alijar de suas/nossas informações geógrafos como Reclus e Kropotkin.

De acordo com Carlos Walter Porto Gonçalves, em seu trabalho *De Geografia às Geografias: Um mundo em busca de novas territorialidades*,

O pensamento moderno europeu pouco a pouco vai construir uma geografia imaginária onde as diferentes qualidades dos diferentes povos e culturas, que 1492 pôs em assimétrica relação, serão dispostas num continuum linear que vai da natureza à cultura, ou melhor, da América e da África, onde estão os povos primitivos mais próximos da natureza, à Europa, onde está a cultura, a civilização. E dominar a natureza, sabemos, é o fundamento da civilização moderna construída pelos europeus à sua imagem e semelhança e, para isso, os povos a serem dominados foram assimilados à natureza começando por considerá-los selvagens que significa, rigorosamente, os que são da selva, logo, aqueles que devem ser dominados pela cultura, pelo

homem (europeu, burguês, branco e masculino). Vê-se, logo, que a invenção do europeu civilizado é, ao mesmo tempo, a invenção do selvagem e, assim, a invenção da modernidade é inseparável da invenção da colonialidade. (GONÇALVES, 2001:2)

De fato, nossa geografia oficial foi sempre marcada por uma visão colonialista do mundo, em que ao mesmo tempo que forjava um pensamento científico, naturalizando a desigualdade entre os povos, nutria politicamente, com o respaldo científico, a "missão civilizadora" da Europa, portadora da visão moderna à qual Carlos Walter se refere.

Por outro lado, felizmente, o pensamento científico geográfico não aflora apenas como ideologia, ao contrário, surpreende-nos ler as palavras de KROPOTKIN (1986:6-7):

Quando um político francês proclama recentemente que a missão dos europeus era civilizar algumas delas [as outras raças] – ou seja, com as baionetas e as matanças de Bac-leh-, não fazia mais do que elevar à categoria de teoria os mesmos fatos que os europeus estão praticando diariamente.

Até agora os europeus têm civilizado os selvagens com whisky, tabaco e seqüestro; os têm inoculado com seu vírus; os têm escravizado.

Percebe-se com que fantástica clareza o *geógrafo libertário* vê a "missão civilizadora européia" e, deixa antever o papel da ciência enquanto ideologia, ao qual ele se opõe radicalmente, especialmente quando afirma claramente que o papel da geografia é ser um meio para anular os estereótipos e combater os preconceitos inculcados com relação às "raças inferiores" (os não brancos).

Se a geografia aflora colonialista e ideológica, o que é verdade, ela também aflora libertária, ainda que "exilada" em sua própria história e, Kropotkin, como Reclus, viveram este exílio literalmente no cotidiano de suas vidas.

A questão do papel da geografia enquanto ciência não deve restringir-se à formação do pensamento geográfico, ao contrário, deve ser

permanente, e penso que esta discussão é mais atual e pertinente do que nunca.

Assim, entendo que o debate sobre os conceitos de agricultura familiar e campesinato deve ser entendido neste âmbito. Ou seja, fazer uma reflexão neste sentido implica em considerar a questão da ideologia na ciência, como procurarei mostrar.

O objetivo deste artigo é fazer esta reflexão tomando em consideração três questões que julgo essenciais, como o leitor poderá observar.

O termo agricultura familiar tem sido introduzido - principalmente a partir da década de 90 - em oposição ao conceito de camponês, para designar o quão os agricultores estão inseridos no mercado. Fundamental neste sentido é a obra organizada por Hugues LAMARCHE, em dois volumes, que contou com pesquisadores de diversos países, na qual ele afirma que (1993:15-19):

Henri Mendras havia previsto, já em 1967, o fim dos camponeses. Dezoito anos depois, ele constata que estava com a razão e declara que se assistiu ao desaparecimento da exploração familiar. Na verdade, a exploração camponesa hoje praticamente desapareceu do território francês, mas com certeza a exploração familiar não, e não se pode confundir as duas coisas.

A exploração camponesa é familiar ... mas nem todas as explorações familiares são camponesas...

O leitor atento terá percebido que nossa reflexão acerca da exploração familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração na economia de mercado. É claro que concebemos esta integração em seu sentido mais absoluto, ou seja, tanto no plano técnico-econômico, quanto no plano sócio-cultural.

E também mostra que em sua concepção (LAMARCHE, 1993:18):

As explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corres-

ponda a uma classe social no sentido marxista do termo.

Neste mesmo sentido, segundo ABRAMOVAY (1992:24) em sua obra que também se tornou referência com relação ao conceito de agricultura familiar, *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*:

... são camponeses aqueles produtores familiares marcados por uma inserção parcial em mercados incompletos

Diferentemente de boa parte da literatura a respeito, a ênfase da definição (e portanto da diferença com relação aos agricultores familiares modernos) está no tipo de relação com o mercado.

Ainda no segundo volume de sua obra, LAMARCHE (1998:62) volta a afirmar que: "Lembremos, por outro lado, que nossa reflexão a respeito da agricultura familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração à economia de mercado". E, então, apresenta um gráfico cartesiano no qual o eixo x representa a dependência (de fraca a forte) e o eixo y representa a lógica familiar (de fraca a forte) e, assim, ele estabelece quatro modelos, de acordo com o posicionamento neste gráfico, a saber: Modelo Agricultura Familiar Moderna, Modelo Empresa, Modelo Agricultura Camponesa, Modelo Empresa Familiar.

E, finalmente, mais à frente, apresenta uma ressalva de que os modelos não são absolutos. Na verdade, a realidade não se encaixa nos modelos por ele definidos, e, ele procura explicá-la de uma forma que acaba praticamente por invalidar sua proposição:

Aparece aqui muito claramente que todos os estabelecimentos estudados permanecem em situações intermediárias em relação aos extremos, como se não quisessem ou não pudessem engajar-se mais profundamente em seu modelo ideal respectivo. Essa prudência pode ser considerada como um fator de equilíbrio na medida em que esses produtores procuram conservar uma certa margem de manobra, uma capacidade de regulação e de adaptação às diversas limitações, tanto

internas quanto externas, com as quais eles devem defrontar-se regularmente. (LAMARCHE, 1998:72) (grifos meus).

O modelo proposto por Lamarche caminha no sentido do Modelo Original (mais selvagem, em suas palavras) para o Modelo Ideal: "Assim podemos imaginar um eixo escalonado segundo o grau de integração no mercado, em cujas extremidades se encontram, de um lado, o "Modelo Original" e, de outro, o "Modelo Ideal"."(1993:19).

Esta concepção evolucionista e cartesiana reflete uma visão absolutamente "colonialista", exatamente no sentido que a atribuiu Carlos Walter no trecho mencionado anteriormente. Neste tipo de entendimento o "moderno", o "civilizado", superam inexoravelmente o que é tido como arcaico, como portador do "atraso".

Percebe-se pelos trechos acima que está se forjando um conceito por meio de uma classificação que toma em consideração o aspecto externo e mais visível do modo como os agricultores relacionam-se com a sociedade de mercado.

A este tipo de visão queremos opor a nossa, e realizar o debate tendo como ponto de partida a idéia de que ao procurarmos explicar e entender a sociedade é necessário adentrar a sua lógica e ir ao âmago dos processos sociais.

Do ponto de vista da geografia, se tomarmos o território como categoria de análise, faz uma grande diferença falar em campesinato ou em agricultura familiar, fundamentalmente porque a questão das relações sociais se configura como essencial nesta análise.

Trabalhar com o conceito de camponês tal como propõe autores como Shanin, Martins e Oliveira, significa entender o camponês inserido no modo capitalista de produção.

Esta concepção do campesinato, enquanto classe social, é um dos alicerces que fundamenta o rol de hipóteses centrais desta discussão, uma das quais está assentada na premissa de que o campesinato se reproduz no interior do capitalismo e é uma classe social também deste modo de produção.

Neste entendimento, sabemos que o capitalismo carrega consigo a necessidade constante de sua reprodução, sua manutenção só

se estabelece reproduzindo também o processo de produção do capital. Segundo MARTINS (1996:19-20):

o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução.

Neste sentido é possível compreender como o campesinato não só perdura, mas se reproduz no interior do capitalismo. Esse processo de reprodução do campesinato no modo capitalista de produção se dá exatamente pela necessidade que o próprio capital tem de relações que não são capitalistas para o seu desenvolvimento. Assim, a especificidade da produção camponesa, como podemos ver no texto seguinte, é que faz com que se constitua em parte do capitalismo e por ele não seja destruída, mas ao contrário, reproduzida:

o objetivo da produção capitalista é a acumulação, ao passo que o objetivo da economia camponesa é a sobrevivência; portanto, fica claro que, no campesinato, como a produtividade crescente não é o objetivo maior, não há sentido em trabalhar mais.... (SHANIN, T. s/d: 4-5).

Admitindo-se que a fórmula da produção camponesa seja M-D-M e que a da produção capitalista seja D-M-D', existem diferenças básicas entre elas. O objetivo da produção camponesa é o consumo e a aquisição de mercadorias. Portanto, em momentos de crise, ou trabalha-se mais ou priva-se mais, o que seria impensável em um sistema em que o objetivo não é a produção de mercadorias, mas de mais-valia², de lucro, portanto (Oliveira, 1991). Logo, nenhum capitalista poderia deixar de extrair mais-valia, justamente porque isto significaria seu próprio fim.

Fazer essa análise do campesinato como classe social do modo capitalista de produção não significa ter um entendimento de que essa classe social é autônoma e que não está sujeita ao capitalismo. Pelo contrário, os camponeses fazem parte das chamadas classes subalternas (MOURA,

1986) e de alguma maneira sofrem também exploração nessa relação com o capital. Entretanto, essa exploração não se dá de forma direta, não se trata de assalariamento e nem, portanto, de extração de mais-valia. O que ocorre é uma sujeição de sua renda ao capital, o que lhe permite alguma maleabilidade para lidar nessa relação.

Quando o camponês, lidando com o limite de sua sobrevivência e de sua família, vende seus produtos por um preço por vezes inferior ao gasto que ele teve, ele está na verdade transferindo parte de sua renda para a sociedade como um todo (Oliveira, 1981), ou seja, o capital está extraíndo o seu trabalho excedente; é o que se chama de sujeição da renda da terra ao capital.

Assim, percebe-se que é justamente a especificidade do trabalho camponês, notadamente familiar, o fator que possibilita sua reprodução. Tendo em vista esta reprodução do campesinato no capitalismo, fica evidente a sua permanente relação com o mercado, ou seja, a produção camponesa não se dá de forma isolada:

Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não-camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. (SHANIN, T. 1980:75)

A partir desta discussão, chegamos em um ponto muito importante: não é possível buscar explicação para a realidade na sua forma última e mais aparente e utilizá-la como pedra de toque para a compreensão dos processos sociais.

Quero dizer com isto que sabemos que o campesinato, historicamente, sempre esteve atrelado ao mercado, a idéia do camponês isolado é uma distorção da realidade.

Se quisermos propor uma explicação ou análise séria da realidade devemos fazê-lo não por sua forma aparente (onde não é possível buscar explicação, onde não tem sentido analítico) senão no âmago do processo, o que vale dizer nas relações sociais.

Por isto, a classificação do quão o camponês está ou não vinculado ao mercado para deixar de sê-lo (camponês) não tem sentido teórico, pois não explica. Ou seja, o que interessa são as relações sociais estabelecidas, pois, como afirmado anteriormente, vinculado ao mercado ele sempre esteve.

Posto isto, entendo que há três questões fundamentais nesta análise no sentido da compreensão do significado de trabalharmos com o conceito de camponês. A primeira delas, que já foi discutida, está no âmbito econômico, ou seja, no fato do campesinato ser compreendido como uma classe social deste modo de produção e ser por ele continuamente reproduzida. A segunda está no plano político, da luta camponesa pela terra, que é tão atual quanto antiga, como nos mostrou Wolf (1984), Martins (1990), Oliveira (1990, 1991) entre outros, e como nos tem mostrado Fernandes (2001).

No sentido político, os camponeses no Brasil têm tomado a rédea de seu destino ao ocuparem as terras do país em busca da reforma agrária e, obtendo com isso, o controle de seu processo de reprodução.

A terceira questão, sobre a qual eu gostaria de me demorar mais, e que, penso, não está de modo algum dissociada das duas anteriores - ao contrário, entendo que elas são *inter-determinadas* - se dá no plano moral, ou, no que poderíamos chamar de uma ordem moral camponesa.

Quero frisar neste artigo que o negligenciamento desta questão leva inevitavelmente a uma incompreensão total daquilo que é central quando discutimos o campesinato, e, por conseguinte, a questão agrária.

Alguns autores, como especialmente Klass e Ellen Woortmann, José de Souza Martins e E. P. Thompson, assim como a minha própria experiência na dissertação, serão muito úteis nesta discussão³

Estes autores apontam um caminho comum: uma interpretação de uma ordem moral, diversa daquela imposta pela sociedade de mercado, a ordem econômica, com a qual, "nós da cidade" costumamos operar nosso pensamento.

Parece que a questão fundamental aqui é o conceito enunciado por Thompson de *economia*

moral. A economia moral está indissociada de uma ordem moral que, evidentemente, se contrapõe a uma ordem econômica.

A ordem moral está associada a uma sociedade em que os indivíduos não são concebidos separadamente, em que fazem parte de um todo e, este, igualmente, também não é concebido como a soma de cada indivíduo, mas, ao contrário, pela relação que se estabelece entre todos os membros que o formam.

Nesta visão de mundo, expressa na ordem moral, não cabe uma concepção "atomizada" de sociedade, ou seja, todos os indivíduos de uma comunidade são co-responsáveis uns pelos outros.

A lógica da ordem econômica quando passa a se impor a grupos camponeses - isto é, a primazia da coisa, da mercadoria, sobre o ser, a pessoa - refere-se ao surgimento da besta-fera da qual falam Martins, Ellen e Klass.

Os camponeses são guiados por uma lógica que se inscreve no plano moral, a tentativa de subversão desta ordem, que é assentada no direito das pessoas, e não das coisas, é encarada como a instauração do demônio na sociedade.

É necessário, quando nos deparamos com grupos camponeses, perceber que operam com uma outra lógica, e, não buscar explicações sempre no âmbito dos fatores econômicos. É neste sentido que é valiosa a contribuição de Thompson.

Thompson nos aponta um caminho de abordagem que nos faz percorrer a história no sentido de buscar significados que estão germinados nas mentalidades, nos costumes, na ordem legitimadora das ações, na ordem moral.

Trata-se, portanto, de um outro universo de valores, completamente diverso do nosso, os laços de solidariedade são extremos, a vida é tecida com a vida dos outros, vizinhos e parentes, todos conhecem o que está acontecendo com os demais. A idéia do indivíduo com uma "vida pessoal" é inexistente. Se por um lado, muitas vezes as contendas familiares não são incomuns, por outro, a idéia de co-responsabilidade é extrema, a dificuldade de outrem é encarada como sendo a própria dificuldade. De acordo com WOORTMANN, E. (1995:313-4).

As formações camponesas que estudei se aproximam de um sistema de

valores que configura o que Dumont (1970) chamou de "holismo", isto é, uma ordem social e ideológica onde, na relação entre as partes e o todo, este último tem preeminência, e onde o indivíduo é englobado pelo todo. Nesse tipo de sociedade camponesa, o indivíduo só pode existir, enquanto ser moral autônomo, fora não do mundo, como renunciante indiano, ou cristão medieval, mas fora do mundus do patrimônio ancestral, como renunciante à terra e à "cidadania" da comunidade. Não se trata de um holismo fundado na oposição entre o puro e o impuro (embora essa oposição hierárquica também caracterize a construção dos gêneros), nem na religião. Trata-se, melhor dito, de um holismo fundado na honra e na ancestralidade, no valor-família como modalidade específica do valor hierarquia.

A grande dificuldade de diversos intelectuais (não apenas destes, como também de jornalistas, agentes de órgãos de desenvolvimento rural, assessores de movimentos sociais, etc) é conseguir captar esta lógica (holística/moral), especialmente porque – sem nos darmos conta (nós, os "paulistas" de Martins (1990), poderíamos dizer, as pessoas da cidade) operamos com a lógica da ordem econômica/particularista.

Quisemos com tudo isto mostrar o quão frágil é diferenciar agricultor familiar de camponês tendo em vista seu grau de tecnificação e sua inserção no mercado.

Há alguns belos exemplos, dentre milhares de outros, que colhi durante a realização de minha dissertação, que penso serem especiais nesta discussão.

Trabalhei com o Bairro Reforma Agrária, um bairro rural fruto de um projeto de reforma agrária do Governo do Estado de São Paulo em 1960. Ele está localizado nos municípios de Valinhos e Campinas e muitíssimo próximo a duas grandes vias de circulação que são as rodovias Anhangüera e Bandeirantes.

Seus sítiantes são camponeses produtores quase que exclusivamente de frutas que são direcionadas para o mercado. Todos eles têm alguns "confortos" considerados exclusivos do mundo urbano, como por exemplo carro, telefone,

eletrodomésticos e, alguns, têm também acesso em casa à rede internet. Todos eles trabalham com equipamentos extremamente modernos, de alta tecnologia e utilizam-se de produtos de multinacionais.

Possivelmente são considerados "agricultores familiares" A concepção de agricultor familiar está associada à idéia de que são pequenos empresários do setor agrícola, ou seja, estando eles altamente integrados ao mercado e menos "selvagens" segundo a classificação de LAMARCHE (1993:13-33), são então os agricultores próximos do "modelo ideal" segundo a mesma classificação.

Entretanto, é inútil tentar enxergar neles uma visão empresarial, quando todo o universo de valores camponês está imerso numa concepção holística de mundo.

A visão empresarial, que os teóricos da agricultura familiar acreditam que os "agricultores familiares" têm é avessa à lógica moral camponesa.

Muito embora parte do campesinato esteja altamente "tecnificado", como é o caso dos camponeses do Bairro Reforma Agrária, e com acesso aos mais variados objetos de consumo urbano, a lógica que lhes preside a vida não é a lógica da sociedade de mercado.

Acreditar que tratam-se de pequenos empresários é incorrer em um erro extremo. A lógica empresarial é a lógica do lucro, do negócio, contrária à ordem moral camponesa, como muito bem salientou Klass WOORTMANN (1990) em seu artigo "Com parente não se neguceia" Com parente "não se neguceia" porque os camponeses sabem que o negócio envolve um ganhar e o outro perder, e, neste sentido, seria extremamente desonroso ter ganho sobre quem é igual. A prática empresarial é contrária à concepção holística de mundo.

Embora os camponeses estejam totalmente inseridos no mercado sabemos que o mercado sempre fez parte da vida camponesa esta relação é o meio para manter e ampliar a sobrevivência e não o fim e objetivo da vida. Se assim não fosse, após diversos anos de sucessivos "prejuízos" os camponeses venderiam a terra e deixariam de ser camponeses, como o caminho apontado por Lamarche (1993). Entretanto, não

é isto o que observamos acontecer, é recorrente ouvir o seguinte comentário a respeito dos "prejuízos": *"Fazer o que? Nós só tá trocando chumbo. O trabalho nosso é esse mesmo"* Esta fala é reveladora de uma questão que é fundamental: o camponês não computa seu trabalho quando fala do preço de seu produto.

Cabem agora os exemplos aos quais me referi. O primeiro deles diz respeito à questão do alto grau de tecnificação de que dispõem e ao mesmo tempo das inúmeras práticas que estão no âmbito do imaginário e ou religioso. Se para o cultivo da uva são utilizados instrumentos especiais com os quais os galhos são "grampeados" aos arames, ao mesmo tempo a fase da lua é observada para a realização da poda.

Para o olhar cuidadoso também é possível observar uma garrafa com água pendurada bem no alto, no início da roça, que contém em seu interior água benzida para afastar *mau-olhado*.

Inúmeras foram as vezes em que o Bairro se reuniu inteiro para procissões em pedido de chuva após longo período de estiagem. Inúmeras são as relações de troca entre as famílias do Bairro, inúmeras são também as trocas de conhecimento feitas pelos camponeses, que ao contrário de terem o "segredo como a alma do negócio" socializam seu saber, pois *'todo mundo tem que comer, não é?'* Esta troca de conhecimento é que dá a configuração do Bairro Rural, ele é o resultado da inter-relação das famílias no tocante ao que é, e como é produzido.

Impossível seria a existência de um bairro rural, que é uma unidade territorial muito específica, a partir da soma – e não da unidade - de *agricultores familiares*. Neste sentido é que é substancialmente diferente concebermos camponeses ou agricultores familiares quando tratamos com o território como categoria de análise. Se não se enxergam as relações não é possível ver uma unidade territorial sendo forjada, quanto mais compreendê-la.

Vale dizer que este tipo de prática (a prática camponesa que ressaltamos anteriormente) não se trata de uma questão de memória, de influência de um passado camponês, como quer Lamarche (1993) e sim de *mentalité*, como mostra Thompson (1998), ou seja, trata-se de uma

ordem moral, e este fato não é resquício do passado, é presente, ainda que em um mundo tecnificado. Ou seja, esta ordem moral só existe pois é indissociada da condição camponesa.

Thompson (1998) nos propõe que as análises sociais que têm sido feitas incorrem em um *reducionismo econômico* tal que impedem enxergar questões que são essenciais na compreensão da realidade:

Um número muito grande de nossos historiadores do crescimento incorre num reducionismo econômico crasso, obliterando as complexidades da motivação, comportamento e função ... A debilidade comum a essas explicações é uma visão redutora do homem econômico.

Um sintoma da morte definitiva [da economia moral] é termos sido capazes de aceitar por tanto tempo um ponto de vista "economicista" dos motins da fome, como uma reação direta, espasmódica, irracional à fome – um ponto de vista, em si, produto de uma economia política que fez do salário o nexos das reciprocidades humanas. (1998: 151 e 202)

Após esta discussão entendo que é possível afirmar que o conceito de agricultura familiar (quando usado em oposição ao de camponato) negligencia as três questões levantadas anteriormente, sem as quais, é impossível fazer uma análise aprofundada e séria da realidade.

O "conceito" de agricultura familiar, como bem mostrou Fernandes (2001), tem tido um forte cunho político por trás, e foi especialmente disseminado por pesquisadores do NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural) durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Este núcleo é parte integrante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e desenvolveu pesquisas no Brasil todo e, evidentemente, orientou as políticas públicas no tocante ao desenvolvimento agrário durante o mandato do presidente Fernando Henrique.

De acordo com FERNANDES (2001:34-5) ...os projetos do governo foram criados a partir de uma forte influência da visão da agricultura familiar ... O Novo

Mundo Rural é um projeto criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso e tem como princípio "*promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais - que compreendem pequenos e médios centros urbanos -, usando como vetores estratégicos o investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas* (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 1999)"

Esta visão de agricultura familiar, assentada na idéia de que estes já não são camponeses - e que, portanto, podem e devem até mesmo desenvolver outras atividades que não agrícolas - posto que estão imensamente envolvidos com o mercado, tem duas implicações que considero extremamente sérias, sobretudo se considerarmos o peso que esta concepção tem tido no direcionamento das políticas públicas no Brasil.

A primeira questão é que esta visão negligencia toda uma ordem de valores que se inserem no plano moral e, que, a despeito da integração destes camponeses no mercado, orienta-lhes a prática, a vida cotidiana e as relações que estabelecem com a sociedade global, como procuramos mostrar.

A segunda implicação está no fato de que esta abordagem não comporta uma explicação para os movimentos sociais no campo que lutam pela reforma agrária. Em momento algum intelectuais, como por exemplo, Ricardo

Abramovay, que acredita na possibilidade de um desenvolvimento rural pleno, colocam-se a questão da reforma agrária e do anseio por terra de milhares de famílias.

O NEAD, em um de seus boletins, número 131, (disponível na rede internet) apresentou a seguinte enquete: "*A permanência dos jovens no meio rural pode vir a ser comprometida por ...*" e então apresentava três alternativas de respostas para uma pergunta que poderia ter sido formulada da seguinte maneira: Por que você acha que o jovem não vai ficar no campo?

Certamente, quer se com este tipo de enquete e/ou afirmação que se obtenha uma "conclusão" óbvia: se intelectuais especialistas em questão agrária estão afirmando, respaldados em suas inúmeras pesquisas científicas, que os jovens não ficarão no campo, por que então realizar a reforma agrária?

Em abril de 2001 o NEAD organizou na FEA/USP um evento chamado *O Novo Brasil Rural* - evento este financiado, evidentemente, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a presença do então Ministro Raul Jungmann em seu fechamento, em que ficou absolutamente claro qual era a função de seus intelectuais ao respaldarem cientificamente as políticas públicas então adotadas.

Isto posto, voltamos à questão inicial do texto, que trata da responsabilidade social da pesquisa científica.

Creio que estão postos pelo menos dois perigos quando da "aplicação" desta visão teórica nas políticas públicas no tocante à questão agrária: o primeiro é imputar uma camisa de força (empresarial) nos camponeses que já estão estabelecidos, o segundo é o refreamento da reforma agrária por não conceberem a continuidade do campesinato, a despeito da atuação de milhares de famílias sem-terra no campo.

Notas

¹ Concordando com Michael LÖWY (1987: 11): "A definição da ideologia ... como uma forma de pensamento orientada para a reprodução da ordem estabelecida nos parece a mais apropriada porque ela conserva a dimensão crítica que o termo tinha em sua origem (Marx)."

² LUXEMBURG, R. 1970, p.21.

³ Parte do aprofundamento desta reflexão foi proporcionada pela realização da disciplina *Campesinato: modo de vida e espacialização*, ministrada pela Prof^a Dr^a Marta Inês Medeiros Marques no segundo semestre de 2001, DG-FFLCH/USP. Mais tarde, por ocasião do XIII ENG (julho/2002) foi possível aprofundar este debate

na comunicação coordenada que realizamos, intitulada "O debate teórico acerca dos conceitos de agricultura familiar e campesinato" que contou também com a participação dos professores

Bernardo Mançano Fernandes e Marta Inês Medeiros Marques, sob a coordenação de Marco Antonio Mitidiero Jr. Parte da discussão que faço neste artigo foi apresentada nesta Comunicação.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo – Rio de Janeiro Campinas: Editora Hucitec – ANPOCS – Editora da Unicamp, 1992.
- ANDRADE, M. C. Prefácio de *Élisée Reclus*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Editora Ática, 1985.
- BOMBARDI, L.M. *O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.
- _____. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo, Cortez Editora, 2001.
- GONÇALVES, C. W. P. *Da Geografia às Geo-grafias*. Texto apresentado na II Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales. Grupo de Trabajo de Economía Internacioanal. Universidad de Guadalajara, México, 21-22 de Noviembre de 2001. mimeo. 41p.
- KROPOTKIN, P. "O que a Geografia deve ser" In: *Seleção de Textos, Teoria e Método*, São Paulo: AGB, nº13, 1986.
- LAMARCHE, H. (Coord.) *A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- _____. *A Agricultura Familiar: do mito a realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- LÖWY, M. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Ed. Busca Vida, 1987
- MARTINS, J.S. *O Cativo da Terra*. 6ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- _____. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.
- _____. *Caminhada no Chão da Noite*. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- MOURA, M. M. *Camponeses*. São Paulo: Editora Ática, 1986. (Princípios).
- OLIVEIRA, A. U. "Agricultura e Indústria no Brasil" In: *Boletim Paulista de Geografia*, n.58, São Paulo: AGB, 1981.
- _____. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Editora Ática, 1990. (Princípios).
- _____. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.
- SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. 3ª edição. São Paulo: Editora Hucitec. 1990.
- SHANIN, T. "El campesinado como factor político" In: _____. *Campesinos y sociedades campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- _____. "A Definição de camponês: conceituações e desconceituações" *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo: Editora Brasileira de Ciência. n. 26, 1980. p.43-80.
- _____. *La clase incomoda: sociologia política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- _____. *Chayanov e a questão do campesinato*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. s.d. (Mimeogr.). Transcrição: Leny Belon Ribeiro e Marcos A. G. Domingues.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

_____. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987

WOLF, E. *Guerras Camponesas do Século XX*. São Paulo: Global, 1984.

WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Brasília: Hucitec / Editora da UnB, 1995.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral, in *Anuário Antropológico/87*, pp. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, 1990.

Texto aceito em junho de 2003.



DA APROPRIAÇÃO DA NATUREZA À CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS PESQUEIROS

Eduardo Schiavone Cardoso*

RESUMO:

O presente trabalho discute a questão territorial nas pescarias. Apresenta uma breve discussão do conceito de território no âmbito dos estudos em Geografia para em seguida expor algumas das escalas em que se pode considerar a questão territorial no universo pesqueiro. Revela a existência de uma dimensão territorial na atividade da pesca e aponta para a importância desta categoria no entendimento e na gestão das pescarias.

PALAVRAS-CHAVE:

Pesca; Pescadores; Território; Gestão; Política Pesqueira.

ABSTRACT:

The present paper discusses territorial issues related to fisheries. It presents a discussion of the concept of territory according to the scope of studies in Geography followed by an exposition of some of the levels at which the territorial question lies in the fishery universe. It reveals the existence of a territorial dimension in fishery and highlights the importance of this category in its understanding and management.

KEY WORDS:

Fishery; Fishermen; Territory; Artisanal Fishing; Fishery Policy

INTRODUÇÃO

A atividade pesqueira é uma atividade humana que representa uma modalidade de uso do espaço. Sua especificidade reside na articulação entre os meios aquático e terrestre, sendo que o primeiro comporta os processos de apropriação da natureza e o segundo significa os espaços de morada do pescador e o da realização do pescado enquanto mercadoria. Pode-se acrescentar ainda o meio aéreo, cujas manifestações interferem diretamente nas pescarias e o subaquático, caracterizando as pescarias como articuladora de um espaço tridimensional (CUNHA, 2001).

Como modalidade de uso do espaço, a atividade pesqueira interage com as demais formas que a sociedade produz e reproduz seu espaço. Neste sentido, não se coloca alheia aos processos de urbanização e industrialização acelerados e nem aos processos de degradação ambiental decorrentes do modo de produção hegemônico na atualidade.

A atividade pesqueira interage ainda com as modalidades de uso dos espaços litorâneos e dos recursos hídricos em geral, as primeiras marcadas pela expansão da atividade turística e as segundas marcadas por uma discussão recente de privatização e remodelamento dos organismos

* Professor Doutor. Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria,

de gestão das águas.

Frente a todos esses processos, pescadores defrontam-se com um amplo campo de embate e a politização de seu movimento alcança as discussões dessas questões, que envolvem seus espaços de vida, moradia e trabalho, seu espaço geográfico e seus territórios.

Se a apropriação da natureza por parte dos pescadores - através de seu processo de trabalho e de construção do conhecimento dos elementos naturais que interagem nas pescarias - produz um primeiro nível de territorialidade na atividade pesqueira, aquele do conhecimento, do pertencimento ao meio e da apreensão dos processos naturais, os pescadores artesanais em sua prática e em seu movimento social defrontam-se com outros níveis da territorialidade nas pescarias.

Este trabalho busca discutir estes diferentes níveis da questão territorial nas pescarias, sendo produto de uma tese de doutoramento em Geografia e apontando para a importância da categoria território enquanto um instrumento para a gestão das pescarias.

TERRITÓRIOS PESQUEIROS

O conceito de território, segundo MORAES (1984), é oriundo dos estudos de botânica e zoologia do final do século XVIII. Com a chamada Geografia Crítica, este conceito foi retrabalhado a partir da proposição marxista de que a definição do território passa pelo uso que a sociedade faz de uma determinada porção do globo, a partir de uma relação de apropriação, qualificada pelo trabalho social.

Neste sentido podemos falar em territórios de uso das sociedades pesqueiras, uma vez que estas se apropriam de porções do espaço aquático a partir do trabalho e do conhecimento dos processos naturais que atuam nelas. O território seria então tratado em relação ao seu valor de uso para o grupo social. Bastaria isto para caracterizar uma territorialidade pesqueira?

RATZEL (1990) atenta para uma outra dimensão do território, mediada pelo Estado que teria como função a proteção do território para os indivíduos, contra agressões oriundas do exterior, apontando para a questão da propriedade

e da proteção, como atributos do território.

RAFFESTIN (1993) expõe algumas dimensões da territorialidade, quais sejam: a questão do domínio e do poder exercido por um ator sobre uma porção do espaço. Neste caso não se trata apenas de um Estado Nacional e sim qualquer ator que exerça o poder sobre determinado território.

Território poderia então ser definido como uma porção do espaço terrestre sobre o qual um agente qualquer exerce domínio, através do poder gerado por acordos, coerções, ou outro instrumento de dominação.

Podemos entender que existem territórios não apenas como espaços nacionais, geridos por um Estado, mas também no interior dos países, tais como territórios indígenas, territórios quilombolas e mesmo territórios pesqueiros. Estes podem ser delimitados formal ou informalmente garantindo a reprodução dos pescadores e transformando-se em instrumento de gestão das pescarias.

MALDONADO (1993) e MARQUES (1995) estudando pescadores paraibanos e alagoanos, respectivamente, observam que é possível tratar-se de territórios pesqueiros. São espaços conhecidos, nomeados, defendidos, delimitados e manejados pelos pescadores em sua faina pesqueira.

Aceitando tal conceito de territórios pesqueiros, construídos pelos pescadores a partir do trabalho e da apropriação da natureza, territórios que podem ser delimitados mesmo na fluidez do meio aquático e sobre os quais pescadores exercem algum tipo de domínio, ainda resta o desafio do reconhecimento destes pelas demais esferas sociais. É justamente na disputa por estes territórios, entre estruturas de produção na pesca de escalas diferenciadas, que se encontram graves conflitos no interior do setor pesqueiro.

A questão da territorialidade pesqueira fornece também elementos para uma discussão mais ampla a respeito da propriedade dos recursos. Visto em um primeiro plano como recursos comuns e de acesso ilimitado, a apropriação de territórios pesqueiros por parte de pescadores leva à criação de mecanismos que regulam o acesso

aos pescadores. CORDELL (1983), analisando as pescarias baianas, revela diferentes maneiras do indivíduo se inserir na comunidade e daí ter acesso aos territórios de pesca, sendo o compadrio uma destas instâncias. O mesmo autor fala na lei do respeito, como reguladora do acesso aos pescadores nas localidades que estudou.

Esta questão fornece ainda elementos para discussões na esfera do Direito, reconhecendo ou não práticas comunitárias de exercício do direito e formas próprias de sanções que caracterizariam o uso dos territórios de grupos de pescadores, desde que reconhecidos em outras esferas da sociedade.

Propostas no sentido de reconhecimento formal dos territórios das sociedades de pescadores estão presentes em vários documentos de encontros realizados pelos pescadores artesanais e suas organizações e foram abordados em outra oportunidade (CARDOSO, 2001).

PRÁTICAS TERRITORIAIS DE GESTÃO DAS PESCARIAS

Podem ser destacados dois exemplos relativamente recentes nos quais a questão territorial nas pescarias é bastante proeminente, sendo inclusive criados instrumentos de controle por parte das comunidades envolvidas.

Pescadores amazônicos, através da formulação de "Acordos de Pesca" buscam o manejo dos recursos pesqueiros dos lagos amazônicos proibindo modalidades predatórias de pesca, restringindo áreas e épocas para a pesca e ainda estabelecendo normas diferenciadas para a pesca de subsistência e a pesca comercial, vedando o acesso de determinadas áreas e lagos a esta última.

Esses "Acordos de Pesca" revelam a construção de um instrumento coletivo de gestão do território destas comunidades, ainda que caiba ao Governo Federal o estabelecimento das legislações pesqueiras. Revelam ainda uma prática alternativa de direito e uma forte coesão do grupo envolvido no cumprimento dos acordos (FURTADO, 1993; MACGRATH, 1993)

Em uma outra região e realidade pesqueira, iremos também encontrar formas comunitárias de gerenciamento da pesca. No litoral leste do Ceará,

pescadores artesanais de lagosta criam seus regulamentos próprios de pesca.

Na Prainha do Canto Verde - CE, através de assembléias, a comunidade estipula as regras válidas para o uso do mar pela comunidade. Nesta comunidade, as questões "de terra" também são tratadas coletivamente, organizando grupos e conselhos comunitários voltados as questões sociais, econômicas e ambientais que atingem a comunidade.

Também no Ceará, na praia de Redonda - Icapuí, iremos encontrar formas coletivas de uso do mar e resistência frente a pesca predatória de lagosta. Nesta localidade, de forte coesão social, conflitos graves envolvendo pescadores artesanais e pescadores de empresas de captura de lagosta, resultaram em mortes de pescadores e apreensão de embarcações empresariais que empregavam compressores na pesca de lagosta.

A partir destes conflitos e após várias denúncias, os pescadores participaram da compra da embarcação Monsenhor Diomedes para fiscalização da pesca predatória em frente às suas áreas tradicionais de pesca e na faixa leste do litoral cearense, forçando acordos de fiscalização com o IBAMA e assumindo parte dos custos desta operação. Essa fiscalização conjunta teve momentos de bom funcionamento, ampliando a área de fiscalização, porém teve momentos de retrocesso, fruto de divergências com o próprio IBAMA, que passava a fazer cada vez mais exigências no aparelhamento da embarcação para poder sair com os seus fiscais.

Estas experiências revelam formas comunitárias de organização e criação de instrumentos de gestão das pescarias, que pressupõe o domínio sobre uma parcela do mar. A presença destes instrumentos de gestão, sugere que a apropriação histórica do território em questão dá aos pescadores envolvidos a legitimidade para estabelecer normas e princípios de uso desta porção do espaço, reconhecidos pela comunidade e susceptíveis de sanções. Seria a expressão de uma gestão comunitária por sobre um território pesqueiro.

Estas premissas podem vir a ser a base de instrumentos de gestão que reconhecem o papel das comunidades, suas formas de

organização, apropriação do espaço e construção de territórios, como modelos para serem implantados na gestão dos recursos naturais. Revelam ainda a necessidade de se reconhecer a propriedade comunitária dos recursos naturais e de suas distintas formas de apropriação.

AS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS - TERRITÓRIOS FORMAIS PARA OS PESCADORES

No âmbito da legislação nacional, as Reservas Extrativistas consistem em figuras jurídicas que contemplam, em parte, as premissas citadas na seção anterior. Surgida na luta dos seringueiros amazônicos, esta categoria de uso do espaço foi incorporada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação e, posteriormente, expandidas para o mundo das águas. Para as águas marinhas a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, em Santa Catarina foi a pioneira, criada em 1992 e seguida pela Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo-RJ, criada em 1997. Mais recentemente foram implantadas as RESEX Marinhas de Corumbá e Baía de Iguape na Bahia, além de outras áreas onde se inicia o processo para implantação de novas reservas.

O gerenciamento destas reservas pressupõe a criação de Associações, em que os próprios produtores estipulam seus Planos de Utilização das reservas, além de assumirem a postura de fiscais colaboradores para realizar a tarefa da fiscalização no território da reserva. Nos planos de utilização estão prescritas as modalidades de pesca permitidas e proibidas, além das áreas onde a pesca pode ser realizada e as sanções aos infratores.

O Plano de Utilização da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé considera os extratores como co-autores e co-gestores na administração da reserva, condicionando a entrada dos extrativistas que moram fora da reserva à aprovação da associação que representa os extratores e do IBAMA.¹

Apesar de tratarem-se de formas recentes de uso do espaço, as reservas extrativistas marinhas convivem, por vezes de maneira conflitante, com outras modalidades de uso do espaço. Assim, na Costeira de Pirajubaé, foi realizada uma grande obra de dragagem de areia

e construção de um aterro para expandir o sistema viário de Florianópolis, ligando o centro da cidade ao sul da ilha de Santa Catarina, destruindo parte dos bancos de areia que compunham os ecossistemas protegidos pela reserva e de onde os produtores extraíam o berbigão, recurso básico da exploração dos pescadores da reserva.

Mesmo com estas contradições, as reservas extrativistas representam uma modalidade que garante o uso, por parte dos pescadores, dos recursos naturais de seu interior, partindo de normas estabelecidas por eles próprios, ainda que a propriedade pertença ao Estado. Esta categoria de Unidade de Conservação tem sido levada como alternativa para outras áreas pesqueiras e pode ser considerado um instrumento territorial para a gestão das pescarias.

A AQUICULTURA: LIMITES NO MAR

Questões recentes relativas a territorialidade na pesca relacionam-se ao desenvolvimento da aquicultura. Esta atividade, e mais especificamente a maricultura, pressupõe uma concessão do espaço marinho para a realização do empreendimento em qualquer escala. Ocorre que nem todas as áreas são propícias aos cultivos marinhos e algumas delas vêm sendo disputadas por pescadores e empresas interessadas na maricultura como investimento.

No desenvolvimento da maricultura, uma polêmica se estabelece com relação ao desenvolvimento da carcinicultura marinha. A implantação das fazendas de camarão sobre ecossistemas explorados por pescadores artesanais representa a apropriação privada destas áreas, impedindo o acesso dos demais produtores gerando uma nova fonte de conflito para os pescadores.

Por outro lado, a maricultura e a aquicultura em geral, pode significar uma alternativa econômica para pescadores e suas comunidades e tem mostrado resultados positivos nas áreas em que é implantada junto a estes sujeitos sociais. Algumas experiências têm sido engendradas junto a pescadores artesanais ao longo dos rios, represas e do litoral brasileiro, podendo-se afirmar que trata-se de uma atividade em crescimento e com um futuro promissor.

A maricultura representa uma outra modalidade de apropriação dos recursos marinhos e explicitam uma apropriação territorial do mar por parte de indivíduos, grupos ou empresas. Representa ainda, de acordo com o recurso cultivado, uma forma não predatória de uso dos recursos.

No cenário brasileiro, a maricultura e em especial o cultivo de moluscos bivalves encontra-se bem desenvolvida no Estado de Santa Catarina, alcançando uma produção da ordem de milhares de toneladas, sendo os produtores predominantemente pescadores artesanais.² Neste estado as áreas propícias ao cultivo são delimitadas em parques aquícolas, cujo gerenciamento é realizado pelas Associações de Maricultores.

A implantação da maricultura junto a pescadores, tem sido fomentada em outras localidades como, por exemplo, na Ilha Grande-RJ e litoral sul do Espírito Santo, através da iniciativa dos poderes locais e mesmo financiamentos governamentais.³

A recém instituída Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, em 2003, tem na sua agenda o desenvolvimento da aquicultura ao longo das águas brasileiras.

A aquicultura apresenta-se assim, como uma modalidade territorial de uso das águas, cujo ordenamento deverá observar os usos que os pescadores realizam, de modo a não se configurar como mais uma fonte de conflito para o setor da pesca artesanal. Representa também uma possibilidade de incorporação dos pescadores em uma nova atividade, desde que resguardado seus territórios de pesca.

A TERRITORIALIDADE DO ESTADO NACIONAL - NOVOS DESAFIOS

O ordenamento para a exploração da Zona Econômica Exclusiva, situada entre as 12 e 200 milhas náuticas, deliberado na Conferência das Nações Unidas para os Direitos do Mar, realizada em 1982, representa um outro nível da questão territorial na pesca.

Situada entre o livre acesso aos recursos e o domínio territorial do Estado Costeiro, esta modalidade territorial, pressupõe Direitos de Soberania ao Estado Costeiro, mediante o cumpri-

mento dos acordos internacionais.

A questão que se coloca é a de quais acordos serão firmados para a exploração dos recursos pesqueiros desta zona, uma vez que cabe ao Estado Costeiro levantar o seu potencial pesqueiro desta área que se estende das 12 às 200 milhas marítimas e definir cotas de exploração, que podem ou não serem divididas com outras nações.

É a partir destas deliberações que o Governo Brasileiro tem empreendido o Projeto REVIZZE - Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva, desde meados dos anos 90, na tentativa de inventariar os recursos pesqueiros desta porção do espaço marinho.

Ocorre que a maioria dos recursos comercialmente explorados encontra-se em situação crítica de exploração, sendo premente a necessidade de diversificação das capturas, algumas das quais deverão ocorrer neste espaço marinho. Realizar acordos com outras nações para a exploração destes recursos, pode significar fechar as possibilidades para a pesca nacional atuar na ZEE.

Uma outra questão refere-se à existência de pesca nestas áreas, realizadas tanto por pescadores artesanais como por empresas que carecem de investimentos e políticas para a renovação de suas frotas ou estruturas de conservação do pescado. Cabe, neste momento, suspender qualquer tipo de acordo com outras nações para a exploração da ZEE, até que a pesca nacional possa ser competitiva na busca destes novos recursos ou na exploração, em áreas mais distantes, dos recursos já existentes.

Trata-se neste caso de afirmar uma outra escala da territorialidade marinha. A escala do Estado e seu território, que deverá por ele ser gerenciado tendo por pressuposto os interesses da Nação. É importante frisar que ocorrem no meio pesqueiro, denúncias de pescarias clandestinas realizadas por embarcações estrangeiras, tendo ocorrido, por exemplo, casos de apreensão de embarcações venezuelanas no norte do país (JORNAL DO DIA, 1998). O oposto também ocorre, com embarcações brasileiras sendo apreendidas nas águas uruguaias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das diferentes territorialidades presentes no universo pesqueiro dos grupos de pescadores, da legislação, das concessões da aquicultura, do Estado-Nação, revela a importância que esta categoria assume enquanto um elemento de gestão das pescarias, por vezes relegada, dada a fluidez do meio aquático.

O território se apresenta como uma categoria a ser empregada na gestão das pescarias. Reconhecer e reservar aos pescadores artesanais o uso de territórios exclusivos para sua prática pode vir a ser um instrumento que garanta a reprodução da pesca artesanal e minimize os conflitos presentes no interior do setor pesqueiro.

Como expressão desta territorialidade, uma franja costeira exclusiva para uso da pesca artesanal – tal como propõe a legislação pesqueira de outras nações – pode ser aplicada no caso brasileiro, complementado pelo ordenamento das distintas formas de pesca nas demais áreas. Em outra escala, pode-se pensar em territórios locais e mesmo regionais destinados aos pescadores artesanais.

Reconhecer tais territórios é reconhecer o poder de gestão dos pescadores artesanais e seu conhecimento acerca dos processos que atuam nas pescarias. Seria contemplar novos enfoques para a administração pesqueira.

Notas

- ¹ Nesta reserva foi implantado um apetrecho de captura de berbigões que preserva este molusco, a medida que a malhagem das telas de captura são dimensionadas para capturar indivíduos que já passaram pelos ciclos reprodutivos.
- ² Em 1996 a produção foi de 5.202 toneladas de mexilhões e 81.570 kg de ostras (EPAGRI-1998)
- ³ Na Ilha Grande, o Projeto Desenvolvimento Sustentado da Ilha Grande, implementado pela

Prefeitura Municipal de Angra dos Reis em 1996 com financiamento do PED- Projetos de Execução Descentralizada do Ministério do Meio Ambiente., teve como objetivo desenvolver o cultivo de moluscos bivalves junto aos pescadores artesanais desta localidade, gerando uma produção de mais de 30 toneladas de mexilhões e 1000 dúzias de coquiles (vieiras) em três anos de trabalho.

Bibliografia

- CARDOSO, Eduardo Schiavone (2001) *Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social* São Paulo, 1v. (Tese - Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- CHAVES, Luís Gonzaga Mendes (1975) Pesca Artesanal no Ceará. In *Revista de Ciências Sociais*. UFC, V.VI, Nos. 1e2, p. 5-28.
- CORDELL, John (1983) *Locally Managed Sea Territories in Brazilian Coastal Fishing*. Roma, FAO, 66p.
- COSTA, Rui Nuno Lopes Teixeira Rodrigues (1992) *Pensar o Mar Para Poder Pescar : O Espaço da Pesca de Litoral na Baía de Sepetiba*, RJ. Rio de Janeiro, 1v. (Dissertação Mestrado) Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. (2001) *Conhecimento e Práticas Tradicionais* Texto Digitado Apresentado no Seminário Paisagem e Cultura Caiçara NUPAUB, 9p.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana (1983) *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo, Ática. 287 p.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana ; CARDOSO, Eduardo Schiavone; LEITÃO, Wilma (1992) *Populações Litorâneas, Movimentos Sociais e Ecossistemas da Costa Brasileira*. São Paulo, CEMAR. 234p.

EPAGRI (1998) *Cadeias Produtivas do Estado de Santa Catarina: Aquicultura e Pesca*. Florianópolis, Epagri, Boletim Técnico n. 97, 62p.

FURTADO, Lourdes Gonçalves (1993) "Reservas Pesqueiras", Uma Alternativa de Subsistência e de Preservação Ambiental : Reflexões a Partir de uma Proposta de Pescadores do Médio Amazonas. In: *Povos das Águas : Realidade e Perspectivas na Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. p. 243 -276.

JORNAL DO DIA (1998) *Barcos Permanecem Apreendidos*. Macapá, 15 de agosto.

MACGRATH, David , CASTRO, Fábio de , FUTEMMA, Célia Regina , AMARAL, Benedito Domingues do , CALABRIA, Juliana de Araujo (1993) Manejo Comunitário da Pesca nos Lagos de Várzea do Baixo Amazonas. In: *Povos das Águas : Realidade e Perspectivas na Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. p. 213 230.

MALDONADO, Simone Carneiro (1993) *Mestres e Mares : Espaço e Indivisão na Pesca Marítima*. São Paulo, Annablume. 195 p.

MARQUES, José Geraldo W. (1995) *Pescando Pescadores : Etnoecologia Abrangente no Baixo São Francisco Alagoano*. São Paulo/Maceió, NUPAUB-USP. 304 p.

MONAPE (1996) *Pesca Artesanal, Política Pesqueira e Meio Ambiente no Brasil*. São Luiz, Movimento Nacional dos Pescadores, 22p.

MORAES, Antonio Carlos Robert de (1984) Território. *Orientação*. São Paulo, Instituto de Geografia-USP, n.5. p. 91.

RAFFESTIN, Claude (1993) *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo, Ática, 269p.

RATZEL, Friedrich (1990) Geografia do Homem (Antropogeografia). In *Ratzel*. São Paulo, Ática, Col. Grandes Cientistas Sociais, no. 59, p 32-150.

SANTOS, Milton (1997) *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo, Hucitec,124p.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da (1998) História e Meio Ambiente : A Pequena Pesca Marítima no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*. No. 10/11. p. 219 - 231.

Trabalho aceito em março de 2003.





PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO BÁSICO DA POPULAÇÃO DO ACAMPAMENTO CARLOS LAMARCA - OSASCO (SP) - 2002.

Tarik Rezende de Azevedo,¹ Alexandre Henrique da Silva,
Bruno Rodrigues do Prado, Daniele Albino,
Isabel Utimura,² Isorlanda Caracristi,²
Rogério Rozolen Alves,³ Sérgio Serafini Júnior²

RESUMO:

Este texto apresenta um perfil sócio-econômico básico da população de um acampamento de "sem teto" implantado durante cinco meses em Osasco no segundo semestre de 2002. Os dados usados foram coletados em pesquisa de campo através de entrevistas qualitativas e aplicação sistemática de um questionário. A caracterização teve como base a estrutura familiar e centrou-se na renda média per capita. Os resultados apontam para a legitimidade da reivindicação do movimento social abordado, mas revelam que há grande disparidade em função da estrutura familiar. Simulando os impactos de algumas políticas de complementação de renda conclui-se que, no caso abordado, não seriam suficientes para alterar substancialmente o perfil aqui apresentado.

PALAVRAS-CHAVE:

Perfil Sócio Econômico, sem teto, população.

ABSTRACT:

This text presents a basic socioeconomic profile of the population of a homeless camp implanted for five months in Osasco in the second semester of 2002. The used data were collected on field research through qualitative interviews and systematic application of a questionnaire. The characterization had as base the family structure and was centered in per capita average income. The results point to the legitimacy of the social action demand at issue, but they reveal that has great disparity in function of the family structure. Simulating the impacts of some official income complementation policies it concludes that, in the boarded case, would not be enough to change substantially the profile here presented.

KEY-WORDS:

Introdução

Tem ocorrido a ocupação de imóveis urbanos por grupos de "sem-teto" organizados na forma de acampamento, sobretudo a partir do final dos anos 90. Na luta pelo acesso à moradia, estes movimentos sociais distinguem-se sobremaneira da solução atomizada que caracteriza as favelas e outras correlatas. Apropriando-se da

organização e estratégias desenvolvidas no seio dos movimentos de luta pela terra no meio rural, os movimentos aos quais se filiam estes grupos, realizaram a adaptação do "sem terra" para o "sem teto" no meio urbano. Seus acampamentos normalmente são implantados em imóveis privados e a ocupação ocorre de forma planejada e maciça em alguns dias.

¹ Professor Doutor do Departamento de Geografia/FFLCH/USP. (xtarikx@usp.br)

² Alunos do Programa de Pós-Graduação em Geografia Física/FFLCH/USP.

³ Técnico do Laboratório de Climatologia e Biogeografia/DG/FFLCH/USP.

Criam-se duas condições básicas para que, de fato, ocorra a negociação de uma solução entre os agentes sociais diretamente envolvidos em termos igualitários. De um lado, a mídia explora e expõe o problema imediato, de outro, o poder executivo e o poder judiciário são obrigados a ponderar cuidadosamente o peso político de qualquer intervenção (exacerbado, neste caso, pelas eleições de novembro de 2002). Inevitavelmente surgem dois discursos polares e/ou antagônicos, com matizes diversos. Por um lado, aquele de defesa do direito à moradia e à dignidade humana, chegando, ou não, ao questionamento do patrimonialismo e reclamando a observância do preceito constitucional da "função social da terra". Por outro, há o discurso da defesa do preceito, também constitucional, do "direito à propriedade". Este, no entanto, freqüentemente recorre à desqualificação do movimento social em si, questionando sua legitimidade. Dois argumentos, muitas vezes consorciados, se destacam neste sentido. (1) Em sendo a parcela da população da qual emanam os "invasores", menos instruída e portadora de carências de toda ordem, estaria propensa à "manipulação político-partidária". Ou seja, reduz-se o acampamento a um coletivo de "inocentes úteis" sob uma liderança. Esta com outros objetivos que encaminhar uma solução de força para o problema da carência habitacional. (2) O segundo argumento trata de questionar se a população acampada corresponde àquela carente de habitação. Via de regra parte de exemplos, verídicos ou não, colhidos no próprio acampamento. Ou seja, toma-se o particular pelo todo, evitando a discussão de problemas mais amplos e relevantes.

Este texto tem como foco a segunda questão. Em sendo assunto mais afeito a outras searas que a de nossa especialização, não nos parece pertinente uma discussão profunda do significado destes movimentos em si ou das intrincadas relações que mantêm com diversos segmentos da sociedade. O intuito desta nota é apenas enriquecer o debate através do registro objetivo de aspectos do perfil sócio-econômico da população de um acampamento real, de algumas observações de campo que nos parecem

relevantes e apresentar uma simulação simples dos impactos que poderiam advir da aplicação de programas de complementação de renda sobre a população pesquisada.

O caso estudado foi o do Acampamento Carlos Lamarca, instalado de 27 de julho a meados de dezembro de 2002 numa área nobre do Município de Osasco na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Trata-se do "Jardim Lorian" que consta nos guias da RMSP, mas que há pelo menos vinte e cinco anos não teve um único lote vendido e, na verdade, consiste em reserva imobiliária de valor. Dada a proximidade do Campus paulistano da Universidade de São Paulo (USP), pudemos presenciar e acompanhar o desenrolar de muitos dos fatos pessoalmente e/ou através da mídia. Ao longo da permanência do acampamento no local, era patente a falta de informações básicas e objetivas sobre a população do acampamento tanto para a liderança do movimento quanto para os outros agentes sociais envolvidos.

Ministramos/Cursamos no segundo semestre de 2002, a disciplina "Banco de Dados em Geografia, uma abordagem prática", oferecida através do Programa de Pós-graduação em Geografia da FFLCH/USP. Tem por objetivo a construção e aplicação em campo de uma pesquisa estruturada em função de um banco de dados com dimensões modestas e o uso do mesmo para levantar e testar hipóteses analíticas com rapidez e simplicidade. A disciplina tem, portanto, um caráter prático e assumidamente instrumental. Na primeira aula, foi proposto que o exercício tivesse, como objeto, a população do Acampamento Carlos Lamarca. Ele havia sido implantado há apenas dez dias e vinha sendo objeto de discussão nos meios de comunicação da região. Depois de uma primeira visita ao local foi acordada uma dupla abordagem: (1) traçar um perfil sócio-econômico básico da população acampada que seria entregue à liderança do movimento e (2) procurar determinar critérios e/ou indicadores que confirmassem a condição de população "sem-teto".

Crítérios e procedimentos

Inicialmente discutiu-se um conceito e uma possível definição para "sem-teto" além de critérios e/ou indicadores que permitissem classificar os membros do acampamento em questão. Esta

etapa, evidentemente, foi a que consumiu mais tempo, sobretudo porque houve a necessidade de contrapor, compatibilizar e revisar conceitos e/ou concepções de todos os participantes do trabalho. Havia diferenças desde elementos simples e objetivos (como o conteúdo da Carta Magna do Brasil) até a distinção entre aparência e essência ou dos preconceitos sutis inerentes ao discurso. Foram necessárias mais duas visitas para a realização de entrevistas qualitativas e conhecer melhor o universo a ser pesquisado. Nesta etapa, determinou-se a seguinte seqüência de critérios que, aplicados "em cascata", apenas para o exercício em pauta, constituíram o "filtro" e ao mesmo tempo definição.

Inicialmente, o "sem-teto" do Acampamento Carlos Lamarca foi definido como subconjunto específico da população brasileira. Partindo deste universo, os critérios de filtragem, aplicados na seguinte ordem, foram: (1) nenhum dos integrantes adultos da(s) família(s) associada(s) a um barraco possui propriedade imóvel na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP); (2) a renda média per capita média dos indivíduos associados a um barraco é menor ou igual ao salário mínimo; (3) o barraco está implantado no Acampamento Carlos Lamarca e os indivíduos ao mesmo associados estão ocupando-o há pelo menos duas semanas; (4) os indivíduos associados a um barraco dormem no mesmo pelo menos dois dias da semana.

Os critérios um e dois isolam o subconjunto "sem-teto" na RMSP. Concluiu-se, após longa discussão, que o movimento social em questão luta pelo acesso à propriedade privada da terra urbana. O que se pleiteia não é um lugar para morar, mas, sim, um lote no qual a família irá construir sua casa ao longo de anos. No Brasil, a propriedade do lote e da casa é uma garantia para a sobrevivência e manutenção de condições mínimas de dignidade. Ela ameniza no plano individual e familiar os efeitos das fases de desemprego e perda de poder aquisitivo. Ao mesmo tempo, o excedente, quando presente ou possível, pode ser investido em material de construção e/ou diretamente em trabalho no próprio imóvel. Resulta em uma eficiente estratégia de poupança em longo prazo. Ponderou-se, na equipe, que havia pessoas de origem rural dentre

as famílias acampadas, sobretudo da Macroregião Nordeste. Algumas destas tinham posse ou pequena propriedade nos locais de origem. Concluiu-se que, estando a família longe da terra usada para produção pecuária e/ou agrícola, não haveria possibilidade da mesma gerar renda e muito menos cumprir a função habitar. Sendo, portanto, na prática, o equivalente à não possuir propriedade com as funções discutidas acima. O segundo critério resolve a dúvida, pois retém, dentre os indivíduos que não possuem propriedade na RMSP, aqueles que poderiam arcar com aluguel ou adquirir imóvel através de financiamento ou outras estratégias.

Os critérios três e quatro isolam o subconjunto "sem-teto" do Acampamento Carlos Lamarca. Algumas horas depois do momento em que se inicia a instalação de um acampamento desta natureza, surge um fluxo intenso em direção ao mesmo. Nele há desde interessados em engrossar as fileiras do movimento até oportunistas que vislumbram conseguir um lote para adiante vender. Isto decorre da própria ação da comunicação interpessoal nas redondezas, quanto do efeito indireto da ação da mídia. Nas três primeiras visitas, que cobrem o primeiro mês, constatou-se um grande crescimento da quantidade de barracos e pessoas. Por outro lado, havia desde situações extremas de famílias com crianças e todos os pertences pessoais realmente habitando no acampamento até barracos simbólicos de pouco mais de um metro quadrado que se resumiam a pedaços de plástico sustentados por galhos sem nada dentro. Na conversa com a liderança do acampamento, esclareceu-se que a estratégia é permitir a montagem dos barracos mediante o preenchimento de um "cadastro". Como há uma longa espera de várias semanas, ou mesmo meses, só resistem às condições duras e precárias do acampamento aquelas famílias que realmente não têm outra opção. Por outro lado, há uma natural "reciclagem" das lonas e madeiramento. Se um barraco fica "abandonado" por muitos dias e não contém nada em seu interior, acaba sendo espontaneamente desfeito e o material reaproveitado por outros. De fato, a partir da quarta visita ao acampamento, constatou-se uma gradual diminuição e rarefação. A partir de meados do terceiro mês iniciou-se a realocação, agrupando-os de forma mais clara e

evidente. Neste momento foi possível aplicar os questionários.

Adotou-se o critério de duas semanas como o limiar de permanência a partir das entrevistas qualitativas. Em depoimentos diferentes, os próprios acampados afirmaram que "os oportunistas não agüentam mais de uma semana" Por outro lado, pudemos constatar vários casos em que um ou mais membros dorme no local de trabalho durante os dias úteis (empregadas domésticas, serventes de obra, vigias, etc) que era, muitas vezes, a condição inicial antes do acampamento. Nos finais de semana não retornavam para casa (pois que não a têm), mas iam para casa de parentes ou conhecidos na RMSP. Havia também o caso do "rodízio" entre os membros de uma mesma família para o pernoite no acampamento, sobretudo quando há filhos pequenos ou recém-nascidos.

A estrutura do questionário foi elaborada concomitantemente à estrutura do banco de dados em planilha digital. Tendo em vista que a aplicação deveria ser realizada em cerca de três horas por oito pessoas mais um coordenador e sem retorno para tirar dúvidas, adotou-se o menor e mais objetivo número de variáveis, investigadas através de questões preferencialmente fechadas. Pesquisaram-se relações de parentesco, sexo, idade, escolaridade, migração, renda e suas fontes. Haveria, para cada questionário, cerca de seis minutos para aplicação mais o tempo de deslocamento entre os barracos e abordagem. Foi feito um teste de campo preliminar que implicou na revisão da chave de duas questões. Discutiu-se a investigação do tipo racial e/ou cor de pele. Este elemento foi descartado, pois não haveria tempo hábil para "calibrar" a avaliação de cada um dos membros da equipe.

Dada a extensão da área ocupada, a grande quantidade de pessoas e pressupondo uma grande homogeneidade de origem face à realidade sócio-econômica brasileira, determinou-se que seria realizado o levantamento por amostragem. Aproveitou-se a própria organização dos barracos em grupos de 30 a 50 unidades para distribuir a amostra de forma regular por todo o acampamento. A amostra deveria ter abrangido todos os indivíduos de 200 barracos para uma estimativa

inicial de 2000 barracos. No entanto, por contagem expedita em campo, estimou-se a quantidade de barracos ocupados em 1080 (± 120) no momento da aplicação do questionário (13/10/02). Foi possível aproveitar, depois do exame de consistência, 110 questionários. A amostra, portanto, perfaz cerca de 10% do universo pesquisado, o que é suficiente face ao tipo de informação coletada. Os resultados aqui apresentados, como não poderia deixar de ser, são todos fracionários em relação a um universo total de indivíduos e barracos de fato desconhecidos e muito variáveis ao longo do tempo. Retratou-se um determinado momento em que a população acampada estava em declínio. Ressalte-se que, no caso estudado, a variação numérica e a qualitativa da população ao longo do tempo deve ser muito maior que nas favelas e cortiços.

Resultados I - Legitimidade da Reivindicação

Dos 110 questionários que haviam restado da análise de consistência, apenas um foi excluído da amostra pela aplicação do primeiro critério de filtragem. Este era ocupado por um membro da liderança do acampamento que já obtivera um terreno em outra oportunidade através do mesmo processo e estava ajudando na organização deste¹. Restaram então, 109 barracos, abrangendo um total de 337 indivíduos.

Uma vez calculada a renda média per capita para cada barraco, identificou-se seis casos em que a renda em setembro de 2002 foi maior que o salário mínimo vigente (R\$ 200). Estes correspondem a seis indivíduos do sexo masculino habitando cada qual um barraco sozinho. A maior renda média per capita encontrada nestes seis casos foi R\$ 450. A renda média per capita de toda a população do acampamento em setembro de 2002 foi de R\$ 91; menor que a metade do salário mínimo vigente. A renda média dos empregados/ocupados foi de R\$ 288; um pouco menor que uma vez e meia o salário mínimo vigente.

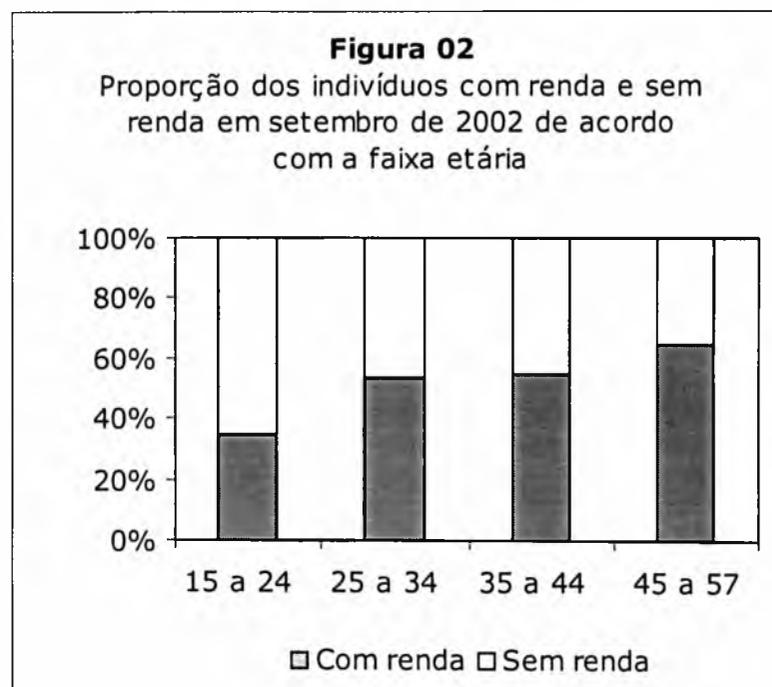
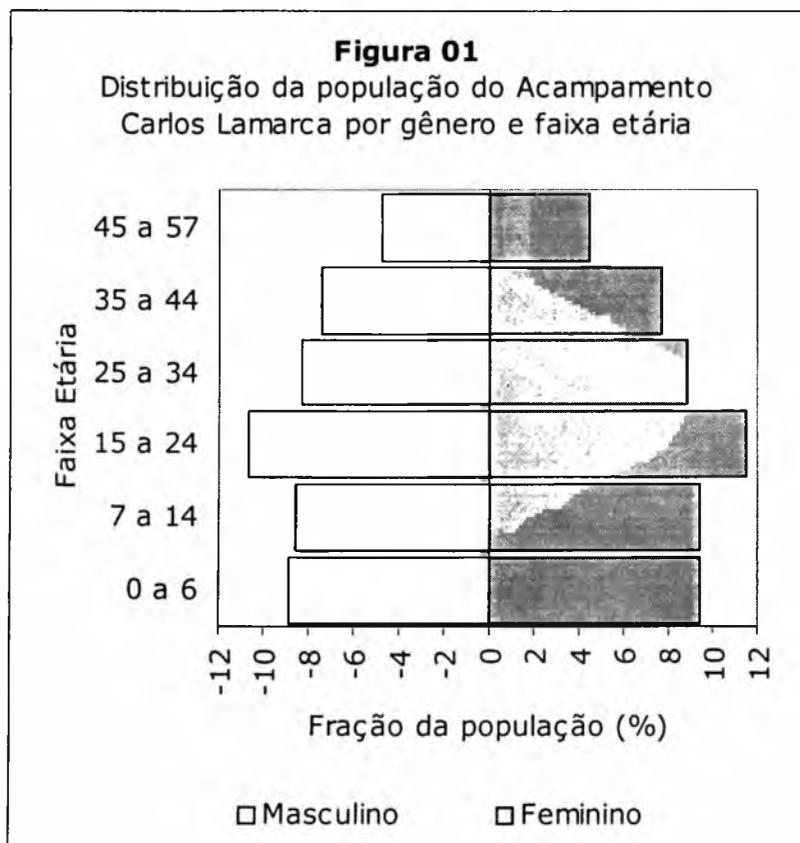
Os critérios de filtragem três e quatro não retiveram nenhum dos barracos da amostra. Uma vez que apenas sete dos questionários resultaram filtrados pelos critérios de seleção, correspondendo

a sete dentre 338 indivíduos, pode ser dito que 97,9% da população acampada se enquadrava na definição de "sem-teto" aqui adotada. Este constitui o primeiro resultado relevante do levantamento, e que, em si, encerra a discussão da legitimidade da reivindicação do movimento.

**Resultados II -
Perfil sócio-econômico básico da população do acampamento**

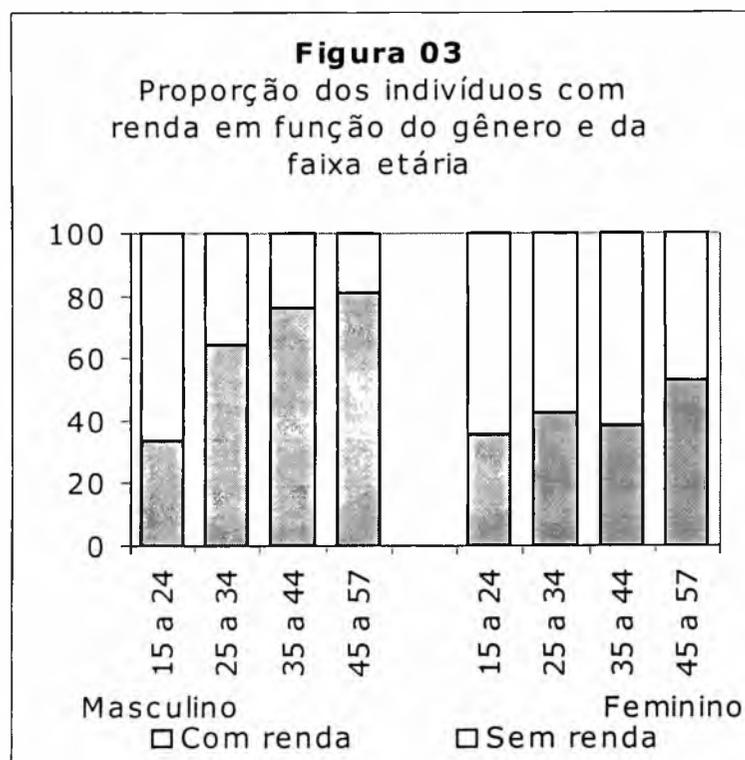
A despeito das precárias condições de sobrevivência no acampamento, 18,1% de sua população era constituída por crianças de zero a seis anos e 18,3% por crianças em idade escolar. Ou seja, mais de um terço dos acampados eram crianças. Os dois indivíduos mais velhos da amostra tinham 57 anos, sendo que apenas 9,2% dos indivíduos tinham mais de 44 anos. A maior parte (quase 40%) tinha entre 15 e 34 anos. Tratava-se, portanto, de uma população relativamente jovem face à distribuição da população brasileira (figura 01). A proporção de indivíduos do sexo masculino era equivalente à do sexo feminino em todas as faixas etárias.

Dentre os indivíduos com mais de 14 anos, 51% obtiveram algum tipo de renda em setembro de 2002, incluindo empregados/ocupados, aposentados e pensionistas. A bem da verdade, os últimos se resumiram a alguns casos e poderiam ser tratados como exceção. A distribuição dos indivíduos por faixa etária mostrou que havia um aumento na proporção de indivíduos com renda dentre os mais velhos. Dois terços dos indivíduos de 15 a 24 anos não obtiveram renda em setembro de 2002, enquanto a proporção se inverte dos 45 anos em diante (figura 02). Normalmente, adota-se como verdadeira a hipótese de que, com o aumento da idade, é mais difícil conseguir trabalho/renda. A realidade do acampamento em questão não confirma o senso comum.



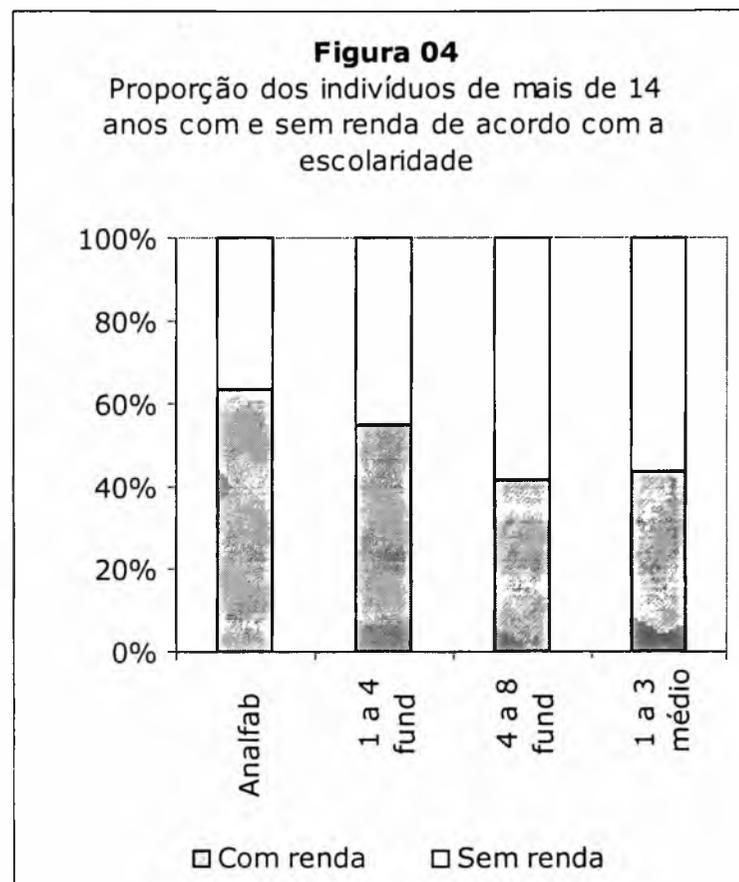
Conforme pode ser verificado na figura 03, proporcionalmente muito mais indivíduos do gênero masculino auferiram renda em setembro de 2002 do que do gênero feminino. Além disto, houve variação significativa em função da faixa etária. Dentre o grupo de jovens de 15 a 24 anos, pouco mais de 30% dos indivíduos, em ambos os gêneros, obtiveram renda. Com o aumento da idade esta proporção cresce continuamente dentre os indivíduos do gênero masculino até mais de 80% na faixa etária de mais de 44 anos. No caso dos indivíduos do gênero feminino, a proporção se mantém mais ou menos a mesma. Apenas na

faixa etária com mais de 44 anos aumenta até pouco mais da metade dos indivíduos com renda em setembro de 2002. Por ora, poderia apenas ser levantada a hipótese de que é um forte vestígio da tradicional divisão do trabalho familiar em que parte das mulheres dedicar-se-ia ao cuidado dos filhos. Alguns iriam além tecendo considerações sobre uma possível iniquidade de gênero. O real significado deste desigual acesso à renda em função do gênero só apareceu posteriormente quando os dados foram agregados em função da estrutura familiar.



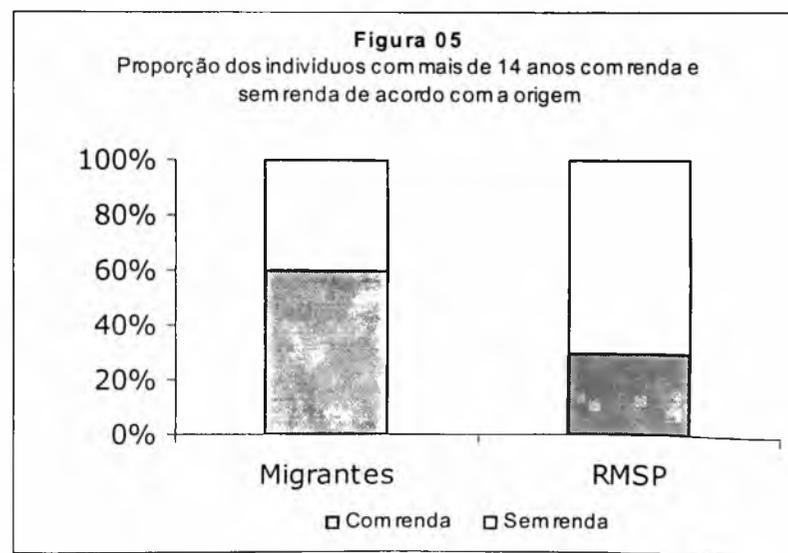
A distribuição dos indivíduos que obtiveram renda em setembro de 2002 de acordo com a escolaridade, não confirmou o senso comum. Neste caso concreto, indivíduos com escolaridade maior têm menor acesso às fontes de renda. Dentre os analfabetos, 64% obtiveram renda, enquanto, dentre os que chegaram ao ensino médio, apenas 44% (Figura 04). A distribuição da escolaridade por faixa etária não mostrou nenhuma diferença expressiva por gênero, sendo desnecessário apresentar os resultados.

Dentre os indivíduos com mais de 14 anos, 34% nasceram na RMSP enquanto o restante era migrante. Dentre os migrantes, 60% obtiveram renda em setembro de 2002, enquanto dentre os



nascidos na RMSP apenas 30% (figura 05). Este fato desmente o senso comum de que falta de trabalho e/ou renda teria estreita relação com a migração. Neste caso concreto, a falta de trabalho e/ou renda está nitidamente concentrada dentre os que nasceram e cresceram na RMSP.

Desagregando os indivíduos por faixa etária (figura 06), revelam-se outros fatos interessantes. No grupo dos migrantes, 46% dos jovens de 15 a 24 anos obteve renda em setembro de 2002,



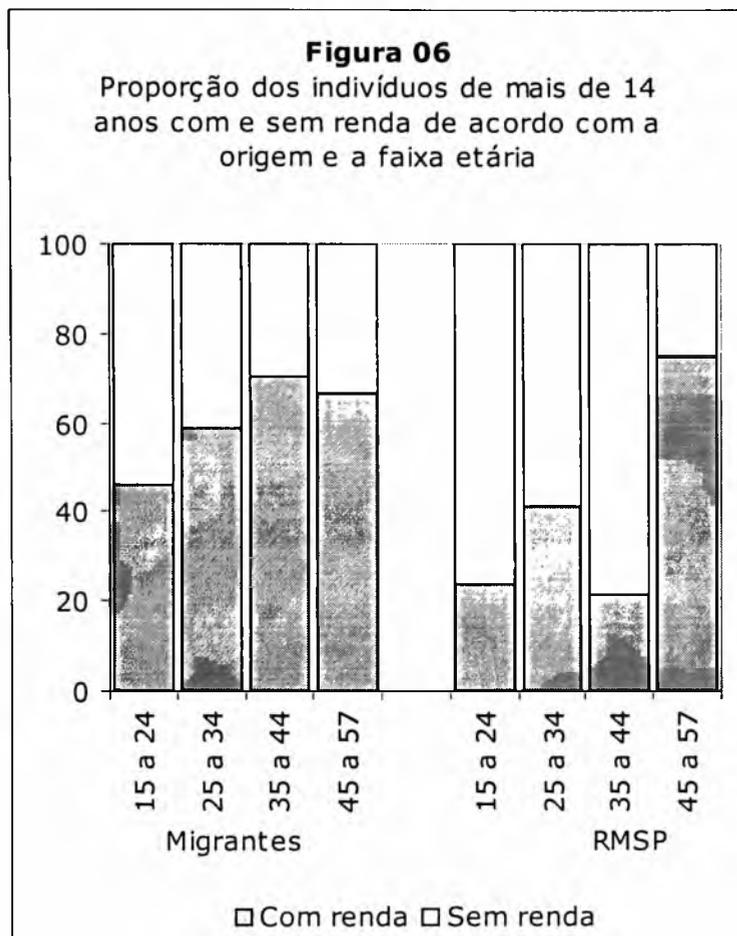
aumentando a mesma proporção para cerca de 70% dentre os mais velhos. Dentre os nascidos na RMSP, a proporção de indivíduos com renda variou de 21 a 41% dos 15 aos 44 anos. Apenas dentre aqueles com mais de 45 anos a proporção de indivíduos com renda é alta, chegando a 75%.

ainda assim não permite vislumbrar como os indivíduos se organizam e como se distribui a renda, sobretudo no caso das crianças. Desta feita, tentamos traçar o perfil sócio-econômico da população do acampamento com um outro ponto de partida.

Resultados III - Perfil sócio-econômico básico segundo a estrutura familiar

Todos os 109 barracos eram ocupados por indivíduos com relação de parentesco de primeiro grau. Foram identificados apenas 2 indivíduos (0,6%) sem relação de parentesco com os demais do barraco. Não foi encontrada mais de uma relação nuclear (cônjuges) em nenhum barraco. Encontrou-se apenas a relação secundária (pai-filho-neto) em 3% dos barracos, mas, em todos estes casos, sem relação nuclear. Da observação em campo e das entrevistas qualitativas concluiu-se que quando vários indivíduos aparentados se organizam num acampamento, montam os barracos próximos uns dos outros, mas para cada relação nuclear há um barraco distinto. Por outro lado, os indivíduos solteiros tendem a montar barraco próprio, mesmo que ao lado do de um irmão, por exemplo. Desta feita, concluímos ser aplicável o preceito de que em cada barraco havia uma família distinta, nos moldes comumente adotados para a habitação unifamiliar. Como não foram sistematicamente investigadas as relações de parentesco entre os indivíduos de barracos diferentes, não foi possível aplicar o conceito de "família extensa" Conforme será exposto adiante e representado sinteticamente na figura 07, havia uma distribuição desigual da renda dentre as famílias acampadas. A análise com base na estrutura familiar resultou em quatro grupos básicos com características marcantes.

(1) *Indivíduo sozinho*. 24% dos barracos eram ocupados por um único indivíduo e 3% por 2 ou 3 indivíduos solteiros com relações de parentesco (em todos os casos, irmãos), perfazendo 27% dos barracos. Pouco mais de dois terços destes eram homens e o restante, evidentemente, mulheres, que correspondiam juntos a 10% da população do acampamento. 72% deles haviam



Os poucos resultados até aqui apresentados permitem afirmar que em casos como o que está em questão, idéias pré-concebidas (ou pré-conceitos) podem redundar em uma compreensão totalmente descabida e fantasiosa da realidade. Não há como deduzir certos fatos sem que se investigue a realidade concreta e objetiva. Mesmo que certas máximas sócio-econômicas sejam verificáveis quando se aborda a população brasileira como um todo, a mudança de escala de abordagem não permite que se reaplique as mesmas assertivas sem que antes sejam confirmadas.

Embora uma análise como a desenvolvida acima possa produzir resultados interessantes,

FIGURA 07. RESUMO DO PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DO ACAMPAMENTO CARLOS LAMARCA

Estrutura Familiar Dominante Grupo	Subgrupo	Fração ... do acampamento		Renda per capita (R\$ em 07/02)	
		dos barracos	da população	dos ocupados	de todos
Todos		100%	100%	288,23	91,79
1	Indivíduo sozinho	27%	10%	279,29	172,50
2	Indivíduo com filhos	28%	31%	207,19	53,79
	muito pequenos	8%	8%	243,50	37,46
	em idade escolar	8%	8%	168,57	45,39
	independentes	12%	15%	202,35	66,15
3	Casal sem filhos	6%	4%	266,67	171,43
4	Casal com filhos	39%	55%	343,60	93,37
	muito pequenos	11%	13%	349,09	87,27
	em idade escolar	14%	20%	329,44	91,23
	independentes	14%	22%	352,86	98,80

nascido na Região Nordeste, 14% no estado de São Paulo e 14% em outros estados, ou seja, no mínimo, 86% eram migrantes. Além disto, 78% havia cursado até a quinta série do ensino fundamental. Em relação à idade, havia uma grande variação entre 18 e 57 anos. Foi possível distinguir três subgrupos: 1/4 eram indivíduos muito jovens (18 a 23 anos), solteiros, sendo muitos deles nascidos na RMSP; 1/4 eram indivíduos de 40 a 57 anos, todos migrantes e há mais de oito anos na GSP; a metade restante era uma mistura dos dois grupos anteriores com idades intermediárias. Um contingente indefinido era constituído por indivíduos separados ou divorciados segundo as entrevistas qualitativas. Todos os barracos que não passaram pelo critério 2 de filtragem se enquadravam neste grupo.

(2) *Indivíduo com filhos*. 28% dos barracos eram ocupados por um adulto e seu(s) filho(s), correspondendo a 31% da população do acampamento. Neste grupo, os filhos correspondiam a maior parte dos indivíduos (67%), enquanto os chefes de família eram 29%, o que resulta numa relação média de 2,3 filhos por chefe sem cônjuge. No entanto, 28% dos chefes deste grupo tinham apenas um filho e havia famílias com até oito filhos embora predominassem famílias com 2 e 3 filhos (59%). Ocasionalmente havia mais um ou dois parentes secundários (4% dos

indivíduos). Pouco menos de três quartos dos chefes da família eram mulheres. Dois terços dos chefes de família eram migrantes, mas 86% dos filhos nasceram e sempre viveram na Grande São Paulo. Todos os filhos migrantes (14%) tinham pais também migrantes. A renda média dos empregados/ocupados em setembro de 2002 foi de R\$ 207,19, enquanto a renda média per capita no grupo todo foi de R\$ 53,79.

Quando investigada a estrutura etária do grupo, foi necessário dividi-lo em subgrupos. Isto decorre do fato de que a mesma estrutura familiar com chefe jovem e crianças tem uma inserção socio-econômica completamente diferente daquela em que o chefe já tem meia-idade e os filhos são jovens. No mínimo, filhos jovens podem tentar ingressar no mercado de trabalho e não precisam dos mesmos cuidados que as crianças. Desta feita, constatou-se que 35% dos filhos tinham mais de 14 anos de idade, 29% estavam em idade escolar e 36% tinham menos de sete anos. Em geral, havia uma relação direta entre a idade do chefe e a dos filhos, sendo que sua distribuição era mais ou menos a mesma que a anterior. Assim considerado, no subgrupo em que o chefe era mais jovem e os filhos tinham menos de sete anos, a renda média per capita era ainda menor (R\$ 37,46), embora a renda média dos empregados/

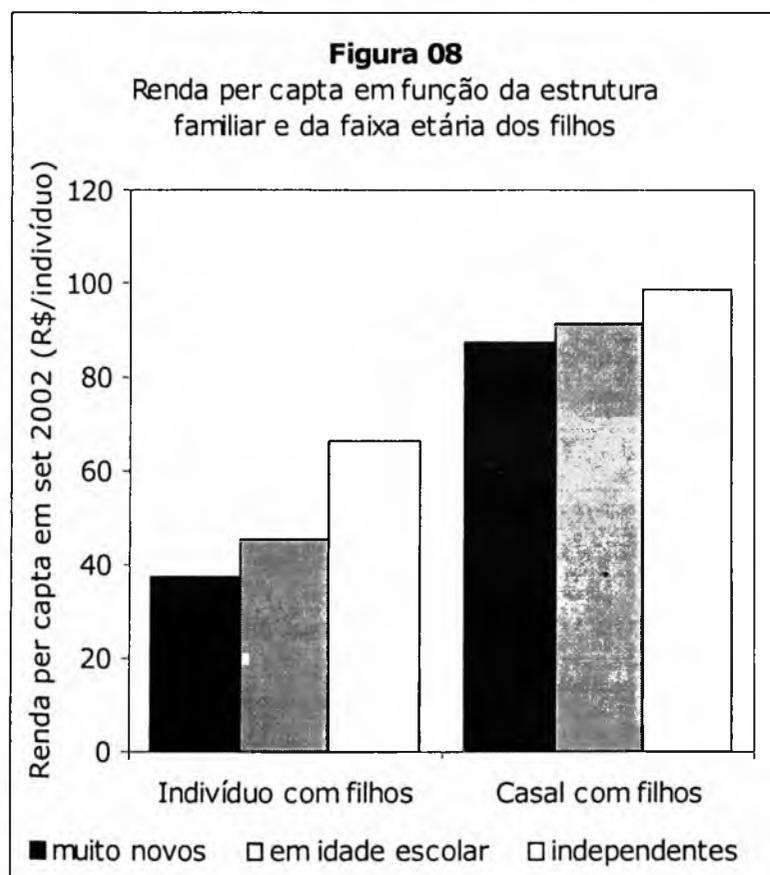
ocupados fosse um pouco maior (R\$ 243,50). Por outro lado, 25% dos chefes de família deste grupo não obtiveram nenhum tipo de renda em setembro de 2002. Curiosamente, todos que não obtiveram renda eram do sexo feminino e tinham menos de 30 anos de idade. Nas entrevistas qualitativas apareceu claramente que a sobrevivência imediata (alimentação) dependia da ajuda de outras pessoas, mormente do próprio acampamento. Embora não tenha sido investigado sistematicamente, ficou claro que parte significativa das famílias deste grupo não é derivada de relação conjugal desfeita. Eram, sim, jovens que ficaram grávidas cedo e não tiveram assistência seja do(s) pai(s) da(s) criança(s), dos próprios pais e/ou parentes ou do Estado. Assim, nos parece que aqui há uma face mais dramática da exclusão social que não se explica simplesmente com o argumento da dificuldade da inserção da população jovem no mercado de trabalho.

(3) *Casal jovem sem filhos.* 6% dos barracos eram ocupados por casais sem filhos. 79% dos indivíduos eram jovens com idade entre 19 e 30 anos. Chamou a atenção que, dentre

estes, todos haviam estudado pelo menos até a quinta série do ensino fundamental e pouco mais da metade completara o ensino médio (sic!). A renda média per capita para este grupo foi de R\$171.43 em setembro de 2002, sendo que 36% estavam desempregados e procurando trabalho. O rendimento médio dos que estavam empregados/ocupados em setembro de 2002 foi de R\$266.70 e apenas 14% tinham carteira de trabalho assinada. Com relação à migração, pouco mais de 20% havia nascido na GSP e o restante em outros estados, sobretudo do Nordeste. No entanto, para os últimos, a comparação da idade com o tempo em que moravam na RMSP, leva à conclusão que todos vieram ainda na infância ou no início da adolescência. Ou seja, não eram migrantes recém-chegados, mas sim aqueles que cresceram e estudaram em São Paulo.

(4) *Casal com filhos.* O quarto grupo era composto por casais com filhos, respondendo por 39% dos barracos e 54% da população do acampamento. Havia em média 2,2 filhos por família, embora 37% das famílias tivessem apenas um filho e houvesse famílias com até cinco filhos.

Os filhos representavam 50,8% dos indivíduos do grupo. 37% dos filhos tinham menos de sete anos, 42% estavam em idade escolar enquanto os 21% restantes tinham de 15 a 26 anos. Apenas 2% dos indivíduos eram outros parentes dos cônjuges. 77% dos chefes e cônjuges eram migrantes, enquanto 76% dos filhos haviam nascido na GSP. A renda média dos empregados/ocupados foi de R\$ 343.60 em setembro de 2002, enquanto a renda média per capita no grupo foi de R\$ 93.37. Neste grupo também foi necessária a subdivisão em função da idade dos filhos pelos mesmos motivos do segundo grupo. Desta feita, 56% das famílias tinham filhos com menos de sete anos, 22% das famílias tinham filhos em idade escolar e apenas 22% tinham filhos com mais de 14 anos. A renda per capita obtida nos subgrupos também foi maior no caso das famílias com filhos com mais de 14 anos e menor no caso das famílias com filhos pequenos. No entanto, em todos os casos, maiores que nos casos correspondentes do grupo 2 (Figura 08). A proporção de migrantes dentre pais e filhos nos subgrupos não se alterava em relação ao grupo como um todo.



Resultados IV - Simulação do impacto de programas de complementação de renda

Dentre as inúmeras propostas para (re) integração sócio-econômica, destacamos quatro, implantadas pelo Governo Federal e pelo Governo Municipal de São Paulo. Todas consistem na redistribuição de renda através do estabelecimento de parcelas específicas da população que devem receber complementação a partir de recursos provenientes diretamente do orçamento público.

O Programa Bolsa Escola, de âmbito Federal, implica no pagamento à mãe, ou responsável, de um montante fixo mensal por criança em idade escolar que esteja matriculada e freqüentando as aulas, nas famílias de baixa renda. Desta feita, desestimularia o trabalho infantil. Considerando que todas as crianças em idade escolar estivessem matriculadas e freqüentando as aulas, a aplicação integral do Programa Bolsa Escola aumentaria em 3,5% a renda total da população do Acampamento Carlos Lamarca. O impacto seria diferenciado já que só

Figura 09. Impacto de programas sociais na renda média per capita de acordo com a estrutura familiar

Grupos segundo Estrutura Familiar	Renda	Incremento na renda per capita									
	média per capita (R\$)	Bolsa Escola (R\$)	Renda Mínima (R\$)	Bolsa Trabalho (R\$)	Começar de Novo (R\$)	RM+BT+ CN (R\$)	Bolsa Escola (%)	Renda Mínima (%)	Bolsa Trabalho (%)	Começar de Novo (%)	RM+BT+ CN (%)
Indiv sozinho	172,50	0,44	0,00	8,59	11,12	19,71	0,3	0,0	5,0	6,4	11,4
Indiv com filhos	53,79	2,88	7,47	21,06	12,72	41,25	5,4	13,9	39,1	23,7	76,7
Casal sem filhos	171,43	0,00	0,00	10,43	0,00	10,43	0,0	0,0	6,1	0,0	6,1
Casal com filhos	93,37	3,26	4,89	10,32	13,35	28,56	3,5	5,2	11,0	14,3	30,6
Todos	92,10	1,78	4,98	13,43	12,34	30,74	3,5	5,4	14,6	13,4	33,4

as famílias com filhos em idade escolar receberiam o auxílio. Pois bem, no grupo dos indivíduos sem cônjuge com filhos haveria um aumento de 5,4% na renda média per capita e no grupo dos casais com filhos o incremento seria de 3,5%. Embora o impacto sobre a renda seja maior justamente no grupo com renda per capita menor, ainda assim, é muito pequeno (Figura 09).

O Programa Renda Mínima, de âmbito municipal, implica no pagamento de 2/3 da diferença entre meio salário mínimo vezes o número de indivíduos e a renda familiar mensal, para as famílias com crianças de 7 à 15 anos que estejam matriculadas e freqüentando às aulas. Embora o acampamento estivesse implantado no Município de Osasco, simulamos a aplicação integral deste Programa em sua população, como se estivesse no Município de São Paulo (Figura 09). Resultaria em um aumento de 5,4% na renda média per capita do acampamento. No grupo com

renda menor, famílias constituídas por indivíduo com filho(s), o impacto seria de 13,9%.

O Programa Bolsa-Trabalho, também de âmbito municipal, implica no pagamento mensal de 45% do salário mínimo mais auxílio-transporte de R\$56,00 aos jovens de 16 a 20 anos desempregados que participem de programas de capacitação e formação profissionalizante. Também foi simulada a aplicação integral do Programa como se a população do Acampamento estivesse em São Paulo e se todos os jovens aptos e sem renda fossem incorporados (Figura 09). A renda média per capita subiria 14,6% em todo o acampamento, enquanto chegaria a sofrer um incremento de 39,1% no grupo de indivíduo com filho(s), uma vez que parte expressiva dos chefes de família deste grupo é constituída por jovens do sexo feminino com menos de 21 anos, conforme discutido anteriormente. Desta feita, percebe-se que o impacto neste grupo seria muito maior que o resultante da aplicação do Programa Bolsa Escola

e do Programa Renda Mínima, pois uma parcela expressiva dos filhos destas jovens tem menos de sete anos.

O Programa Começar de Novo, também de âmbito municipal, implica no pagamento de 2/3 do salário mínimo mais R\$56.00 de auxílio-transporte a indivíduos desempregados com mais de 39 anos que recebem capacitação para trabalho comunitário. A simulação de sua implantação à população do Acampamento, resultaria em incrementar a renda média per capita em 13,4% (Figura 09).

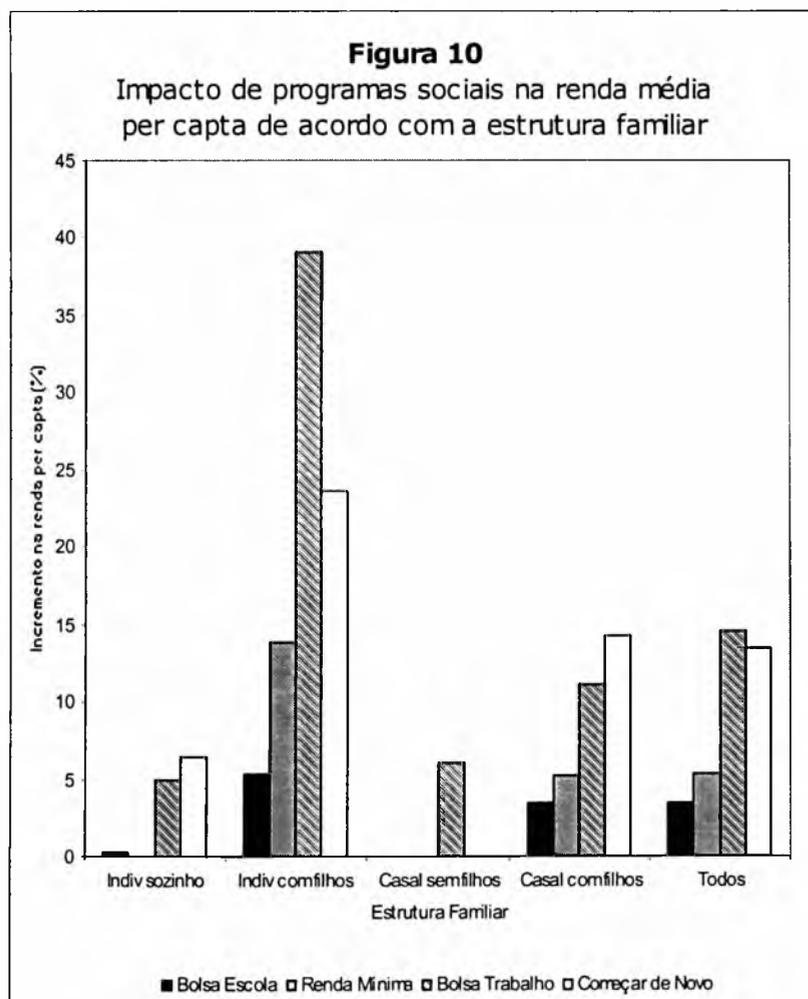
Considerando que os três últimos programas são vinculados à mesma gestão municipal, sua aplicação consorciada implicaria no incremento de 33,4% da renda média per capita da população do acampamento, sendo seu impacto mais pronunciado no grupo de indivíduo com filho(s), no qual chegaria a 76,7% (Figura 09). O impacto seria no sentido de diminuir as disparidades de renda intergrupos. No entanto, nenhuma família ou indivíduo deixaria de se

enquadrar nos critérios aqui determinados para serem considerados "sem teto". Ou seja, mesmo com a implantação de programas de complementação, a renda média per capita permaneceria menor que o salário mínimo.

Comentários

Não sabemos se um acampamento como este pode ser considerado como uma amostra representativa do que há de mais dramático na estrutura sócio-econômica brasileira. Podemos inferir que os resultados aqui apresentados representam muito mais que o punhado de pessoas amostrado. A caracterização da população do acampamento tendo como base a estrutura familiar revela que, embora a quase totalidade de sua população estivesse abaixo de linha da miséria, há heterogeneidade significativa, sobretudo em termos de acesso à renda.

Ao menos em tese, a estrutura familiar condiciona as possibilidades de inserção dos membros da família no mercado de trabalho. Esta diferença pode ser, ao menos, inferida no caso estudado através parâmetro renda média per capita. Os indivíduos sem cônjuge com filhos pequenos têm maior dificuldade para compatibilizar o trabalho com o cuidado das crianças. Conforme as crianças crescem, as mais velhas podem cuidar das mais novas, ou mais adiante, ingressar no mercado de trabalho. Mesmo que dentre estes subgrupos o salto de 37 para 66 Reais na renda média per capita seja pequeno em termos absolutos, implica, em termos relativos, em quase dobrá-la. Por outro lado, mesmo um único Real em termos absolutos, faz diferença quando a renda é tão baixa. Pode significar o limiar entre comer ou não em um determinado dia. No caso dos casais com filhos, a renda média dos ocupados e a renda média per capita é maior, mesmo em sendo as famílias um pouco mais numerosas. O que ocorre é que com dois adultos é mais viável compatibilizar os horários de trabalho com o cuidado dos filhos. Sendo possível, inclusive, a ocupação em empregos e/ou atividades que resultam em maiores rendimentos absolutos. Tanto que a renda média per capita dos empregados e/ou ocupados do grupo dos casais com filhos foi cerca de 25% maior que a dos indivíduos sem cônjuge com filhos. Além disto, o crescimento dos



filhos tem impacto menor sobre a renda média per capita, embora também aumente.

Os dois casos anteriores revelam que os filhos têm um peso relevante sobre a renda per capita, sobretudo quando comparados com os outros dois grupos. No entanto, não explica a pobreza. No caso dos casais sem filhos e no caso dos indivíduos sem cônjuge e sem filhos, a renda média per capita e a renda dos empregados e/ou ocupados é equivalente. No entanto, a renda per capita nestes grupos é o dobro em relação à dos casais com filhos e mais do triplo que a dos indivíduos sem cônjuges com filhos. Mas há que se destacar que a maior parte das famílias do grupo indivíduos sem cônjuge e do grupo casais com filhos têm um ou dois filhos. Portanto, a assertiva de que a pobreza estaria relacionada ao fracasso excessivo da renda em famílias muito numerosas tornou-se anacrônica, ou se aplica à porção minoritária do universo de famílias excluídas sócio-economicamente. O fato é que os rendimentos, quando auferidos, são baixos e a ausência de renda atinge parcela expressiva dos pais e responsáveis pelas crianças.

Um outro elemento que merece ser destacado é o de que o paradigma da escolaridade como sinônimo de capacitação profissional, garantia de emprego e melhoria das condições de vida é discutível. No grupo dos casais sem filhos verificou-se que pouco mais da metade dos indivíduos cursou até o segundo grau, no entanto, a renda média dos empregados e/ou ocupados é quase 30% menor que a dos integrantes do grupo de casais com filhos apresenta um perfil etário onde predominam indivíduos jovens que cresceram e, portanto, estudaram na RMSP. Preocupante, pois este grupo apresenta um perfil etário onde predominam indivíduos jovens que cresceram e, portanto, estudaram na RMSP. Que quando ocupados obtenham renda menor pode ser relacionado ao perfil etário. No entanto, o que pode ser dito de uma sociedade em que um grande contingente de casais de jovens sem filhos, com ensino médio e sem emprego/ocupação emerge como fenômeno demográfico? Muitas vezes, quando têm renda, esta é tão baixa que a possibilidade de constituir um lar passa por um acampamento urbano. A luta pelo direito à moradia

em seus limites extremos está passando a ser pré-requisito para constituição de novas famílias? Que futuro espera os filhos destes casais?

Embora não tenha sido investigado sistematicamente, não é difícil inferir que há alguma relação entre os casais jovens sem filhos, o grupo dos indivíduos com filho(s) e os indivíduos sozinhos. Voltando à figura 01, verifica-se que a proporção de barracos nos dois últimos grupos (27 e 28%) é equivalente. No grupo dos indivíduos sozinhos há o predomínio absoluto do gênero masculino enquanto no grupo de indivíduos com filho(s) há o predomínio do gênero feminino dentre os chefes de família. Se a assertiva de que a população acampada é uma amostra representativa da população "excluída" da estrutura sócio-econômica for plausível, poderia ser dito que há um enorme contingente de núcleos familiares em potencial ou desfeitos. No caso aqui estudado, havia exatamente um cônjuge em potencial para cada indivíduo sozinho com filho(s).

Fazendo o exercício de juntar os indivíduos dos dois grupos, constituindo núcleos familiares hipotéticos, teríamos um perfil sócio-econômico completamente distinto no acampamento. Inicialmente, a quantidade de barracos, e, portanto, a demanda habitacional que representa, reduziria para pouco menos de 3/4 do número inicial. Teríamos 96% da população do acampamento no grupo de casais com filhos e a renda média per capita seria de R\$101.35 neste mesmo grupo. Interessante que o rearranjo faria com que a nova renda per capita do grupo fosse 8,5% maior que na situação real. A incorporação dos indivíduos sozinhos traria um aumento significativo na renda per capita das crianças, e os seis indivíduos antes excluídos pelo critério renda agora fariam parte do universo considerado "sem teto" Em todos os subgrupos por idade dos filhos haveria aumento da renda per capita, sobretudo no caso das crianças abaixo da idade escolar. Perceba-se também que, em média, a população do acampamento estaria fora da faixa de renda abrangida por programas como o Renda Mínima.

O resultado deste estranho exercício permite levantar duas questões polêmicas, mas que mereceriam ser estudadas por suas implicações macro-econômicas. Em primeiro lugar, que a desagregação familiar maciça além de ser

normalmente interpretada como produto das mazelas sócio-econômicas, pode ser interpretada também como processo que aprofunda a miséria, na medida em que multiplica a demanda por infraestrutura familiar ao mesmo tempo em que fraciona e dispersa a renda. O impacto na renda média per capita é maior quanto menor os filhos. Ou, que programas de complementação têm impacto positivo na renda média das crianças menor do que o impacto negativo da desagregação familiar. Ou, no mínimo, ajuda a produzir, do ponto de vista puramente estatístico e demográfico, os baixos índices de desenvolvimento humano do Brasil.

A segunda questão é que a crescente desagregação familiar deve corresponder à porção expressiva do aumento na demanda habitacional. Estimando-se que houvesse uma carência habitacional da ordem de um milhão de unidades na Grande São Paulo e um custo médio atual de

R\$30.000 por unidade habitacional, teríamos uma demanda de cerca de 30 bilhões de Reais. Considerando que cerca de 1/4 desta pudesse ser oriunda diretamente da desagregação familiar, resultaria, num cálculo simplista, em cerca de 7,5 bilhões de Reais do "passivo social" acumulado. Apenas para comparação, considere-se que a previsão orçamentária do Município de São Paulo para o exercício de 2003 é um pouco mais de 10 bilhões de Reais. No entanto, a parcela destinada ao investimento em habitação é um pouco mais de 170 milhões de Reais. Mesmo que considerássemos a inversão de 300 milhões de Reais por ano neste setor na GSP, os 7,5 bilhões de demanda habitacional (estimado grosseiramente acima), ainda assim, corresponderiam à cerca de 25 anos da capacidade de investimento público. Tudo isto só para esta parcela da demanda atual que, possivelmente, é derivada da desagregação familiar.

Nota

⁴ Todos os líderes e membros da organização, habitando neste acampamento, eram oriundos de outro que culminou em sucesso no Município de Guarulhos (RMSP).

Texto entregue em março de 2003.





Buenrostro y Arellano, Alejandro M. & Oliveira, Ariovaldo U. (org.)
Chiapas: construindo a esperança. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

A REBELIÃO ZAPATISTA

Sebastião Vargas *

Num Brasil que quase sempre ostenta uma gritante ignorância e indiferença pela situação social dos países latinoamericanos, o aparecimento das 377 páginas que constituem o livro *Chiapas: construindo a esperança* merece atenção especial. O livro é uma bem estruturada reunião de artigos e textos publicados, em sua maioria, no periódico mexicano "La Jornada" (jornal que vem assumindo postura corajosa e comprometida na cobertura dos acontecimentos de Chiapas e que co-edita, juntamente com a Paz e Terra, o citado livro).

Uma palavra sobre os organizadores: Alejandro Buenrostro é mexicano radicado no Brasil que, em suas andanças e trabalhos, conheceu muito da realidade dos excluídos dessa *nossa américa*, principalmente indígenas e camponeses. Viveu mais de 20 anos na região de Chiapas, uma das mais esquecidas e miseráveis do país, onde desde a década de 60 desenvolve um trabalho de educação popular. Conhece, pois, o fenômeno zapatista desde suas raízes mais profundas. E o que é mais importante, numa condição de comprometimento e participação. Já o geógrafo Ariovaldo Umbelino, que dispensa comentários por sua notória preocupação intelectual para com os problemas da terra e das injustiças sociais, ressalta em seu artigo o desafio ao mundo intelectual e político de compreender a rebeldia de populações marginalizadas que lutam por direitos fundamentais, "negados pela moderna etapa do imperialis-

mo: o neoliberalismo" (pg.58). O geógrafo nos instiga a olhar a rebelião zapatista buscando entender "semelhanças e diferenças" entre seu processo de luta e o de outras organizações populares. Termina dizendo que "a maioria da humanidade está excluída da repartição da riqueza do mundo, por isso ela se levanta em luta em muitas partes do mundo. A rebeldia zapatista dos povos indígenas de Chiapas ensina-nos que: Ya Basta!" (pg.58)

O livro cumpre formidavelmente bem sua finalidade explícita que é: "divulgar e fazer conhecer o que está acontecendo no México desde que apareceu no cenário histórico o movimento zapatista."(pg.13) Mas não somente isso. Logo de início traz uma importante reunião de informações "Para entender Chiapas e os Zapatistas" que consta de dados sobre o território, sua economia, números sobre o conflito como o de acampamentos militares, gastos e refugiados. Apresenta também seis páginas com mapas do cenário do levante zapatista, suas principais localidades, as regiões por grupos étnicos, bem como mapas militares e de prospecção geológica e petrolífera. Sobre a história do movimento pode-se consultar ao final do livro uma boa cronologia do movimento, desde 1994 até janeiro de 2000, que registra com rigor os principais acontecimentos fornecendo uma visão global sobre o processo da rebelião zapatista. Para completar a lista de "utilidades" da obra, os organizadores tiveram o cui-

dado especial de incluir um glossário que permite que o leitor saiba, por exemplo, que *Ik'al* é "um dos deuses maias. Guardião e coração da palavra, assim como explica o subcomandante Marcos" (pg.371) ou que *mapachadas* são "na gíria política mexicana aquelas pessoas que estão a serviço de um grupo de poder e sabem tirar proveito da situação."

Numa primeira parte do livro encontramos comentários de intelectuais de peso como o português José Saramago que nos instiga à difícil tarefa de entender os outros, de "compreender a expressão destes olhares, a gravidade destes rostos, o simples modo de estar juntos, de sentir e de pensar juntos, de chorar em comum as mesmas lágrimas, de sorrir o mesmo sorriso, compreender as mãos do único sobrevivente de uma matança colocadas como asas protetoras sobre as cabeças das filhas, compreender este rio infundável de vivos e de mortos, este sangue perdido, esta esperança ganha, este silêncio de quem leva séculos protestando por respeito e justiça, esta ira represada de quem finalmente se cansou de esperar." (pg.34) Também merecem destaque as contribuições de Antônio Cândido, do historiador Osvaldo Coggiola, do sociólogo José de Souza Martins e do bispo Dom Pedro Casaldáliga, que com suas análises, introduzem bem os leitores ao conjunto mais específicos de artigos jornalísticos a seguir. Estes estão organizados por temas tais como origem e história, relações de poder e resistência, autonomia, poder e valor, democracia, governo mexicano e acordos, estado de direito / direito indígena, frente Zapatista de Libertação Nacional e violência. Deste modo, várias facetas desse movimento complexo e inovador são abordadas por profissionais mexicanos, tanto do ponto de vista teórico, como o do filósofo da Universidade Nacional Autônoma de México (UNAM) Luis Villoro que discute as dimensões utópicas e éticas do movimento, ou do antropólogo, também da UNAM, Armando Bartra, que relaciona a cultura tradicional maia, suas histórias e lendas com o moderno processo de insurgência. Fica explícito aí o papel de

"médium" do subcomandante Marcos que, pela boca do Velho Antonio, e, servindo de ponte de comunicação com o mundo dos mortos e dos deuses, nos revela a consciência memoriosa e transcendente da comunidade, a voz do povo profundo encarnada nos anciãos. A história concreta do movimento é abordada por estudiosos como o escritor Carlos Monsivais, Carlos Montemayor, Enrique Florescano, Héctor Díaz-Polaco, etc...

A rebelião zapatista tem sido alvo de diversos rótulos conceituais: primeira guerrilha pós-moderna, última guerrilha de descolonização, virtual (por utilizar soberbamente meios de comunicação eletrônicos com a internet), glocal (local, nacional e global), libertária, utópica, anacrônica... Despertando simpatias e solidariedade no mundo inteiro que vão desde os anarquistas italianos do Ya basta! até os sem-terra brasileiros do MST, os zapatistas têm o indiscutível mérito de dar novas respostas à velhas questões da esquerda histórica com muito pouco dogmatismo e colocando a exigência ética e a dignidade no centro de seu discurso e prática política. Numa de suas ousadas propostas, para essa era de desilusão e conformismo, o EZLN lançou a "internacional da esperança", com encontros intercontinentais pela humanidade e contra o neoliberalismo, cujo objetivo, entre outros, foi criar uma rede internacional de movimentos, grupos, entidades, homens e mulheres que lutam, em cada lado do planeta, contra a "internacional do terror". Como explica o subcomandante Marcos numa entrevista ao escritor Montalbán "os agentes da resistência são os setores excluídos. Em um caso, os indígenas; em outro os emigrantes, os homossexuais, as mulheres, os jovens, os desempregados." (pg.45) Sintoma local de uma crise mundial, o zapatismo pode ser entendido como uma ponte onde "caibam todos os que quiserem atravessar para o outro lado, com o mesmo anseio: construir um mundo melhor, isto é, novo". Em suma, como diz o sub, "o zapatismo não é de ninguém, portanto, é de todos."



Buenrostro y Arellano, Alejandro M. – “*As Raízes do Fenômeno Chiapas*”
São Paulo, Editora Alfarrábio, 2002.

A SEMENTE ZAPATISTA

Marco Antonio Mitidiero Junior *

“Como se tornou possível aos desfavorecidos pelo sistema econômico e político do México emergir agora como um movimento organizado, que traz consigo, do âmago de sua história, a dignidade e a esperança do povo mexicano ?” (p. 15)

É com esta frase que Alejandro Buenrostro começa seu relato e sua reflexão sobre a gênese do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Ao indagar sobre as condições históricas e sociais para a organização de um movimento formado pela parte mais miserável da sociedade mexicana que são os indígenas (Tzeltales, Choles, Tzoltziles e Tojobales, todos de descendência Maia), o autor recupera a sua biografia, transformando o livro em um relato comentado.

Alejandro trabalhou aproximadamente 20 anos como educador nas comunidades indígenas do Estado de Chiapas. Dessa forma, desde a década de 60, vem acompanhando o processo de pauperização, de injustiças, da violência e da destruição da cultura dos povos indígenas no território mexicano.

Quando em 1º de janeiro de 1994 os políticos mexicanos comemoravam o início do acordo de livre comércio (NAFTA) com os Estados Unidos e Canadá, como signo de progresso econômico daquela sociedade (“México Imaginário”), os indígenas e camponeses do Estado

de Chiapas levantaram-se contra toda uma história de miséria e desrespeito que incide sobre as raízes sociais deste país (“México Profundo”). A partir deste primeiro dia do ano, o mundo inteiro passou a conhecer o Movimento Zapatista. A grande mídia mundial noticiou o *espontâneo* movimento que tomou para si vários municípios de um dos estados mais pobres do México. É justamente para desmistificar esta característica falsa, que muitas vezes é atribuída aos movimentos populares, que o autor nos convida a conhecê-los. As raízes do Movimento Zapatista estão na longínqua história daqueles sujeitos e não em um fato acidental, ou melhor, “um conflito não é um desajuste passageiro da sociedade, tende a se tornar uma possibilidade de mudança na história” (p. 16)

Outro ponto essencial para entendermos a gênese deste movimento social está na negação dos esquemas teórico-dogmáticos tão difundidos nos bancos acadêmicos. Como fez Regina Sader em seu estudo de doutorado sobre a luta dos trabalhadores rurais camponeses do Estado do Pará, descartando teorias globalizantes para explicar a realidade, o autor deu um passo adiante, descartando a interpretação óbvia de que estes sujeitos sociais em luta são o simples reflexo das contradições econômicas geradas pelo desenvolvimento do sistema capitalista de produção no mundo. Alejandro, como um bom

Assim este movimento vem caminhando. Denuncia e propõe. Traz a esperança e gera a resistência. Desafia as análises e interpretações. Segundo o Subcomandante Marcos, uma das principais lideranças do movimento zapatista, "o zapatismo não é uma nova doutrina ou ideologia, nem uma bandeira que substitua o comunismo, o capitalismo ou a social democracia. Nem chega a ter corpo teórico acabado. Somos escorregadios para definições. Escapamos dos esquemas. O zapatismo é um sintoma do que está ocorrendo no mundo, algo maior e mais geral que, em cada continente aparece de uma forma. Em cada lugar essa rebeldia apresenta formas e reivindicações próprias. Por isso dizemos que as rebeliões pelo mundo afora têm muito do zapatismo".

Como num importante livro para entendermos as organizações camponesas escrito por Teodor Shanin, "La Clase Incómoda", Marcos resume a manifestação empírica dos injustiçados: "Somos incômodos", diz o subcomandante. Incômodos porque produzem o manifesto de negação da opressão cotidiana na qual são vítimas. Manifestam-se da sua forma, à sua maneira, a partir das suas condições. Assim, incorporam e ampliam um só grito, o grito de resistência e transformação, ou como Plínio de Arruda Sampaio escreve no prefácio deste livro: "Ainda não temos condições de definir com precisão o novo mundo possível. Mas já se tem uma idéia clara de como ele não deve ser"

Texto aceito em julho de 2003.





**NOTÍCIAS DE
ENCONTROS**

DUAS CIDADES ... DUAS UNIVERSIDADES ... UM (RE) ENCONTRO

Perla Zusman¹ e Mónica Arroyo²

*"A nova aventura está começando,
Nos projetos e perspectivas, já postos
Como "de repente" que se fizeram vida
E como inusitadas respostas do cotidiano"³
(Armando Corrêa da Silva, 1993)*

*"Hoje, conhecer o mundo só é possível
se em cada continente, em cada cultura,
exercermos esse trabalho de conhecimento
do mundo e nos reunirmos depois para
cotejar os achados e produzir a síntese"⁴
(Milton Santos, 1997)*

Nos dias 1, 2 e 3 de outubro de 2003 professores e pesquisadores brasileiros e argentinos realizamos um colóquio na cidade de Buenos Aires, com o intuito de revitalizar um convênio existente entre a Universidade de São Paulo e a Universidade de Buenos Aires.

A reunião foi realizada nas dependências da Faculdade de Filosofia e Letras, e contou com a presença do corpo de pesquisadores do Instituto de Geografia e de uma delegação brasileira composta pelos seguintes professores: Amália Inês Geraiges de Lemos, Antonio Carlos Robert Moraes, Ana Fani Alessandri Carlos, Maria Laura Silveira, Mónica Arroyo e, como professora convidada, Neli Aparecida de Melo do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

Foram três dias de trabalho divididos em duas partes: a primeira destinada à exposição dos

projetos de pesquisa em andamento em ambas instituições, e a segunda dirigida à elaboração de um programa de atividades para o biênio 2004/2005.

A primeira parte foi organizada a partir de três blocos temáticos: "Questões urbano-regionais", "Natureza, cultura e práticas sócio-territoriais" e "História territorial e Geografia Política", reunindo cada um deles as pesquisas convergentes na área de geografia humana. Foi importante ouvir os trabalhos que as equipes de professores e pesquisadores estão desenvolvendo atualmente para ir conhecendo as proximidades teóricas e temáticas existentes entre nossas instituições. Foi possível, por sua vez, conhecer as estratégias metodológicas utilizadas para enfrentar as tensões que impõe a relação teoria-realidade em cada processo de investigação.

A segunda parte foi estruturada a partir de quatro eixos - publicações, reuniões científicas, pesquisa e intercâmbio, que serviram de base para propor ações conjuntas. O plano de trabalho consta dos seguintes capítulos:

- *Publicações.* Planeja-se a edição de uma coletânea de artigos a ser publicada em espanhol, que terá como conteúdo uma apresentação de algumas das pesquisas atualmente realizadas nas duas instituições. Pretende-se também incrementar as colaborações de parte a parte nas publicações já existentes, com destaque para as revistas "Geusp" de São Paulo e "Litorales" de Buenos Aires.

¹ Doutora em Geografia Humana pela Universidad Autónoma de Barcelona e pesquisadora no Instituto de Geografia da Universidade de Buenos Aires. E-mail: perlazusman@yahoo.es

² Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e professora no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. E-mail: mmarroyo@usp.br

- *Reuniões científicas.* Planeja-se a realização de pelo menos dois encontros anuais dos participantes do convênio, além da participação conjunta em eventos mais amplos já programados. Um colóquio será realizado em junho de 2004 no Departamento de Geografia da USP, dias antes do Congresso Comemorativo dos 450 Anos da Fundação da Cidade de São Paulo. Também foi combinada a participação, nesse evento, de pesquisadores argentinos que trabalham sobre a metrópole de Buenos Aires. Em setembro de 2004, será realizado um encontro no Instituto de Geografia da UBA, com o objetivo de elaborar um balanço das atividades já implementadas no âmbito do convênio.

Em abril de 2005, o Departamento de Geografia da USP vai sediar o Encontro de Geógrafos da América Latina, durante o qual será organizado um colóquio específico do convênio. Pretende-se que no Encontro sejam apresentados os resultados das atividades conjuntas, inclusive com o intuito de agregar colegas de outros países latinoamericanos nas pesquisas desenvolvidas no âmbito do convênio.

No segundo semestre de 2005, uma nova reunião será realizada em Buenos Aires, tendo, entre outras atividades, a tarefa de renovar a programação, com a confecção do plano de trabalho para o biênio seguinte.

- *Intercâmbio.* Pretende-se incentivar o intercâmbio na área de pós-graduação, intensificando o fluxo de professores e alunos. Para tanto, buscar-se-á o reconhecimento dos créditos para os discentes de ambos os programas, assim como a participação de docentes para ministrar cursos específicos.

- *Pesquisa.* Pretende-se o estabelecimento de pesquisas bilaterais a partir do agrupamento de professores e alunos em torno a

linhas de interesse tanto teórico-metodológicas quanto temáticas. Foram definidas, nas discussões do colóquio, as seguintes grandes linhas: a) Território e Patrimônio; b) Questões Urbanas e Metropolitanas; c) Soberanias Abertas e Fronteiras; d) Movimentos Sociais e Novas Formas de Apropriação do Espaço; f) Circulação, Redes e Fluxos; g) Recursos Naturais, Sistemas de Engenharia e Gestão Democrática dos Territórios; h) Sujeitos, Lugares e Vida Cotidiana.

Estamos retomando com esta iniciativa um caminho já trilhado por alguns professores, quando - após o retorno da democracia em ambos países - eles promoveram dois encontros (São Paulo, 1988 e Buenos Aires, 1990) com a convicção de que as idéias defendidas no campo político e social tinham seu correlato no campo acadêmico-disciplinar, sendo possível produzir uma geografia social comprometida com a realidade de nosso continente. Não é por acaso que seja hoje, num contexto no qual nossos países pretendem recuperar as expectativas perdidas ao longo da década dos noventa, que busquemos nos aproximar. Contamos com categorias para pensar os momentos políticos e sociais atuais? Temos experiências semelhantes (ou não) que sirvam para refletir e propor alternativas acadêmicas e políticas? Podemos articular a relação entre o conhecimento substantivo e a reflexão sobre o conhecimento produzido? Podemos repensar as teorias vigentes, suas potencialidades e limitações? São estas questões, entre outras, pelas quais vale a pena tentar re-encontrarmos.

Nos despedimos com entusiasmo, pensando que é possível construir um outro cotidiano ... com bastante poesia como nos ensinava Armando com muita ousadia como nos insistia Milton.

Notas

³ Fragmento da poesia "Ainda o poeta" do livro de Armando Corrêa da Silva, *Saudades do Futuro*, São Paulo: Edições Mandacarú, 1993.

⁴ Fragmento do pronunciamento de Milton Santos

quando recebeu o título de Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (publicado na *Revista Adusp*, outubro 1997).

Trabalho entregue em outubro de 2003

EZLN - A VOZ DOS QUE ESTÃO LÁ EMBAIXO

Alejandro M. Buenrostro y Arellano

Nascimento das "Juntas de Bom Governo", nos territórios zapatistas, no dia 8 de agosto de 2003

Transformação dos "Aguascalientes" culturais nos "CARACOIS" políticos.

Os cinco "Aguascalientes", que eram lugares escolhidos das assembléias dos Municípios Autônomos, centro do processo permanente de reflexão e rebeldia, deixaram de existir.

As comunidades dos Municípios Autônomos em um esforço organizativo de sete anos constituíram aí os "Caracois", sede das Juntas chamadas de Bom Governo, com a finalidade de enfrentar não somente os problemas da autonomia em cada município, mas sobretudo construir uma ponte mais direta entre eles mesmos e o mundo.

Esse é um fato de um esforço permanente e corajoso de sobrevivência diante da presença do Exército mexicano e da atuação insistente de paramilitares.

Os rebeldes passaram a efetivar aquilo que foi pactado com o Estado mexicano nos Acordos de San Andrés a 16 de fevereiro de 1996. As Juntas de Bom Governo institucionalizaram, de fato e com justiça, esses acordos que foram traídos pelos três poderes da Federação e por uma classe política que se dedica somente a garantir sua reprodução como casta burocrática e que é insensível ante a emergência nacional em que vive o país e as graves condições internacionais.

Os indígenas organizados anunciam a emergência de um novo poder constituinte. Sua vitalidade contrasta com a decrepitude da classe política. Sete anos de prática desses acordos os levou à iniciativa real pela democratização do país.

Resulta um paradoxo que a "classe política" que tanto fala de democracia se assuste quando esta começa a ser uma realidade.

Esse projeto tão atacado, discriminado e reprimido tem sua base jurídica no convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), subscrito por México e reconhecido nos Acordos de San Andrés, onde o mais elementar dos direitos aí contidos é o respeito às formas próprias de organização social. No artigo 39 da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos, a autonomia é o exercício do direito a governar:

"La soberania nacional reside esencial y originalmente em el pueblo.

Todo poder público emana del pueblo y se instituye para su beneficio. El pueblo tiene en todo momento, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno.

A constituição de 1917 desenhou uma forma de governo sustentada em poderes autônomos e na autonomia (não soberania) das entidades federativas e dos municípios, como de múltiplas instituições e organizações públicas cujo funcionamento será impossível em um marco de centralização e autoritarismo.

O anúncio zapatista sobre a criação de Caracois e Juntas de Bom Governo suscitou enorme simpatia em setores da sociedade civil e organizações sociais, especialmente camponesas, porque o fato fortalece a esperança e a autonomia dos povos indígenas no país.

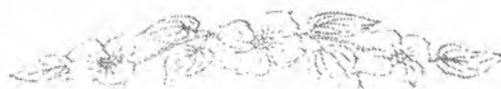
Este 14 de agosto, ao concluir o foro sobre autonomias que se realizou em San Cristóbal de Las Casas- Chiapas- México, os mais de 200 participantes, representantes de 75 organizações

indígenas, camponesas, sociais, produtivas e não governamentais dos estados de Chiapas, Oaxaca, estado de México e Guerrero afirmaram que ante a atual "crise de credibilidade, legitimidade e representatividade do Estado mexicano, as autonomias se fortalecem como uma alternativa para expressar os interesses e aspirações dos povos indígenas e da sociedade civil em geral, na

construção de um novo projeto de nação que assumira plenamente sua composição multicultural e pluriétnica".

Podemos dizer que o Caracol sussurra no ouvido, que outra sociedade é possível. Sua voz é a voz da justiça. Através da fala a dignidade de um povo.

Texto entregue em setembro de 2003.



SEMANA DA GEOGRAFIA

Glória da Anunciação Alves¹ ; Sônia Castelar ²;
Amanda de Fátima Martin Catarucci; Ana Paula Gomes; Daniela Gomes Pereira;
Eliane Aparecida Neres; Érica Cristina Ferreira; Everson Paulo Pimenta;
Fernanda Contessoto; Jackeline Severina Bezerra Vicentini; Janaína Tavares;
Priscila G. de Leonardo³

A **Semana da Geografia** "*A Universidade e a Comunidade no aprendizado de Geografia: Outros Espaços*" foi um projeto de extensão universitária, idealizado por estudantes da graduação do Departamento de Geografia da USP, para valorizar o ensino/aprendizado de geografia na premissa da formação do cidadão na rede pública de ensino.

Buscou-se a integração entre a universidade e a comunidade através da troca de experiências e de conhecimento.

Projetos desenvolvidos nas escolas públicas da Região Metropolitana da Grande São Paulo tiveram seus resultados apresentados por seus estudantes, do ensino fundamental e médio, dividindo o espaço com as apresentações dos estudantes da Universidade.

Aos professores da rede pública de ensino foram oferecidas oficinas que visavam um aprofundamento de conhecimentos. Nesse sentido ocorreram cursos que versavam sobre cartografia, uso de vídeo, processos de migrações e industrialização, uso de imagens de sensores remotos, entre outros.

Durante o evento ocorreram ainda apresentações culturais, boa parte realizada por

projetos desenvolvidos com os estudantes das escolas públicas.

Houve ainda debate sobre o processo de ensino com as professoras da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Profa. Dra. Nídia Pontuscha, Profa. Dra. Maria do Carmo e Profa. Dra. Helena Chamlian, e uma conferência com o Prof. Aziz Ab'Saber, que discutiu a importância da Geografia e de seus novos instrumentais no ensino.

Na avaliação feita pelos professores, tanto dos que participaram das oficinas, como os que apresentaram, junto com os alunos, os projetos de Geografia desenvolvidos nas escolas, a semana foi rica em experiências e proporcionou, em especial aos alunos da rede pública, uma experiência de inserção única no momento atual.

Foi gratificante para a organização do evento ver a relação que se estabeleceu entre as apresentações dos estudantes universitários e os projetos desenvolvidos nas escolas públicas.

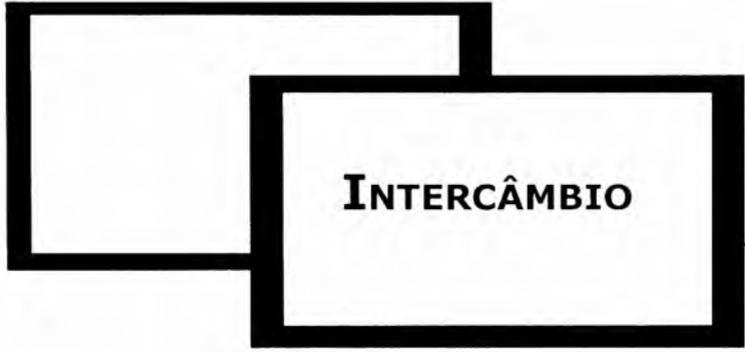
Essa experiência evidenciou a importância da prática de extensão universitária, o que faz com que pensemos na manutenção desse evento, que procura integrar a escola pública do ensino fundamental e médio e a universidade.

Texto aceito em outubro de 2003

¹ Professora do Departamento de Geografia- FFLCH/USP

² Professora da Faculdade de Educação/ USP

³ Alunos de Graduação do Departamento de Geografia FFLCH/ USP
e-mail: semanageo@usp.br



INTERCÂMBIO

LA INFORMACIÓN PERIODÍSTICA Y LA INVESTIGACIÓN DEL RIESGO AMBIENTAL

Claúdia E. Natenzon *

ABSTRACT

The application of the social theory of risk allows the examination of environmental complex problems identifying several perspectives from which they can be analyzed. These perspectives include hazard, exposition, vulnerability and uncertainty. One of the main objectives needed to inquiry on the aspects related to vulnerability and uncertainty, is to detect *for whom* and *in which conditions* a natural phenomena can be considered as «catastrophic». To meet this goal, the production of news from mass media can serve to the objectives of a research activity, as an exploratory informant and a first approach to the problem. In this sense, some precautions have to be taken in order to improve the information from the level in which it is produced —dissemination and common sense- To be rigorous, we consider insufficient the citation of the source; additional aspects should be taken into account: Identify precisely the universe of news reports to analyze; assess the importance of the news report in the selected media; identify the published information; and characterize the selected media as an actor that is not neutral. Although the analysis of news reports is aimed to both, quantitative and qualitative aspects, *the final result is eminently qualitative*.

PALABRAS CLAVE:

Investigación. Riesgo ambiental. Comunicación social. Periodismo.

1. Introducción

Con la finalidad de considerar integralmente un fenómeno físico-natural con consecuencias catastróficas, la adopción de una teoría social del riesgo nos ha permitido identificar varias perspectivas necesarias para su análisis (Natenzon, 1995): respecto a la causalidad de los procesos físico-naturales -peligrosidad-, respecto a las configuraciones territoriales -exposición- respecto a la estructura socio-económica antecedente -vulnerabilidad- y respecto a las acciones, prácticas, políticas y percepciones de la sociedad involucrada -incertidumbre-

Para indagar sobre los aspectos que hacen a la vulnerabilidad y la incertidumbre, uno de los

objetivos centrales de nuestras investigaciones es reconocer *para quién y en qué condiciones* los fenómenos «naturales» pueden ser calificados de catastróficos, tomando en cuenta las condiciones heterogéneas previas de los grupos sociales involucrados (Natenzon, 1993). Una parte de este reconocimiento incluye establecer qué concepciones están instaladas en el sentido común de la sociedad respecto a un fenómeno ambiental particular, en nuestro caso, las catástrofes «naturales».

La prensa escrita se constituye en una fuente de información privilegiada para este fin. La generación de noticia por parte de un medio masivo de comunicación social

* Pirna Programa de Investigaciones en Recursos Naturales y Ambiente, Facultad de Filosofía y Letras, UBA/ FLACSO

puede funcionar, a los fines de la tarea de investigación, como informante exploratorio que brinda una primera aproximación al problema de análisis, siempre y cuando este uso cumpla con algunas condiciones mínimas.

2. Condiciones para el uso de material periodístico

El análisis del material periodístico puede ser abordado de distintas maneras.

Se puede tomar a la práctica periodística como objeto de análisis en sí, dando pautas sobre el «estado del arte» en esta forma literaria (Fernández Sánchez, 1995); el análisis del discurso se realiza aplicando al texto periodístico marcos conceptuales y técnicas provenientes de la crítica literaria, la lingüística y la semiótica (Atorresi, 1995).

- Desde el punto de vista de la sociología y la ciencia política, se analiza la producción periodística en tanto expresión de un agente/ actor/ sujeto -el de la prensa escrita como medio masivo de comunicación-, sus relaciones con el poder y las mediaciones que produce entre la información y la sociedad civil (Sidicaro, 1997).

El conocimiento etnográfico requiere construir datos primarios, para lo cual los diarios son una fuente, en situaciones donde resulta imposible mantener contacto «en el campo». por ej., con personajes públicos centrales, determinantes y portadores de la lógica que impregna la toma de decisiones políticas (Grassi, 1994).

La presente propuesta de trabajo se inscribe principalmente en el último de estos abordajes, tomando de los otros algunos aspectos complementarios. Aquí se apunta a desentrañar cómo se caracteriza al evento tomado como «noticia», las consecuencias socio-económicas puestas de manifiesto y consideradas relevantes por el medio de prensa elegido, que es tomado como expresión de aspectos, circunstancias, perspectivas, etc. de interés para la opinión pública, para la sociedad en su conjunto y para el propio medio de comunicación en tanto -también él- actor social.

En este sentido, resulta necesario tomar recaudos para que la información no quede en el

nivel en el que es producida: el de la divulgación y el sentido común, dándole cierta rigurosidad a través de pautas metodológicas que transparenten y sistematicen la forma en que llegamos a determinados resultados. Para ello consideramos que no es suficiente citar la fuente utilizada (recaudo mínimo de rigor) sino que es necesario tomar en cuenta y desarrollar aspectos adicionales:

Identificar con precisión el universo de noticias a analizar.

Evaluar la importancia dada a la noticia en el medio elegido.

Identificar la información publicada, cualitativa (los temas, los actores) y cuantitativamente (las cifras publicadas).

Caracterizar al medio de prensa elegido, en tanto actor del proceso de comunicación del riesgo.

2.1. Universo de noticias a analizar

El universo a estudiar se refiere a la expresión impresa del fenómeno ambiental (para nosotros, aquellos de tipo catastrófico) considerado como noticia. La «noticia» es el hecho a transmitir. Hay noticia siempre que ocurra algo -un evento novedoso- que se pueda contar.

Dicho universo ha de ser revisado minuciosamente y fichado, tomando como unidad a cada uno de los «artículos» o «notas» que el medio de prensa elegido editó sobre el evento o fenómeno en cuestión, a partir de la primer fecha en que apareció una referencia al tema en el cuerpo principal del diario, de manera continua o discontinua hasta que ya no aparece nota alguna por un lapso continuado mínimo, lapso que deberá definirse según los objetivos planteados en cada investigación (por una semana, un mes, un semestre, un año).

Se define como «artículo» o «nota» a un texto diferenciado del resto por su coherencia interna propia, que se edita en un periódico, un día y una sección determinados. La noticia puede estar constituida por varios artículos agrupados en una misma sección o dispersos en distintas secciones del diario. Una forma especial de artículo o nota es aquella llamada «de opinión», en donde se identifica al autor por su firma. Otra forma especial de artículo o nota es cuando se reproduce un cable textualmente, tal como se recibió de una agencia

de noticias externa a la redacción del diario.

El fichado apunta a construir una base de datos, que puede estar formada por campos de información tales como los siguientes: nro. de orden del registro, nombre de la publicación fecha de publicación (día, mes, año), número de página/s en donde se encuentra el artículo, sección del diario, extensión (superficie del artículo en cm².), autor, agencia de noticias -si corresponde-, título, ante título/s -si corresponde-, inclusión de gráficos (fotos, esquemas, cuadros, cartogramas, mapas, tablas), y síntesis de los principales temas considerados, donde se puede reproducir la «bajada» o «copete» (que sintetiza las principales líneas temáticas de artículos muy extensos), referencias textuales y/o comentarios propios sobre los principales aspectos contenidos en el artículo.

El fichado permite una primer lectura de la noticia a lo largo del tiempo. Una vez concluida esta primera sistematización se deberán realizar múltiples y sucesivas lecturas transversales al texto, con sus correspondientes registros; tantas lecturas como aspectos particulares se desee identificar. El resultado es reordenado en aspectos cuantitativos (importancia dada a la noticia en el período considerado; tipo de información cuantitativa utilizada en las noticias) y cualitativos (temas centrales que recorren las noticias del fenómeno y del período considerado, agentes/ actores/ sujetos sociales que el medio periodístico identifica vinculados a la noticia).

2.2. La importancia de la noticia

La importancia dada a la noticia en el período considerado es analizada partiendo de suponer que hay una relación directa entre la superficie asignada a los artículos y el interés para el periódico/el público, pues cada centímetro cuadrado tiene para el medio un valor. También es importante examinar la continuidad/ discontinuidad de la publicación de esa noticia en el lapso considerado.

Para evaluar esta importancia se puede medir la superficie de cada artículo, incluyendo su aparición en tapa, acumulando el valor para cada día de publicación. El resultado se indica como valores absolutos de superficie, en cm²/día. También se puede establecer un segundo valor, de

tipo relativo, en tanto por mil de la superficie total de cada ejemplar del diario (superficie relativa = $1000 \times \text{superficie absoluta} / (\text{nro. de páginas} \times \text{superficie de una página, en cm}^2)$). La secuencia puede ser representada gráficamente, mostrando las variaciones de superficie y, en consecuencia, del interés evidenciado por la noticia. Sus fluctuaciones deberán ser analizadas e interpretadas a la luz del desarrollo del propio fenómeno, de sus consecuencias inmediatas y a largo plazo, y del contexto socioeconómico en el cual dicho fenómeno tiene lugar.

Por ejemplo, en la aplicación de esta forma de trabajo para el caso de la erupción del Vn. Hudson (Natenzon, 1996) el gráfico resultante de esta tarea permitió observar un desfase de seis días entre el momento de la primer erupción (8 de agosto de 1991) y la aparición de la primer noticia sobre el tema, lo que hemos atribuido a que la espectacularidad del evento y sus consecuencias catastróficas sólo se hicieron presentes con la segunda erupción (12 de agosto de 1991). Luego, la noticia se mantuvo vigente durante 17 días continuos, de manera decreciente durante la primer semana, hasta estabilizarse a valores muy bajos en la segunda, pero a mediados de septiembre hubo una reaparición, una re-instalación de esta noticia, lo que no debe atribuirse a nuevas erupciones ni a nuevas consecuencias catastróficas (hasta esa fecha las lecturas temáticas habían agotado la casi totalidad de tópicos o aspectos en discusión), sino a la aparición de otra noticia "ecológica" de tipo catastrófico en la misma región -pingüinos empetroados en la costa atlántica-, con la cual se la vinculó.

2.3. Información cualitativa; los temas, los actores

Este punto expresa los temas más relevantes que constituyen la noticia. Han perdido el orden cronológico (aparición en la secuencia de la lectura) y han sido reordenados en función de un nuevo criterio, el de los temas tratados y su desarrollo particular. Las sucesivas lecturas han permitido su identificación, produciéndose en algunos casos un «efecto de saturación», por el cual las mismas cuestiones son repetidas una y

otra vez a medida que se avanza en el tiempo, y llega un punto en el cual ya no se encuentran cuestiones nuevas más que esporádicamente.

Al mismo tiempo, el análisis requiere identificar a los actores valorados para la noticia: A quiénes se interroga, quiénes dan opinión, qué pobladores son entrevistados, qué autoridades políticas y qué expertos visitaron el área; en qué circunstancias lo hicieron, con qué finalidad y qué dijeron. No necesariamente todos los que aparecen son importantes y no todos los importantes necesariamente aparecen.

Por ejemplo, en un trabajo que realizamos sobre las inundaciones de carácter catastrófico en la cuenca del río Salado en la Provincia de Buenos Aires, ocurridas en 1993 (Natenzon *et al*, 1997) señalamos, entre otros aspectos, quiénes participan del debate sobre la cuestión agraria y qué postura asumen ante las inundaciones. Para tal fin se efectuó un análisis de notas periodísticas publicadas en los diarios Clarín, La Nación y Página 12 entre los meses de marzo y junio de ese año. Se realizó una identificación de la forma en que los medios de comunicación abordaban esta problemática, especialmente en lo referido a cada agente social involucrado y a las vinculaciones establecidas entre ellos: los productores agrupados (CARBAP, Federación Agraria Argentina, Sociedad Rural Argentina), distintas instancias del gobierno en el ámbito nacional (SAGyP, INTA, Ministerio de Economía, Ministerio del Interior), instancias del gobierno en el ámbito provincial (Dirección de Hidráulica, Ministerio de la Producción, Ejecutivo provincial, Banco de la Provincia), gobiernos en el ámbito local (distintas intendencias afectadas). En cada caso primero se describió la postura registrada por la prensa y luego se realizó una interpretación de dichas posturas a la luz de nuestro marco teórico.

Estas identificaciones también permiten realizar listados de informantes a ser entrevistados en el trabajo de campo. A la vez pueden reconocerse las propuestas de acción realizadas, en qué medida se van concretando en el tiempo y con qué grado de efectividad, siempre según el medio de prensa analizado.

2.4. Información cuantitativa

Otro aspecto a considerar es la importancia dada a la información cuantitativa en la configuración de la noticia. Esto puede realizarse identificando qué datos se incluyeron, con qué frecuencia y qué consistencia mantienen entre sí. Para analizar este punto se puede construir un cuadro de doble entrada utilizando alguna de las planillas de cálculo estándar, en donde la primer columna registre sistemáticamente los temas considerados, desarticulados en ítems lo más específicos posible; y las columnas siguientes, las cifras publicadas día por día en orden cronológico.

Por ejemplo, en el caso citado del Vn. Hudson se identificaron 76 temas, desplegados en más de 200 ítems, mostrando una abundancia de cifras excepcional: coordenadas geográficas del volcán, número de habitantes de los asentamientos afectados, distancia entre ellos, fechas de erupciones anteriores, visibilidad en distintos sitios, espesor de ceniza acumulada y superficie cubierta, altura de la columna de humo, número de cráteres, diámetro de cada uno, número de cabezas de ganado afectado, número de evacuados (por asentamiento, por sexo, por edad), ayudas y donaciones, subsidios, créditos, pérdida económica, tiempo que demorará la recuperación, tiempo escolar perdido, costos (de fletes, de vida en cada asentamiento), rentabilidad, etc. etc.

El aporte de datos en las noticias de este tipo es permanente, y su análisis evidencia cierto grado de inconsistencia y falta de rigor en el uso de las cifras; por ej., para el mismo ítem, se publican datos distintos, o se incluyen datos sin citar la fuente consultada.

Se obtendrá, de esta manera, un panorama de tipo cualitativo con relación a cuáles son los datos y las fuentes priorizadas por la prensa.

2.5. Caracterización del medio de prensa

Los medios masivos de comunicación juegan un rol central en el proceso de comunicación del riesgo. Ellos dejan registro escrito de lo que distintos sectores de la sociedad piensan y hacen sobre el riesgo en cuestión, transmiten al público información múltiple y, a la

vez, ejercen una notoria influencia en la configuración de lo que la opinión pública considera o no como riesgo ambiental.

Una empresa mediática no es un actor neutro:

«...no tanto el producto pero si las entidades productoras son hijas de un cierto estado del capitalismo, de sus frutos tecnológicos y, más importante aún, de una cierta manera de interpretar al mundo y las relaciones entre los hombres» (Traversa, s.d.f., 17).

Un medio de prensa no es un actor coherente y monolítico. Sus páginas reflejan opiniones múltiples de distintas voces (Sidicaro, 1997).

Algunos datos básicos para tomar en cuenta son el tiempo de permanencia que tiene el medio en el mercado, las características de los capitales que la conforman, el tipo de empresa en cuanto a medios de comunicación incluidos (mono-mediática, multimediática), el número de ejemplares editados, el público al que está dirigido y el público que lo adquiere, la escala de su distribución (local, provincial, regional, nacional), la frecuencia de aparición (diario, periódico), la estructura y organización interna de cada ejemplar, las secciones en las cuales pueden aparecer los temas de interés.

En Argentina existen varios diarios publicados en la Capital Federal, que se difunden en ciudades capitales del interior del país, no especializados -La Nación, Clarín, Página 12- y especializados -Ámbito Financiero y El Cronista Comercial- En el ámbito provincial se publican diarios con cierta tradición, que pueden tener impacto a nivel regional. Antes de la difusión de medios masivos de comunicación tales como la televisión y, en la última década, los medios electrónicos (Internet), existía un número importante de periódicos publicados en el ámbito local, que fueron reduciéndose y a los que prácticamente les resulta muy difícil tener continuidad, como consecuencia de la crisis económica de la última década.

Cada uno de ellos (como espejo del escenario en el cual se desarrolla el riesgo en análisis) presentará la noticia desde múltiples perspectivas, como reflejos aproximados de las múltiples perspectivas que portan los actores involucrados. Cada uno de ellos (como actor involucrado) apuntará a que determinados aspectos del riesgo y no otros formen parte de la opinión pública sobre el tema. Por esta razón el mismo esquema de análisis debería ser aplicado a múltiples medios de difusión periodística, en las escalas consideradas relevantes para cada problemática ambiental particular: local, provincial, nacional, internacional.

3. El uso de la información obtenida

Si bien el trabajo de análisis o disección planteado apunta tanto a los aspectos cualitativos como cuantitativos que aparecen en las noticias, *el resultado final es de corte eminentemente cualitativo.*

Debemos dejar constancia que aquí no se avanza en discutir cuán pertinentes, válidos, oportunos y veraces son los datos y las consideraciones realizadas en los artículos periodísticos sobre el fenómeno según los parámetros establecidos por la academia. Para complementar este ejercicio, resultará necesario identificar la calidad de la información difundida comparando los resultados obtenidos con los protocolos establecidos en las ciencias que estudian el problema considerado.

El producto obtenido, en algunos casos, puede llegar a constituirse en la única fuente de información disponible. Al mismo tiempo, un análisis de esta naturaleza también es útil para los procesos de comunicación social de las ciencias ambientales, a fin de detectar el reflejo del accionar académico y profesional en la sociedad civil, observar la forma en que se difunde el conocimiento científico (con aciertos, falacias o deformaciones) en el ámbito público y, finalmente, pensar en un rol más eficaz de los científicos para la transferencia, la divulgación y la capacitación.

Bibliografía

- Atorresi, Ana (1995) *La crónica periodística*. Buenos Aires, Ars Comunicación y Cultura; 160p.
- Atorresi, Ana -editora- (1995) *Los géneros periodísticos*. Buenos Aires, Colihue; 200p.
- Fernández Sánchez, Joaquín (1995) *Periodismo Ambiental en España*. Madrid, MOSPTyMA. Serie Monografías; 132p.
- Grassi, Estela (1994) «La antropología de lo político en la sociedad moderna: una propuesta de construcción de los datos de campo a partir de la información contenida en los medios de prensa» En: *Primeras Jornadas sobre Etnografía y Métodos Cualitativos*. Buenos Aires, 9 y 10 de junio de 1994 (mimeo).
- Natenzon, Claudia E. (1993) «Processos catastróficos no nordeste argentino. Mudanças produzidas na última década». En: *O Novo Mapa do Mundo. Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica*. São Paulo, HUCITEC/ ANPEUR (182-195)
- Natenzon, Claudia E. (1995) *Catástrofes naturales, riesgo e incertidumbre*. Buenos Aires, FLACSO. Serie Documentos e Informes de Investigación Nro. 197
- Natenzon, Claudia E. (1996) «Volcanes y comunicación social». En: *Riesgo volcánico*. Islas Canarias, Centro Internacional de Volcanología y Geofísica Volcánica/ CSIC/ UNESCO. Serie Casa de los Volcanes Nro.5 (223-244).
- Natenzon, Claudia E. et al. (1997) *Inundaciones, producción agropecuaria y agentes sociales de la cuenca del río Salado, Provincia de Buenos Aires*. Gorizia, Programma Emergenze di Massa/ Istituto di Sociologia Internazionale. Quaderno n.97 - 4; 19 p.
- Sidicaro, Ricardo (1997) «Consideraciones a propósito de las ideas del diario La Nación». En: *La Trastienda de la Investigación*. C Wainerman y R. Sautu, comp. Buenos Aires, de Belgrano; Cap.3. (73-90).
- Traversa, Oscar (s.d.f.) «El fin de las noticias» En: *Télam. Medio siglo de noticias*. Buenos Aires, [1995?], (17).

Trabalho aceito em junho de 2003.



OS ESPAÇOS URBANOS EM MOÇAMBIQUE

Manuel G. Mendes de Araújo *

RESUMO:

Os principais espaços urbanos de Moçambique são o resultado de um complexo processo de origem alógena, que se implantaram em território estranho, reproduzindo formas de organização espacial estranhas ao ambiente local. Com a independência nacional, esses espaços têm sofrido profundas alterações e reajustamentos que, apesar de tudo, não têm eliminado o carácter segregador que caracteriza estes espaços como duais.

Ao mesmo tempo, com a independência nacional e como consequência de uma série de fatores conjunturais, as cidades moçambicanas viram muito aumentada a sua população, sem que isso tivesse sido acompanhado pelo correspondente crescimento de infraestruturas e serviços urbanos. Esta situação fez com que os espaços urbanos do país se degradassem e neles proliferassem atividades informais, como estratégia de sobrevivência de uma parte considerável da sua população.

Face a tudo isto, as cidades moçambicanas sofrem transformações demasiado rápidas, o que tem dificultado as ações de planeamento. Por isso impera uma estrutura espontânea onde as condições de vida são bastante degradadas.

PALAVRAS-CHAVE:

Espaços urbanos, cidade, Moçambique

ABSTRACT:

The main urban space in Mozambique are the result of a complex allogeneic process of origin that was introduced in the strange territory reproducing odd forms of spatial organization to local environment. With the national independence, these spaces have been suffering deep modifications and restatements, above all, they have not eliminated segregated character in which these spaces are characterized as long as they are maintained dual.

At the same time, with the national independence and as a consequence of a range of conjunctures factors, the Mozambican cities got their population raised a lot. It happened without correspondent growth of substructure and urban services. This situation lead the countries' urban spaces to a degradation process making with informal activities, as survival strategy of a significant part of its population.

In face of this, the Mozambican cities suffers very fast transformations, that made complicated the management actions. That is why a spontaneous structure dominates where life conditions are deeply degraded.

KEY WORDS:

Urban space; city; Mozambique.

* Professor Catedrático de Geografia do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane e Director do Centro de Estudos de População

1. Introdução

Com o presente artigo pretende-se apresentar, para os espaços urbanos moçambicanos, a relação de dois processos de teor marcadamente geográfico: (i) a distribuição territorial da população e (ii) a urbanização.

Cada um deles mereceria uma análise em separado englobando: os fatores e consequências das formas de distribuição espacial da população e o papel dos espaços urbanos; as distorções que, num processo complexo e dinâmico de mobilidade populacional e de urbanização, surgem e marcam o território e; as tendências que se apresentam para o futuro, de forma a poder prever as correções mais adequadas a um desenvolvimento que se pretende sustentável e, de forma a que os espaços urbanos desempenhem um papel motor no seu crescimento e no desenvolvimento dos espaços sob a sua influência. Mas a sua estreita interdependência torna possível uma abordagem conjunta, considerando-se algumas das suas principais interrelações. A própria definição de cada um destes dois processos mostra a íntima e indissociável correlação entre eles existente.

De forma simples e muito geral, pode definir-se a distribuição geográfica da população como as diferentes formas de organização da sociedade no território, criando um conjunto de interrelações com o meio ambiente natural, dando origem a espaços bem definidos e com características próprias. É fácil perceber, numa definição como esta, a existência de um processo dinâmico de interinfluências sociais, econômicas, culturais e ambientais que resultam na edificação de espaços diferenciados, sendo um deles o urbano.

Partindo deste princípio, pode definir-se a urbanização como um processo específico de organização territorial da população que, na sua interrelação com o meio, cria um conjunto de actividades sociais, econômicas e culturais que resultam na formação de um espaço com características próprias de concentração de população, de produção, de serviços e de organização espacial.

É verdade que esta é uma definição bastante ampla que pode levar a conceitos diferentes daquilo que, de forma mais específica e

especializada, é considerado como urbano. No entanto, a urbanização tem que ser vista como um processo muito diversificado e diferente de região para região do globo, particularmente quando se está perante sistemas urbanos transplantados, como é o caso concreto de Moçambique e de quase toda a África subsahariana. Além disso, ela é suficientemente explícita no que respeita à colocação do fenómeno urbano dentro de um outro mais amplo, que é a distribuição geográfica da população.

O presente artigo não tem, de forma alguma, a pretensão de analisar os diferentes e complexos aspectos destes dois processos. Procura-se apenas levar a cabo uma análise sintética de algumas componentes do fenómeno urbano em Moçambique a partir do crescimento populacional no período que decorre entre a independência nacional em 1975 e o último recenseamento geral da população e habitação (RGPH) em 1997. A base para esta análise são os recenseamentos de 1970, 1980 e 1997 e o levantamento demográfico urbano de 1991, mas apenas para os 12 centros que em 1980 foram classificados como cidades (fig. 1).

2. A urbanização em Moçambique

Associa-se sempre a urbanização a um processo dinâmico e complexo de concentração de população num determinado espaço a partir do seu "situ" original, assumpção que parte da ideia de que, originalmente, a distribuição da população no território era de carácter disperso e rural. Apesar de toda a polémica que pode envolver, sempre prevaleceu, e ainda assim sucede, esta oposição entre rural-disperso/urbano-concentrado. Atualmente esta oposição é cada vez mais polémica e, porque não, menos verdadeira, em função das novas relações que se estabelecem na constituição dos espaços urbanos e rurais. Sendo isto uma realidade cada vez mais evidente nas regiões mais desenvolvidas, assim como em muitas outras que se encontram em etapas intermédias de desenvolvimento, na África subsahariana, onde se insere Moçambique, o dualismo entre o urbano e o rural ainda é muito marcado e manifesta-se por oposições notórias, que não se transformam de imediato e, de acordo

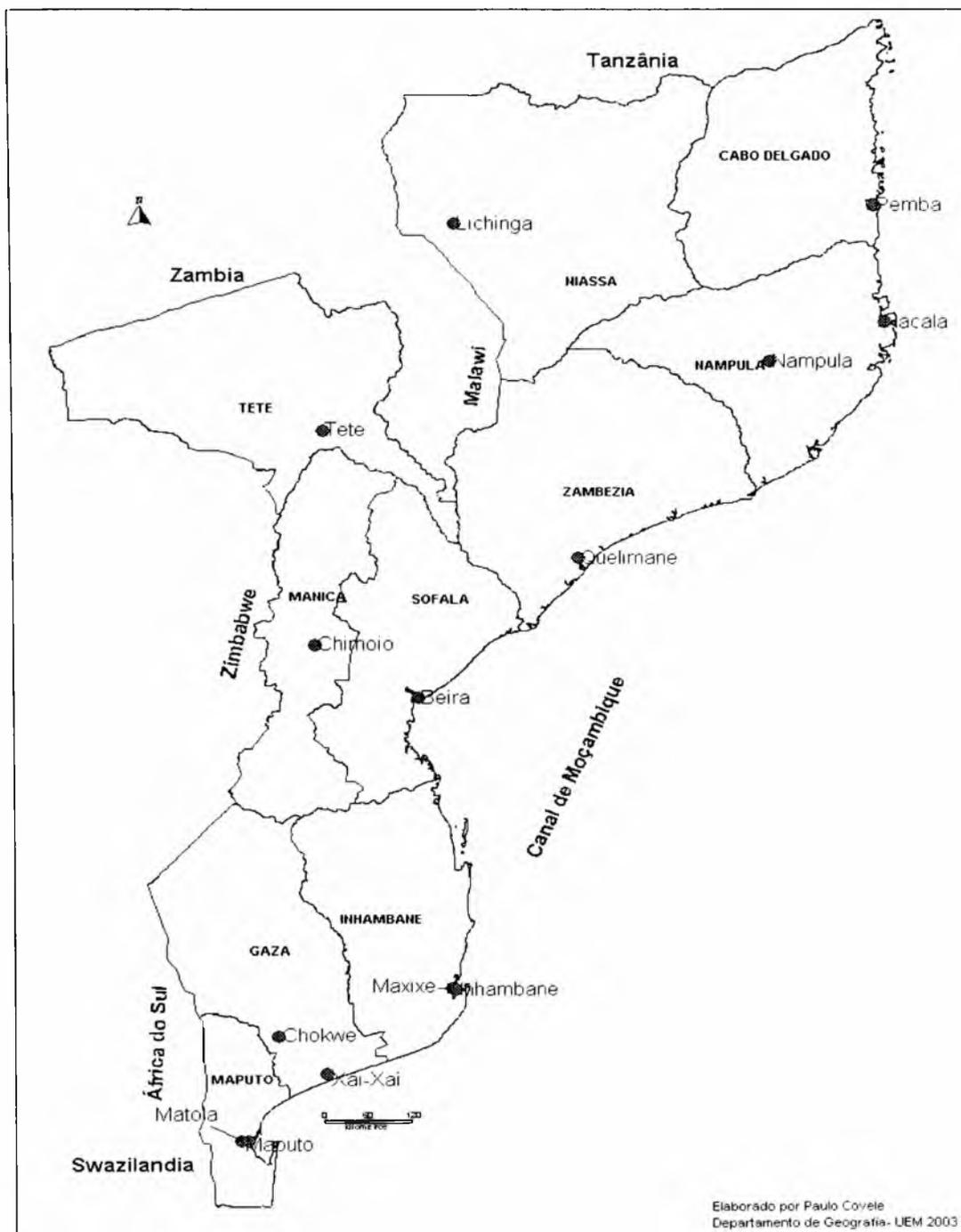


Figura 1. As 12 principais cidades de Moçambique

com a dimensão do movimento migratório, marcam a cidade que, muito gradualmente, cria a sua própria cultura, o que não sucede sem sobressaltos e antagonismos de diversa ordem.

Quando, numa situação de espaços urbanos já criados, se assiste a um aumento considerável de fluxos humanos oriundos do meio rural, como aconteceu nos últimos anos em Moçambique e em muitos outros países de África subsahariana, a transferência cultural vem provocar situações de relações conflituosas e desiguais, provocando o surgimento de espaços

segregados onde prevalecem, por bastante tempo, atitudes, hábitos e comportamentos rurais, dando origem a um fenómeno que, apesar de transitório, "ruraliza" os espaços urbanos, por muito polémico que seja este termo.

Os atuais espaços urbanos em Moçambique são resultantes de um processo alógeno, em que a concentração de atividades económicas foi decidida e imposta em função de interesses exteriores (coloniais), como sucedeu, igualmente, em toda a África subsahariana. Muitas vezes, nem sequer são interesses económicos diretos que

atuam como fator imediato da localização do "situ" urbano, mas antes interesses ligados às necessidades do poder colonial, como sejam o de controle militar e/ou administrativo e a exportação de matérias primas, geralmente provenientes do interior. Este processo transplantou modelos e percepções de organização do espaço oriundos das realidades das metrópoles coloniais, implantando-os num território para o qual se mantiveram, durante muito tempo, como corpos estranhos e antagônicos. Ainda hoje, as cidades e o campo moçambicanos apresentam alguns antagonismos que apenas o tempo e modelos mais adaptados às realidades e percepções locais vão reduzindo gradualmente. Por isso, a localização e características das actuais cidades moçambicanas (fig. 1), que não chegam a constituir uma rede urbana, é o resultado de interesses político-econômicos coloniais, sobre os quais se procurou ajustar, no pós-independência, as políticas nacionais de desenvolvimento.

Como escrevia Milton Santos, os assentamentos urbanos constituem uma forma particular de organização do espaço que preside às relações de um espaço maior, que é a sua área de influência, ou a sua região. É no âmbito destas relações que se insere o papel da cidade na distribuição territorial da população, assumindo a função de centro para o qual se dirige uma parte dos habitantes dessa região.

Em inúmeros estudos feitos em cidades africanas, constata-se que a atração de população para os principais centros urbanos varia na razão inversa da distância. Em Moçambique também se observa este princípio geral, pois a população imigrante das principais cidades é, maioritariamente, oriunda das províncias onde elas se situam, diminuindo o seu peso à medida que a distância aumenta. Mais de 80% dos imigrantes da cidade de Maputo, de acordo com os dados dos censos demográficos de 1980 e 1997, são oriundos das províncias a sul do rio Save¹. Para a cidade da Beira, os dados indicam que a sua população imigrante é, quase totalmente (perto de 90%), proveniente da própria província de Sofala, onde se localiza esta cidade. Além disso, os estudos existentes, ainda que poucos e muito dispersos, apontam para uma distribuição territorial da população que progride no sentido de uma maior

concentração em direção ao centro urbano. É nesta dinâmica que as cinturas peri-urbanas das cidades moçambicanas funcionam como "zonas de transição" do rural disperso para o urbano concentrado. Na realidade, as áreas peri-urbanas das cidades moçambicanas, administrativamente consideradas espaços urbanos, são cinturas de território onde as características da sociedade rural se misturam com formas econômico-sócio-culturais urbanas. Em vários bairros desta cintura peri-urbana, a maioria dos seus habitantes sobrevivem da atividade agrícola familiar, tal como sucedia nas áreas rurais de origem, assim como o tipo de habitação é semelhante àquele que tinham no campo. Para a população imigrante este espaço funciona, geralmente, como local de residência transitória, por três razões essenciais: primeiro, porque o objetivo é aproximar-se o mais possível do centro da cidade onde as possibilidades de trabalho, seja no setor formal, seja no informal, são maiores, não necessitando de fazer grandes despesas em transporte; em segundo lugar, e como fenómeno recente, porque estas áreas peri-urbanas são muito procuradas por residentes privilegiados do centro urbano, onde pretendem construir a sua segunda e terceira residência, sem problemas de espaço, num processo nem sempre pacífico e onde o elo mais fraco é a família imigrante; um terceiro aspecto é o fato de estas áreas peri-urbanas servirem para a localização de novas áreas de expansão urbana planificada para a instalação de população retirada de áreas problemáticas.

Em Moçambique, as décadas de 70, 80 e 90 foram caracterizadas pela ocorrência de factores conjunturais adversos (guerra colonial, guerra civil, calamidades naturais) que alteraram o desenvolvimento normal da distribuição territorial da população a partir dos centros urbanos. Este fenómeno, que foi bem estudado na República Democrática do Congo (ex-Zaire), inverteu o sentido da expansão urbana, com todas as consequências sociais, económicas e ambientais daí decorrentes. Isto sucedeu porque os factores conjunturais referidos tornaram o meio rural extremamente repulsivo e os espaços urbanos e urbanizados adquiriram valores atrativos que, embora apenas aparentes, surgem hipervalorizados.

O movimento centrípeto da população supera, em grande medida, a força centrífuga da expansão urbana. Isto altera os modelos clássicos, criando um fenómeno atualmente muito frequente em África, designado por "implosão urbana". Isto significa que uma parte considerável do crescimento urbano não tem sido feito à custa do espaço peri-urbano, mas tem sido a periferia que avança em direcção ao centro, conferindo a este características marcantes de suburbanização e de "ruralização". Em Moçambique, com o retorno a uma situação mais estrutural a partir de 1992, esta dinâmica está a ser alterada, voltando a aproximar-se dos modelos mais clássicos, onde o poder do capital e a especulação fundiária urbana retomam o seu lugar determinante e perverso para os grupos mais desfavorecidos.

Um outro fator que em África tem tido implicações directas no processo urbano, é aquele que diferentes autores designam por "reclassificação urbana". Esta consiste no aumento, por "decreto", da área das cidades, alterando os seus limites administrativos, com o argumento de que a cidade necessita de novas áreas de expansão. Este fenómeno, que confunde o processo urbano com a divisão administrativa, introduz, administrativamente, espaços de características sócio-económico-culturais rurais dentro dos limites do município urbano, o que induz uma série de indefinições que apenas agudizam as contradições e as dificuldades de gestão municipal. Em Moçambique, com a alteração da divisão administrativa de 1986, vários milhares de famílias adormeceram como rurais e acordaram como urbanas, sem que se tivessem processado quaisquer alterações de organização espacial, económicas, sociais ou culturais. Na realidade, estes espaços, assim como a população neles residente, continuaram rurais, mas ficaram à disposição de intervenções urbanas que, em geral, excluem a população que há muito ali residia. Mas este fenómeno tem um outro aspecto negativo, que é o de retirar às áreas administrativas vizinhas da cidade (distritos ou municípios) espaços e atividades económicas importantes para o desenvolvimento destas últimas. É muito duvidoso que um modelo deste tipo possa trazer benefícios para o desenvolvimento dos espaços urbanos e rurais. Antes pelo contrário, cria problemas e

constrangimentos a nível, por exemplo, de análises comparativas de desenvolvimento no tempo e no espaço, assim como na definição de estratégias de desenvolvimento.

A cidade colonial, em Moçambique, apresentava uma característica dual muito marcada: por um lado, a chamada "cidade de cimento", branca, de desenvolvimento vertical, planificada, com infraestruturas e serviços; em oposição, a designada "cidade de caniço"², negra, suburbana, horizontal, não planificada, de construção espontânea e de material precário (estacas, barro, caniço, etc.), sem infraestruturas e serviços e que se dispunha à volta da "cidade de cimento", cercando-a.

As transformações ocorridas nestes espaços depois da independência nacional não eliminaram a dualidade económica, social e de organização territorial, pois a principal alteração foi apenas demográfica, com as consequências daí decorrentes. A "cidade de cimento" mantém-se com as mesmas características, mas mais degradada em termos de infraestruturas e serviços. Ela apenas deixou de ser "branca", mas não deixou de segregar a área suburbana (a "cidade de caniço"). Esta, por seu lado, manteve, e até agudizou, as características de precaridade e de espaço excluído, mas, ao mesmo tempo, adquiriu outras facetas resultantes do impacto dos fluxos migratórios que mais adiante se apresentarão.

O espaço mais ou menos homogêneo que constituía esta "cidade de caniço" e que rodeava a de "cimento" deu origem a dois anéis que passaram a designar-se por "área suburbana" e "área periurbana". O primeiro corresponde à antiga "cidade de caniço", mas onde o caniço e as estacas estão, rapidamente, a ser substituídos por outro tipo de material de construção, mais durável, como o zinco, os blocos de argila secos ao sol e onde o cimento é fundamental. De tal forma isto é evidente que estas novas características são apontadas como indicadores de urbanização da população com menos recursos económicos e segregada do "cimento". O segundo anel é resultante do aumento dos limites administrativos da cidade e onde as características rurais residenciais, produtivas e sócio-culturais se mantêm ainda muito vivas, mas onde começam a

surgir espaços urbanizados de classes economicamente mais favorecidas que ocupam o solo e afastam a população mais pobre já ali residente.

Assim, surge um modelo de estrutura urbana constituído por três manchas circulares concêntricas (fig. 2), onde as condições de urbanização e sócio-econômicas se degradam do centro para a periferia.

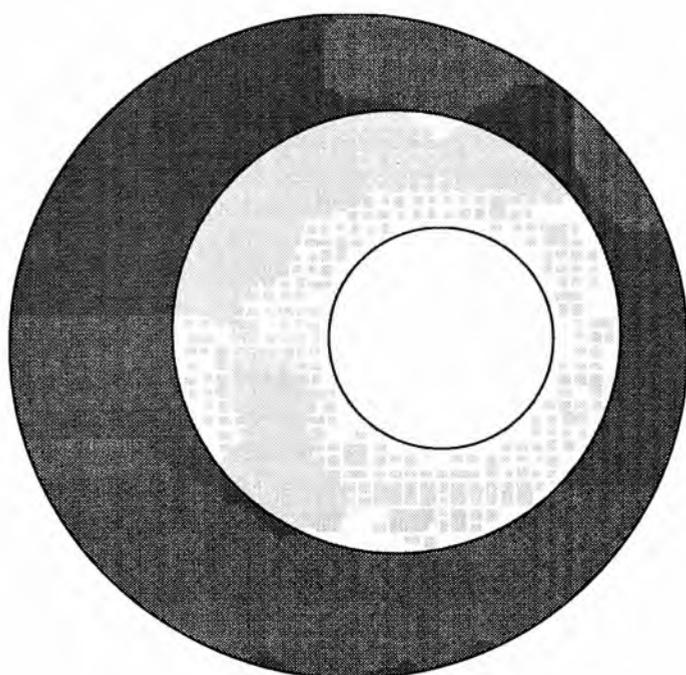


Figura 2 – Modelo da organização espacial dos espaços urbanos em Moçambique

- Área urbana
(Cidade de cimento)
- Área suburbana
(Cidade de caniço)
- Área peri-urbana

As características de cada um destes três espaços podem sintetizar-se da seguinte forma:

“cidade de cimento” também designada por área urbana – organizada territorialmente, obedecendo a uma planta ortogonal; com rede viária pavimentada, apesar de muito degradada; serviços de saneamento básico; redes de abastecimento de energia eléctrica e de água potável e de telecomunicações; construção, em geral, vertical; concentração de comércio, serviços e algumas indústrias; falta de espaços verdes e de lazer.

Área suburbana, conhecida por “cidade de caniço” – constituída por bairros não planejados, de planta indiferenciada ou anárquica; elevada densidade de ocupação do solo, dificultando a circulação e falta de espaço para serviços; redes de abastecimento de energia eléctrica e de água potável deficientes ou inexistentes; falta ou muito deficiente rede de telecomunicações; falta de serviços de saneamento básico; construção horizontal,

com predominância de material de construção de baixo custo ou precário; falta de serviços e deficiente rede comercial; dificuldades de circulação viária; área fundamentalmente residencial de classes trabalhadoras pobres; existência de algumas unidades industriais; graves problemas ambientais.

Área periurbana – espaço de expansão da cidade, ainda com muito terreno para edificação; manchas de bairros planejados que alternam com bairros espontâneos e residências rurais dispersas, ainda muito frequentes; construção totalmente horizontal, alternando o material de construção durável com o precário; redes de abastecimento de energia eléctrica e de água potável inexistentes ou deficientes; falta de serviços de saneamento básico; dificuldade de circulação viária por falta de vias adequadas, com exceção dos eixos de saída e entrada da cidade; persistência de atividades rurais como a agricultura familiar e a criação de gado; a população é constituída por camponeses há muito tempo ali residentes, por

imigrantes de outras áreas rurais e "imigrantes" urbanos vindos da "cidade de cimento" para aqui instalarem residências, vulgarmente designadas por quintas.

3. A evolução da população urbana em Moçambique

As migrações são, por princípio, um poderoso factor de transformação dos meios natural, social, cultural e económico. Agentes ativos das modificações do meio ambiente, os migrantes não são, como muitas vezes se considera, simples predadores. É incorreto ver nos movimentos migratórios apenas o seu lado negativo, pois eles engendram processos de transformação extremamente positivos para o desenvolvimento das regiões de partida e de chegada. Autores como Roland Pourtier, por exemplo, defendem que os movimentos migratórios podem ser um excelente fator de inovação do modo de exploração dos recursos e das relações sociais e de trabalho, pois eles podem funcionar como mola de desenvolvimento a médio e longo prazos.

É verdade que as migrações provocam desequilíbrios porque modificam, nos lugares de partida e de chegada, as relações sociedade/natureza, espaço/sociedade e recursos/população. Mas, pelos próprios desequilíbrios que desencadeia, leva à procura de novas relações e novos equilíbrios que, dimensionados de forma adequada, estão na origem de um maior desenvolvimento sócio-económico.

Quando se estudam as migrações rurais-urbanas, é norma mais ou menos generalizada enfatizar os aspectos que, por preocuparem os residentes urbanos, em particular aqueles que detêm o poder político e económico, são considerados como problemas para o desenvolvimento. Esta abordagem e forma de pensar esquece que, em geral, as cidades são um produto da imigração. Esta questão deve ser analisada de forma mais cuidadosa e complexa, em particular quando interferem fatores conjunturais que, agindo sobre uma base estrutural precária, como sucede em muitos países africanos, criam desequilíbrios de consequências imprevisíveis. Isto torna-se mais evidente quando os movimentos migratórios em direção às urbes, para além de serem conjunturais,

adquirem dimensão e dinâmica de difícil previsão e controle.

A rapidez e a dimensão do crescimento demográfico dos espaços urbanos na África subsahariana, que não tem sido acompanhado por um desenvolvimento urbano equivalente, tem alterado profundamente o meio ambiente e toda a estrutura sócio-económica urbana, suburbana, peri-urbana e mesmo a rural. Em muitos casos, isto tem sido agravado com a ocorrência de movimentos migratórios de conjuntura, como aqueles provocados por instabilidade político-militar e por calamidades naturais. Autores como Ilídio Amaral referem que, em África, os fluxos migratórios resultantes do êxodo rural que se tem feito sentir nos últimos anos, levam as cidades para uma "espiral de crescimento demográfico que tem sido classificado como excessivo e incontrolado" Mas este "excessivo" e "incontrolado" deve ser visto em função da falta de meios que permitam gerir o processo da formação de grandes concentrações humanas para onde se faz a transferência demográfica, económica, social e cultural do meio rural. Esta escassez é agravada pela ausência de perspectivas e de políticas para o desenvolvimento urbano, fazendo-se este ao sabor do acaso e/ou de interesses particulares que, na quase totalidade das vezes, criam obstáculos a tudo que sejam ações de planeamento integrado que visem a melhoria das condições de vida da população em geral.

Como já acima se referiu, os principais centros urbanos de Moçambique surgem num processo alógeno que originou dois movimentos espaciais de população subsequentes e opostos: com a instalação dos espaços urbanos estranhos ao meio sócio-económico local, copiando os modelos do colonizador, a população originariamente neles residente foi excluída, sendo obrigada a deslocar-se para espaços rurais mais ou menos próximos; com o desenvolvimento desses espaços urbanos, as atividades económicas neles geradas necessitam e atraem um número considerável de mão de obra barata e não especializada. Estes fluxos, num primeiro momento, dirigem-se para as áreas peri-urbanas e, posteriormente, estendem-se para áreas mais próximas do centro das cidades, formando faixas suburbanas

densamente ocupadas e sem as necessárias condições de saneamento, acesso a serviços, planejamento, etc. Estes movimentos migratórios são menos o resultado das condições atrativas das cidades, e mais consequência da situação precária da economia rural, que, em Moçambique, como em muitos países africanos, se apresenta bastante repulsiva. Esta percepção continua nas pessoas imigrantes, mesmo que as condições de vida que vieram encontrar na cidade sejam, na prática, piores que as que tinham no campo.

Neste trabalho apresentam-se apenas alguns dados estatísticos mais recentes e, com base neles ensaiar-se-á uma breve análise que possa permitir, de algum modo, caracterizar a evolução do fenômeno urbano no pós-independência nacional, em 1975. Mas a comparação dos dados de 1970 e 1980 com os

de 91 e 97 não é fácil porque: (i) os dados de 91 e 97 incluem novos aglomerados humanos que em 80 não haviam sido considerados urbanos, aproximando-se da proposta feita em 1988 pelo autor deste artigo; (ii) em relação às cidades consideradas em 1980, houve diversas alterações dos seus limites administrativos, pelo que população residente em espaços rurais em 1980, passou a ser contada como urbana em 91 e 97, sem mudar de local de residência.

Tentando uma análise comparativa que permita uma ideia aproximada do papel dos fluxos migratórios rurais-urbanos no período 70-97, considerar-se-ão apenas os valores correspondentes às cidades consideradas como tal em 1980 (tabela 1 e fig. 3). Mesmo assim, mantém-se o segundo obstáculo atrás referido.

Tabela 1 – Crescimento da população residente nas cidades consideradas pelo censo de 1980 (197-1997)

Cidades	Anos				Taxa crescimento médio anual (%)		
	1970	1980	1991	1997	1970-80	1908-91	1991-97
Lichinga	3.011	39.004	62.995	85.758	29,2	4,5	5,3
Pemba	3.629	41.166	66.352	84.897	27,5	4,4	4,2
Nampula	23.072	145.772	232.670	303.346	20,2	4,3	4,5
Nacala	4.601	75.038	125.208	158.248	32,2	4,8	4,0
Quelimane	10.522	60.151	145.398	150.116	19,1	8,4	0,5
Tete	4.549	45.119	94.369	101.984	25,8	6,9	1,3
Chimoio		68.125	105.818	171.056	-	4,1	8,3
Beira	46.293	214.613	294.197	397.368	16,6	2,9	5,1
Inhambane	4.975	56.439	70.892	52.370	27,5	2,1	12,8
Maxixe				93.985			
Xai-Xai	5.234	43.794	87.935	99.442	23,7	6,5	2,1
Chokwé		10.871	55.387	56.291		16,0	0,3
Matola	101.754	755.300	1.209.015	424.662	22,2	4,4	2,4
Maputo				966.837			
Total	207.600	1.555.342	2.550.236	3.060.602	22,3	4,6	3,1

Entre 1970 e 1997 ocorreram no país uma série de acontecimentos que agiram sobre a mobilidade da população como factores conjunturais que, aliados aos factores estruturais das migrações campo-cidade, vieram provocar alterações nos movimentos populacionais em direção aos principais centros urbanos. No primeiro

período aqui considerado (1970-1980) ocorreu a independência nacional, que, tendo libertado o país da dominação colonial, abriu as cidades aos moçambicanos que, naturalmente, as ocuparam. Foi uma fase de explosão urbana com substituição de população. Entre 1980 e 1991, foi a guerra civil que durante longos anos afligiu o país, em

particular as áreas rurais e as periferias urbanas. Foi uma etapa de implosão urbana, de "ruralização" das áreas mais periféricas do espaço das cidades e de "suburbanização" de espaços "vagos" do interior das urbes. O terceiro período, de 1991 a 1997, foi afetado por algumas catástrofes naturais, mas o crescimento demográfico urbano parece querer retomar o ritmo estrutural e a cidade acentua a segregação social e económica interna, acentuando a dualidade.

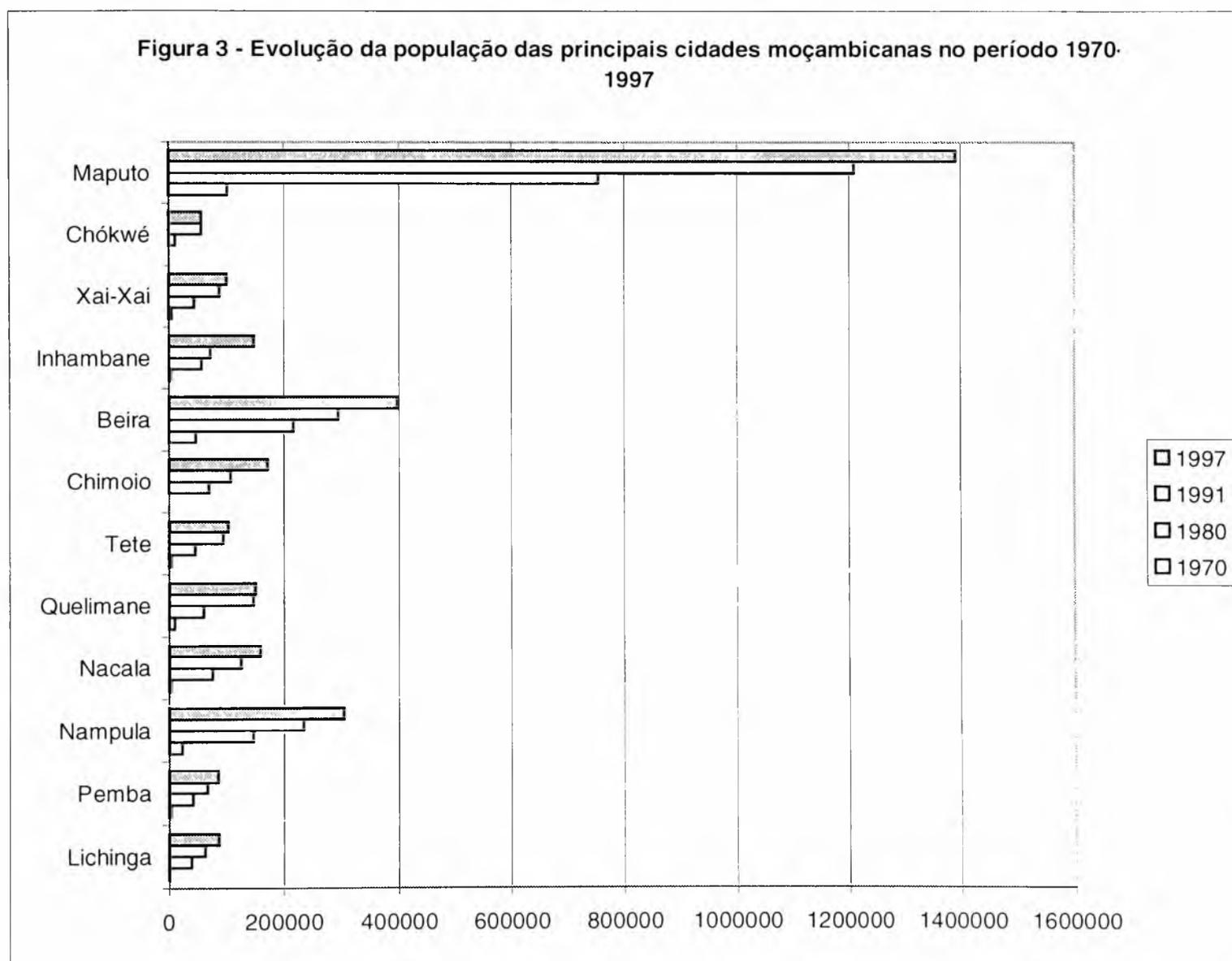
3.1. A libertação da cidade

Em 1970 o peso da população estrangeira (colona) era muito elevado, estimando-se em cerca de 40%. Ela ocupava, na totalidade, o centro urbanizado das cidades (a "cidade de cimento"), assim como alguns bairros periféricos construídos

de propósito, ao longo de eixos rodoviários de saída da cidade, para uma classe de colonos de menores recursos económicos, fundamentalmente operários e funcionários públicos. Foi assim que surgiram, em Maputo (então Lourenço Marques), bairros como o de Benfica e do Choupal (actual 25 de Junho).

Com a independência nacional, a quase totalidade dos estrangeiros abandonou o país e as cidades foram ocupadas por população moçambicana que, vinda dos subúrbios se deslocaram para o centro urbanizado e, oriundos do campo, se instalaram na área suburbana e também na urbana.

Entre 1970 e 1980, a população urbana aumentou 7,5 vezes (tabela 1). Neste período, a



taxa média anual de crescimento demográfico para o conjunto do país ultrapassou os 20%. Das 12 cidades aqui consideradas, apenas duas (Quelimane e Beira) não atingiram os 20% de crescimento médio anual, mas ele foi superior a 15%. A urbe onde este crescimento "explosivo" foi mais pronunciado, foi a cidade portuária de Nacala, na província nortenha de Nampula, que ultrapassou os 30%.

As cidades, concebidas e com infraestruturas para albergarem uma população limitada, sofreram um impacto negativo muito grande ao receberem, sem que para tal fossem preparadas, um número de pessoas muitas vezes superior. Durante este período não houve ampliação das infraestruturas existentes, nem construção de novas. Ao contrário, a pressão sobre elas exercida por um número tão grande de pessoas, levou à sua rápida degradação. De realçar o fato de, durante este espaço de tempo, as cidades não terem tido construção de novos edifícios residenciais ou de serviços em material definitivo (durável).

A "cidade de caniço", na área suburbana, cresceu muito e densificou de tal forma a ocupação do solo que a circulação viária deixou de ser possível, assim como dificultou ou impossibilitou a construção de infraestruturas básicas. A "cidade de cimento", ocupada por uma população muito superior àquela que as suas infraestruturas e tipo de residências permitiam, entrou, rapidamente, num acelerado processo de degradação residencial e intraestrutural. A cidade de Nacala, por exemplo, com infraestruturas e residências calculadas para 10 a 15 mil habitantes, viu-se, num curto espaço de tempo (1975-80) com uma população residente de 75.000 pessoas.

Deve ter-se em conta que neste período, ao contrário do que se passou no seguinte, as áreas administrativas urbanas não foram alteradas, pelo que este crescimento se deu dentro do mesmo espaço.

Entre 1970 e 1980 a "cidade de cimento" transformou-se radicalmente no que diz respeito às características culturais, sociais e económicas dos seus residentes. Tendo mantido a mesma estrutura urbana e o mesmo tipo de edificações, estas passaram a ser usadas de acordo com novos valores, fato que prejudicou muito a sua

manutenção e gestão. Mas ela continuou a ser segregadora, mantendo-se como uma forma de organização espacial, económica e social separada da "cidade de caniço" e do mundo rural. A dualidade, característica da cidade colonial, manteve-se.

As cidades de "cimento" e de "caniço" viram muito densificada a ocupação do espaço, sendo esta feita de forma espontânea. Nos bairros suburbanos ("cidade de caniço") a densidade demográfica subiu em flecha.

3.2. A cidade como refúgio

Em 1980, a população considerada urbana em Moçambique representava 12,8% da população total do país. Neste valor não se inclui a população residente em aglomerados que, de acordo com critérios propostos pelo autor deste artigo em 1988, são espaços urbanizados. Considerando estes, a população urbana de 1980 cresce ligeiramente, situando-se ao nível dos valores apontados para outros países da África Oriental (15%).

Por impossibilidade de se realizar o censo demográfico de 1990 devido à insegurança que a guerra civil provocava, em particular nas áreas rurais, realizou-se, em 1991, um levantamento demográfico que abrangeu todas as principais áreas urbanas. De acordo com este, a população urbana de Moçambique aproximou-se dos 3 milhões de residentes.

O período de 1980 a 1991 corresponde à fase mais intensa da guerra civil que o país viveu durante vários anos, e que terminou em 1992 com os acordos de Roma. Apesar de não ter qualquer comparação com a "explosão" observada no período anterior, na década de 80 continuou a assistir-se a um crescimento demográfico considerável das áreas urbanas moçambicanas, pois elas funcionaram como lugar de refúgio seguro para a população rural fustigada pelo flagelo da guerra. No conjunto dos 12 centros urbanos aqui considerados, constata-se que neste período se observou um acréscimo, em números absolutos, de 90.400 pessoas por ano (tabela 1), que correspondeu a uma taxa de crescimento médio anual de 4,6%. Considerando que a taxa de crescimento natural da população urbana não ultrapassou os 2,2%, de acordo com dados do

Instituto Nacional de Estatística (INE), então os fluxos migratórios continuaram a ter, neste período, uma contribuição significativa (2,4%) no crescimento demográfico das cidades. Mas observando-se a situação de cada uma delas (tabela 1), verifica-se que as suas taxas de crescimento populacional se apresentam com uma amplitude de variação considerável (2,1% em Inhambane/Maxixe para 16,0% no Chókwé), o que pressupõe situações bem diferenciadas. As cidades que neste período mais cresceram demograficamente, não foram as que apresentavam condições sócio-econômicas mais atrativas, mas aquelas que confinavam com as áreas rurais mais afetadas pelo conflito armado, e onde não havia outros centros urbanos próximos para refúgio da população.

Porque o crescimento natural da população urbana é bastante homogêneo, então os fluxos migratórios em direção às áreas urbanas apresentam-se, neste período, como um importante fator do seu crescimento demográfico, com particular realce para as cidades do Chókwé, Quelimane, Tete e Xai-Xai.

Mas neste período (80-91) em que a guerra civil condicionou toda a evolução do país, dois espaços urbanos surgem como exceção, pois apresentaram um crescimento muito semelhante ao natural (cidade da Beira), ou inferior a este (cidades de Inhambane e Maxixe), como se pode observar na tabela 1 e na figura 3. Não é fácil encontrar razões objetivas para esta exceção à norma do período. No entanto uma hipótese provável terá a ver com a situação econômica e social extremamente degradada destas cidades, que as tornava menos atrativas que as restantes, assim como o fato de terem sido diretamente afetadas pela guerra civil nas suas áreas suburbanas e periurbanas, como foi o caso da Maxixe e da área periurbana e suburbana da Beira. Neste período muitos residentes de Inhambane/Maxixe demandaram a "cidade grande" isto é, Maputo/Matola.

A grande "explosão" da cidade de Chókwé poderá ser entendida pelo facto de ela ser o único espaço urbano com segurança no interior numa vasta área rural, no vale do rio Limpopo, com um desenvolvimento agrário considerável. A guerra fez com que a maior parte dos camponeses desta

área procurassem refúgio na cidade do Chókwé, sem se afastarem demasiado das suas propriedades agrícolas.

Os valores do crescimento da população urbana neste período foram afetados por alterações que foram introduzidas nos limites destas cidades em 1986. Por isso não se pode afirmar que, para além do crescimento natural, o crescimento demográfico das cidades moçambicanas entre 1980 e 1991 se deve apenas ao movimento de pessoas que abandonam as suas áreas rurais de origem e demandam os espaços urbanos. Não tendo sido feitos estudos exatos do impacto demográfico das novas áreas inseridas dentro do perímetro urbano, algumas estimativas feitas a partir da população nelas existente, apontam para valores que oscilam entre os 3% e os 5% do valor absoluto do crescimento observado entre 1980 e 1991. Sendo assim, isto não altera em muito a taxa média de crescimento demográfico do período resultante da chegada de população vinda das áreas rurais.

Apesar de menos pronunciado que na década anterior, continuou a assistir-se ao fenómeno de implosão, porque, devido à guerra, as pessoas procuravam aproximar-se o mais possível do centro, continuando a preencher todos os espaços livres. Nesta época foram ocupadas muitas áreas destinadas a jardins, protegidas, pantanosas, de antigas lixeiras e destinadas a infraestruturas. Mas ao contrário do que sucedeu no período anterior, a área periurbana cresceu muito como resultado da alteração dos limites administrativos.

Assim, consideradas as taxas médias de crescimento demográfico anual deste período para o conjunto das 12 principais cidades do país, ele não pode ser considerado muito elevado tendo em conta os parâmetros do continente africano a sul do Sahara, onde as condições estruturais de rejeição do campo afastam deste muita população.

3.3. Início de estabilização

O Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997 indica para todo o país uma população urbana de 4.454.859 habitantes, que corresponde a 29,2 % da população total. Considerando apenas os 12 centros urbanos já

referidos, o período 1991-97 teve um acréscimo anual ligeiramente menor que na década anterior, atingindo os 85.000 novos residentes por ano, correspondendo a uma taxa de crescimento anual de apenas 3,1%.

Logo após os acordos de Roma que puseram fim à longa e destrutiva guerra civil, esperava-se que a maior parte da população que havia demandado a cidade para fugir da guerra, retornassem aos seus lugares de origem, pois a cidade não lhes oferecia condições de trabalho e de vida mínimas. Contudo, conforme se pode constatar pela tabela 1 e a figura 3, apenas quatro das doze cidades aqui consideradas observaram um crescimento real inferior ao natural, pelo que perderam população neste período. Elas coincidem com as que no período anterior tiveram as maiores taxas médias anuais de crescimento demográfico. Em contrapartida, as cidades que durante a guerra civil menos população receberam, com a paz albergaram um número considerável de novos migrantes, como foi o caso de Inhambane/Maxixe, que, neste período, cresceu com uma taxa média anual de 12,8%, do Chimoio (8,3%) e da Beira (5,1%). As restantes mantiveram ritmos de crescimento demográfico semelhantes à fase anterior, com exceção da área urbana Maputo/Matola cujo crescimento demográfico foi apenas resultado do crescimento natural (2,4%).

As razões para este comportamento diferenciado entre as cidades ainda não estão estudadas e, por serem bastante complexas, não é curial avançar qualquer hipótese.

Segundo alguns inquéritos realizados pelo Departamento de Geografia e o Centro de Estudos de População da UEM nas cidades de Maputo e Matola, os jovens e os adultos não tinham intenção de regressar aos seus lugares de origem. Mesmo não tendo trabalho formal na cidade, declararam-se decididos a continuar na "cidade grande", mesmo sobrevivendo de atividades informais. Apenas mulheres e homens com mais de 45 anos manifestaram alguma vontade de retornar às suas aldeias para recuperarem as suas machambas¹ e árvores de fruta.

A partir de 1992, ao contrário da que havia sucedido nas duas fases antecedentes, a cidade retoma o seu crescimento para o anel exterior (os bairros da periferia), para onde se transferem

muitos dos residentes dos anéis internos, em particular da área urbana. Mas este movimento não está a ser feito sem antagonismos, pois em muitos casos os novos residentes, vindos da área urbana, e pertencentes a classes economicamente mais favorecidas, instalam as suas novas residências afastando antigos moradores que, por falta de recursos, não têm como resistir à sua "expulsão". A cidade sai de uma fase de implosão e entra numa de expansão, transformando a periferia. Ao mesmo tempo, a área urbana inicia uma fase de construção residencial das classes mais abastadas em espaços que nos planos directores eram considerados como áreas de preservação ambiental.

O período após guerra civil ainda necessita de muito estudo para se entenderem os complexos aspectos de uma dinâmica resultante de interesses diversos, sem planos municipais e urbanos que, normalmente, surgem à posteriori.

3.4. Percepção e realidade

É muito comum dizer e escrever que as cidades moçambicanas receberam fluxos migratórios muito grandes, tendo vivido situações nunca antes observadas noutros pontos do continente. Estas afirmações referem-se, sempre, ao período que decorreu entre 1980 e 1991, isto é, na fase mais intensa da guerra civil.

Observando com atenção os gráficos 3 e seguintes, podem distinguir-se três situações: (i) cidades com um grande crescimento no período 80-91, e que depois inverteram completamente esse crescimento, como sucedeu em Quelimane, Tete, Xai-Xai e Chokwé; (ii) cidades que, ao contrário, tiveram um crescimento mais pronunciado no período posterior a 91, isto é, depois do final da guerra civil, como aconteceu com Chimoio, Beira e Inhambane/Maxixe; (iii) cidades que mantiveram o ritmo de crescimento a níveis semelhantes nos dois períodos.

Face à frieza dos números, as afirmações e ideias de um exagerado fluxo migratório rural-urbano em Moçambique, com exceção do período 70-80, parecem não ser correctas. Então quais as razões desta percepção que é sentida, no dia a dia das principais urbes, pelo cidadão e que configura situações de degradação urbana?

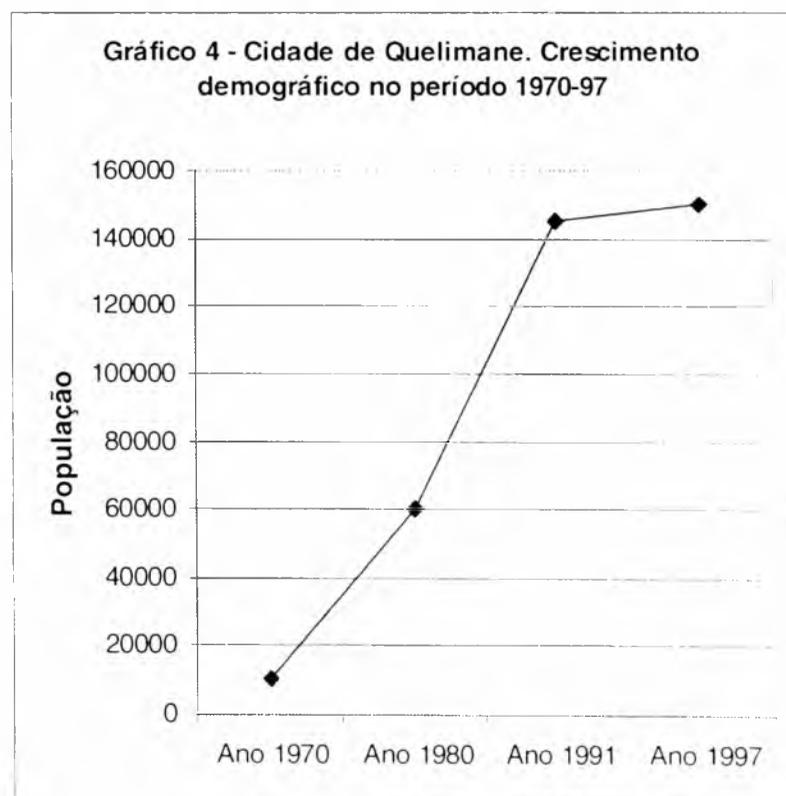
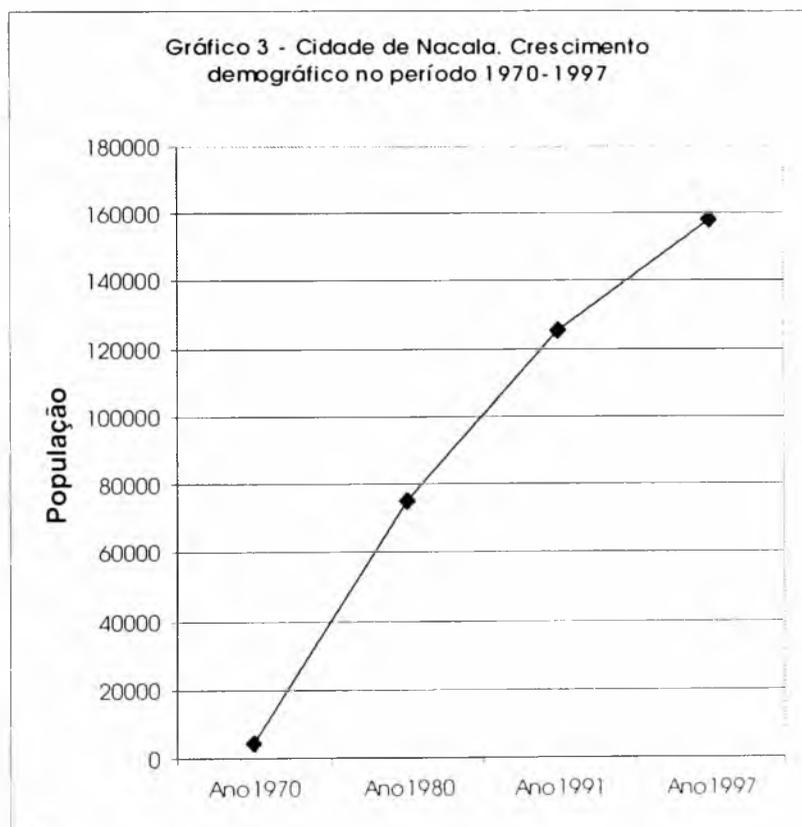
Uma hipótese que poderá indicar algumas

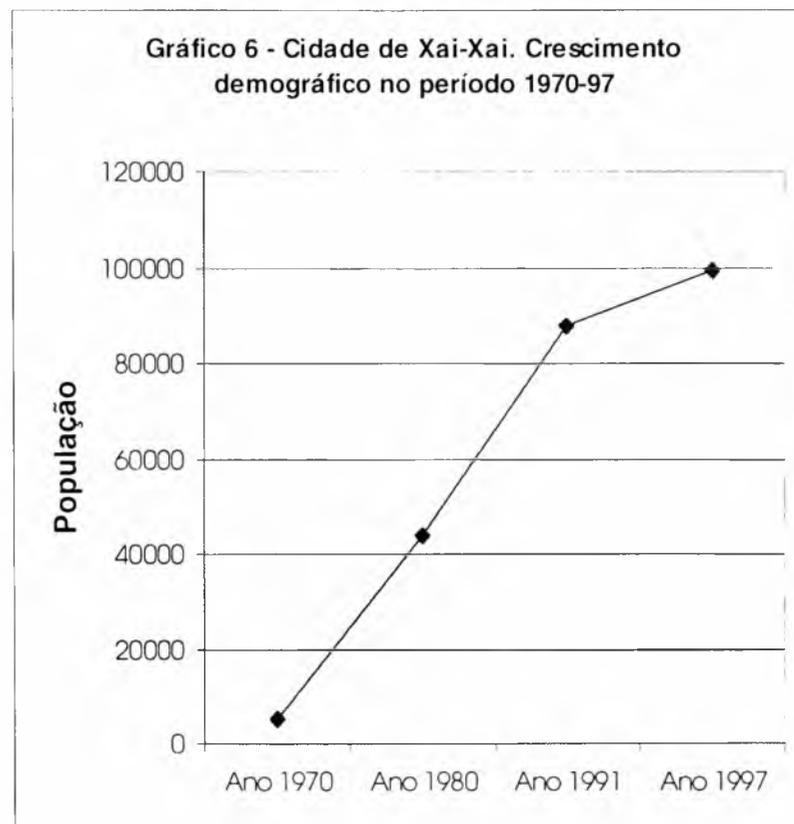
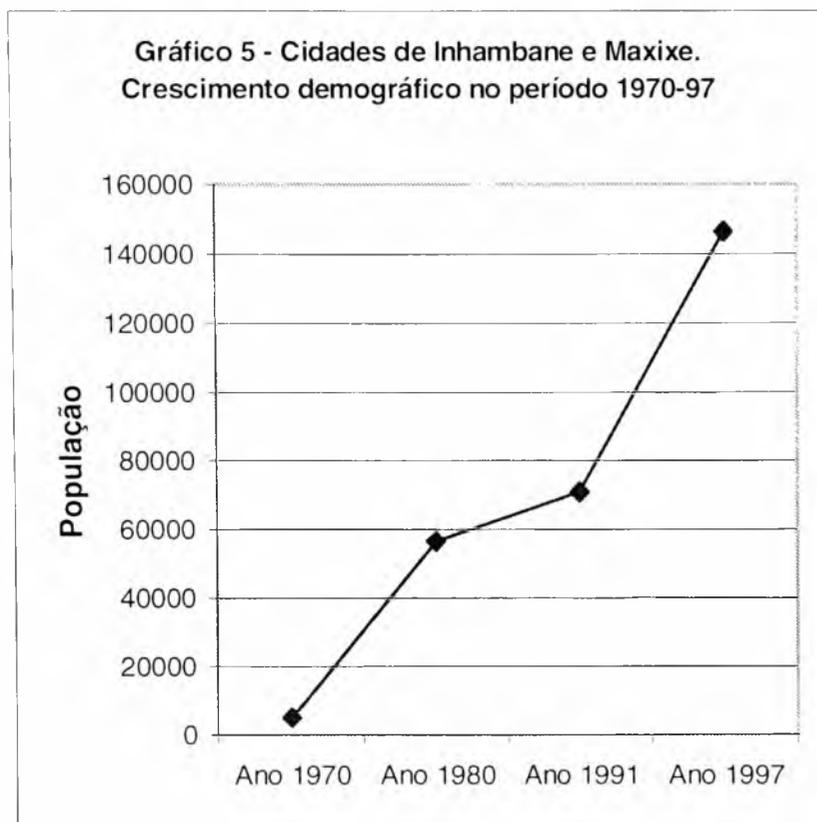
pistas de explicação para este contraste entre os números e a percepção, deve procurar-se no excepcional crescimento populacional das cidades logo após a independência nacional, sem que as infraestruturas residenciais, económicas e de serviços tivessem sido alteradas, assim como no fenómeno da implosão urbana, observado no segundo período, que coincidiu com um crescimento negativo de postos de trabalho. Inquéritos realizados entre 1991 e 1992 em alguns bairros da cidade de Maputo indicam números consideráveis (entre 10% e 50%) de residentes vindos de áreas peri-urbanas e mesmo suburbanas, durante os últimos anos, por razões que vão desde a segurança até ao transporte. Assim, há um "enchimento" do centro, mas sem que signifique aumento da população urbana, pois já haviam sido contados como tal. É um fenómeno de mobilidade residencial intra-urbana. Este aspecto, aliado à estagnação da construção residencial e da criação de novos postos de trabalho, cria uma situação social real de excesso de população urbana, mas apenas aparente de crescimento populacional ao nível correspondente.

Porque as hipóteses de trabalho formal não

existem, os novos residentes, para sobreviver, desenvolvem diversas atividades informais, em particular de comércio de rua e de criação de grandes áreas com mercados informais, designados por *dumbanengues* em Maputo e *chungamoios* na Beira. Alguns estudos realizados pelas autoridades municipais de Maputo e pelo INE, indicam que as atividades informais, nesta cidade, ocupam mais de 50% da população em idade ativa, em particular feminina. Esta actividade informal induz uma imagem diária de muita gente a circular pela cidade e enchendo os mercados informais. Além disso, sendo a cidade o melhor mercado consumidor, centenas de pessoas residentes nas áreas rurais próximas da cidade deslocam-se, diariamente, para esta para venderem, no informal, os seus produtos e adquirirem os que necessitam. Isto faz com que, durante o dia, a cidade se afigure mais cheia.

Mas esta percepção de "gente a mais" é mais evidente entre a população economicamente mais favorecida da área urbana, porque se sente "incomodada" pela pressão demográfica dos informais e indigentes, assim como pelo que isso provoca na degradação urbana.





4. Cidades mais femininas

Um outro aspecto ligado com os movimentos migratórios, em particular os rurais-urbanos, diz respeito à relação entre os sexos. As cidades moçambicanas, não fugindo à realidade continental, apresentam em todos os censos até 1980 um "sex-ratio" superior a 100, com uma exceção histórica, que é a das cidades de Inhambane/Maxixe. Esta é uma situação muito frequente quando as migrações para as cidades se realizam numa situação estrutural. Em geral, quem primeiro se dirige para a cidade para tentar melhorar as condições de vida, são homens em idade de trabalhar. No local de origem ficam os restantes membros do agregado familiar, maioritariamente mulheres e crianças. Assim, a família fica com duas fontes de rendimento: uma no local de origem e outra na cidade. Em Moçambique esta era, e tende a voltar a ser, a situação mais comum, trocando produtos as duas partes do agregado familiar: produtos agrícolas para a parte da família que se encontra na cidade e; produtos transformados e dinheiro da cidade para a componente familiar que ficou no campo.

No levantamento feito em 1991 constatou-se que esta razão se inverteu, substancialmente, para o conjunto do espaço urbano nacional e para a maioria das cidades, com exceção de Pemba, Nampula, Nacala e Quelimane (tabela 2) que, embora tendo reduzido a diferença entre homens e mulheres, continuaram a ter mais população do sexo masculino que do feminino.

De acordo com os dados apresentados na tabela 2, parece ser evidente que a alteração na estrutura sexual da população das cidades observada no período 1980-91, se deveu a um fluxo migratório conjuntural provocado pela guerra civil. Esta afirmação é reforçada pelo que se passou no período seguinte (1991-97) que, com o final da instabilidade político-militar, tende a voltar a uma situação mais estrutural. Na realidade, a guerra civil, que afetou essencialmente as áreas rurais, provocou um aumento significativo da migração feminina em direção aos centros urbanos, o que rompe com a tradição de a mulher ficar no campo enquanto o homem se dirige para a cidade à procura de melhores condições de vida e de trabalho.

Esta situação teve conseqüências diretas na distribuição territorial da população e na estrutura demográfica urbana e rural, quer de imediato, quer a médio e longo prazos. Além disso, quando a mulher vem para a cidade juntar-se ao marido já ali residente, este agregado familiar perde mais um vínculo com o campo, o que significa a perda de uma fonte de rendimento familiar e o regresso torna-se mais problemático. Isto tem relevância sócio-econômico-cultural para ajudar a prever os possíveis cenários numa situação de estabilidade e de desenvolvimento estrutural.

Os dados do censo de 1997 revelam que entre 1991 e 1997 se começou a desenhar uma tendência para que a razão entre os sexos se volte a inclinar a favor do sexo masculino, mas sem que se retome à situação de 1980. Com a experiência da década de 80, é natural que a mulher passe a migrar mais para a cidade, fazendo com que esta seja mais feminina.

É interessante observar que todas as cidades a sul do rio Save continuaram, no período 1991-97, a ter uma evolução da razão de sexo favorável às mulheres, ao contrário do que se passou para norte deste rio.

Tabela 2 – Evolução da razão de sexo entre 1980 e 1997

Cidades	1980	1991	1997	Variação		
				80-91	91-97	80-97
Lichinga	101,3	98,3	100,9	+3,0	-2,6	+0,4
Pemba	104,6	101,0	104,6	+3,6	-3,6	0,0
Nampula	113,7	102,7	109,7	+10,9	-7,0	+3,9
Nacala	106,1	101,5	103,4	+4,6	1,9	+2,7
Quelimane	119,6	104,6	112,6	+15,0	-8,0	+7,0
Tete	106,4	90,2	99,2	+16,2	-9,2	+7,0
Chimoio	123,7	97,9	103,3	+31,8	-5,4	+26,4
Beira	132,0	99,7	107,4	+32,3	-7,7	+24,6
Inhambane/Maxixe	94,8	84,9	84,1	+9,9	+0,8	+10,7
Xai-Xai	101,4	90,3	85,3	+11,1	+5,0	+16,1
Chókwé	129,2	86,7	76,4	+42,5	+10,3	+52,8
Maputo/Matola	115,0	94,1	95,0	+20,9	-0,9	+20,0

Se a razão de sexo apresentou alterações substanciais, o mesmo sucede com a dimensão média dos agregados familiares nas 12 cidades aqui consideradas (tabela 3), tendo em consideração a definição estabelecida para os censos pelo INE⁴. O aumento observado na dimensão média dos agregados entre 1980 e 1991, deve-se, em parte, à chegada de membros que em 1980 residiam nas áreas rurais de origem, tendo sido recenseados como agregados familiares diferentes. Porque as cidades que neste período tiveram uma maior variação na razão de sexo coincidem com as que observaram um maior aumento na média de pessoas por agregado familiar, pode colocar-se a hipótese, provável, que este último se deveu, fundamentalmente, à

chegada de membros do sexo feminino.

Mas o aumento da dimensão média das famílias havido entre 80 e 91, foi ligeiramente reduzido no período seguinte, fato que aliado à razão de sexo, indica um certo retorno aos lugares de origem. Este retorno tem sido constatado, mas apenas para as pessoas mais idosas, algumas mulheres e crianças.

5. Algumas conclusões

A distribuição territorial da população em Moçambique tem sofrido, nos últimos anos (1970-1997), profundas alterações provocadas por fatores sócio-político-econômicos de diversas ordens, quer estruturais, quer conjunturais. Estes últimos (conjunturais) têm-se revelado

Tabela 3 – Evolução da dimensão média dos agregados familiares entre 1980 e 1997

Cidades	1980	1991	1997	Variação		
				80-91	91-97	80-97
Lichinga	3,9	4,6	4,8	+0,7	+0,2	+0,9
Pemba	4,2	4,5	5,0	+0,3	+0,5	+0,8
Nampula	4,1	4,5	4,5	+0,4	0,0	+0,4
Nacala	4,0	4,5	4,2	+0,5	-0,3	+0,2
Quelimane	4,3	5,2	4,8	+0,9	-0,4	+0,5
Tete	4,2	5,0	4,6	+0,8	-0,4	+0,4
Chimoio	3,9	6,1	5,2	+2,2	-0,9	+1,3
Beira	4,1	5,0	4,8	+0,9	-0,2	+0,7
Inhambane/Maxixe	3,3	4,7	4,1	+1,4	-0,6	+0,8
Xai-Xai	4,3	6,3	5,1	+2,0	-1,2	+0,8
Chókwé	4,8	7,0	5,1	+2,2	1,9	+0,3
Maputo/Matola	4,8	6,2	3,9	+1,4	-2,3	-0,9

preponderantes, afetando os diversos tipos de povoamento. As diferentes formas como a população se organiza no espaço influencia ou é influenciada pela organização e dinâmica produtiva e ambiental. Numa situação fluída e descontrolada de distribuição territorial da população, em que a mobilidade constante e desordenada é a característica fundamental, torna-se inevitável que a produção, o ambiente e a gestão territorial reflitam essa mesma característica. Assim, as medidas sócio-econômico-ambientais que se pretendam tomar devem, obrigatoriamente, integrar políticas espaciais de distribuição de população e de gestão territorial e vice-versa, o que muito raramente tem sucedido.

A distribuição territorial da população é resultado dos movimentos desta no espaço ao longo dos tempos. Aqui se inserem os diferentes movimentos migratórios, dentre os quais é de vital importância o rural-urbano. Este, quando devidamente orientado e acompanhado de planos de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, pode transformar-se num poderoso fator positivo de urbanização, industrialização e terciarização. Os custos que isto implica variam na razão direta da dimensão do movimento e inversa do estado de desenvolvimento da utilização dos recursos. Assim, países pobres sentem grandes dificuldades para suportar e enquadrar fluxos migratórios rurais-urbanos agravados por factores

conjunturais, que assumem dimensões e ritmos imprevisíveis e de difícil controle. Foi isto que sucedeu logo após a independência nacional de Moçambique, onde as cidades, em menos de 5 anos, duplicaram várias vezes a sua população, sem que isso fosse acompanhado por novos investimentos em infraestruturas, pela construção residencial definitiva e qualquer forma de planeamento urbano. Mesmo que se tivesse essa intenção, a dimensão e o ritmo desta "explosão" não teriam dado o tempo suficiente para os desenhar. Isto levou à expansão dos bairros de caniço, espontâneos, desordenados e sem qualquer tipo de infraestruturas básicas. Além disso, os bairros de cimento, com uma população muito superior e diferente daquela para a qual foram construídos, entraram em rápida degradação habitacional e, fundamentalmente, dos serviços básicos de saneamento e abastecimento. Esta situação marcou, e ainda marca, as cidades moçambicanas, que exigem urgentes intervenções de conservação e planeamento de forma a que se melhorem as condições de vida dos seus residentes.

O período que decorreu entre 1980 e 1991, apesar de ter visto reduzir substancialmente a dimensão e o ritmo dos fluxos migratórios em direção às cidades, por causa da guerra civil que assolou o país manteve ainda valores muito elevados de novos imigrantes com uma

componente feminina muito importante. Porque a preocupação era fugir da guerra e juntar-se a familiares, conterrâneos e amigos já residentes nas cidades, foram os bairros dos primeiro e segundo anel (área urbana e área suburbana) que mais população receberam, sendo ocupados todos os espaços livres e destinados para outros fins que não o residencial. As cidades cresceram para dentro. Mas este crescimento continuou a ser, exclusivamente demográfico, pois ele não foi acompanhado pela construção de infraestruturas, nem de residências em material definitivo. Como resultado, as condições de vida urbana degradaram-se ainda mais. Foi neste período que explodiram as atividades informais, como única alternativa de sobrevivência para uma grande maioria de recém-chegados.

Os anos a partir de 1992 (pós guerra civil) parecem apontar, de acordo com os dados, para uma certa estabilização no crescimento demográfico urbano. Isto tem permitido uma maior ocupação dos bairros da periferia (terceiro anel) e de forma planejada, assim como deu origem à

retomada de construção de residências e à substituição do caniço por materiais um pouco mais duráveis e que indicam características de urbanização, como sejam o zinco e os blocos de argila. Mas tudo isto está a ser feito com uma acentuada segregação sócio-económica. Os grupos menos favorecidos, assim como a classe média baixa, estão a ser marginalizados e empurrados para lugares onde as condições de vida não são as melhores.

Em função dos dados existentes e comparando a variação da razão de sexo com a dimensão média dos agregados familiares no final do período 1980-91, pode concluir-se, como hipótese, que as migrações rurais-urbanas se caracterizaram por um certo perdomínio de mulheres. Isto introduz alterações não apenas na característica migratória, como também na distribuição e estrutura da população no conjunto do país, onde as cidades se tornam mais "femininas"

Notas

¹ De um ponto de vista geográfico, Moçambique divide-se em três regiões que, de Sul para Norte, são: sul do Save, que se estende desde a fronteira sul até ao rio Save; entre o Save e o Zambeze, território localizado entre estes dois rios; norte do Zambeze, que engloba todo o território nacional que do rio Zambeze se estende até ao rio Rovuma, que constitui a fronteira norte.

² Utilizava-se, e ainda se utiliza, este nome, devido ao material mais usado na cobertura das casas – o caniço.

³ Termo do português de Moçambique, com origem em línguas bantu de Moçambique, que significa campo de cultura, pequena propriedade agrícola.

⁴ O Instituto Nacional de Estatística (INE) de Moçambique define agregado familiar "todo o grupo de pessoas ligadas ou não por laços de parentesco, que vivem na mesma habitação e compartilham as despesas da casa".

Bibliografia

AMARAL, Ilídio, 1983. "A cidade e o futuro. A propósto da explosão urbana mundial" *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa*. Secção de Letras, Tomo XXIII, Lisboa.

ARAÚJO, Manuel G.Mendes, 1988. *O sistema das aldeias comunais em Moçambique: Organização do espaço residencial e produtivo*. Lisboa, Universidade de Lisboa.

ARAÚJO, Manuel G.Mendes, 1997. *Geografia dos povoamentos: Assentamentos humanos rurais e urbanos*. Maputo, Livraria Universitária, UEM.

OBUDHO, Robert, 1994. "Population distribution in Africa: urbanization under weak Economic conditions" *Population distribution and migration*. New York, Population Division, United Nations.

POURTIER, Roland, 1992. "L'explosion urbaine". *Afrique Contemporaine*. Nº 164, p. 153-167

SANTOS, Milton, 1965. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

VAN DEN BERG, M., 1984. *Anticipating urban growth in Africa*. Lusaka, Zambian Geographical Association.

Texto aceito em abril de 2003.





**TESES DE
DOUTORADO E
DISSERTAÇÕES
DE MESTRADO
DEFENDIDAS**



ÍNDICE

Teses de Doutorado

- Marcia Yukari Mizusaki **187** Monopolização do Território e Reestruturação Produtiva na Avicultura em Mato Grosso do Sul
- Rosângela G. M. Botelho **187** Caracterização Pedo-Geomorfológica do Alto Rio Negro e Borda Leste do Pantanal da Nocolândia (MS)
- Marta da Silveira Luedemann **188** Transformações na Indústria Automobilística Mundial: o caso do Complexo Automotivo no Brasil 1990-2002
- Ailton Pinto Alves Filho **189** O Ritmo Climático e as Enchentes de 1991 na Região Metropolitana de São Paulo: uma análise através do Radar Meteorológico
- Sérgio Wilton Gomes Isquierdo **189** Pantanal Sul- Mato-Grossense- Subsídios para Gestão Ambiental do Município de Corumbá MS
- Florian José Godinho de Oliveira **190** Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense
- Sandra Ana Bolfe **190** As Transformações do Espaço Urbano de Santa Maria/RS e sua Região: tendências e condicionantes
- Fernando Sampaio **190** Made in Brazil: Dinâmica socio-espacial da Indústria Citrícola Paulista

Dissertações de Mestrado

- Maria Inez Moura Fazzini Biondi **191** O Desenvolvimento da Representação do Espaço de e o Ensino de Geografia: um estudo de caso na escola pública de Itupeva
- Ana Lúcia Krodel Rech **191** Em Busca do Centro: O Significado do Centro da Cidade de São Paulo para seus Habitantes
- Fábio Luiz L. da Costa **192** A Internet como recurso do ensino da Cartografia
- Maria Sílvia Padilha **192** Análise comparativa e interpretativa de duas teses de doutoramento sobre o clima da área urbana de São Paulo
- Sérgio Ricardo Fiory **193** Mapas Turísticos: o desafio do uso da arte na Era Digital
- André L. Carvalho **193** Propriedade Privada e apropriação do espaço: o conflito na Metrópole
- Vanildo Luís da Silva **194** Cingapura: A espacialidade do programa Habitacional do Município de São Paulo na Década de noventa do século XX.

- Roberto de Assumpção **194** Cooperativas de Reforma Agrária: um enfoque distinto visando sua inserção no negócio agrícola
- Edson José Pinzan **195** A Pontencialidade da Atividade Turística para o Desenvolvimento Regional
- Jacqueline Myanaki **192** A Paisagem no Ensino de Geografia: uma estratégia didática a partir da arte

TESES DE DOUTORADO E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DEFENDIDAS

(2º Semestre de 2003)

Teses de Doutorado



Monopolização do Território e Reestruturação Produtiva na Avicultura em Mato Grosso do Sul

Marcia Yukari Mizusaki

Orientador: Profº Dr. Ariovaldo U. de Oliveira

O objetivo do presente trabalho é compreender, através de uma análise geográfica, as transformações recentes ocorridas nas relações de trabalho e produção decorrentes do desenvolvimento da avicultura no Estado de Mato Grosso do Sul. A relação entre os sujeitos é analisada a partir da luta de classes, momento em que identificamos o capital industrial e o financeiro, o Estado, os trabalhadores assalariados, os pequenos capitalistas, os camponeses, os proprietários de terra. Consideramos também, dessa forma, a especificidade da terra como meio de produção, o qual distingue-se do capital, por ser aquele destituído de trabalho. Partimos do princípio de que o capital industrial, ao se territorializar neste Estado, consegue apropriar-

se da renda da terra sem precisar se implantar no campo. Isso ocorre devido aos mecanismos criados pelo capital para sujeitar essa renda, através do chamado contrato de parceria que estabelece com camponeses e pequenos capitalistas. Esse processo é analisado a partir do conceito de *monopolização do território pelo capital* (OLIVEIRA, 1992). Um outro pressuposto a nortear nosso trabalho, é que aquelas transformações recentes são decorrentes do processo de reestruturação produtiva ocorrida no setor, afetando profundamente o campo sul-matogrossense. Compreendemos, também, que o desenvolvimento do capitalismo deve ser analisado como sendo um movimento contraditório, desigual e combinado, pois, o capital, ao sujeitar a renda da terra, abre também a possibilidade de recriação do campesinato, na medida em que este constrói mecanismos próprios para entrar, se manter ou sair da atividade. Nesse movimento, verificamos um processo de diferenciação e mobilidade sócio-territorial na avicultura, cuja lógica, denuncia essa contradição. Em outras palavras, esse processo não reflete apenas a lógica do capital.



Caracterização Pedo- Geomorfológica do Alto Rio Negro e Borda Leste do Pantanal da Necolândia (MS)

Rosângela G. M. Botelho

Orientador: Profº Dr. José P. de Queiroz Neto

Esta pesquisa tem como objetivo a caracterização pedo-geomorfológica da zona de contato entre planalto e planície na borda leste do Pantanal da Nhecolândia, notadamente a área situada entre as escarpas ocidentais da Serra de Maracaju e a vazante Santa Clara, afluente do rio

Negro. A partir dessa caracterização, pretendeu-se criar subsídios para a melhor definição do limite leste da planície pantaneira. Para tal, procedeu-se à análise do meio físico, principalmente relevo, solos e rede de drenagem, envolvendo a interpretação de imagens de satélite e fotografias aéreas e compartimentação da paisagem, em diferentes escalas. O levantamento dos solos e materiais de origem foi realizado ao longo de um transecto leste a oeste, a partir do sopé da escarpa da Serra de Maracaju até as margens da vazante Santa Clara. Foram identificados os compartimentos: sopé da escarpa, de maior inclinação e rede de drenagem hierarquizada; rampa, de declividade menos acentuada e onde surgem indícios da origem sedimentar dos solos; planície, onde há sinais nítidos de deposição,

presença de vazantes e pequenos cones de dejeção; planície da Santa Clara, com presença de baías e cordilheiras, acompanhando o curso da Vazante; e planície Negro-Santa Clara, a oeste da Vazante, onde as baías e cordilheiras assumem eixos divergentes em relação ao curso da Santa Clara. Encontram-se Neossolos Litólicos no sopé da escarpa, seguidos por Plintossolos e Neossolos Quartzarênicos às margens da Vazante. Considerando não só as diferenças na cobertura pedológica, mas também na configuração da rede de drenagem e aspectos do relevo, reafirma-se o papel do rio Negro como limite leste da aba sul do cone aluvial do Taquari ou Pantanal da Nhecolândia, enquanto a vazante Santa Clara, junto com sua planície imediata, desponta como limite do atual leque do rio Negro e da planície pantaneira.



● ● ●

**Transformações na Indústria
Automobilística Mundial: o caso do
Complexo Automotivo no Brasil
1990-2002**

Marta da Silveira Luedemann

Orientador: Armem Mamigonian

O presente trabalho trata da recente reestruturação do complexo automotivo brasileiro, seu reflexo na economia e na organização sindical, bem como da sua relação com as transformações mundiais, a partir da ascensão do ideário neoliberal no ocidente, da difusão da acumulação flexível e das transformações na organização operária e sindical.

No Brasil, as medidas econômicas determinadas pelo FMI, Banco Mundial e OMC e implantadas com rigor pelos governos brasileiros desde 1990, promoveram mudanças intensas na economia, resultando no aprofundamento da recessão, no desemprego, na desnacionalização e em falências. No caso da indústria automobilística, a ausência do governo na determinação da economia permitiu que o poder de decisão das

montadoras se concentrasse nos planejamentos estratégicos das respectivas matrizes. Além disso, a abertura de mercado provocou a falência de metade das empresas de autopeças nacionais, a desnacionalização das grandes empresas brasileiras de excelência e mais de 100 mil desempregados em todo o complexo automotivo. Desta forma, as autopeças nacionais vêm perdendo o poder de barganha e se restringindo ao fornecimento de peças e componentes de menor valor agregado, pois as montadoras, reestruturando a cadeia produtiva, estabeleceram contratos com fornecedores de sua região de origem. Por fim, a política do governo de atração de IEDs, promoveu a "Guerra Fiscal", com financiamento de bancos nacionais, fazendo com que as montadoras investissem em novas fábricas, desenhando uma nova organização espacial do setor no território brasileiro.

A reestruturação produtiva nas fábricas antigas das montadoras incidiu sobre a eliminação de mais de um terço dos postos de trabalho nas montadoras, desde 1990. Por outro lado, a transformação na organização sindical tem sido acompanhada pelo fortalecimento do sindicalismo de resultados, em detrimento dos sindicatos combativos.

● ● ●



O Ritmo Climático e as Enchentes de 1991 na Região Metropolitana de São Paulo: uma análise através do Radar Meteorológico

Ailton Pinto Alves Filho

Orientador: Profº Dr. José Roberto Tarifa

Há poucas dúvidas no meio científico sobre a existência de padrões de circulação atmosféricos específicos nas cidades que promovam alterações nas características das precipitações. Porém, estas mudanças variam muito de acordo com o porte funções urbanas desempenhadas e dos ritmos atmosféricos associados.

Particularmente, no caso da Região Metropolitana de São Paulo, soma-se às perturbações atmosféricas geradas pelas variadas e profundas transformações geo-ecológicas a que a metrópole é submetida, a influência da penetração da brisa marítima decorrente das diferenças nas propriedades térmicas do mar e da superfície terrestre.

Para compreender melhor estas variações foi escolhido como objeto de análise o primeiro

quadrimestre de 1991, período particularmente rico em situações rítmicas que provocaram grande desorganização urbana na metrópole.

Trabalhando-se com mapeamentos de núcleos de precipitação em diferentes intervalos de tempo, realizados a partir de dados do Radar Meteorológico de Ponte Nova e também com dados de superfície, chegou-se à conclusão de que a despeito da configuração aparentemente caótica da distribuição das chuvas, sobretudo nos episódios convectivos, predominou um padrão de circulação local que privilegiou a concentração pluvial sobre a porção mais urbanizada da Região Metropolitana. Ficou notório nessas situações a presença de uma faixa de orientação norte-sul iniciando-se na porção central da cidade de São Paulo e terminando sobre o ABCD que se mostrou mais suscetível às variações citadas e por isso mesmo, mais sujeita aos eventos calamitosos.

A influência da umidade marítima ficou caracterizada principalmente nos casos em que a brisa penetrou após o período máximo de aquecimento da troposfera por conta da radiação solar ou de influências antrópicas.



Pantanal Sul- Mato-Grossense- Subsídios para Gestão Ambiental do Município de Corumbá - MS

Sérgio Wilton Gomes Isquierdo

Orientador: Profª Dra. Maria Elena Simielli

O presente trabalho foi elaborado com o propósito de aprofundar o estudo sobre as questões relativas à preservação do Pantanal. O enfoque dado propiciou uma nova forma de interpretação da dinâmica sócio-econômica e ambiental da região, buscando a articulação entre esses elementos através da visão sistêmica e do conceito de entropia. Essas ferramentas teóricas permitiram a observação dos fenômenos de forma integrada, em suas relações mútuas de interdependência e

considerando a troca de matéria e energia entre os elementos que compõem o sistema. Procurou-se analisar o Município de Corumbá como parte integrante e inter-relacionada da Bacia do Alto Paraguai, em meio a uma dinâmica global.

Foi possível, a partir desse embasamento, a constatação de que as principais causas das derivações ambientais que ocorrem no Pantanal e no Município de Corumbá estão relacionadas com a ocupação dos planaltos adjacentes.

Foram elaboradas mapas da região a partir da análise integrada dos elementos físicos e bióticos, considerados importantes para a compreensão das causas da degradação do sistema que compõe a Planície do pantanal, no Município de Corumbá.





Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense

Floriano José Godinho de Oliveira

Orientadora: Prof^a Dr^a Sandra Lencioni

Esta tese analisa as mudanças na dinâmica territorial do Estado do Rio de Janeiro implicadas com processos contemporâneos de reestruturação produtiva que, em grande medida, têm promovido a consolidação de economias regionais no território fluminense. Compreendendo que este processo associa-se a diferentes possibilidades de intervenção dos sujeitos locais por meio de organizações e instituições, orientamo-nos no sentido de interrogar em que medida as transformações recentes na estrutura sócio-espacial do território fluminense, particularmente no decorrer da década de 1990, podem ser compreendidas como decorrentes das formas particulares como as práticas sociais locais e as mudanças nas

práticas de gestão do território são conjugadas com as alterações na sua estrutura econômica.

Partindo da recuperação de aspectos centrais do processo histórico mais amplo de formação econômica, política e administrativa do estado, a análise das mudanças enfatiza os novos processos de industrialização no interior, particularmente no norte e no médio Vale do Paraíba, destacando sua importância como instauradores de uma nova forma de organização da economia fluminense. Identifica que essa nova forma de organização se caracteriza por uma maior diversificação de setores e maior integração territorial, concorrendo para a redução da alta concentração de recursos e atividades no núcleo metropolitano e da dependência em relação aos recursos estatais. Considera, ainda, as novas relações e formas de associação induzidas por diferentes práticas sociais, políticas e econômicas envolvidas na disputa pelo uso e controle do território fluminense, enfatizando as mudanças nas formas de gestão.



As Transformações do Espaço Urbano de Santa Maria/RS e sua Região: tendências e condicionantes

Sandra Ana Bolfe

Orientadora: Prof^a Dra. Amália Inés de Lemos

As transformações do espaço urbano de Santa Maria e sua região, no Estado do Rio Grande do Sul, é um tema que centra-se na análise das transformações do espaço urbano e regional como produto das relações históricas, socioeconômicas e ambientais. Na busca do entendimento do processo de urbanização da cidade, a investigação busca apreender as funções (papéis) da cidade de Santa Maria, e suas respectivas repercussões em âmbito local e regional. Nesse sentido, investigou-se as escalas regionais em que se inserem o

Município de Santa Maria, tendo-se em vista os elementos que deram origem às transformações do espaço urbano. Dessa forma, foi importante a revisão do planejamento urbano e suas perspectivas futuras para a expansão urbana. O encaminhamento das análises foram centradas na repercussão do plano diretor e das funções urbanas sobre o mercado de consumo dos edifícios, especialmente dos edifícios altos e sua espacialização, sua estrutura e relações da cidade e ao seu papel regional. Contudo, investigou-se a relação do desenvolvimento e da dinâmica econômica regional com o processo de verticalização da cidade no espaço e tempo, tendo-se como categorias de análise as formas e os conteúdos que lhe deram origem, bem como sua estrutura urbana e regional.



Made in Brazil: Dinâmica socio-espacial da Indústria Citrícola Paulista

Fernando Sampaio

Orientador: Prof^o Dr. Armem Mamigonian

O presente trabalho é fruto do estudo, do ponto de vista geográfico, histórico e econômico do desenvolvimento do complexo citrícola brasileiro. Oferecemos uma caracterização da cadeia de produção do suco de laranja concentrado e congelado.

Tomamos como referência teórica autores como Karl Marx (no que se refere à dinâmica capitalista), Vladimir I. Lênin e Karl Kautsky (no que se refere a agricultura capitalista e seu desenvolvimento na era do imperialismo), Ignacio Rangel (no que se refere ao desenvolvimento econômico brasileiro) e Armen Mamigonian (no que se refere ao papel da pequena produção mercantil no desenvolvimento industrial brasileiro).

A tese defendida consiste em três pontos básicos:

1) Foi o processo de urbanização acelerada,

verificado a partir da década de 1930, em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, que forneceu a base sobre a qual se desenvolveu a indústria citrícola;

2) Na década de 1960, a indústria provocou importantes mudanças nas formas de produção e comercialização da laranja e, conseqüentemente, na organização do espaço citricultor paulista.

3) Para compreensão de tais modificações, consolidadas na década de 1990, torna-se necessária uma nova proposta de regionalização da citricultura paulista.



Dissertações de Mestrado



O Desenvolvimento da Representação do Espaço de e o Ensino de Geografia: um estudo de caso na escola pública de Itupeva

Maria Inez Moura Fazzini Biondi

Orientadora: Profª Drª Lea Francesconi

O trabalho ora apresentado é fruto da análise dos desenhos espontâneos de aluno da escola pública da cidade de Itupeva, estado de São Paulo, com o objetivo de identificar o

desenvolvimento da noção e representação do espaço nessas crianças, a partir da observação sistemática dos desenhos em séries diferentes e acompanhadas em três anos consecutivos.

Tem como proposta a valorização do desenho como instrumento revelador dos elementos essenciais do espaço vivido. E procurou demonstrar a importância do conhecimento prévio da criança como ponto de partida para o ensino para o desenvolvimento do conhecimento crítico do aluno.



Em Busca do Centro: O Significado do Centro da Cidade de São Paulo para seus Habitantes

Ana Lúcia Krodel Rech

Orientador : Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato

Este trabalho busca a reflexão sobre o significado do centro da cidade de São Paulo para seus habitantes. O trabalho é baseado no desenvolvimento de entrevistas a serem aplicadas à população. O grupo pesquisado é composto de moradores, trabalhadores e freqüentadores do centro da cidade de São Paulo. O centro aqui considerado é o centro histórico, que engloba o Centro Velho e Novo de São Paulo respectivamente distritos Sé e República. A cidade de São Paulo exibe um panorama que se apresenta

através de muitas discussões sobre segregação espacial e social, desigualdades sociais, alterações bruscas na paisagem gerando um processo de destruição de lugares, no sentido físico, concreto e figurado, para construção de outros, suas diversas centralidades e é nesse quadro que se desenvolve a pesquisa onde se busca descobrir qual o sentido histórico coletivo do centro da cidade para a população pois tem-se como premissas que de acordo com o significado que nós depositamos em um lugar, de acordo com o que ele representa para nós vamos ter uma atitude perante ele e que uma cidade precisa manter certas relações sociais que são preservadas através da valorização de espaços que carreguem em si significados que criem uma identidade à população e transmitam o respeito necessário aos seus cidadãos. O referencial teórico se baseia na

reflexão sobre o conceito de "experiência vivida" que é explorado de forma muito profunda e

esclarecedora pela geografia humanística e suas filosofias de significado.



A Internet como recurso do ensino da Cartografia

Fábio Luiz L. da Costa

Orientadora: Prof^a Dra. Regina Araújo de Almeida

O presente trabalho tem como principal objetivo a utilização da *Internet* como recurso no ensino da Cartografia e da Geografia.

Sugere o desafio do professor utilizar a tecnologia com a metodologia, na perspectiva de transformar a informação recebida em conhecimento, demonstrando que o uso do computador motiva o aluno no aprendizado da disciplina.

Relaciona as opções disponíveis para o uso do computador no ensino da Cartografia e da Geografia, propondo uma abordagem que busca viabilizar o acesso a dados geográficos em formato

de hipertexto, através do desenvolvimento de uma interface que trabalha com o conceito de objetos geográficos, transmitindo informações e imagens pela rede mundial de computadores. Esta interface apresenta uma *Home page* com o conteúdo básico de Cartografia, destacando os seguintes temas: coordenadas geográficas, escala de um mapa, legenda de um mapa e fuso-horário.

Indica a possibilidade de utilização de programas desenvolvidos para a linguagem da *Internet*, cujos recursos ainda garantem o atendimento aos requisitos de interatividade e dinamismo no acesso às informações geográficas e linguagem cartográfica.

Apresenta, também, propostas de integração das novas tecnologias com as já existentes, implementando a utilização destes recursos em ambientes de ensino-aprendizagem.



Análise comparativa e interpretativa de duas teses de doutoramento sobre o clima da área urbana de São Paulo

Maria Sílvia Padilha

Orientador: Prof^o Dr. José Bueno Cont

Este trabalho consiste em uma análise comparativa e interpretativa entre as duas teses de doutoramento dos Professores Doutores Ary França e Edson Cabral.

Ambos abordaram em seus estudos, a região de São Paulo.

O primeiro, aspectos do clima da bacia hidrográfica do Alto Tietê onde se encontra a área urbanizada de São Paulo, realizando a análise descritiva e caracterizando os atributos climáticos, relacionando-os com a dinâmica regional e a urbanização.

O segundo autor fez um estudo de maior abrangência correspondendo à chamada Região

Metropolitana da Grande São Paulo (RMSP), ou seja, a capital paulista e seus trinta e oito municípios circunvizinhos, devido à ampliação da área urbanizada própria da época em que foi estudada.

Cabral contextualizou a região estudada, historicamente e climatologicamente, procurando relacionar posteriormente, apenas um elemento climático: a pluviosidade e possíveis transformações causadas pelo fenômeno urbano.

Além da diferença de área específica, embora haja intersecção entre ambas, os estudos foram feitos em períodos cronológicos diversos, o primeiro, em 1946, e o segundo, em 2002, e com recursos técnicos e metodologias também diversos, por motivos óbvios das diferenças próprias de cada tempo e visão geográfica.

Após o estudo de França, pioneiro na tentativa de caracterizar e interpretar o clima da Bacia de São Paulo, muitos outros se seguiram, inclusive o de Cabral, analisado neste trabalho.



Mapas Turísticos: o desafio do uso da arte na Era Digital

Sérgio Ricardo Fiory

Orientadora: Profª Dra. Regina Araújo de Almeida

Este título teve como objetivo discutir a confecção e análise das representações gráficas em mapas turísticos, questionando ao mesmo tempo os níveis de abstração e as imagens mentais das paisagens. Outra importante questão esteve relacionada ao tipo de material utilizado para confeccionar os mapas, ou seja, a escolha entre o formato analógico ou digital, discutindo e comparando as diferentes técnicas.

Desde o início da pesquisa, nosso intuito sempre foi explorar as melhores formas de combinar a arte e a cartografia. Tínhamos como preocupação, a busca da comunicação cartográfica direcionada a um público específico: o turista; que em geral, não possui os conhecimentos necessários à leitura do mapa. É importante destacar, que os turistas são um grupo composto por pessoas muito heterogêneas, por exemplo, quanto à idade, profissão, facilidade ou dificuldade na apreensão das informações e/ou abstrações.

Cabe então ao produtor do mapa, testar e oferecer diferentes formas de representação,

sempre visando facilitar a decodificação do mapa pelo público não familiarizado com o processo de comunicação cartográfica. Logo, trabalhamos com representações que apresentam dois graus diferentes de abstração: os símbolos "convencionais" (geométricos) e os símbolos pictóricos, além de um grande número de ilustrações desenvolvidas a partir das imagens mentais. Portanto, consideramos a percepção como nossa chave principal, ou seja, questionamos o poder de comunicação e de convencimento das representações desenvolvidas a partir da realidade.

Contudo, não devemos esquecer que o desenvolvimento das representações gráficas (forma de confeccionar os símbolos) e a escolha das imagens a serem "transcritas" têm como função primordial à informação correta. Desta forma, a ênfase dada à utilização da figura pictórica faz sentido. Buscamos confeccionar representações que pudessem ser tanto decodificadas ("lidas") quanto atraentes esteticamente aos turistas, sempre acreditando que as figuras pictóricas alcançariam os melhores resultados em relação a pessoas leigas em cartografia.

Enfim, somada a capacidade intrínseca ao mapa de fornecer fatos dispostos no espaço (auxiliando em decisões), também procuramos evocar conotações visuais, afetivas e emoções.



Propriedade Privada e apropriação do espaço: o conflito na Metrópole

André L. Carvalho

Orientador : Profª Dra. Léa Francesconi

A ação dos movimentos por moradia da cidade de São Paulo acompanha uma transformação recente dos movimentos populares no Brasil: o engajamento nas discussões e proposições a respeito da legislação.

A disputa pelo espaço, tanto no campo quanto na cidade, evidencia o caráter inviolável que a propriedade privada apresenta no Brasil. Essa condição é posta, num primeiro momento, pela relação entre terra e poder. Num segundo momento – o da consolidação da Lei de Terras de 1850 – coloca definitivamente o solo na condição

de mercadoria.

Sendo assim, os grandes centros urbanos abrigam uma disputa pelo espaço em específico: a luta pela moradia. Entretanto, essa luta ganha um significado especial quando, no caso da cidade de São Paulo, movimentos populares que lutam por moradia reivindicam a sua fixação numa área dotada de toda infra-estrutura e de uma significativa oferta de empregos: o centro.

Se até algumas décadas atrás, vários movimentos populares engajavam-se em reivindicações pontuais, os movimentos de sem teto do centro reivindicam um conjunto de direitos, que vai além da busca do direito a moradia e alcança o direito ao uso e fruição da cidade. Para tanto, se engajam na construção de novas representações sobre o urbano e a

cidade, discutindo e fazendo incorporar seus pontos de vista em leis e instrumentos urbanísticos.

No entanto, a iniciativa desses movimentos não é única. A disputa apresenta atores sociais

que reivindicam a permanência da área central enquanto espaço a ser valorizado, agora com as iniciativas de revitalização. Configura-se, então, um conflito mais acirrado.



● ● ●

Cingapura: A espacialidade do programa Habitacional do Município de São Paulo na Década de noventa do século XX.

Vanildo Luís da Silva

Orientador: Prof.Dr Luiz Augusto de Queiroz Ablas

A dissertação, Cingapura: a espacialidade do programa habitacional do município de São Paulo na década de 90 do século XX, apresenta-se como uma sistematização do conjunto de ações dos agentes sociais que estiveram envolvidos na elaboração e efetivação deste programa de produção de Habitação popular implementado nos anos de 1995 a 2000.

O Cingapura foi o projeto de Habitação popular de maior evidência após a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH). Para realizá-lo o poder público mobilizou-se para garantir fonte de financiamento e mudanças na legislação do setor. Como resultado desta reestruturação, o Cingapura apresentou algumas características que o diferencia dos projetos congêneres que o antecedeu.

O presente estudo procurou produzir uma caracterização do Cingapura através de uma abordagem histórica levantando e analisando as ações dos agentes sociais diretamente envolvidos no processo de materialização do projeto.

A realização da dissertação baseou-se na coleta de informações via entrevistas, pesquisa em arquivos, jornais, participação em encontros e conferência que trataram do problema de falta de moradia. Portanto, a base principal deste trabalho foram os documentos produzidos pelos agentes pesquisadas. Desta forma, considerou-se documento todo o conjunto de idéias que foi transformado em registro escrito.

A análise das informações revelou que, o Cingapura caracterizou-se pela centralização e concentração do poder no executivo, significativa participação de recursos financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), indefinição jurídica quanto ao solo urbano utilizado, por custos de produção elevados e pela absorção de preceitos que nortearam a produção de habitação popular em outros programas deste setor.



● ● ●

Cooperativas de Reforma Agrária: um enfoque distinto visando sua inserção no negócio agrícola

Roberto de Assumpção

Orientadora: Prof^a Dra. Iraci Palheta

Este trabalho é constituído por quatro capítulos. O primeiro capítulo aborda a atual exploração dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, mostrando que a área é explorada em quase a sua totalidade por poucas culturas e o destino da produção preponderantemente é entregue à intermediário.

O segundo capítulo percorre a história do Brasil mostrando que o atual padrão de exploração agrícola decorre de um processo histórico de ocupação das terras brasileiras que remontam os tempos coloniais e desde essa época os interesses que nortearam os acontecimentos ao longo de nossa história estão presentes e vigentes ainda em nossos dias, mesmo tendo alterado de certa forma os atores sociais, políticos e econômicos.

O terceiro capítulo integra a agricultura em um ambiente mais amplo, o do complexo rural mundial, discute sua dinâmica e tendência e em particular, nesse momento histórico da era da informação, e também como surgem novas

perspectivas de mudança na forma de inserção da agricultura camponesa nesse contexto político e econômico. Para tanto, desenvolve um conhecimento específico para subsidiar esse processo de inclusão.



A Pontencialidade da Atividade Turística para o Desenvolvimento Regional

Edson José Pinzan

Orientador: Prof. Dr. Luiz A. de Queiroz Ablas

Este estudo teve como objetivo verificar como a atividade turística é, potencialmente, indutora do desenvolvimento de uma região. Tendo como premissa que o turismo, enquanto atividade econômica, realiza uma transferência espacial de renda de um centro emissor para o centro receptor, a região turística, analisou-se de que forma isso ocorre, gerando desenvolvimento.

A análise tomou como objeto de estudo a Região Metropolitana da Baixada Santista. Seu potencial de atração turística, ligado aos recursos naturais, à localização estratégica junto a um

O quarto capítulo mostra os resultados obtidos com a aplicação desse conhecimento em duas cooperativas de reforma agrária e considera que essa abordagem permite estabelecer um amplo processo de inclusão social apropriado à maioria da sociedade brasileira.

grande centro emissor de turistas – a cidade de São Paulo – e ao número significativo de segundas residências ali existentes foram fatores relevantes para a escolha dessa região.

Nos três capítulos iniciais, fez-se uma reflexão teórica sobre os conceitos de espaço e região e sobre a teoria do desenvolvimento econômico. Essa fundamentação teórica centrou-se, principalmente, nas obras de Milton Santos, José Luiz Coraggio e Luiz Augusto Q. Ablas. Nos quatro capítulos seguintes buscou-se verificar como a atividade turística participa do desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista.

A pesquisa foi realizada no período de 1997 a 2000. Um conjunto de indicadores sócioeconômicos possibilitou o entendimento de como a atividade turística contribui para o desenvolvimento da região estudada.

A Paisagem no Ensino de Geografia: uma estratégia didática a partir da arte



Jacqueline Myanaki

Orientador: Profª Dra. Regina Araújo de Almeida

Esse trabalho propõe um caminho para viabilizar a articulação entre geografia e arte na prática de ensino de geografia no ensino fundamental, a partir do experimento de um conjunto de atividades enfocadas no estudo da paisagem geográfica, nas noções básicas conceituais e sua percepção, utilizando reproduções de quadros de pintores brasileiros.

O experimento foi realizado, na sua maior parte, com alunos de 6ª série de diferentes instituições em duas etapas bem definidas. Na primeira etapa, o roteiro de atividades foi

desenvolvido com três turmas de três escolas diferentes e cujos professores participaram como observadores e coadjuvantes durante a aplicação das atividades. Na segunda etapa o roteiro foi desenvolvido de maneira autônoma por sete professores de cinco instituições que receberam antecipadamente o material e as instruções necessárias e assistência à distância, quando solicitada.

Os resultados das duas etapas demonstraram que é possível articular arte e geografia no estudo da paisagem geográfica de maneira a ampliar a capacidade de percepção e apreensão da paisagem geográfica, bem como sobre as manifestações artísticas, além dessa estratégia representar um aumento no entusiasmo e despertar o interesse dos alunos para o processo de construção do conhecimento.



Normas de Publicação

A revista GEOUSP destina-se, prioritariamente, à publicação acadêmica produzida pelos alunos de pós-graduação do Departamento de Geografia da FFLCH/USP. Todos os trabalhos devem ser inéditos.

1. Tipos de trabalhos publicados

Artigos que tratem de temas definidos por uma abordagem geográfica;

Notas de Pesquisas que exponham vivências e discutam metodologias de trabalho de campo em Geografia;

Resenhas Críticas que analisem as contribuições e as limitações da obra em questão;

Notícias de Encontro que informem criticamente sobre reuniões científicas acontecidas.

Intercâmbio artigos de pesquisadores em outras universidades fora do país.

2. Extensão dos textos: os artigos deverão ter, no máximo 18 laudas (tamanho A4); as Notas de Pesquisa, no máximo 10 laudas; as resenhas, no máximo 3 laudas e as Notícias de Encontro duas laudas.

3. Forma de apresentação: todo artigo deverá ser encaminhado à redação em disquete acompanhado de duas cópias impressas, uma em português e outra em inglês. O autor deve indicar sua filiação acadêmica, a data de elaboração do artigo e seu endereço para correspondência, que será publicado visando a eventuais contatos por parte de outros pesquisadores. Todo artigo deverá estar acompanhado por um resumo (em português e em inglês) de aproximadamente 10 linhas e por 5 palavras-chave (em português e inglês). O original deverá ser digitado em *Word for windows*, preferencialmente *Word 97*, em letra tamanho 09, espaço simples, e devidamente revisto pelo autor.

4. Citações: devem aparecer no corpo do texto entre parênteses, indicando sobrenome do autor, data da publicação, página(s) citada(s).

No caso de diferentes títulos de um autor do mesmo ano, o dado diferencial será uma letra após a data, conforme exemplo:

(SOJA, 1989, p. 32) ou (HARVEY, 1985a, p. 77-78).

As citações abreviadas enviam a bibliografia no final do artigo.

5. Bibliografia: deve apresentar indicações completas das obras utilizadas, de acordo com as Normas da ABNT. Por exemplo:

Livro:

SOBRENOME, Nome do autor. Título do Livro. Edição. Local de publicação: Editora, ano, nº de páginas.

Artigo de revista:

SOBRENOME, Nome do autor. "Título do artigo" Título do periódico, número do volume, data do volume, páginas (inicial e final)

Artigo de coletânea:

SOBRENOME, Nome do autor. "Título do trabalho" In: SOBRENOME, Nome do Organizador. *Título da Coletânea*. Local de Publicação: Editora, data, páginas (inicial e final)

6. Destaques:

Deve ser utilizado *itálico* toda vez que for necessário ressaltar palavra(s) ou frase(s) do texto, bem como palavras de origem estrangeira. Quando de citações de livros utilizados, estas devem vir entre aspas.

7. Ilustrações: devem ser utilizadas quando importantes para o entendimento do texto, pedindo-se que fotos, mapas, gráficos ou tabelas sejam concebidas originalmente em preto e branco e tenham boa resolução visual, de forma a permitir uma reprodução de qualidade. Enviar os arquivos em seu formato original, separados do texto. Para fotos ou imagens ".tif, .bmp, .jpg" é aconselhável que sejam digitalizadas em 300 dpi. Para gráficos, tabelas e Mapas feitos em Excel, Corel ou semelhantes, usar traço evitando as tonalidades de cinza. Também servem as ilustrações impressas com boa qualidade ou desenhadas em papel ofício.

8. Aprovação dos originais: os textos encaminhados à GEOUSP serão apreciados por pelo menos um membro da Comissão da revista.

9. Exemplos do Autor: serão enviados a cada autor três exemplares, em caso de artigo, e um em caso de Nota de Pesquisa, de Resenha Crítica e de Notícia de Encontro, do número em que estiver publicada sua colaboração, cujos direitos autorais pertencerão ao Departamento de Geografia FFLCH/USP. No caso de artigo, ele receberá, ainda dez separatas de seu trabalho.

10. Restrições: todo material encaminhado à revista GEOUSP deve ser inédito no Brasil e estar rigorosamente de acordo com as normas de publicação. Caso contrário, não serão apreciados. Os dados e conceitos apresentados são de exclusiva responsabilidade do autor.

Endereço para Correspondência

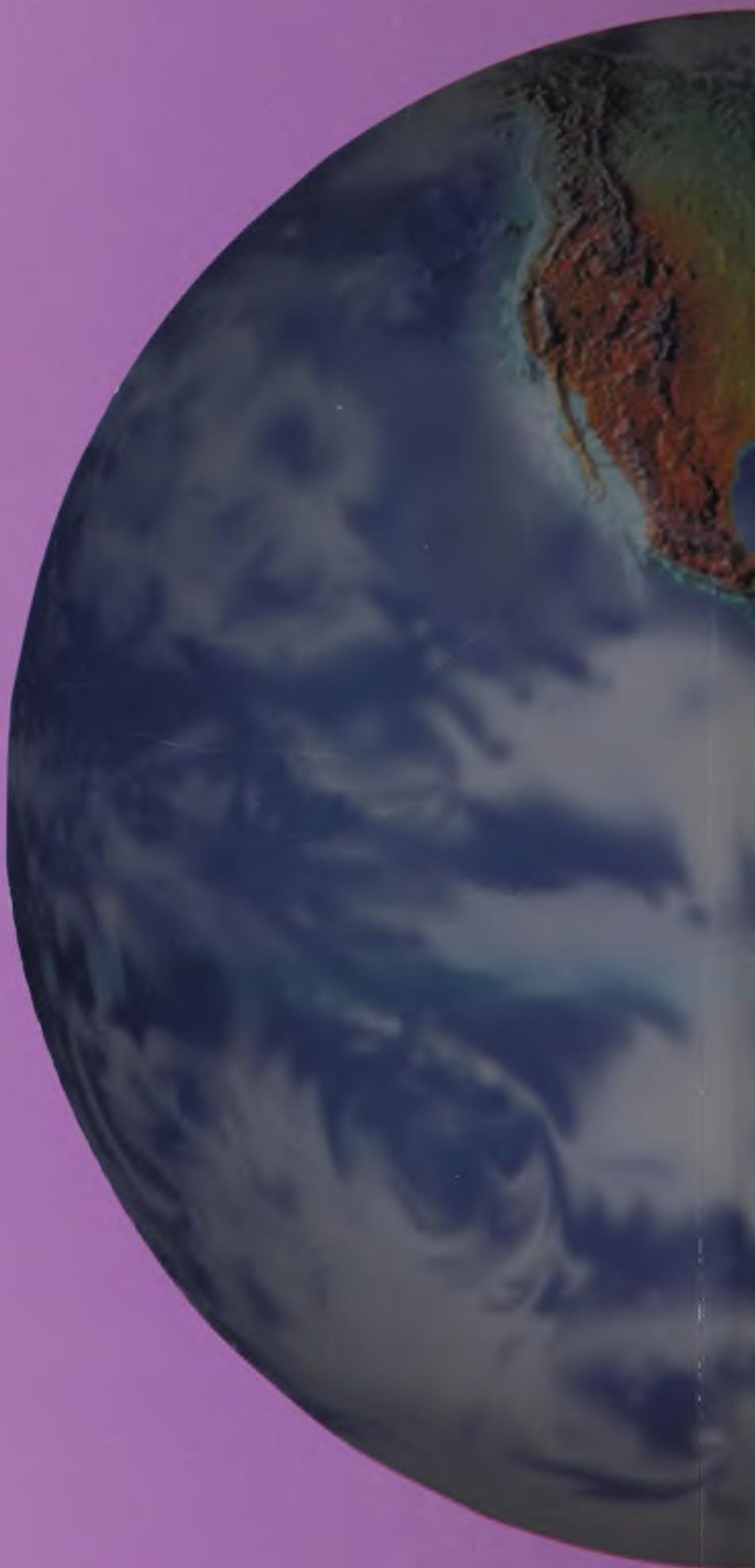
Comissão Editorial

GEOUSP - Revista de Pós-Graduação do Departamento de Geografia - FFLCH/ USP
CX. Postal 2530 - CEP 010160-970
São Paulo - SP - Brasil
Telefax: (011) 3091-3159
e-mail: geofflch@usp.br
site: www.geografia.fflch.usp.br

Ficha Técnica

Título	Geosp nº 14
Capa e Projeto Gráfico	Eduardo Yázigi
Diagramação/Editoração	Camila Salles de Faria
Ilustração da capa	Sérgio Sdrous
Revisão	Glória da A. Alves
Divulgação	Departamento de Geografia FFLCH
Mancha	17.4 x 19,7 cm
Formato	20 x 23 cm
Tipologia	Verdana
Papel	miolo: Couchê 120 g/m ²
Capa:	couchê 230 g
Impressão da Capa	Quadricromia
Número de Páginas	198
Tiragem	500 exemplares
Impressão	Provo Distribuidora e Gráfica LTDA

ISSN 1414-7616



USP